



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Filipe Silva de Abrantes

Processos de construção da fórmula “ideologia de gênero”

Rio de Janeiro

2020

Filipe Silva de Abrantes

Processos de construção da fórmula “ideologia de gênero”



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Língua.

Orientador: Prof. Dr. Décio Orlando Soares da Rocha

Rio de Janeiro

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

A161 Abrantes, Filipe Silva de.
Processos de construção da fórmula “ideologia de gênero” / Filipe Silva
de Abrantes. - 2020.
162 f.

Orientador: Décio Orlando Soares da Rocha.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Instituto de Letras.

1. Análise do discurso – Teses. 2. Linguagem – Teses. 3. Ideologia de
gênero – Teses. 4. Linguística de corpus - Teses. I. Rocha, Décio Orlando
Soares da. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras.
III. Título.

CDU 82.085

Bibliotecária: Eliane de Almeida Prata. CRB7 4578/94

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Filipe Silva de Abrantes

Processos de construção da fórmula “ideologia de gênero”

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Língua.

Aprovada em 14 de setembro de 2020.

Orientador:

Prof. Dr. Décio Orlando Soares da Rocha
Instituto de Letras - UERJ

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Poliana Coeli Costa Arantes
Instituto de Letras - UERJ

Profa. Dra. Amana Rocha Mattos
Instituto de Psicologia – UERJ

Profa. Dra. Maria Cristina Giorgi
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

Rio de Janeiro

2020

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Vera, e ao meu pai, Fernando, primeiramente, por me aceitarem e me reconhecerem como bissexual desde os 15 anos, quando lhes contei em momento de desespero, proporcionado pelo medo da popularidade que um certo ex-capitão e deputado federal estava ganhando entre os adolescentes da escola em 2011. Imagina só se um dia ele vira presidente!

Segundo, por sempre se preocuparem tanto com minha educação, apoiarem minhas escolhas de carreira, me incentivarem a seguir a vida acadêmica e não me deixarem desistir pelas inseguranças recorrentes.

À professora Angela Baalbaki, por me apresentar à Análise do Discurso Francesa, me aguentar perguntando pelo menos uma vez por semestre “quando vai abrir uma eletiva de Análise do Discurso?”, e me receber como ouvinte em suas aulas de mestrado enquanto aluno da graduação.

Aos idealizadores e organizadores do “Linguística pra Quê?”, evento que me convenceu a seguir o mestrado em linguística na UERJ. Especialmente a Carol e Juliana, responsáveis pelas apresentações que me fizeram tomar essa decisão.

Às companhias que me fizeram aguentar o Mestrado.

Às companhias que me fizeram aguentar a Graduação.

Às companhias que me fizeram aguentar o Ensino Médio.

Às companhias que, fora dos muros da escola, me fizeram aguentar a infância, pois, dentro deles, foi uma tortura psicológica contínua.

Aos que, talvez sem saber, me ajudaram com essa pesquisa, seja por conversas aparentemente banais que me fizeram reconsiderar alguns pontos, seja com o apoio e a motivação que me proporcionam: Angel, Cadência, Francis, Luiz.

22 de fevereiro de 2006
na cidade do porto
gisberta salce júnior
45 anos mulher transexual
soropositiva

torturada por três dias
pedradas pauladas chutes
sexualmente torturada
corpo dilacerado queimado
com cigarros

e jogada
em 15 metros de agonia
afogou-se na violência e no preconceito
em nome do pai do filho e do espírito santo
de 14 jovens católicos

no poço
fundo

sem fim
amém

RESUMO

ABRANTES, Filipe Silva de. *Processos de construção da fórmula “ideologia de gênero”*. 2020. 162 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

O termo “ideologia de gênero”, tão popular quanto vago e polêmico, está presente em diversos âmbitos, de missas a projetos de lei. Nesta pesquisa, utilizaremos ferramentas da análise do discurso (DEUSDARÁ; ROCHA, 2018; SANT’ANNA, 2003; MAINGUENEAU, 2008) para acompanhar o processo de construção do objeto “ideologia de gênero” e de sua consolidação em fórmula (KRIEG-PLANQUE, 2010). Adotamos a cartografia (PASSOS, KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015) como posicionamento ético-político diante da pesquisa, privilegiando a processualidade ao estabelecimento de metas, e a análise das implicações à pretensão de neutralidade. Em um primeiro movimento de análise, focaremos na circulação do termo “ideologia de gênero” e sua alçada ao status de fórmula. Para isso, caminharemos por uma extensa e heterogênea rede discursiva que engloba – entre outros atores – instituições vaticanas, órgãos paroquiais, políticas de estado, campos acadêmicos diversos e artigos jornalísticos, guiados sempre por um fio: a utilização da fórmula “ideologia de gênero”. Em um segundo movimento, buscaremos analisar o processo de construção do objeto “ideologia de gênero” através da linguagem. Para tal fim, utilizaremos como *cópus* primário de análise textos cujos autores, autodenominados “contra a ideologia de gênero”, buscam definir e apresentar a “ideologia de gênero” a seus leitores, a fim de alertá-los a seus perigos. Nos debruçaremos sobre estratégias linguísticas empregadas em tais textos para construção da “ideologia de gênero”, examinando alguns efeitos de sentido evocados no processo – “ideologia de gênero é uma ameaça às crianças”, “ideologia de gênero é anticientífica”, etc. –, e denunciando a utilização do discurso relatado para evocar tais sentidos, seja na forma de direcionamento a interpretações errôneas – como fazem, por exemplo, ao estabelecer uma relação de afinidade entre as obras de Judith Butler e John Money –, seja por meio da adulteração de citações de diversos autores, como Karl Marx e Kate Millett. Ao longo das análises, observaremos a potencialidade da linguagem-intervenção para a construção de realidades, uma vez que tais textos são responsáveis por criar o próprio objeto que denunciam. Ofereceremos também algumas possibilidades para a utilização da potência da linguagem-intervenção no combate aos efeitos negativos concretos que a circulação da fórmula “ideologia de gênero” traz não só à população LGBT e às mulheres, mas também às crianças que os próprios criadores do termo dizem defender.

Palavras-chave: Gênero. Ideologia de gênero. Análise do discurso. Fórmula.

ABSTRACT

ABRANTES, Filipe Silva de. *Processes of construction of the formula “gender ideology”*. 2020. 162 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

The term “gender ideology”, as popular as it is vague and controversial, permeates many environments, from catholic masses to legislation bills. In this research, we utilize tools from Discourse Analysis (DEUSDARÁ; ROCHA, 2018; SANT’ANNA, 2003; MAINGUENEAU, 2008) in order to accompany the process of construction of the object “gender ideology”, and its consolidation into a formula (KRIEG-PLANQUE, 2010). We adopt cartography (PASSOS, KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015) as an ethical-political stance towards research, valuing the process over the establishment of goals, and the analysis of implications over the guise of neutrality. In a first moment of analysis, we will focus on the circulation of the term “gender ideology” and its rise to the status of formula. For that, we will travel through a vast and heterogenous discursive network that entails – among other actors – institutions of the Vatican, smaller church communities, state policy, several academic fields and news articles, always following a thread: the use of the formula “gender ideology”. In a second movement, we will analyze the process of construction of the object “gender ideology” through language. To this end, we will have, as our primary analytical corpus, texts whose authors, self-described as “against gender ideology”, try to define and present “gender ideology” to its readers, as to alert them of its dangers. In these texts, we will examine linguistic strategies employed for the construction of “gender ideology”, focusing on some effects of meaning brought forth in this process – “gender ideology as a threat to children”, “gender ideology as anti-science” etc. –, and denouncing the use of reported speech to bring forth those meanings, be that in the form of misleading to erroneous interpretations – as they do, for example, by establishing a likeness between the works of Judith Butler and John Money –, be that through overt tampering with citations from various authors, such as Karl Marx and Kate Millett. Throughout the analysis, we can observe the potentiality of language as intervention to construct reality, as the analyzed texts are responsible for creating the very object they denounce. We also offer some possibilities to utilize the potentiality of language as intervention in order to fight the concrete, negative effects that the circulation of the formula “gender ideology” causes not only on women and LGBT people, but also to the children whose creators of the term claim to protect.

Keywords: Gender. Gender ideology. Discourse analysis. Formula.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Charge de Laerte Coutinho.....	20
Figura 2 - <i>Post</i> da página do Facebook “Site dos Menes”	20
Quadro 1 - Resumo do <i>continuum</i> de manifestação do discurso relatado proposto por Vera Sant’Anna (2003).....	25
Figura 3 - Normas de uniforme do Colégio Pedro II dispostas na portaria N° 2449.....	41
Quadro 2 - Relação de fontes da “1ª Ordem”: documentos e discursos oficiais do Vaticano. 44	
Quadro 3 - Relação de fontes da “2ª Ordem”: documentos publicados por órgãos paroquiais45	
Quadro 4 - Relação de fontes da “3ª Ordem”: artigos “científicos” de “especialistas”	46
Quadro 5 - Variantes da fórmula utilizadas como sinônimo de “ideologia de gênero”	63
Quadro 6 - Variantes da fórmula utilizadas para designar atores que supostamente promovem a “ideologia de gênero”	64
Quadro 7 - Autores citados como pertencentes a uma formação discursiva “a favor da ideologia de gênero”	68
Quadro 8 - Efeitos de sentido evocados na construção do objeto “ideologia de gênero”	71
Quadro 9 - Montagem efetuada na justificação do PL 1.859 de Izalci Lucas, atribuída à obra A Ideologia Alemã, de Karl Marx e Friedrich Engels.....	80
Quadro 10 - Fragmentos de A Ideologia Alemã (2007[1846]), de Karl Marx e Friedrich Engels.....	80
Quadro 11 - Primeira montagem efetuada na justificação do PL 1.859 de Izalci Lucas e atribuída à obra <i>Sexual Politics</i> , de Kate Millett.....	87
Quadro 12 - Fragmentos de Política Sexual (1974), de Kate Millett (p. 161 e 162).....	87
Quadro 13 - Segunda montagem efetuada na justificação do PL 1.859 de Izalci Lucas e atribuída à obra <i>Sexual Politics</i> , de Kate Millett.....	93
Quadro 14 - Fragmentos de Política Sexual (1974) de Kate Millet (p 162-163 e p. 9-11).....	94
Quadro 15 - Fragmentos da narrativa de Izalci Lucas sobre o Dr. John Money.....	104
Quadro 16 - Montagem efetuada na justificação do PL 1.859 de Izalci Lucas, atribuída à obra A Dialética do Sexo, de Shulamith Firestone.....	127
Quadro 17 - Fragmentos de A Dialética do Sexo (1976), de Shulamith Firestone.....	128

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 POR QUE ESSA PESQUISA EXISTE?	12
1.1 Como este tema me escolheu	12
1.2 Da relevância acadêmica	14
2 CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	16
2.1 Principais contribuições da Análise do Discurso	16
2.1.1 <u>Alice Krieg-Planque: fórmula</u>	17
2.1.2 <u>Dominique Maingueneau: semântica global e primado do interdiscurso</u>	22
2.1.3 <u>Vera Lúcia Sant’Anna: Discurso Relatado como Dispositivo Analítico</u>	25
2.2 Intervenção: posicionamento do autor frente à prática de pesquisa, ao discurso e à análise do discurso	27
2.2.1 <u>Cartografia Neutralidade Implicação Processualidade</u>	28
2.2.2 <u>Linguagem Cognição Representação Criação</u>	30
2.2.3 <u>Formas Instituídas Forças Instituintes</u>	32
2.2.4 <u>Discurso Prática Enunciação Produção de Subjetividades</u>	33
3 IDEOLOGIA DE GÊNERO: UM PANORAMA	39
3.1 Traçando um histórico que “começa pelo meio” e não tem fim	40
3.1.1 <u>Sobre o conceito de “ideologia de gênero” no feminismo marxista da década de 1980</u>	49
3.1.2 <u>O Texto “Contra a Ideologia de Gênero” como Reação</u>	50
3.1.3 <u>Como os Supostos “Ideólogos do Gênero” Respondem</u>	53
3.2 “Ideologia de gênero” como estratégia de monopólio sobre a enunciação do termo gênero	57
4 ANÁLISE DO CÓRPUS PRIMÁRIO	59
4.1 A fórmula e suas variantes: ideologia e ideólogos	61
4.1.1 <u>A ideologia</u>	62
4.1.2 <u>Os ideólogos</u>	63
4.2 Discurso Relatado	64
4.3 Discurso direto e citações alteradas Discurso indireto e direcionamento da interpretação	69

4.4	Os efeitos de sentido em jogo na construção do objeto “ideologia de gênero” Parte 1: Pânico.....	72
4.5	Ideologia de Gênero como Ameaça à Família e Ideologia de Gênero como Ameaça à Infância no PL 1.859/2015	79
4.6	Os efeitos de sentido em jogo na construção do objeto “ideologia de gênero” Parte 2: Desqualificação.....	107
4.7	Mas o que fazer com estas informações?.....	113
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
	REFERÊNCIAS.....	119
	APÊNDICE - Quadros comparativos entre a montagem efetuada por Izalci Lucas a partir de trechos dispersos de <i>A Dialética do Sexo</i>, e citações originais retirada do livro de Shulamith Firestone.....	127
	ANEXO A - Projeto de Lei 1.859 e Justificação.....	131
	ANEXO B - A Ideologia do Gênero: seus perigos e alcances.....	147

INTRODUÇÃO

Nesta dissertação, pretendemos acompanhar, através de um olhar da análise do discurso de base enunciativa (DEUSDARÁ; ROCHA, 2018), processos de construção do objeto “ideologia de gênero” e de consolidação do termo em questão como fórmula (KRIEG-PLANQUE, 2010[2009]) em textos nos quais autores que se denominam “contra a ideologia de gênero” buscam definir e apresentar a “ideologia de gênero” a seus leitores. A partir da perspectiva (anti)metodológica da cartografia (PASSOS et al, 2015), buscamos narrar sempre o processo de pesquisa enquanto nos mantemos abertos para encontros com o inesperado.

Antes disso, porém, precisamos passar por algumas formalidades. No primeiro capítulo, *Por que essa pesquisa existe?*, responderei a questão proposta de duas formas diferentes: primeiramente com uma espécie de análise da implicação (COIMBRA; NASCIMENTO, 2008) e, em seguida, com o propósito de explicitar a relevância do tema não só para a academia, mas para a sociedade como um todo.

Iniciaremos o segundo capítulo, sucintamente intitulado *Contribuições teórico-metodológicas*, com a descrição do processo de construção do *cópus*¹ de análise utilizado nesta pesquisa. Em seguida, apresentaremos alguns conceitos teóricos e dispositivos analíticos da análise do discurso francesa que consideramos fundamentais para a compreensão desta análise: os conceitos de fórmula (KRIEG-PLANQUE), semântica global e primado do interdiscurso (MAINGUENEAU) e o discurso relatado como dispositivo analítico (SANT’ANNA). É também no Capítulo 2 que proporemos não só uma importante reflexão sobre o ato de pesquisar – aqui, a influência da cartografia ficará clara –, mas também uma reflexão acerca de como pensamos a análise do discurso. Nesta seção ficarão mais aparentes algumas divergências entre este trabalho e formulações mais “ortodoxas” da análise do discurso – principalmente Maingueneau e Pêcheux.

¹A grafia do termo é deliberada e decorre de discussões realizadas no grupo de pesquisa em Discurso, Produção de Subjetividades e Ética do qual participo na UERJ, em conjunto com outros professores e pesquisadores, entre eles Décio Rocha, Bruno Deusdará e Poliana Coeli Arantes. Resumidamente: “Conforme vimos defendendo, pensamos convir insistir na grafia *cópus*, que usamos tanto no singular como no plural, regularizando uma forma que, por seu largo uso nos estudos linguísticos, já nos parece merecer ser reconhecida em língua portuguesa.” (Rocha & Deusdará, 2018)

No terceiro capítulo, *Ideologia de Gênero: um panorama*, retomaremos os trabalhos até agora já produzidos sobre a circulação do termo “ideologia de gênero”, tanto nacional quanto internacionalmente. Este capítulo servirá, principalmente, para familiarizar o leitor com os debates já em andamento sobre o termo, os atores que compõem a formação discursiva (FD) “contra a ideologia de gênero” e a reação dos atores que são classificados pela FD “contra a ideologia de gênero” como “a favor da ideologia de gênero”. Observaremos também quais contribuições a produção acadêmica sobre o termo “ideologia de gênero” traz para o trabalho aqui realizado e apontaremos algumas divergências teóricas quando necessário.

No quarto capítulo, partiremos para a análise do corpus primário. Neste momento, examinaremos – com base nos conceitos apontados no Capítulo 2 – textos produzidos pela FD “contra a ideologia de gênero”, com especial foco no texto de justificação do PL 1.859/2015 e no documento eclesiástico *La Ideologia de Género: Sus Peligros y Alcances*.

Optamos por estes dois textos por dois principais motivos. Primeiramente pelo fato de ambos terem a similar função de construir, a partir de um aparente embate de forças, uma forma “ideologia de gênero” e apresentá-la para seu público. O segundo, que considero mais interessante, é o fato de este documento eclesiástico e esta justificação de projeto de lei serem tão semelhantes apesar de terem sido produzidos com um intervalo de aproximadamente 17 anos; o primeiro quando “ideologia de gênero” era um termo restrito ao nicho católico tradicionalista e o segundo após a popularização do termo no senso comum brasileiro – após sua consolidação em fórmula.

A partir de conceitos da análise do discurso – formação discursiva, fórmula prototípica, variante, discurso relatado, efeitos de sentido... – procuraremos ao longo destas análises, evidenciar os processos de consolidação da fórmula “ideologia de gênero” que precedem sua circulação em massa.

Nesta pesquisa, não buscamos confirmar uma hipótese científica prévia através de análise metódica de dados, muito menos “desvelar o verdadeiro significado de ideologia de gênero” – sequer acreditamos que isso seja possível. Acompanhar os processos de construção do objeto “ideologia de gênero” em textos nos quais autores que se denominam “contra a ideologia de gênero” buscam definir e apresentar a “ideologia de gênero” a seus leitores é em si o objetivo desta pesquisa. Assim, esta própria dissertação de mestrado passa a ser mais um território emaranhado na extensa rede discursiva que serve de itinerário para a fórmula da qual fala.

1 POR QUE ESTA PESQUISA EXISTE?

Neste capítulo, buscamos justificar a existência desta pesquisa em duas etapas distintas. Primeiramente apresentaremos, em uma espécie de análise da implicação (COIMBRA; NASCIMENTO, 2008), os caminhos que levaram a interessarmos-nos pela fórmula “ideologia de gênero” a ponto de dedicar o tempo e o esforço em uma extensa pesquisa que visa acompanhar seus percursos no Brasil.

Posteriormente, explicitaremos a relevância acadêmica de tal pesquisa e apresentaremos as possíveis contribuições que ela pode trazer tanto para a análise do discurso, quanto para o combate a práticas reacionárias que vêm cada vez mais ganhando espaço no contexto brasileiro.

1.1 Como este tema me² escolheu

O termo “ideologia de gênero” chamou minha atenção pela primeira vez devido à reação de ex-alunos e pais de alunos do Colégio Pedro II, na rede social *Facebook*, diante da Portaria Nº2449 de julho de 2016, que, entre outras determinações, atualiza as normas de uso dos uniformes escolares da instituição federal. Tal atualização da portaria gerou notícias que propagavam desinformações não apenas em blogs desconhecidos, mas também nos maiores jornais do Brasil, como o jornal Estado de São Paulo, que publicou matéria com o título sensacionalista “*Colégio Pedro II, no Rio, libera saia para meninos*”. Meu encontro com estas manifestações por parte de pais e ex-alunos, porém, não seria possível se não fosse meu passado como aluno da instituição que, por tanto me marcar, me motiva a manter contato com o colégio.

Após o contato com as reações destes pais e ex-alunos e com os debates por elas gerados, ainda não estava claro para mim o significado de “ideologia de gênero”, que sempre se fazia presente em discussões sobre o assunto. Uma coisa, porém, era certa: quem

² Algumas etapas da dissertação lidam com uma experiência de encontros das forças de que eu, como autor, participei para que o texto pudesse chegar à forma como se apresenta. Portanto, não vejo sentido, para estas etapas, manter a tradição acadêmica da escrita na primeira pessoa do plural.

empregava o termo, o fazia sempre para reprovar, rejeitar, enfim, demonstrar seu repúdio à “ideologia de gênero”.

O conteúdo replicado por estes pais veio, principalmente, de três fontes: as páginas do *Facebook* “Escola Sem Partido”; “Mães Pelo Escola Sem Partido”; e “Pais do Col. Pedro II Contra Ideologia de Gênero e Doutrinação dos Alunos” – que, por sua vez, compartilhavam seu conteúdo de outras fontes que serão exploradas mais a fundo no decorrer desta pesquisa.

Este foi meu primeiro contato com o Movimento Escola Sem Partido, e, conseqüentemente, com os projetos de lei por ele encabeçados. Muitos destes projetos (por exemplo, o PL Nº1301-2015 de Luiz Fernando Machado e o PL Nº193-2016 de Magno Malta), mencionam diretamente o termo “ideologia de gênero”. Sendo assim, o conceito não parecia mais ser apenas um termo obscuro, designando algo que todos repudiam, mas que ninguém é capaz de apontar uma definição. Afinal, ele aparecia em textos do âmbito legislativo, que, supostamente, exigem muito mais clareza e objetividade no emprego de termos.

Parti, em um momento no qual ainda não conhecia os princípios metodológicos da cartografia, a buscar o que exatamente significa “ideologia de gênero”. Nesta busca, encontrei o termo empregado em diversos âmbitos: discursos de políticos; declarações de padres e pastores; reportagens de jornais de cunho conservador alertando para “os perigos da ideologia de gênero”; reportagens de jornais de cunho liberal ou de esquerda afirmando que “não existe ideologia de gênero”; e até um outro tipo de documento do âmbito legislativo que se utiliza do vocábulo com frequência: as proposições – projetos de lei, propostas de emenda a leis, etc. – que surgiram como reação à aprovação do Plano Nacional de Educação 2014-2024. Continuei sem encontrar, porém, a definição de “ideologia de gênero”.

Posteriormente, a análise do discurso de base enunciativa forneceu ferramentas valiosas para me auxiliar nesta pesquisa. As formulações teóricas de Dominique Maingueneau, Michel Pêcheux e Alice Krieg-Planque, aliadas a leituras das mesmas por membros do Grupo de Pesquisa em Discurso, Produção de Subjetividades e Ética da UERJ³, que utilizam como base conceitos desenvolvidos por autores como Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guattari e Suely Rolnik, me ajudaram não a encontrar o significado de

³ Agradeço aos membros do grupo de pesquisa em Discurso, Produção de Subjetividades e Ética da UERJ: Décio Rocha, Bruno Deusdará e Poliana Coeli Arantes, pela organização do evento “Linguística Pra Quê?” em 2017; e a Caroline Martins e Juliana Rettich pelas apresentações no evento, que me motivaram a conhecer o grupo de pesquisa e tentar o mestrado na UERJ.

“ideologia de gênero”, mas a perceber que tal caminho não me levaria a um resultado produtivo.

Graças a estes e outros encontros, meu objetivo mudou. Assim, mudou também minha perspectiva como pesquisador.

Por estes motivos, não nos propomos, nesta pesquisa, a abarcar a totalidade do que seja a “ideologia de gênero”. Sequer julgamos isto possível. Propomo-nos a acompanhar o processo de consolidação do termo como fórmula discursiva (KRIEG-PLANQUE, 2010[2009]; 2011[2006]), que precede sua circulação em massa, a fim de buscar respostas para algumas questões, como: que enunciadores a utilizam? O que sua utilização pressupõe? Que técnicas os autores utilizam para construir este objeto? Que efeitos de sentido são utilizados em sua construção?

1.2 Da relevância acadêmica e social

As análises aqui desenvolvidas contribuirão não apenas para compreender o processo de consolidação do sintagma “ideologia de gênero” em fórmula, mas poderão também ajudar a identificar repetições e rupturas no discurso que a concebeu, a fim de encontrar novas possibilidades de neutralizar futuras mobilizações da fórmula, e, conseqüentemente, evitar o prejuízo que tal discurso vem trazendo à sociedade, principalmente às mulheres e à população LGBT.

Por isso, considero que “relevância acadêmica” seja insuficiente para descrever as motivações para esta pesquisa. O que buscamos aqui, mais que contribuir com algum “grande achado” para a academia, é produzir forças que contribuam para a desestabilização das formas cristalizadas no que tange às relações de reprodução social, tendo como foco as relações de dominação patriarcal e capitalista.

Entre os efeitos concretos que este tipo de mobilização pode surtir na sociedade, Junqueira enumera alguns:

Essa cruzada implica intensa mobilização política e discursiva em favor da reafirmação das hierarquias sexuais, de uma assim dita “primazia dos pais na formação moral e sexual dos filhos”, da retirada da educação para a sexualidade nas escolas, da restrição ao acesso de adolescentes a informações sobre saúde sexual, do rechaço a arranjos familiares não heteronormativos, da repatologização das homossexualidades e transgeneridades, entre outros posicionamentos que representam cerceamentos a direitos e garantias fundamentais. (JUNQUEIRA, 2018, p.451)

Considero, porém, que este trecho de Junqueira ainda trata destes problemas de forma muito abstrata. Acredito na necessidade de apresentar os efeitos deste discurso “contra a ideologia de gênero” como as verdadeiras demonstrações do biopoder que são, evidenciando toda a sua produção de morte, no sentido mais literal.

Segundo Michel Foucault (1975-76, apud. MBEMBE, 2018, p.17), “o biopoder parece funcionar mediante à divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer.” As políticas promovidas pelo discurso “contra a ideologia de gênero” operam justamente para criar condições para a aceitabilidade do fazer morrer.

Podemos ser mais específicos quanto ao caso aqui discutido e ressaltar que, ao buscar a repatologização das homossexualidades e transgeneridades, o discurso “contra a ideologia de gênero” contribui para casos de depressão, suicídio e abuso por parte de pais de crianças e adolescentes LGBT – ou mesmo levemente fora dos padrões de masculinidade e feminilidade.

Ao buscar restrição ao acesso de adolescentes a informações sobre saúde sexual, o discurso “contra a ideologia de gênero” contribui com o aumento da transmissão de doenças sexualmente transmissíveis entre jovens, com o aumento de casos de gravidez indesejada e de mortes por aborto clandestino.

Ao buscar uma assim dita “primazia dos pais na formação moral e sexual dos filhos” e a “retirada da educação para a sexualidade nas escolas”, o discurso “contra a ideologia de gênero” dificulta o reconhecimento, por parte de crianças e adolescentes que venham a ser vítimas, do abuso sexual por elas sofrido. Abusos esses que são, em sua maioria, cometidos por membros da própria família do jovem e em ambiente familiar, segundo dados do Disque Direitos Humanos, o Disque 100.

Em um país no qual estatísticas de assassinatos e violência sexual contra LGBTs e mulheres, de tanto precisarem ser repetidas, já se tornaram uma espécie de texto decorado, reproduzido de forma robótica em uma mórbida normalização do absurdo, promover a luta contra uma suposta “ideologia de gênero” significa promover uma política de morte – no sentido mais literal da palavra. Uma estratégia recorrente no discurso “contra a ideologia de gênero”, inclusive, é se aproveitar da falta de produção de dados e estatísticas oficiais sobre a população LGBT para contestá-los, acusando-os de estarem inflados em decorrência de serem provenientes de organizações pelos direitos da comunidade LGBT, como o Grupo Gay da Bahia.

2 CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

O capítulo dedicado às contribuições teórico-metodológicas é dividido em duas partes. Em sua primeira parte, apresentaremos, em detalhes, as principais contribuições da análise do discurso francesa para a realização desta pesquisa. Estes conceitos, fundamentais para a compreensão dos processos analíticos aqui desenvolvidos, consistem: no pressuposto do primado do interdiscurso, como postulado por Dominique Maingueneau em *Gênese dos Discursos* (2008[1984]); no pressuposto de uma semântica global – igualmente postulada por Maingueneau na mesma obra – que abarca diversos planos em constante interação – como intertextualidade, coenunciadores, topografia, cronografia, vocabulário etc. –, planos esses que servirão como dispositivos analíticos fundamentais para esta análise; no discurso relatado como dispositivo analítico, como desenvolvido por Vera Sant’Anna; e no conceito de “fórmula”, como reelaborado por Alice Krieg-Planque (2010[2009]), que será imprescindível para caracterizar o termo “ideologia de gênero”, central a esta pesquisa.

Intitulada *Intervenção*, a segunda parte deste capítulo tem por objetivo esclarecer algumas nuances do posicionamento ético-político do autor desta dissertação frente a dois tópicos que permeiam a mesma: a análise do discurso e o próprio ato de pesquisar. Tais nuances estão longe de ser uma manifestação do gênio individual do pesquisador. Elas surgiram de frequentes debates entre o grupo de pesquisa em Discurso, Produção de Subjetividades e Ética da UERJ, que se encontra no instituto de letras da universidade para compartilhar ideias sobre práticas de pesquisa em análise do discurso a partir da leitura não só dos clássicos analistas – como Dominique Maingueneau e Michel Pêcheux –, mas de autores como Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Suely Rolnik, René Lourau, Gilbert Simondon, entre outros.

2.1 Principais Contribuições da Análise do Discurso

Nesta seção do capítulo, apresentaremos as principais contribuições da Análise do Discurso para a realização desta pesquisa. Estes conceitos, fundamentais para a compreensão dos processos analíticos aqui desenvolvidos, consistem nos pressupostos do Primado do

Interdiscurso e da Semântica Global, ambos postulados por Dominique Maingueneau em *Gênese dos Discursos* (2008[1984]), no conceito de “fórmula”, reelaborado por Alice Krieg-Planque (2010[2009]) e em um dispositivo analítico desenvolvido por Vera Sant’Anna (2003) para lidar com a utilização do discurso relatado em nosso cópuz.

2.1.1 Alice Krieg-Planque: Fórmula

O fio que nos conduzirá ao longo desta análise será a fórmula “ideologia de gênero”. O conceito teórico de “fórmula”, que tem origem nos trabalhos de Jean-Pierre Faye, é posteriormente desenvolvido e adaptado à análise do discurso por Alice Krieg-Planque. Segundo a autora:

Em um momento do debate público, uma sequência verbal, formalmente demarcável e relativamente estável do ponto de vista da descrição linguística que se pode fazer dela, põe-se a funcionar nos discursos produzidos no espaço público como uma sequência tão partilhada quanto problemática. Empregada em usos públicos que a investem de questões sociopolíticas por vezes contraditórias, essa sequência conhece, então, um regime discursivo que faz dela uma **fórmula**: um objeto descritível nas categorias da língua e cujo destino – ao mesmo tempo invasivo e continuamente questionado – no interior dos discursos é determinado pelas práticas languageiras e pelo estado das relações de opinião e de poder em um momento dado no seio do espaço público. (KRIEG-PLANQUE, 2011[2006], p.14, grifo nosso)

Apenas esta definição já é suficiente para remeter-nos ao termo “ideologia de gênero”, porém, precisamos ser mais criteriosos que isso para afirmar que estamos lidando, de fato, com uma fórmula.

Em seu livro *A Noção de “Fórmula” em Análise do Discurso* (2010[2009]), Krieg-Planque estabelece quatro propriedades que uma fórmula deve apresentar. São elas: caráter cristalizado; caráter discursivo; caráter de referente social; e caráter polêmico. Buscaremos, nesta seção, demonstrar como o termo “ideologia de gênero” se enquadra nestas quatro propriedades.

Se tratarmos de cristalização por um viés puramente sintático, não faltam exemplos para constatar que “ideologia de gênero” é, de fato, uma forma cristalizada. Além de diversos artigos na mídia, seja de portais conservadores alertando para “os perigos da ideologia de gênero”, seja de portais ditos “progressistas” constatando que “não existe ideologia de gênero”, podemos observar o uso da fórmula em outros âmbitos públicos: páginas de repúdio à “ideologia de gênero” em redes sociais; palestras sobre “ideologia de

gênero” ministradas em diversos espaços, de universidades a igrejas; material de campanha de políticos que prometem lutar pelo “fim da ideologia de gênero”; documentos no âmbito legislativo que buscam “combater a ideologia de gênero” no ambiente escolar.

Porém, faz-se necessário ressaltar que, quando a autora considera a fórmula um “objeto descritível nas categorias da língua”, não significa que sua forma sintática seja perfeitamente estável, e que seja passível de ser contabilizada como um dado em um sistema computacional de análise de córpus. Como se trata de uma questão de produção de efeitos de sentido, Krieg-Planque atribui à fórmula um número de “variantes” com valor semântico e possibilidades de aplicação equivalentes. Entre estas variantes, existe a “variante prototípica” da fórmula (KRIEG-PLANQUE, 2011[2006]), ou seja, a forma material mais comum desta fórmula – em nosso caso, esta variante prototípica corresponde a “ideologia de gênero”.

Considerando a existência de tais variantes, constatamos que o formalismo sintático não é uma boa maneira de identificar instâncias de circulação de uma fórmula. Krieg-Planque apresenta, então, diferentes formas de identificar possíveis variantes:

Essas variantes podem corresponder (...) a simples modificações morfológicas (...) ou morfossintáticas (...), a operações de comutação que conduzem a sintagmas novos dos quais só a análise em contexto permite dizer se se trata realmente de variantes de uma mesma fórmula (...), a formulações não concorrentes, isto é, semanticamente e/ou lexicalmente próximas, mas com funcionamento discursivo distinto (...), ou descristalizações.” (KRIEG-PLANQUE, 2010[2009], p. 69)

Dentre as variantes que conseguimos encontrar em nosso córpus de análise, destaco alguns exemplos, como: “teoria de gênero”; “perspectiva do gênero”; e “feminismo do gênero”.

Também é importante ressaltar que, como vimos na citação acima, a variante de uma fórmula nem sempre corresponde a um simples sinônimo da fórmula prototípica, como podem fazer parecer os exemplos fornecidos anteriormente.

Dentre as variantes de “ideologia de gênero” encontradas no córpus de análise que não correspondem a meros sinônimos, destacamos o exemplo das variantes utilizadas para designar os atores que supostamente estão por trás da “ideologia de gênero”. São termos como: “promotores da ideologia de gênero”, “proponentes da ideologia de gênero”, “defensores do gênero” ou “feministas do gênero”.

Krieg-Planque também apresenta um exemplo retirado de sua pesquisa: o de variantes da fórmula “purificação étnica”. Podemos identificar, nesta lista, exemplos de variantes de diversas ordens, não apenas termos que funcionariam como sinônimos da variante prototípica “purificação étnica”:

A fórmula ‘purificação étnica’ reúne (...) um conjunto de variantes: ‘purificação étnica’, ‘limpeza étnica’, ‘depuração étnica’, ‘eticamente puro’, ‘eticamente puras’, ‘pureza étnica’, ‘limpadores étnicos’, ‘impurezas étnicas’, ‘depuraram etnicamente’, ‘teriam etnicamente purificado’... Cito aqui as variantes que associam um elemento do campo derivacional dos radicais ‘pur-’ e ‘limp-’ ou ‘depur-’ e um derivado de ‘etic-’. Mas é preciso, ainda, acrescentar as que são constituídas por um só termo: certamente ‘purificação’, ‘limpeza’, ‘depuração’, mas também, por exemplo, ‘pureza’, ‘limpador’, ou ‘puro’ (incluindo as devidas concordâncias de gênero e número). (KRIEG-PLANQUE, 2011[2006], p.27)

Dizer que a fórmula tem caráter discursivo – segunda propriedade atribuída por Krieg-Planque – significa reconhecer que “a fórmula não existe sem os usos que a tornam uma fórmula” (2010[2009], p. 81). Isto significa dizer que ser fórmula não é característica imanente do termo “ideologia de gênero”. Tal característica foi alcançada com base nos usos deste termo ao longo do tempo, percurso esse cujo acompanhamento é o objetivo central desta dissertação.

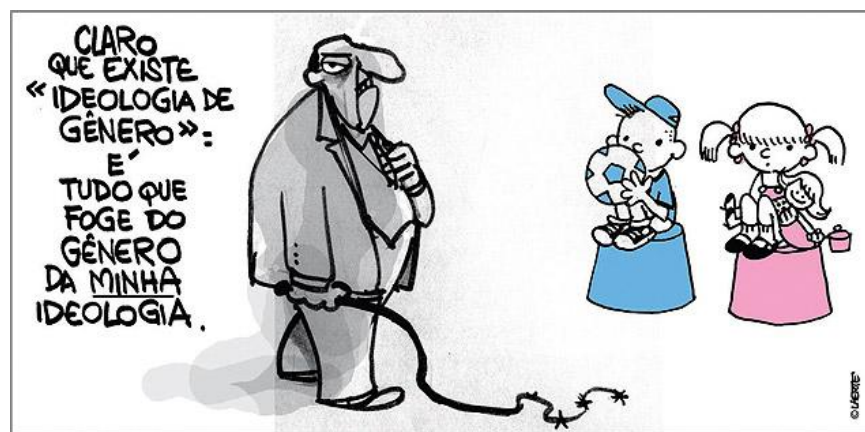
As duas outras propriedades da fórmula são seu caráter de referente social e seu caráter polêmico. Segundo Alice Krieg-Planque, estas devem ser apreendidas interdependentemente.

Por “caráter de referente social”, compreende-se que a fórmula é um termo de conhecimento geral, que evoca algum sentido para um amplo público em um dado momento histórico. Segundo Krieg-Planque, “os critérios que permitem dizer que um signo é notório são numerosos, e nenhum deles sozinho dá uma resposta definitiva.” (2010[2009], p. 92). Sendo assim, demonstraremos como o termo “ideologia de gênero” pode atender a pelo menos três critérios que, segundo a autora, classificariam um signo como referente social.

Alice Krieg-Planque afirma que “dizer que a fórmula é um signo conhecido de todos implica também que esse signo seja atestado em tipos variados de discurso, tanto orais quanto escritos, especializados e leigos” (2010[2009], p. 95). De proposições legislativas a palestras ministradas por padres, de discursos oficiais do presidente da república a discussões entre responsáveis de alunos em redes sociais, de artigos de jornal a promessas de campanha eleitoral, de artigos acadêmicos a documentos oficiais do Vaticano – estes são apenas alguns dos meios nos quais podemos encontrar o termo “ideologia de gênero”. Consideramos esta variedade extensa o suficiente para que possamos conceber “ideologia de gênero” como um referente social, independentemente do quão nebulosa seja sua definição. Afinal, ser um referente social “não implica que a significação de que a fórmula se investe seja homogênea: ao contrário, suas significações são múltiplas, às vezes contraditórias” (KRIEG-PLANQUE, 2010[2009], p. 90), e essas múltiplas e contraditórias significações se dão em razão mesmo de sua própria circulação.

Outro critério apresentado por Krieg-Planque para evidenciar o caráter de referente social de um termo é sua produtividade lexical, na qual, segundo a autora, “podemos incluir as descrisitalizações e as palavras-valise”. Para ilustrar o caráter notório do termo, valer-nos-emos de dois exemplos: uma charge de uma das mais conhecidas cartunistas do Brasil, Laerte Coutinho, publicada no site da Folha de São Paulo no dia 23 de junho de 2015 (Figura 1); e uma postagem da popular página de humor do *Facebook* “Site dos Menes” – que, em nossa última consulta (27 de outubro de 2019), possuía 1.343.659 seguidores – (Figura 2).

Figura 1 – Charge de Laerte Coutinho



Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/223686-charge.shtml>

Figura 2 – Post da página do Facebook “Site dos Menes”



Fonte: <https://www.facebook.com/SiteDosMenes/posts/2283536151688756/>

No cartum de Laerte, observamos não só uma citação direta do termo “ideologia de gênero” entre aspas, mas uma descrisitalização ao fazer o personagem defini-la, em um jogo de palavras, como tudo que foge do “gênero da minha ideologia”. Já no segundo exemplo, a página Site dos Menes, notória por um humor na forma de trocadilhos absurdos, produz a palavra valise⁴ “ideolojinha de gênero” ao mesclar o termo “ideologia de gênero” com a palavra “lojinha”.

Um terceiro critério elencado por Krieg-Planque que pode ser evocado para justificar nossa caracterização de “ideologia de gênero” como fórmula, é o de que se a fórmula é originária de uma formação discursiva, deve sair dela. Nas palavras de Dominique Maingueneau, “Num dado momento, todo mundo é obrigado a se situar em relação a essas fórmulas, fazê-las circular de uma maneira ou de outra, lutando para impor sua própria interpretação” (KRIEG-PLANQUE, 2010[2009], p. 96 apud MAINGUENEAU, 1991, p. 85).

O cartum de Laerte já é um exemplo ilustrativo da “saída” do termo “ideologia de gênero” de sua formação discursiva de origem – um discurso conservador que “alerta a população aos perigos da ideologia de gênero” – para ser ressignificado, por uma mulher trans, como as normas dominantes das relações sociais de sexo que regem nossas vidas no atual contexto sócio-político-econômico.

Além do cartum de Laerte, os diversos artigos em portais de notícia “progressistas” que insistem em afirmar que “não existe ideologia de gênero” e os inúmeros artigos acadêmicos que buscam compreender o surgimento e desenvolvimento do termo – incluindo esta própria dissertação –, também representam maneiras como a fórmula “ideologia de gênero” pode sair de sua formação discursiva de origem.

Assim como Laerte em seu cartum, mesmo ao tentar ressignificar “ideologia de gênero” ou ao opor-nos aos efeitos de sentido comumente associados ao termo, estamos todos, querendo ou não, contribuindo com a circulação da fórmula.

Podemos observar também, nestes casos, a manifestação do “caráter polêmico” da fórmula, sua quarta propriedade, que Krieg-Planque denomina como indissociável de seu caráter de referente social. As fórmulas sempre carregam questões sociopolíticas e, segundo Krieg-Planque:

É porque constitui um problema, porque põe em jogo a existência de pessoas, porque é portadora de um valor de descrição dos fatos políticos e sociais, que a fórmula é objeto de polêmicas. Polemizando em torno dela, os autores-locutores não polemizam “por nada”: eles polemizam por uma descrição do real. (KRIEG-PLANQUE, 2010[2009], p. 100)

⁴ Uma palavra-valise é um neologismo reconhecível como a junção de duas ou mais palavras.

Assumindo um posicionamento contrário a uma visão representacionista da língua, visão essa que a conceberia como um “espelho da realidade”, aproveito para discordar parcialmente desta colocação de Krieg-Planque e sugerir que os coenunciadores, ao polemizarem em torno das fórmulas, não polemizam por uma “descrição do real”, mas polemizam para criar realidades.

Dito isto, em seus estudos, Krieg-Planque aponta algumas das maneiras recorrentes como são travadas polêmicas em torno de uma fórmula. Entre elas, a autora afirma que a polêmica pode emanar “do fato de que nos é atribuída pelo adversário – com ou sem razão – a paternidade de uma fórmula que rejeitamos” (KRIEG-PLANQUE, 2010[2009], p. 101), pode emanar “do fato de que a paternidade de uma fórmula que gostaríamos de reclamar como nossa é reivindicada pelo adversário” (*idem*), e pode recair “sobre a inconsistência do referente que a fórmula supostamente designa” (*idem*, p. 102). Consideramos que essas três formas de polêmica passíveis de se manifestar em torno de uma fórmula se aplicam às discussões sobre “ideologia de gênero”, por isso, é proveitoso explorar algumas delas. Exploraremos mais a fundo estas formas de manifestação da polêmica no caso da fórmula “ideologia de gênero” posteriormente, durante os capítulos de análise do corpus primário.

2.1.2 Dominique Maingueneau: Semântica Global e Primado do Interdiscurso

Para além do conceito de fórmula, contribuição de Alice Krieg-Planque, realizaremos nossa análise utilizando como dispositivos os elementos da Semântica Global, como proposta por Dominique Maingueneau em *Gênese dos Discursos* (2008[1984]).

De acordo com Maingueneau, “Um procedimento que se funda sobre uma semântica ‘global’ não apreende o discurso privilegiando tal ou tal de seus ‘planos’, mas integrando-os a todos, tanto na ordem do enunciado quanto na da enunciação” (MAINGUENEAU, 2008[1984], p.75). Dito isso, é inevitável que elementos linguísticos específicos sejam mais recorrentes na materialidade linguística analisada, ou mais cruciais à produção de sentido. Assim, mesmo que a recorrência destes elementos direcione o foco a um dos planos da semântica global, este será sempre trabalhado em conjunto com outros.

Em *Gênese dos Discursos* (2008[1984]), Dominique Maingueneau menciona que, entre os diversos planos que compõem a Semântica Global, podemos encontrar: a

intertextualidade; os temas; o vocabulário; os estatutos do enunciador e do destinatário; a dêixis enunciativa; o modo de enunciação, etc. O autor, porém, ressalta que:

A própria lista desses planos considerados não é objeto de uma elaboração teórica suficiente para pretender definir um modelo de textualidade. Sua única finalidade é ilustrar a variedade das dimensões abarcadas pela perspectiva de uma semântica global, e nada impede de isolar outras ou de repartir diferentemente as divisões propostas. (MAINGUENEAU, 2008[1984], p. 77)

Desta forma, consideramos os planos da semântica global a partir de uma leitura crítica de *Gênese dos Discursos* (2008[1984]) de Dominique Maingueneau, realizada por autores brasileiros em contribuições como *Enunciação em processo: dispositivos para a produção de uma memória discursiva* (SOUZA-E-SILVA; ROCHA, 2012), *Cartografias em Análise do Discurso: rearticulando as noções de gênero e cenografia* (ROCHA, 2013), *A inter-relação entre cenografia e et(h)os*: Carmen – les racines d’un mythe, de Maingueneau* (SOUZA-E-SILVA; ROCHA, 2018), e *Do Ethos ao Etos: um conceito sem H e sem determinantes* (ARANTES, DEUSDARÁ; ROCHA, 2019). Levamos em conta também algumas reformulações feitas pelo próprio Maingueneau em obras posteriores a *Gênese dos Discursos*, como *Novas Tendências em Análise do Discurso* (1997[1987]), *Cenas da Enunciação* (2012[2006]) e *Discurso e Análise do Discurso* (2015[2014]).

Consideremos, então, alguns dos planos da semântica global com os quais trabalharemos:

- A **intertextualidade** - Que outros textos são citados, mencionados, ou até mesmo encontram-se anexados à materialidade linguística aqui analisada? Que relação é construída entre o texto citado/mencionado/anexo e o texto que cita/menciona/anexo?
- Os **coenunciadores** - Como, a partir da própria enunciação, é construído o enunciador da materialidade linguística analisada? E seus interlocutores? Que tipo de relação é construída entre estes coenunciadores?
- A **topografia** - Que espaços, não necessariamente empíricos, são construídos a partir da enunciação? Como se dá a construção dos mesmos?
- A **cronografia** - Que épocas ou períodos de tempo, não necessariamente empíricos, são construídos a partir da enunciação? Como se dá a construção dos mesmos?
- O **vocabulário** - Este plano será trabalhado, principalmente, através das contribuições do conceito de fórmula apresentado anteriormente.

Faz-se importante ressaltar que consideraremos em nossa pesquisa o interdiscurso. Pressupor o interdiscurso significa recusar o fechamento do enunciado, considerá-lo “aberto aos enunciados exteriores e anteriores, cada enunciado participando assim de uma cadeia verbal interminável” (MAINGUENEAU, 2015[2014], p. 28). Como Maingueneau, trabalhamos também com o princípio do primado do interdiscurso, ou seja, consideramos o interdiscurso, e não um ou outro discurso, como nosso objeto de análise. Considerar o primado do interdiscurso:

... coloca o interdiscurso como o espaço de regularidade pertinente, do qual diversos discursos são apenas componentes (...) isso significa que esses últimos não se constituem independentemente uns dos outros, para serem, em seguida, postos em relação, mas eles se formam de maneira regulada no interior do interdiscurso. Seria a relação interdiscursiva que estruturaria a identidade. (MAINGUENEAU, 2008[1984], p. 21)

Ter como pressuposto o primado do interdiscurso significa também que a construção de uma formação discursiva se dá não por causa de uma coerência interna, uma identidade própria, mas pela sua relação com outras formações discursivas. O interdiscurso está presente na própria constituição do discurso. Assim, o que denominaremos nos seguintes capítulos como *formação discursiva “contra a ideologia de gênero”* se constrói ao mesmo tempo em que rejeita aquilo que ela não é, assim delimitando seu Outro: uma suposta *formação discursiva “a favor da ideologia de gênero”*.

Quando se considera o Primado do Interdiscurso como pressuposto teórico, não é simples (nem pertinente) delimitar onde termina uma formação discursiva e se inicia outra. É importante lembrar também que, seja tratando de rejeição, seja tratando de alianças, o discurso em questão nunca trabalha diretamente com o Outro, e sim com a forma como ele constrói esse Outro: trabalha-se com um simulacro. Nas palavras de Maingueneau:

Esses enunciados do Outro só são “compreendidos” no interior do fechamento semântico do intérprete; para constituir e preservar sua identidade no espaço discursivo, o discurso não pode haver-se com o Outro como tal, mas somente com o simulacro que dele constrói. (MAINGUENEAU, 2008[1984], p. 100).

No caso da fórmula “ideologia de gênero”, tal relação com o simulacro – inevitável em qualquer discurso que lide com outra Formação Discursiva – é levada ao extremo, como aponta Rogério Junqueira:

... vale observar que as formulações desse discurso, além de metadiscursivas (enquanto discurso sobre discurso de outrem ou embebido de apelos a outros termos ou discursos), assumem também um caráter paródico: o discurso adversário, ao ser reconstruído, é deformado e revestido de significados caricatos, grotescos e escandalísticos. (JUNQUEIRA, 2018, p. 460)

2.1.3 Vera Lúcia Sant'Anna: Discurso Relatado como Dispositivo Analítico

A terceira grande contribuição da Análise do Discurso para esta dissertação veio mais tarde no meu percurso de pesquisa, após encontrar alguns obstáculos para dar início à análise do cópús. Trata-se de uma tipologia das formas de manifestação do Discurso Relatado⁵, proposta pela professora Vera Lúcia Sant'Anna como dispositivo para análise do cópús de sua tese de doutorado. Esta tipologia foi desenvolvida mais profundamente em seu artigo *Discurso Relatado como Estratégia Organizadora da Notícia* (2004).

Com base no cópús de sua tese de doutorado, Sant'Anna identifica pelo menos sete formas diferentes de manifestação do discurso relatado, dispostas por ela em um *continuum* que varia gradativamente com base no quão claramente um enunciado se apresenta como discurso relatado, do mais claro ao menos claro, como demonstra o quadro que segue:

Quadro 1 – Resumo do *continuum* de manifestação do discurso relatado proposto por Vera Sant'Anna (2003)

(1)	Entrevistas	“... caracteriza-se, segundo nosso ponto de vista, por ser a forma mais explícita do efeito de restituição exata das palavras atribuídas ao outro, garantindo a fonte como verdadeira e crível. Sua estruturação anuncia de forma clara tal pretensão, na nítida separação entre pergunta-resposta, cabendo aos recursos tipográficos papel fundamental nessa organização. Recupera-se, assim, não só a voz do outro, como também todo um efeito da situação de enunciação entre jornalista e entrevistado, como se estivesse ocorrendo naquele momento.” (SANT'ANNA, 2003)
(2)	Discurso Direto	“... dá-se integralmente a palavra ao outro, uma pessoa específica, palavra essa que está encadeada na enunciação citante, com a presença de recursos tipográficos, tais como o uso de dois pontos e aspas, e também de um verbo dicendi; temos, então, também o efeito de restituição exata das palavras atribuídas a esse outro, garantindo a fonte como verdadeira e crível – essa concepção de DD corresponde às estruturas” (SANT'ANNA, 2003)
(3)	Ilhas de Discurso Direto	“incorpora fragmentos do discurso do outro, por meio do emprego de marcas tipográficas, as aspas ou o itálico, que delimitam as fronteiras de uma citação; essa estratégia também participa do processo de reconstituição da palavra como se supõe ter sido dita pelo outro, mas não mais como um conjunto totalmente identificado como fora do citante: (...) é uso e citação ao mesmo tempo” (SANT'ANNA, 2003)
(4)	Discurso Segundo	“...a forma “segundo A” corresponde a verbos de opinião do tipo “imagina que, pretende que, afirma que”, como recurso para personalizar a experiência de um indivíduo. Esse discurso segundo, então, pode ter afinidades com o DD e o DI, ao explicitar claramente sua fonte de informações, mesmo que ela esteja deslocada do contexto frasal que contém o marcador...” (SANT'ANNA, 2003)
(5)	Discurso Indireto	“...não tem mais como propósito demonstrar que a palavra exposta é exatamente a que foi dita em outra situação enunciativa; o efeito, agora, é o de uma reformulação, assumida enquanto tal, que traz o citante e o citado para um só ato enunciativo. Em nosso estudo, definimos como fronteira de identificação de um DI a existência obrigatória da estrutura verbo dicendi +

⁵ Compreendemos o discurso relatado como “... um termo amplo, capaz de abranger várias formas de inclusão, mais ou menos clara, do discurso do outro no fio condutor daquele que enuncia.” (Sant'Anna, 2003)

		que (se, como) ...” (SANT’ANNA, 2003)
(6)	Intertexto	“Esse recurso pode estar apresentado como parte de um conjunto de informações dadas pelo enunciador-jornalista, não lhe sendo atribuído nenhum verbo de ação, ou, ao contrário, cabendo-lhe uma ação que desencadeia reações. (...) O efeito de sentido aproxima-se das idéias de credibilidade e verdade, já que pertence ao campo das certezas técnicas, do campo da legalidade...” (SANT’ANNA, 2003)
(7)	Discurso Narrativizado	“... é a forma mais apagada da atribuição do discurso a outro e, ao confundir-se com a idéia de “informar objetivamente”, corresponde a uma forma narrativizada máxima de um possível discurso indireto. (...) Estamos nos referindo a enunciados cuja existência é apresentada pelo enunciador-jornalista como sendo um dizer que este capta e transforma, apagando a fonte do relato de forma decisiva.” (SANT’ANNA, 2003)

A autora ressalta também que as formas de manifestação do discurso relatado dispostas em tal *continuum* – especialmente os itens 4, 5, 6 e 7 – “têm pontos de aproximação que dificultam o estabelecimento de fronteiras muito claras” (SANT’ANNA, 2003).

Como sugere o título do artigo de Sant’Anna, a tipologia apresentada pela autora se refere à análise de um gênero de discurso específico: a notícia. Porém, a autora concebe tal tipologia de forma maleável, não como um modelo fixo a ser simplesmente aplicado em outros textos do mesmo gênero discursivo. Segundo Sant’Anna:

... as formas de atribuição do dito definem as possibilidades de organização de nossa gradação, segundo as ocorrências verificadas em nosso *corpus*, o que **não quer dizer que possa ser transferida a qualquer outro, sem que sejam feitos os ajustes adequados às situações de enunciação em observação.** (SANT’ANNA, 2003, grifos nossos)

O ajuste mais significativo da tipologia ao *cópus* com o qual trabalho nesta pesquisa é a omissão da forma (1), entrevistas, devido a sua não manifestação nos textos analisados. Outros ajustes menores serão explorados mais profundamente durante a análise.

Considero também pertinente apontar aqui como meu encontro com este artigo de Vera Sant’Anna ilustra bem o funcionamento da cartografia e o próprio caráter cartográfico de nosso grupo de pesquisas. Digo isto pois Vera Sant’Anna é uma das professoras que, junto a Décio Rocha e Del Carmen Daher, deram origem, no início dos anos 2000, ao grupo de pesquisa do qual hoje faço parte.

A sugestão do texto de Sant’Anna veio da professora Cristina Giorgi – também membro do grupo de pesquisa –, que lembrou do artigo ao perceber o importante papel do discurso relatado na construção dos textos que aqui utilizo como *cópus* de análise. Foi através deste percurso que pude encontrar este artigo – que também é produto deste grupo –, e graças aos afetos produzidos pelo grupo de pesquisa eu pude trabalhar com um dispositivo de análise que se provou tão significativo para minha pesquisa.

2.2 Intervenção: posicionamento do autor frente à prática de pesquisa, ao discurso e à análise do discurso

Neste subcapítulo, busco esclarecer algumas nuances do posicionamento ético-político do autor desta dissertação frente a dois tópicos que permeiam a mesma: a análise do discurso e o próprio ato de pesquisar. Tais nuances estão longe de ser uma manifestação do gênio individual do pesquisador. Elas surgiram de frequentes debates entre o já mencionado grupo de pesquisa em Discurso, Produção de Subjetividades e Ética na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Considero importante ressaltar que, apesar das diversas leituras realizadas nestes encontros, não assumo uma linha de pesquisa propriamente “foucaultiana”, “deleuziana”, “esquizoanalítica”, “francesa”, ou qualquer outro destes rótulos estritos que evocam a ideia de uma série de regras prontas, ditadas por um “grande acadêmico”. Regras que devem ser obedecidas por aqueles que seguem as suas “escolas”, sob o risco de ser considerado um herege, ou de sofrer acusações de “deturpação” de uma teoria.

Por isso, assumo aqui um posicionamento mais maleável de pesquisador em *Análise do Discurso de base Enunciativa*, que assume a *Cartografia* como posicionamento ético-político de pesquisa. Por “Análise do Discurso de base Enunciativa” quero dizer que a posição aqui assumida leva em conta considerações da Análise do Discurso Francesa – elementos das teorias de Michel Pêcheux, Dominique Maingueneau, Jacqueline Authier-Revuz, Alice Krieg-Planque, entre outros –, e toma o enunciado como instância privilegiada de materialização do discurso, com base não só, mas também, nas teorias de Michel Foucault, especialmente em *Arqueologia do Saber* (1969).

Ao considerar a *Cartografia* como o posicionamento ético-político de pesquisa aqui adotado, evoco – com base em autores como Gilles Deleuze & Félix Guattari, Suely Rolnik, Katia Aguiar, Eduardo Passos, Virgínia Kastrup etc. – uma série de posicionamentos que serão tomados diante das questões teórico-metodológicas surgidas ao longo da pesquisa; questões relativas a cópula, a método de análise, ao lugar do pesquisador, etc. Tais posicionamentos serão descritos em mais detalhes no decorrer deste subcapítulo.

2.2.1 Cartografia | Neutralidade | Implicação | Processualidade

Apesar de a cartografia, mesmo com muitas ressalvas, ser considerada por alguns como um método – vide o título do livro organizado por Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Lílíana da Escóssia: *Pistas do Método da Cartografia* (2015) – preferimos aqui afastá-la desta concepção que, querendo ou não, remete a um “conjunto de regras a serem aplicadas para chegar a um objetivo prévio”, e considerar a cartografia como um posicionamento ético-político do pesquisador diante do ato de pesquisar, na trilha de autoras como Suely Rolnik e Katia Aguiar. Tal posicionamento carrega entre seus pressupostos: a descrença na neutralidade do pesquisador, a concepção da cognição como criação, a ênfase na processualidade da pesquisa e uma concepção não essencialista da subjetividade.

O cenário das ciências – e aqui englobo todas as ciências, sem distinção entre “humanas” e “exatas” – está longe de ser homogêneo. Porém, a imagem predominante do pesquisador continua sendo a do “sujeito da razão”, que examina seu “objeto” com a devida distância para não correr o risco de ser “parcial” em sua busca pela “verdade”. Ao descrever tal perspectiva dominante da ciência, Alvarez e Passos, em *Pistas do Método da Cartografia*, afirmam que:

Conhecer aqui é controlar variáveis da realidade, antecipar o futuro, determinar a regularidade do fenômeno. Esse *ethos* da pesquisa busca o testemunho fidedigno dos fatos em seu poder de confirmar ou refutar as hipóteses de trabalho. Visa-se à neutralidade do conhecimento e, para tal, a distância entre sujeito e objeto é condição de possibilidade da verdade científica. (ALVAREZ; PASSOS *In*: Passos et. al., 2015, p. 143)

É certo que a cartografia não é a única perspectiva que combate tal concepção do cientista como o “homem da razão”, porém, é importante destacar que esta descrença na neutralidade do pesquisador vem com algumas especificidades. Como pesquisadores-cartógrafos, não nos contentamos⁶ em afirmar que o pesquisador chega à pesquisa com suas ideias pré-concebidas sobre o tema e que essas ideias pré-concebidas afetam o seu pesquisar.

Consideramos que as “ideias pré-concebidas” são importantes para o pesquisador já na definição de seu tema. Dificilmente um pesquisador trabalha com uma temática que não lhe afeta de forma alguma, e consideramos estes próprios afetos que levaram o pesquisador a se

⁶ Apesar de reivindicar a utilização da primeira pessoa do singular (ver nota de rodapé²), adoto a primeira pessoa do plural nas instâncias em que falo sobre posicionamentos e perspectivas decorrentes de discussões no grupo de pesquisa em Discurso, Produção de Subjetividades e Ética para ressaltar que se trata de uma contribuição coletiva.

interessar por um certo tema como importantes de serem relatados como parte da pesquisa, em um procedimento denominado “análise da implicação”. Neste procedimento, não se trata de explicar o porquê de trabalhar com um tema por um viés da “vontade” ou da “decisão consciente”. Marisa Rocha e Katia Aguiar definem a análise da implicação como: “uma análise do sistema de lugares ocupados ou que se busca ocupar ou ainda do que lhe é designado, pelo coletivo, a ocupar e os riscos decorrentes dos caminhos em construção” (ROCHA; AGUIAR, 2003, p. 72).

Isto é o que buscamos fazer – embora de forma modesta – no Capítulo 1 desta dissertação, “Como este tema me escolheu”. A crença na inevitabilidade da implicação do analista na pesquisa também é o motivo de não hesitarmos em escrever partes da mesma na primeira pessoa do singular.

Como já foi dito, a descrença na neutralidade do pesquisador não é uma novidade trazida pela cartografia. Para ilustrar apenas com um exemplo de nossa área, a própria análise do discurso reconhece tanto a existência de implicações por parte do pesquisador, como evidenciado por Dominique Maingueneau em *Discurso e Análise do Discurso* (2014):

Já pela própria escolha dos corpora que se atribui, o estudo do discurso repousa sobre avaliações. (...) O simples fato de se interessar por eles implica inevitavelmente assumir um posicionamento, ligado a interesses de ordem muito diversa. (MAINGUENEAU, 2015[2014], p. 59)

quanto a impossibilidade de um pesquisador ser “neutro” em sua pesquisa, também constatado por Maingueneau na mesma obra:

Reconhecer a existência de tais interesses é simplesmente reconhecer que a análise do discurso também é discurso, e que, ao falar do mundo, os locutores também procuram legitimar a posição de enunciação que constroem. (MAINGUENEAU, 2015[2014], p. 60)

Porém, para o pesquisador-cartógrafo, este reconhecimento da impossibilidade da neutralidade do pesquisador vai além da ideia posta por Maingueneau de que “sempre que falamos, falamos de alguma posição”. Em uma perspectiva cartográfica, “não há neutralidade do conhecimento, pois toda pesquisa intervém sobre a realidade mais do que apenas a representa ou constata em um discurso cioso das evidências.” (PASSOS; BARROS *In*: PASSOS et. al., 2015, p. 20-21)

Com efeito, a cartografia encara a pesquisa como uma pesquisa-intervenção, pois, ao produzir conhecimento, inevitavelmente interferimos em formas instituídas – por menor que seja tal interferência. Marisa Rocha e Katia Aguiar assim caracterizam esta modalidade de pesquisa:

Na pesquisa-intervenção, a relação pesquisador/objeto pesquisado é dinâmica e determinará os próprios caminhos da pesquisa, sendo uma produção do grupo envolvido. Pesquisa é, assim, ação, construção, transformação coletiva, análise das forças sócio-históricas e políticas que atuam nas situações e das próprias implicações, inclusive dos referenciais de análise.” (ROCHA; AGUIAR, 2003, p. 72)

Um exemplo desta intervenção na presente pesquisa é que, ao acompanharmos os processos de consolidação da fórmula “ideologia de gênero”, estaremos inevitavelmente contribuindo com a circulação da fórmula, estabelecendo novas nuances para seu significado, enfim, produzindo forças que atuarão na forma cristalizada que é “ideologia de gênero”.

2.2.2 Linguagem | Cognição | Representação | Criação

Anteriormente, recuperamos uma citação proveniente da Pista 1 de *Pistas do Método da Cartografia*, que propõe que “toda pesquisa intervém sobre a realidade mais do que apenas a representa ou constata em um discurso cioso das evidências” (PASSOS; BARROS *In*: Passos et. al., 2015, p. 20-21). Esta ideia é posteriormente expandida durante a Pista 7 do livro, quando os autores aplicam tal lógica não apenas ao pesquisar, mas à ideia de cognição em geral, ao afirmar que:

Conhecer não é tão somente representar o objeto ou processar informações acerca de um mundo supostamente já constituído, mas pressupõe implicar-se com o mundo, comprometer-se com a sua produção. (ALVAREZ; PASSOS *In*: PASSOS et. al., 2015, p. 131)

Consideramos proveitoso fazer um paralelo entre tal constatação e a nossa concepção de discurso, pois, para um analista do discurso que adota um posicionamento cartográfico, a enunciação, instância última de materialização do discurso, intervém sobre as formas instituídas mais do que apenas “comunica” ou “expressa ideias”.

Retomando, então, a citação de Alvarez e Passos em uma espécie de paráfrase: enunciar não é tão somente representar o objeto ou transmitir informações sobre um mundo supostamente já constituído, mas pressupõe implicar-se com o mundo, comprometer-se com a sua produção.

Com esta constatação, estabelecemos um posicionamento contrário a uma visão da língua como representação de uma realidade prévia. Mobilizamos também conceitos como “formas instituídas” e “linguagem-intervenção” que, assim como nosso posicionamento contrário a uma visão representacionista da língua, merecem ser desenvolvidos mais a fundo.

Quando nos apresentamos como contrários a uma visão da língua como representação de uma realidade prévia, rejeitamos uma série de possíveis formas de conduzir uma análise do discurso.

Ao elegermos a fórmula “ideologia de gênero” como tema central desta pesquisa, não supomos um objeto preexistente, que veio a ser batizado, em algum momento fundador, de “ideologia de gênero”, e diante do qual atores diversos – a Igreja Católica, a mídia “progressista” etc. – se posicionam. Trabalhar com o conceito de linguagem-intervenção é recusar este primado ilusório do referente. É reconhecer o objeto – no caso, a “ideologia de gênero” – como resultante da própria enunciação.

Nesta perspectiva, a “ideologia de gênero” é criada a partir da enunciação e reformulada a cada nova enunciação. A cada nova enunciação irrompem forças instituintes que atuam sobre a forma instituída do que é considerado “ideologia de gênero”, seja em nome da manutenção desta forma, seja em nome de algum deslocamento. O mesmo vale para todo referente, seja ele termos mais polêmicos e abstratos, como “polarização política”, “marxismo cultural”, “politicamente correto”, ou mesmo referentes que poderiam ser considerados concretos e auto evidentes à primeira vista, como “a criança”, “o indígena” ou “a travesti”.

Por esses motivos, o leitor não encontrará nesta pesquisa indagações como “o que *realmente* é a ideologia de gênero?”, “como a ideologia de gênero é *representada* por tal ou tal autor?”, ou até mesmo “existe ideologia de gênero?”. Não temos a pretensão de desvelar nenhuma realidade oculta em alguma “camada profunda” do texto por meio de nossa análise. Não cremos que haja, no contexto da análise do discurso ou fora dele, uma “verdade” a ser desvelada pelo pesquisador, “distanciado” e “neutro”, no ato de “aplicar” suas ferramentas ao texto analisado. Nesta linha, consideramos pertinente a colocação de Rocha sobre tal forma de pensar a pesquisa e o pesquisador:

Inútil acreditar que a verdade esteja lá, distante, bem guardada no interior dos textos e travestida sob a aparência enganosa da materialidade linguística que é preciso saber atravessar: a “verdade” que ele descobre é proporcional às lentes que ele próprio fabrica para proceder à leitura dos textos – uma verdade inventada pelas grades semânticas que ele próprio constrói, magicamente tornadas “naturais” num movimento de esquecimento desse seu momento prévio de invenção. (ROCHA, 2012, p. 49)

2.2.3 Formas Instituídas | Forças Instituintes

Em alguns momentos deste capítulo, aludiu-se a “forças instituintes” e “formas instituídas”. Considero esta discussão sobre “desvelar a realidade” um momento oportuno para definir mais a fundo tais conceitos que adotamos como pesquisador-cartógrafo. Falar sobre realidade é sempre complexo. Qualquer desvio do determinismo clássico que considera a existência “da realidade” como verdade autoevidente é o suficiente para que lhe enquadrem como um relativista para quem “não existe realidade” ou para quem “cada um tem sua realidade”.

O pesquisador-cartógrafo rejeita essas posições demasiado caricatas apresentadas acima ao considerar a realidade como formas instituídas em estado de metaestabilidade. Expliquemos aos poucos o que isto significa.

Ao falar de metaestabilidade, retomamos um conceito utilizado pelo filósofo Gilbert Simondon que, por sua vez, o pegou emprestado da termodinâmica, área na qual o estado de metaestabilidade refere-se, em termos leigos, a “qualquer estado que é instável, mas no qual as modificações são de tal forma lentas, que ele aparenta ser um estado de equilíbrio estável”⁷.

Na concepção de Simondon, o estado de metaestabilidade é utilizado para descrever as formas instituídas, e refere-se ao fato de que:

Enquanto o equilíbrio – que é o mais baixo nível de energia potencial – exclui o devir, a metaestabilidade indica uma dinâmica de devir que só se resolve em contínua transformação. Essa noção de metaestabilidade ganha um sentido especial quando tratamos de sistemas vivos nos quais o processo de individuação não culmina, mantendo o devir em constante processualidade. (PASSOS; BARROS *In*: PASSOS et. al., 2015, p. 23)

Portanto, ao qualificar o estado das formas instituídas como um de metaestabilidade, buscamos definir estas formas como aparentemente estáveis, cristalizadas, mas que estão continuamente sofrendo imperceptíveis mutações conforme forças agem sobre elas. Isto nos leva à qualificação destas formas como “instituídas”. Conforme explica Suely Rolnik, as formas instituídas correspondem à “experiência mais imediata que fazemos de um mundo, na qual o apreendemos em sua concretude e seus atuais contornos – aquilo que chamamos de realidade” (ROLNIK, 2019[2018], p. 51). Ou seja, as formas instituídas são tudo aquilo que,

⁷ Esta definição foi tirada do dicionário online de engenharia do site *Tecnológica*. Para uma definição mais detalhada e acadêmica do “estado de metaestabilidade”, ver PENROSE, O. & LEBOWITZ, J. L. *Rigorous Treatment of Metastable States in the van der Waals-Maxwell Theory*. Journal of Statistical Physics. V. 3, n. 2, p. 211-236. 1971.

no senso comum, denominamos “realidade” – incluindo nós mesmos, pois nossa “subjetividade” também é uma forma instituída.

Mas se as formas são “instituídas”, quem as institui? A resposta para esta pergunta seria: as forças instituintes. Estas forças são resultantes das mais diversas ordens de ações, ações essas que incluem, como já vimos, o discurso, pois, nesta perspectiva, não diferenciamos discurso de prática. Estas forças instituintes podem conduzir a uma desestabilização e lenta transformação das formas instituídas, ou à manutenção e reprodução das mesmas como se apresentam no momento atual.

O próprio ato de produzir esta dissertação, por exemplo, constitui uma forma de exercer forças não apenas sobre a forma instituída de “ideologia de gênero”, mas sobre a forma da escrita acadêmica, da análise do discurso, entre outras.

2.2.4 Discurso | Prática | Enunciação | Produção de Subjetividades

Retomemos o momento no qual afirmamos que “nesta perspectiva, não diferenciamos discurso de prática”. Ao assumir esta perspectiva, reivindicamos que enunciar, ao contrário do que rege o senso comum quando opõe “discurso” a “prática”, não se resume a “expressar ideias” ou “comunicar-se”. Esta concepção que adotamos se assemelha ao que Dominique Maingueneau denomina “prática discursiva”. Conceito de Michel Foucault, retomado e reformulado por Maingueneau em *Gênese dos Discursos* (1984) e posteriormente desenvolvido em *Novas Tendências em Análise do Discurso* (1987):

Falaremos de prática discursiva para designar esta reversibilidade essencial entre as duas faces, social e textual, do discurso. Assim procedendo, reformulamos um termo de Michel Foucault, que o utiliza para referir-se ao sistema que (...) regula a dispersão dos lugares institucionais passíveis de serem ocupados por um sujeito de enunciação. (MAINGUENEAU, 1997[1987], p. 56)

Posteriormente, em sua obra *Discurso e Análise do Discurso* (2014), Dominique Maingueneau parece dar papel central à “prática discursiva” na análise do discurso, como podemos ver na seguinte constatação:

O interesse específico que rege a análise do discurso é relacionar a estruturação dos textos aos lugares sociais que os tornam possíveis e que eles tornam possíveis. Aqui, a noção de “lugar social” não deve ser apreendida de maneira imediata (...). O objeto da análise do discurso não são, então, nem os funcionamentos textuais, nem a situação de comunicação, mas o que os amarra por meio de um dispositivo de enunciação simultaneamente resultante do verbal e do institucional. (MAINGUENEAU, 2015[2014], p. 47)

O conceito de prática discursiva foi posteriormente desenvolvido por pesquisadores brasileiros como Rocha, Deusdará e Giorgi, quando retomam o trecho de *Gênese dos Discursos* (1984) no qual Dominique Maingueneau constata que “no plano discursivo, o sujeito se produz simultaneamente à sua própria prática discursiva” (MAINGUENEAU, 2008[1984]), para concluir que “o enunciador se constitui em sujeito do discurso ao enunciar, o que produz uma circularidade entre sujeitos e textos.” (PAULA, ALMEIDA; GIORGI, 2018, p. 395).

Trata-se aqui do conceito de “enlaçamento enunciativo”, o qual Rocha e Deusdará descrevem na seguinte passagem:

Os enunciados só têm interesse quando efetivamente funcionam como tais, isto é, quando apreendidos na qualidade de correlatos de uma comunidade que os produz e que, a seu turno, por intermédio desses mesmos enunciados, ganha concretude. (DEUSDARÁ; ROCHA, 2018, p. 13)

Esta espécie de delineamento do sujeito durante a enunciação também passa a suscitar outros efeitos. Ao produzir um enunciado, o sujeito está inevitavelmente delimitando com quais discursos estabelece uma relação de aliança, com quais estabelece relações de oposição, em relação a quais discursos se constrói como aparentemente neutro, etc.

Pode-se perceber aqui que bastante ênfase é dada ao conceito de enunciado, o que faz sentido se levarmos em conta que me considero um pesquisador em Análise do Discurso de Base Enunciativa. Inclusive, já declarei anteriormente que, como pesquisador em Análise do Discurso, tomo a enunciação como instância privilegiada de materialização do discurso. Resta esclarecer com mais detalhes o que entendo por enunciado.

Para isso, retomarei uma leitura de *A Arqueologia do Saber* (1969) de Michel Foucault, realizada por Rocha⁸ à luz da Análise do Discurso de base enunciativa. Mais especificamente uma leitura da parte da obra na qual o filósofo francês aponta quatro características constitutivas de um enunciado. Simultaneamente a esta retomada, considerarei outras três características próprias a um enunciado para além das apontadas por Foucault e retomadas por Rocha.

A primeira das características apontadas por Foucault é a de que o enunciado está sempre ligado ao que ele denomina “referencial correlato”. Esse referencial correlato não corresponde simplesmente ao “contexto” do enunciado, tampouco corresponde a um referente material – real ou imaginário – que funcionaria como o significado para o significante. Segundo Foucault, “O que se pode definir como correlato do enunciado é um conjunto de

⁸ A leitura à qual me refiro é *Perspectiva Foucaultiana*, ensaio de Rocha que compõe o livro *Texto ou Discurso?*, organizado por Beth Brait e Maria Cecília Souza-e-Silva, publicado em 2012 pela editora Contexto.

domínios em que tais objetos podem aparecer e em que tais relações podem ser assinaladas.” (1995[1969], p. 104). Este referencial correlato funcionaria, então, de forma semelhante ao que a análise do discurso hoje denomina “condições de produção”.

A segunda característica apresentada por Foucault é a de que um enunciado está sempre atrelado a um sujeito. Nesse ponto, a concepção de sujeito de Foucault muito se assemelha à da Análise do Discurso, que o considera não como sujeito empírico, nem como sujeito gramatical, tampouco como instância produtora de enunciados, mas como uma posição – ou uma função – que é temporariamente ocupada por qualquer indivíduo no momento da enunciação.

A terceira característica é a de que o enunciado está sempre em relação a um “campo associado”, que eles têm “margens sempre povoadas de outros enunciados”. Assim como o referencial correlato, o campo associado não deve ser confundido com o contexto, ou mesmo com o co-texto, materialidade verbal que cerca um texto. Ao propor que o enunciado está sempre em relação a um “campo associado”, Michel Foucault considera que “Não há um enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente” (1995[1969], p. 114) mas principalmente que, “Não há enunciado que não suponha outros” (*idem*). Esta ideia, que não é estranha a quem está familiarizado com a linguística, se assemelha aos conceitos de interdiscurso – Pêcheux, Maingueneau etc. –, de heterogeneidade constitutiva – Authier-Revuz – e até mesmo ao dialogismo de Bakhtin.

A quarta e última característica do enunciado apontada por Foucault é a sua materialidade. Sem debruçarmo-nos na polêmica de se o enunciado é ou não repetível – uma discussão sem dúvida importante, mas que não cabe a essa pesquisa –, aproveitaremos desta quarta característica para ressaltar que o enunciado não se resume a sua materialidade linguística, que é apenas uma de suas partes constitutivas, assim como o são seus outros componentes aqui retomados: o referencial – suas condições de produção –, o sujeito – como posição – e o campo associado – as diversas formas de manifestação do interdiscurso. Maingueneau, inclusive, parece corroborar esta perspectiva quando afirma:

Uma análise do discurso (...) não se contenta com o estudo dos textos: ela os relaciona ao funcionamento das instituições que os produzem e os gerem. A atenção prestada às instituições que tornam um discurso possível e que este discurso torna possíveis é mais desestabilizadora do que muitas demonstrações relativas apenas a seus conteúdos. (MAINGUENEAU, 2015[2014], p. 61)

Anunciei anteriormente que considerarei outras características próprias a um enunciado – todas de certa forma interligadas – para além das apontadas por Foucault. São estas as de que:

- a) O enunciado é uma prática;
- b) O enunciado e o sujeito se constroem simultaneamente;
- c) O enunciado nunca é individual.

Neste mesmo subcapítulo, ao discorrer sobre “prática discursiva”, já foram apresentados argumentos para considerar o enunciado como prática. Igualmente, ao trazer o conceito de “enlaçamento enunciativo”, ilustramos o porquê de considerar que o enunciado e o sujeito se constroem simultaneamente. Porém, algo ainda não ficou claro sobre a concepção de sujeito. Debrucemo-nos, então, sobre a terceira característica: “o enunciado nunca é individual”.

Já vimos que, na análise do discurso, o “sujeito” não corresponde ao sujeito empírico, mas a uma posição que se assume ao enunciar. Porém, da maneira como concebemos, esta posição não corresponde a uma espécie de local vago preexistente, à espera de um indivíduo que irá ocupá-lo ao enunciar. Em nossa perspectiva, esse sujeito da enunciação – essa posição-sujeito, se preferir – é produzido simultaneamente ao ato de enunciar. Como vimos reafirmando ao longo deste texto, é durante a enunciação que o sujeito passa a tomar forma.

Ao discorrer sobre enlaçamentos enunciativos, Rocha e Deusdará declaram que os enunciados só têm interesse quando “apreendidos na qualidade de correlatos de uma comunidade que os produz e que, a seu turno, por intermédio desses mesmos enunciados, ganha concretude” (DEUSDARÁ; ROCHA, 2018, p. 13). Somando a isso, Maingueneau também traz importantes considerações ao retomar outros teóricos que recusam conceber o enunciado como uma produção individual:

A fala nunca é concebida como o lugar em que a individualidade se põe soberanamente: cada locutor está tomado pela sedimentação coletiva das significações inscritas na língua (Bakhtin). O sujeito não pode ser a origem do sentido (Pêcheux). (MAINGUENEAU, 2015[2014], p. 28)

Corroboramos a perspectiva de Rocha e Deusdará quando, somando às considerações de Maingueneau, afirmam que “nosso interesse precisa estar centrado fundamentalmente em agenciamentos: de que modo uma enunciação – sempre coletiva – encontra a materialidade de corpos que se agrupam em torno de enunciados produzidos” (DEUSDARÁ; ROCHA, 2018, p. 13)

Para investigarmos mais a fundo como este processo ocorre, lançamos mão do conceito de “produção de subjetividades”. Apesar de o conceito de “subjetividade” remeter a

certo individualismo, essencialismo e até mesmo ao liberalismo, concebemos a subjetividade de outra forma, como resultado de agenciamentos coletivos, como bem explica Rocha:

Trata-se, com efeito, da produção de um certo modo de subjetivação cujo mérito reside em descartar tanto uma concepção de sujeito que pressuponha algum grau de determinismo do sujeito (o “sujeito assujeitado” da ideologia e do inconsciente freudiano) quanto uma concepção (...) segundo a qual o sujeito tomaria decisões, faria escolhas, livre da intervenção de quaisquer fatores. (ROCHA, 2007, p. 116)

Nessa concepção de subjetividade como um constante processo de produção, o sujeito não é concebido nem de forma essencialista, como “sujeito da consciência”, “sujeito da razão”, “dono de si”, nem de forma determinista, como resultado previsível de posições – seja de qual ordem for – que ocupa na sociedade, como “o trabalhador do campo”, “a mulher negra”, etc. É isso que queríamos dizer quando, ao apresentamos os conceitos de “forças instituintes” e “formas instituídas”, afirmamos que cada subjetividade também é uma forma instituída.

Apesar da referência a “cada subjetividade”, não estamos, de forma alguma, reduzindo a questão ao nível do indivíduo pois, como ressalta Suely Rolnik:

Embora tal prática só possa realizar-se, por princípio, no âmbito de cada existência, ela não se dá isoladamente. Seu próprio motor não começa nem termina no indivíduo, já que sua origem são os efeitos das forças do mundo que habitam cada um dos corpos que o compõem e seu produto são formas de expressão dessas forças – processos de singularização com cada um deles, que se esculpem num terreno comum a todos e o transfiguram. (ROLNIK, 2019[2018], p. 38)

O conceito de “produção de subjetividades” leva em conta, assim, o papel central do contexto macropolítico no qual estamos inseridos: o “regime colonial-capitalístico”. Suely Rolnik apresenta da seguinte forma o conceito de “regime colonial-capitalístico” em seu livro *Esferas da Insurreição* (2018):

Se a base da economia é a exploração da força de trabalho e da cooperação intrínseca à produção para delas extrair a mais-valia, tal operação (...) foi mudando de figura com as transfigurações do regime ao longo dos cinco séculos que nos separam de sua origem. Em sua nova versão, **é da própria vida que o capital se apropria; mais precisamente, de sua potência de criação e transformação** na emergência de seu impulso (...), bem como da cooperação da qual tal potência depende para que se efetue em sua singularidade. **A força vital de criação e cooperação é assim canalizada pelo regime para que construa um mundo segundo seus desígnios.** (ROLNIK, 2019[2018], p. 32, grifos nossos)

Abro espaço para discordar, porém, de uma divisão efetuada pela autora. Acredito que tanto na “antiga forma” quanto na “atual forma” – se é que se pode fazer tal distinção –, são coexistentes ambas as maneiras de apropriação das forças, sejam as de trabalho, sejam as vitais – mais uma vez, se é que é possível fazer tal distinção. Com base em considerações de autoras do feminismo marxista, argumento que, ao estabelecer tal divisão, Rolnik minimiza a importância da luta de classes nos dias atuais, ao mesmo tempo que desconsidera a

apropriação da produção e reprodução social que se deu na época que chama de “capitalismo industrial”. Fora esta objeção, estamos de acordo com a caracterização feita pela autora das políticas vigentes no regime colonial-capitalístico.

Por este caráter não individual, o conceito de “produção de subjetividades” funciona como um bom substituto para o conceito de “ideologia” na análise do discurso. O conceito de “ideologia” apresenta vantagens ao contrapor a concepção essencialista de sujeito do modelo Cartesiano. Porém, ele continua carregando certo essencialismo ao pressupor a existência de uma “verdade” fora da ideologia, uma vez que esta é concebida como “falsa consciência”, “distorção da realidade”, que visa “legitimar o poder de uma classe dominante”.

A outra concepção corrente de “ideologia” na academia, que poderia ser compreendida como um “conjunto de pressupostos que conduzem a certa visão de mundo”, já é menos problemática à análise do discurso do que a concepção de Marx, uma vez que não presume ocultação ou distorção de uma suposta realidade não-ideológica. Esta é a concepção utilizada na análise do discurso de Michel Pêcheux, com base nas considerações de Louis Althusser. Segundo esta concepção, não há o exterior da ideologia. Ou melhor, cada ideologia tem seu exterior, mas o exterior de uma ideologia será sempre outra ideologia. O analista do discurso Paul Henry explica da seguinte forma:

Para ele há diferentes ideologias, diferentes posições ideológicas. Essas diferentes ideologias ou posições ideológicas são antagônicas (não em contradição). Assim, *uma* ideologia tem um “exterior”, mas este exterior é de outras ideologias. (HENRY *In: GADET; HAK, 2014[1990], p. 34*)

Apesar de abraçar esta segunda concepção de ideologia e reconhecer sua importância, não creio que este seja o melhor dispositivo analítico para trabalhar em uma pesquisa de base cartográfica, uma vez que esta busca trabalhar com o acompanhamento de processos. O conceito de “produção de subjetividades”, por sua vez, leva em conta esta dimensão da processualidade.

3 IDEOLOGIA DE GÊNERO: UM PANORAMA

Antes de partirmos para a análise do *córpus* primário, é necessário esclarecer que, se consideramos “ideologia de gênero” uma fórmula, não podemos perder de vista que “ser uma fórmula” não é característica imanente do termo “ideologia de gênero”. Alice Krieg-Planque considera que “a fórmula não existe sem os usos que a tornam uma fórmula” (2010[2009], p. 81), sendo assim, “o acesso de uma palavra à condição de fórmula é parte integrante da história dos usos dessa palavra” (*idem*, p. 19). Portanto, considero imprescindível tecer alguns comentários sobre a consolidação de “ideologia de gênero” como fórmula e sua circulação.

A dificuldade de “começar pelo meio” – comum experiência cartográfica – já apareceu no momento da construção do *córpus* de análise: a seção de justificação do PL 1.859/2015 do Deputado Federal Izalci Lucas (PSDB) e o documento eclesialístico *La Ideologia de Género: Sus Peligros y Alcances*, publicado pela Conferência Episcopal Peruana em 1998.

Entretanto, ao tomarmos o primado do interdiscurso como pressuposto, sabemos que esta delimitação dos dois textos aqui escolhidos como “*córpus* de análise” é apenas uma formalidade. A análise nunca se limitará a estes textos uma vez que estão atravessados por práticas discursivas das mais diversas ordens. Contando apenas as relações de interdiscursividade que se manifestam por meio da heterogeneidade mostrada (Authier-Revuz, 1999) obtemos uma quantidade extensa, que será trabalhada com detalhes durante os capítulos de análise do *córpus* primário.

Já em relação à natureza do conceito de fórmula, a busca por um suposto “momento fundador” desconsideraria que:

Na maior parte das vezes, a sequência preexiste formalmente a sua chegada à condição de fórmula. Não é, então, uma forma nova que o analista deve buscar, mas um uso particular, ou uma série de usos particulares, por meio dos quais a sequência assume um movimento, torna-se um jogo de posições, é retomada, comentada, para de funcionar no modo “normal” das sequências que nomeiam pacificamente e que usamos sem nem mesmo nos dar conta. (KRIEG-PLANQUE, 2010[2009], p. 82)

Proponho-me, então, a realizar um breve processo de narrativa do histórico do termo “ideologia de gênero” e de sua circulação no espaço público, com base principalmente em trabalhos nacionais e internacionais que já se propuseram a realizar este tipo de documentação.

Sabemos que o interdiscurso é como um rizoma. Não há início ou fim, e qualquer tentativa de capturá-lo em sua totalidade será um exercício em futilidade. O pesquisador-cartógrafo é forçado a “começar do meio”. Por isso, é sempre relevante ressaltar que o

caminho de textos por mim trilhado e agora narrado é apenas um dos possíveis fios a serem seguidos em meio a uma infinidade deles. Fio esse que, como demonstramos, não parte de livre escolha do desejo imanente do pesquisador, mas é resultado de suas implicações – já analisadas no primeiro capítulo.

Na perspectiva de pesquisador-cartógrafo e analista do discurso, sabe-se também que nenhuma narrativa é isenta de interesses, incluindo a que segue. Consideramos que a melhor maneira de lidar com este exercício de narratividade é, então, ao invés de fingirmos neutralidade ou distanciamento do tema, sermos sempre transparentes quanto a nossas motivações – pelo menos as que apreendemos em nível consciente –, perspectivas e critérios que utilizamos ao movermo-nos de um texto a outro.

Traçaremos, então, um breve histórico do termo “ideologia de gênero”. Porém, partiremos não de um suposto “momento fundador” da história do termo, mas do momento no qual o assunto começou a afetar minha subjetividade, e este embate de forças produziu a posição de pesquisador-cartógrafo na qual agora me encontro.

3.1 Traçando um histórico que “começa pelo meio” e não tem fim

Eu poderia aqui traçar uma linha do tempo da fórmula “ideologia de gênero”, acompanhar suas ocorrências, suas modificações, suas emergências, suas popularizações, suas circulações. Esse trabalho, porém, já está muito bem registrado por autores como Carnac, Garbagnoli, Patternote & Kuhar, Corrêa, Miskolci & Campana e Junqueira, e logo será revisto.

Dedicarei esta seção, então, a narrar meu percurso como pesquisador e meus encontros com o termo “ideologia de gênero”, que me guiaram para um caminho que deu origem a este trabalho.

Meu primeiro contato com o termo – ou pelo menos o primeiro contato que causou algum impacto – foi em postagens de “amigos” na rede social *Facebook*, em advento da controvérsia dos uniformes do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. A polêmica, que teve grande repercussão nas redes sociais e na mídia local, se deu em advento da publicação da Portaria N° 2449 de julho de 2016, que, entre outras determinações, atualizava as normas de uso dos uniformes escolares da instituição federal de forma que não separava categorias de

“uniforme masculino” e “uniforme feminino”, listando apenas as peças de roupa adequadas, como mostra a figura que segue:

Figura 3 – Normas de uniforme do Colégio Pedro II dispostas na portaria Nº 2449

UNIFORME ESCOLAR COMPLETO
• Camisa branca tradicional ou camisa branca com viés azul
• Calça de brim azul marinho ou saia de seis machos de tergal / gabardine azul marinho
• Meias brancas
• Sapatos ou tênis pretos, sem saltos, adereços ou desenhos de outra cor
• Emblema da série em curso costurado ao bolso da camisa
• Casaco liso azul marinho ou preto ou branco ou cinza

Fonte: (Ministério da Educação, 2016).

Ao seguir os *links* que levavam às páginas do *Facebook* das quais muitos destes “amigos” compartilhavam postagens, pude perceber que havia um movimento organizado de setores conservadores do parlamento e das redes sociais, cruciais para que o assunto fosse amplamente discutido na esfera pública, principalmente entre alunos e pais de alunos – agora não apenas do colégio em questão –, tendo como foco o fato de que o Colégio Pedro II teria “liberado saia para meninos”.

Entre estas páginas estavam páginas de políticos, como os então deputados do Partido Social Cristão (PSC) Pastor Marco Feliciano e Jair Bolsonaro; páginas de líderes religiosos como o pastor Silas Malafaia da igreja neopentecostal “Assembléia de Deus”, o Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Orani João Tempesta, e o Padre Paulo Ricardo, conhecido por seu ativismo virtual e sua forte presença midiática no canal de vertente Carismática Católica “Rede Canção Nova”; e páginas de grupos como “Brasil SEM Ideologia de Gênero”; “Mães Pelo Escola Sem Partido”; e “Pais do Col. Pedro II Contra Ideologia de Gênero e Doutrinação dos Alunos”.

A partir do contato com estas páginas, comecei a tomar ciência do Movimento Escola Sem Partido, e logo pude perceber que muitos de seus apoiadores propunham “o combate à ideologia de gênero”, de modo que, como bem coloca Luis Felipe Miguel (2016), esta se torna a bandeira principal do movimento, ofuscando o “combate à doutrinação marxista” que supostamente motivou sua fundação. A partir da pesquisa por estes Projetos de Lei “Escola Sem Partido”, passei a ter contato com semelhantes Projetos de Lei “contra a ideologia de

gênero” que surgiram como reação ao texto do Plano Nacional de Educação (PNE) – um acontecimento complexo que tentarei explicar de forma breve a seguir.

A primeira proposta do novo Plano Nacional de Educação (PNE) foi encaminhada à Câmara dos Deputados em dezembro de 2010. O termo ‘gênero’ constava em seu texto uma única vez, como uma das estratégias para alcançar a meta da universalização do atendimento escolar e elevação da taxa de matrículas no Ensino Médio – a estratégia 3.9 – que propunha:

Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação à orientação sexual ou à identidade de gênero, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão. (BRASIL, 2010a)

Após audiências públicas na Câmara dos Deputados, que contaram também com a presença de setores da sociedade civil, inúmeras emendas parlamentares foram acatadas pelo relator. Uma delas, crucial para compreender a eventual emergência da discussão sobre “ideologia de gênero”, alterava o inciso III do artigo 2º. Se, anteriormente, tal inciso propunha “superação das desigualdades educacionais” como uma das diretrizes que orientariam o planejamento e as políticas no Brasil, após a emenda o inciso III do artigo 2º torna-se mais específico: “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual, e na garantia de acessibilidade;” (BRASIL, 2010b)

Uma vez aprovado na Câmara dos Deputados, em outubro de 2012, o documento do PNE passou a tramitar no Senado Federal. Foi neste ambiente que se iniciaram os embates, principalmente em relação ao novo texto do inciso III, artigo 2º. Para fora do Senado Federal, mobilizações, principalmente nas páginas já citadas, difundiam um alerta de que o Plano Nacional de Educação estaria “promovendo a ideologia de gênero”, e clamavam por uma participação do povo para combater este mal. Tais mobilizações ajudaram na popularização do termo “ideologia de gênero” e serviram também para pressionar parlamentares a se opor à “inclusão da ideologia de gênero no PNE”.

Em dezembro de 2013, a atuação dos parlamentares foi bem-sucedida em retirar do inciso III do artigo 2º a “ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual, e na garantia de acessibilidade”, assim como o incentivo à “prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação à orientação sexual ou à identidade de gênero”. Por advento da atuação dos parlamentares, os dois trechos que anteriormente mencionavam o termo ‘gênero’ utilizam agora a construção vaga “quaisquer formas de discriminação” no texto do Plano Nacional de Educação, aprovado oficialmente em 25 de junho de 2014, como ilustrado a seguir:

superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação. (BRASIL, 2014);

implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão. (BRASIL, 2014)

Após a aprovação do PNE – sem menções a ‘gênero’ ou ‘orientação sexual’ – por meio da Lei 13.005 de 2014, a próxima etapa era a elaboração dos Planos Estaduais de Educação (PEEs) e Planos Municipais de Educação (PMEs), com base no texto final do PNE. Porém, no documento publicado ao final da segunda Conferência Nacional de Educação (Conae 2014), documento que seria enviado como referência para os estados e municípios construírem seus Planos de Educação, constavam mais uma vez os termos ‘gênero’ e ‘orientação sexual’.

Esse incidente reacendeu o debate, uma vez que grupos católicos passaram a acusar o Fórum Nacional de Educação, responsável pelo relatório da Conae 2014, de deliberadamente reintroduzir a “ideologia de gênero” no PNE através de uma manobra. As redes sociais serviram mais uma vez como palco de mobilização, dessa vez contando, inclusive, com manifestações diretas de setores oficiais da Igreja. Um exemplo é a divulgação de nota da Conferência Nacional de Bispos do Brasil sobre a “inclusão da ideologia de gênero” nos planos de educação. Houve também grande mobilização de movimentos não religiosos contra a “ideologia de gênero”, como as já mencionadas páginas de apoio ao Movimento Escola Sem Partido.

Conseqüentemente, o embate ampliou-se também no âmbito institucional, uma vez que parlamentares passaram a apresentar proposições – Projetos de Lei, Propostas de Emenda a Leis, Projetos de Decreto Legislativo, etc. – com o intuito de “vedar a ideologia de gênero” no âmbito educacional brasileiro.

Mas esses projetos não eram o único tipo de conteúdo compartilhado pelas páginas do Facebook aqui listadas. A partir de uma breve leitura das páginas, podemos perceber a difusão do termo “ideologia de gênero” por meio de diferentes modalidades textuais e em diferentes meios que sempre interagem entre si, como uma imensa rede. Entre as formas mais recorrentes de textos, encontramos vídeos de falas de políticos; vídeos de falas de entidades religiosas, em especial padres; artigos em sites de notícia de viés conservador alertando para os “perigos da ideologia de gênero”; e textos publicados em sites de divulgação de ideais do catolicismo – incluindo sites em inglês – alertando para os “perigos da ideologia de gênero”. Uma tendência entre estes textos é que estabeleçam ligações entre a discussão sobre “ideologia de gênero” e algum acontecimento recente.

Ao falar de forças “fundamentalistas religiosas” – termo pelo qual não tenho muito apreço – no Brasil, muito se alerta para os evangélicos, principalmente os pentecostais. São eles comumente os primeiros a receberem os rótulos de “alienados”, “intolerantes”, “fanáticos”, entre outras características pejorativas associadas a religião. Tal preconceção pode ser explicada pelo fato de serem os pastores pentecostais os líderes religiosos mais “barulhentos” na mídia, assim como pelo fato de a denominada “Bancada Evangélica” ter grande espaço e influência na política. Por isso meu espanto ao perceber que as páginas que compartilhavam os mais virulentos artigos sobre “ideologia de gênero” eram de orientação católica.

Ao ler alguns destes artigos, pude perceber diversas fontes em comum das quais eles tiravam a maioria de suas informações – frequentemente repetidas. Para facilitar a compreensão, disponho-me a separá-las em três ordens, sem perder de vista, é claro, a forma como todas estão entrelaçadas neste rizoma.

Quadro 2 – Relação de fontes da “1ª Ordem”: documentos e discursos oficiais do Vaticano

1ª Ordem: Documentos e Discursos Oficiais do Vaticano
(22 de novembro de 1981) – Exortação Apostólica <i>Familiaris Consortio – Ao Episcopado, ao Clero e aos Fiéis de toda a Igreja Católica sobre a Função da Família Cristã nos Dias de Hoje</i> , assinada pelo Papa João Paulo II
(1 de outubro de 1986) – Documento <i>Carta aos Bispos Sobre o Atendimento Pastoral das Pessoas Homossexuais</i> , publicado pela Congregação para a Doutrina da Fé, que tinha como prefeito, na época, o Cardeal Joseph Aloisius Ratzinger, futuro Papa Bento XVI.
(15 de agosto de 1988) - Carta Apostólica <i>Mulieris Dignitatem - Sobre a Dignidade e a Vocação da Mulher por Ocasão do Ano Mariano</i> , assinada pelo Papa João Paulo II
(2 de fevereiro de 1994) – <i>Carta do Papa João Paulo II às Famílias – Gratissimam Sane</i>
(25 de março de 1995) – Carta Encíclica <i>Evangelium Vitae</i> , assinada pelo Papa João Paulo II
(29 de junho de 1995) – <i>Carta do Papa João Paulo II às Mulheres</i>
(9 de novembro de 2000) – Documento <i>Família, Matrimônio e “Uniãoes da Fato”</i> , publicado pelo Pontifício Conselho para a Família, órgão do Vaticano então presidido pelo cardeal colombiano Alfonso López Trujillo
(3 de junho de 2003) – Documento <i>Considerações sobre os Projetos de Reconhecimento Legal das Uniãoes entre Pessoas Homossexuais</i> , publicado pela Congregação para a Doutrina da Fé, que ainda tinha Ratzinger como prefeito na época.
(31 de maio de 2004) – <i>Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre a Colaboração do Homem e da Mulher na Igreja e no Mundo</i> , publicado pela Congregação para a Doutrina da Fé, que ainda tinha Ratzinger como prefeito na época.
(13 de maio de 2007) – Documento <i>Conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe</i> , inaugurado por Joseph Ratzinger, agora Papa Bento XVI. Também conhecido como <i>Documento de Aparecida</i> .

(22 de dezembro de 2008) – <i>Discurso à Cúria Romana por ocasião dos votos de feliz-Natal</i> , proferido pelo Papa Bento XVI.

(21 de dezembro de 2012) – <i>Discurso à Cúria Romana na apresentação de votos natalícios</i> , proferido pelo Papa Bento XVI.
--

Muitos artigos “contra a ideologia de gênero”, compartilhados em sites de divulgação de ideais católicos, utilizavam citações de documentos oficiais do Vaticano para embasar seus argumentos. A maioria destes documentos, cartas e discursos foi publicada durante os pontificados de João Paulo II (1978-2005) e Bento XVI (2005-2013), pelos próprios pontífices ou através de órgãos como a Congregação para a Doutrina da Fé.

São pouquíssimos os documentos oficiais do Vaticano que mencionam diretamente o termo “ideologia de gênero” ou qualquer uma de suas variantes. Porém, é de suas formulações que vem considerável base argumentativa para sustentar muitos dos argumentos propagados pelo discurso “contra a ideologia de gênero”, a chamada “Teologia da Mulher e do Corpo”. Desenvolvida e divulgada pelo Papa João Paulo II e seu eventual sucessor Cardeal Ratzinger, a Teologia da Mulher e do Corpo tem entre suas bases a “diferença e a complementariedade entre os sexos”.

Quadro 3 - Relação de fontes da “2ª Ordem”: documentos publicados por órgãos paroquiais

2ª Ordem: Documentos Publicados por Órgãos Paroquiais
(Maio de 1988) – <i>La Ideologia de Género: Sus Peligros y Alcances</i> , documento publicado pela Conferência Episcopal Peruana e assinado pelo Bispo Auxiliar de Lima, Monsenhor Oscar Alzamora Revoredo. Baseia-se no ensaio <i>A Desconstrução da Mulher</i> (1995), de Dale O’Leary. Foi Traduzido para o português como <i>A Ideologia de Género: Seus Perigos e Alcances</i> em 9 de junho de 2008 pelo Apostolado Veritatis Splendor.
(14 de novembro de 2013) – Carta pastoral <i>A Propósito da Ideologia de Género</i> , publicada pela Conferência Episcopal Portuguesa
(25 de março de 2014) – <i>Reflexões sobre a “ideologia de gênero”</i> , texto do Arcebispo Dom Orani João Tempesta, publicado no site oficial da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro

A segunda ordem de textos que delimitamos se refere a publicações de pontífices e instituições católicas, na Europa e na América Latina, que possuem respaldo do Vaticano. Se os documentos aqui classificados como da 1ª ordem – os textos oficiais do Vaticano – mencionam o termo “ideologia de gênero” muito raramente, os textos da 2ª ordem têm como característica um tom muito mais incisivo, alarmista, de denúncia e alerta. Quanto à época de suas publicações, o mais antigo ao qual tive acesso data de 1998, e foi publicado pela Conferência Episcopal Peruana. Já o mais recente foi publicado pelo já mencionado Dom

Orani João Tempesta, Arcebispo da Arquidiocese do Rio de Janeiro, em 2014, data que coincide com os debates em torno do Plano Nacional de Educação 2014-2024.

Quadro 4 - Relação de fontes da “3ª Ordem”: artigos “científicos” de “especialistas”

3ª Ordem: Artigos “científicos” de “especialistas”
(1995) – Ensaio <i>A Desconstrução da Mulher</i> , de Dale O’Leary
(1997) – Livro <i>The Gender Agenda</i> , de Dale O’Leary
(2001) – Artigo <i>Qué quiere decir género? Em torno a um nuevo modo de hablar</i> , de Jutta Burggraf. Parte da coletânea <i>Léxico de termos Ambíguos e Discutidos sobre a Família, a Vida, e Questões Éticas</i> (2003) sob o título <i>Gênero (Gender)</i>
(2003) – Artigo <i>Homossexualidade e Homofobia</i> , de Tony Anatrella. Parte da coletânea <i>Léxico de termos Ambíguos e Discutidos sobre a Família, a Vida, e Questões Éticas</i> (2003)
(2010) – Livro <i>La Ideología del Género, O El Género como Herramienta de Poder</i> , de Jorge Scala
(2011) – Artigo <i>La Théorie du Genre comme un Cheval de Troie</i> , de Tony Anatrella. Prefácio da coletânea <i>Gender, la Controverse</i> (2011)

Já os textos que classifico como de “3ª ordem” referem-se a textos em sua maioria publicados em revistas acadêmicas e compilados de artigos, comumente assinados por um especialista como um “psiquiatra”, “antropólogo”, “jornalista” ou “advogado”. Esses textos fornecem argumentos pretensamente científicos sobre os perigos da “ideologia de gênero” que, por sua vez, vêm a embasar – além dos textos que encontrei sendo publicados por páginas católicas na internet – os textos que classifiquei como de “2ª ordem”. Ao mesmo tempo que se apresentam como autoridade científica e laica, esses artigos buscam construir a “ideologia de gênero” como um pensamento irracional, anticientífico e antinatural.

Consideramos esses textos de suma importância para a linha argumentativa que alerta quanto aos “perigos da ideologia de gênero”, pois legitima-os para além do discurso religioso, ao garantir a eles um embasamento acadêmico – normalmente científico ou jurídico. Tal característica será melhor explorada durante a análise do *cópus primário*.

Importante ressaltar, porém, que apesar de esses autores serem, de fato, acadêmicos em suas respectivas áreas, com livros publicados e artigos em cadernos científicos, trata-se de estudiosos católicos militantes, normalmente membros ou consultores de alguma organização reconhecida pelo Vaticano – como *think tanks* católicos ou a *Opus Dei* –, docentes de alguma universidade católica, ou possuem artigos publicados em revistas de tais instituições. Não ressaltamos isso, de forma alguma, para invalidar seus argumentos. Afinal, reconhecemos que todos nós somos sujeitos interessados e não somos capazes de sermos neutros nem mesmo ao fazer ciência. O problema é justamente a omissão dos interesses de

tais autores, assim como a omissão, à primeira vista, de seus laços com a igreja católica – tanto pelos próprios autores, quanto por quem os cita.

Como consta no Quadro 4, os autores dos textos aos quais me refiro como de “3ª ordem” incluem, mas não se limitam a: Dale O’Leary, Jutta Burggraf, Tony Anatrella e Jorge Scala.

A jornalista Dale O’Leary é pesquisadora na Associação Médica Católica, liderou a organização católica estadunidense *Women and Family Coalition* que esteve presente em reuniões da ONU na década de 1990, é membro da Opus Dei e da *National Association for Research and Therapy of Homosexuality* (NARTH), associação que promove a chamada “terapia de conversão”, vulgo “cura gay”. O texto mais influente de O’Leary é o livro *The Gender Agenda* (1997), inspirado em seu ensaio *A Desconstrução da Mulher* (1995), mas também são mencionados com frequência textos curtos da autora disponíveis em seu blog, como *Feminism* (1994), *Gender* (1995) e *Gender Theory* (2013), todos disponíveis em seu site pessoal.

O livro *The Gender Agenda* (1997) de Dale O’Leary é por muitos considerado a mais influente obra “contra a ideologia de gênero”, e nós compartilhamos dessa visão. Entre autores brasileiros que propagam o discurso “contra a ideologia de gênero” inspirados nos argumentos de O’Leary, Junqueira destaca Marisa Lobo, Olavo de Carvalho, Felipe Nery, Paulo de Barros Carvalho e Ives Gandra da Silva Martins. Ele ainda acrescenta, sobre a influência das obras de O’Leary:

Dona de um estilo simples, direto, esquemático, enfático, polêmico e de fácil assimilação, além de fazer uso de estratégias retóricas bem conhecidas, O’Leary vê seus argumentos e conjecturas serem replicados ad nauseam pelos integrantes dessa cruzada. Por isso, não é exagero afirmar que a sua produção, fortemente sintonizada com as formulações vaticanas, representou (e talvez ainda represente) um arsenal retórico e político que pautou, modulou ou nutriu as principais estratégias discursivas adotadas pelos movimentos antigênero nos anos seguintes. Seus artigos, em diferentes versões e traduções, são constantemente citados, divulgados e parafrazeados. Seus argumentos, insistentemente reverberados, e seus artifícios retóricos, seguidamente replicados, são munição de fácil manuseio para novas e eficazes arremetidas, além de ela mesma ser alvo de emulação por parte de outras lideranças femininas dos movimentos antigênero. (JUNQUEIRA, 2018, p.466)

Doutora em pedagogia, a alemã Jutta Burggraf é também formada em “teologia da mulher” pela Universidade de Navarra, uma universidade pontifical gerida pela Opus Dei (Fillod, 2014), e membro do departamento de “Teologia Dogmática” da mesma instituição (JUNQUEIRA, 2018). Duas de suas obras sobre mulher e religião, *Hacia um Nuevo Feminismo para el Siglo XXI* (2001) e *La Mujer em la Sociedad y en la Iglesia de Hoy* (2002) são utilizadas esporadicamente como referência nos textos aqui analisados.

Seu texto mais influente, *¿Que quiere decir género?* (2001) foi republicado sob o título de *Gênero* (“Gender”) no livro *Léxico de termos Ambíguos e Discutidos sobre a Família, a Vida, e Questões Éticas* (2003), coletânea de textos organizados e publicados pelo órgão do Vaticano então conhecido como “Pontifício Conselho para a Família”, que posteriormente cessou suas atividades e teve suas funções e competências assumidas pelo “Dicastério para os Leigos, a Família e a Vida”. Publicado originalmente em Italiano, o “Léxico” foi traduzido para diversas línguas, como o Francês (em 2005) e o Português (em 2006).

Outro influente texto de Burggraf, *“Genre”: l’idéologie du Gender*, foi publicado também em outra coletânea organizada pelo Pontifício Conselho para a Família, o livro *Gender, la Controverse* (2011).

Muitas vezes citado apenas como “psicanalista” ou “psicoterapeuta”, o padre francês Tony Anatrella – que recebeu o título de Monsenhor por João Paulo II – é outro autor frequentemente citado. Conhecido como “especialista em homossexualidade”, Anatrella apresenta em seus textos os “perigos da ideologia de gênero” de um ponto de vista da psicanálise. Um destes é o texto *Le conflit des modèles sexuels contemporains. A propos du concept de “gender”*, publicado na *Revue d’éthique et de théologie morale* em 2000.

O padre e psicanalista ganhou notoriedade na França após sua oposição contundente a projetos como o Pacto Civil de Solidariedade (PaCS), ao movimento *mariage pour tous* pelo casamento igualitário, à despatologização de pessoas trans e à criminalização da homofobia. Também tem artigos publicados em ambas as coletâneas organizadas pelo Pontifício Conselho para a Família, mencionadas anteriormente: o artigo *Homossexualidade e Homofobia* (2003) faz parte do *Léxico de termos Ambíguos e Discutidos sobre a Família, a Vida, e Questões Éticas*, e *La Théorie du Genre comme un Cheval de Troie* (2011) é o prefácio que abre o livro *Gender, la Controverse*.

Anatrella também já trabalhou como consultor para órgãos oficiais do Vaticano como o Pontifício Conselho para a Família e o Pontifício Conselho para a Pastoral no Campo da Saúde. Em 2012, publicou outro livro sobre “ideologia de gênero” e homossexualidade, intitulado *La Théorie du Genre et L’origine de L’homosexualité* (2012). Anatrella também realiza “terapias de conversão”. Em 2018 foi condenado por abuso sexual após ser denunciado em 2006 por suas pacientes.

Na perspectiva do direito, os livros *Género y derechos humanos* (2001) e *La Ideologia del Género, O El Género como Herramienta de Poder* (2010) do advogado argentino e

membro da Opus Dei, Jorge Scala, também são citados com certa frequência. O autor obteve sua maior relevância na América Latina com as discussões sobre o casamento igualitário na Argentina (2010) e no Brasil (2011) e chegou a viajar dando palestras e entrevistas.

Rogério Diniz Junqueira chama atenção para o crescimento na produção de textos por “especialistas técnicos” que alertam para os “perigos da ideologia de gênero”:

Políticos, gestores públicos, jornalistas, juristas, docentes, médicos/as, psicólogos/as, grupos não religiosos, entre outros, podem ser persuadidos a se unirem às hostes antigênero em defesa da ordem moral tradicional, hierárquica, autoritária e heteronormativa, agindo como se estivessem orientados por princípios técnicos, científicos, legais, democráticos, laicos, não ideológicos e em favor do interesse comum. Todavia, mesmo quando não explicitamente presente, a matriz religiosa tenderá a continuar soprando os papéis. (JUNQUEIRA, 2018, p.486)

3.1.1 Sobre o conceito de “ideologia de gênero” no feminismo marxista da década de 1980

Durante minhas pesquisas por ocorrências do termo “ideologia de gênero”, deparei-me com alguns textos feministas que trouxeram questões instigantes, as quais considero dignas de serem destacadas antes de prosseguirmos.

Antes mesmo de membros da Igreja Católica começarem a formular termos para denominar esse grande inimigo que assola a humanidade, hoje conhecido no Brasil como “ideologia de gênero”, esse mesmo sintagma já havia sido utilizado anteriormente em obras de feministas marxistas. Porém, essa afirmação que soa a princípio como um ponto a favor da teoria conspiratória do Vaticano acaba por revelar exatamente o oposto: a “ideologia de gênero” era justamente o sistema patriarcal de hierarquias que as feministas marxistas buscavam combater, não uma ideologia formulada pelas feministas marxistas a fim de destruir a família e implantar o comunismo na sociedade.

Apesar de não estar completamente de acordo com as formulações dessas teóricas feministas da década de 1980, considero importante expor o pensamento delas justamente para ilustrar a utilização do sintagma “ideologia de gênero” por um segmento feminista marxista. Assim, buscarei evidenciar brevemente a construção de uma “ideologia de gênero” em um contexto diferente, anterior a qualquer utilização do sintagma pela igreja.

Em sua obra *Women’s oppression today* (1980), Michelle Barrett

... procura encontrar na ideologia a resposta para a questão do significado social atribuído à diferença sexual. Ela define ideologia como o termo genérico para processos através dos quais o significado é produzido, questionado, reproduzido e transformado. Esses processos estão sempre historicamente inseridos na prática

material, desempenham um papel nas relações de produção e podem se tornar essenciais para a manutenção do sistema. (ARRUZZA, 2017, p.51)

Para Barrett, a ideologia de gênero desempenha um papel crucial nas relações de produção dentro do capitalismo. É a partir do conceito de ideologia de gênero, por exemplo, que Barrett explica o surgimento de um mercado de trabalho segregado pelo sexo na Grã-Bretanha entre 1840-1860, como mostra Cinzia Arruzza:

De acordo com Barrett, a ideologia de gênero pré-existente desempenhou um papel decisivo ao empurrar os sindicatos de trabalhadores manuais masculinos a oporem-se ao trabalho feminino e forçar as mulheres à esfera doméstica. (ARRUZZA, 2017, p.52)

Outra autora feminista que se utiliza do conceito de ideologia de gênero é Teresa de Lauretis, em *Tecnologias de gênero* (2019[1987]), ao analisar o artigo *The doubled vision of feminist theory* (1979), de Joan Kelly. Nesse artigo, Kelly argumenta contra a divisão marxista da realidade social em esfera pública e esfera privada, uma vez que, para esse feminismo, “o pessoal é político”. Ao comentar o artigo de Kelly, Lauretis escreve:

Na "dupla" perspectiva da análise feminista contemporânea, continua Kelly, podemos perceber duas ordens, a sexual e a econômica, operando juntas: "Em qualquer das formas históricas tomadas pela sociedade patriarcal (feudal, capitalista, socialista etc.), um sistema de sexo-gênero e um sistema de relações produtivas operam simultaneamente (...) para reproduzir as estruturas socioeconômicas e o domínio masculino da ordem social dominante". Dentro dessa "dupla" perspectiva, portanto, é possível perceber claramente como opera a **ideologia do gênero**: o "lugar da mulher", i.e., a posição atribuída à mulher por nosso sistema de sexo-gênero, como ela enfatiza, "não é uma esfera ou um território separado, e sim uma posição dentro da existência social em geral" (LAURETIS, 2019[1987], p.130, grifos nossos)

Teresa de Lauretis é crítica à ideologia de gênero ao longo de seu artigo, e aponta alguns de seus efeitos como, por exemplo, a associação imediata de “Mulher” a “Mãe”.

3.1.2 O Texto “Contra a Ideologia de Gênero” como Reação

Os textos que aqui menciono – principalmente da “2ª” e “3ª ordem” – também têm como tendência valer-se do discurso relatado para colocar em cena textos de autores diversos, alegando que estes textos estariam alinhados à “ideologia de gênero”. Assim, a estrutura que muitos deles seguem é uma espécie de “refutação” a autores das mais variadas épocas e campos do saber, com base em citações muitas vezes deturpadas, e tendo como premissa que todos compartilham do mesmo ideal de “defesa da ideologia de gênero”.

Ao ler os textos – das três ordens – que listamos até aqui, percebemos que todos parecem ter sido escritos em relação a algum evento específico. Um acontecimento capaz de produzir forças que puderam – por menor que tenha sido a desestabilização – abalar as formas instituídas das relações de produção e reprodução da vida, principalmente no tocante às relações sociais de sexo. Esse fenômeno é muito semelhante à proliferação de textos “contra a ideologia de gênero”, cuja circulação pude perceber meio à suposta “polêmica da saia” no Colégio Pedro II. Remetendo-nos à constatação de Krieg-Planque:

A fórmula circula com o apoio de certos usos que lhe dão um caráter conflituoso ou problemático, e com o apoio de acontecimentos ou de outros discursos que motivam sua utilização, que dão razões aos locutores para recorrerem a ela de uma maneira ou de outra. (KRIEG-PLANQUE, 2010[2009], p. 43)

Muitos foram os “acontecimentos com potencial para desestabilizar formas instituídas” em reação aos quais tais textos “contra a ideologia de gênero” foram escritos. Entre tais acontecimentos, podemos observar, na França, a chamada “querela dos manuais escolares” (Favier, 2012) que atravessou os anos de 2011 e 2012, foi publicada a coletânea de textos *Gender: la controverse* (2011) e o livro do padre e psicanalista Tony Anatrella, *La Théorie du Genre et L’origine de L’homosexualité* (2012). Já em 2010, na Argentina, frente à iminente aprovação do casamento igualitário, foi publicado o livro *La Ideologia del Género, O El Género como Herramienta de Poder* (2010) do advogado Jorge Scala.

Na Colômbia, acontecimentos como a proposição de um manual de convivência para ensinar docentes e funcionários de escolas a lidar com alunos LGBT, impulsionada pelo suicídio de Sergio Urrego, aluno homossexual de 16 anos que foi submetido a tratamentos psiquiátricos de conversão (vulgo “cura gay”) após ter seu relacionamento com outro aluno descoberto, foi o suficiente para iniciar uma campanha de desinformação e uma onda de manifestações “contra a ideologia de gênero” que culminaram no recolhimento do manual por parte do presidente Juan Manuel Santos e na renúncia da ministra da educação Gina Parody. Também foi crucial o discurso da “luta contra a ideologia de gênero” para convencer a população a votar pelo “não” em um referendo pelo acordo de paz com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) em 2016. (SERRANO, 2017; RONDÓN, 2017; ESGUERRA, 2017)

No Brasil, talvez o maior destes acontecimentos tenha sido a presença dos seguintes trechos na proposta de texto do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024:

Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação à orientação sexual ou à identidade de gênero, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão. (BRASIL, 2010a)

superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual, e na garantia de acessibilidade;” (BRASIL, 2010b)

Tais trechos, por mencionarem as palavras ‘gênero’ e ‘orientação sexual’, geraram as acaloradas discussões sobre o PNE 2014-2024 – assim como geraram diversas proposições legislativas “contra a ideologia de gênero”, incluindo aí o PL 1.859/2015 de Izalci Lucas. Diante destes debates, foram produzidos textos como *Reflexões sobre a “ideologia de gênero”* (2014) de Dom Orani João Tempesta e a nota *Ideologia de Gênero* (2015) emitida pelo Regional Oeste II da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

As discussões sobre o Plano Nacional de Educação, apesar de terem sido o acontecimento de maior magnitude, estão longe de ser o primeiro evento a desestabilizar formas instituídas de relações sociais de sexo a ponto de gerar textos “contra a ideologia de gênero”. Muitos outros acontecimentos se deram até culminar nesse, como, por exemplo, as discussões em torno da implementação do programa Brasil Sem Homofobia em 2004, a grande polêmica sobre o projeto de lei PLC 122/2006 que previa a criminalização da homofobia (SILVEIRA, 2015), as eleições presidenciais de 2010, o reconhecimento da união estável para casais do mesmo sexo pelo Supremo Tribunal Federal em 2011 (MISKOLCI; CAMPANA, 2017) e a Resolução n. 175/2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre casamento homoafetivo.

A segunda metade da década de 1990 e a primeira metade da década de 2000 também foi um período que presenciou volumosa produção de textos “contra a ideologia de gênero”, incluindo a mais influente delas, *The Gender Agenda* (1997) de Dale O’Leary. O fato também ocorreu como reação a um acontecimento desestabilizador: pesquisadores (GIRARD, 2007; CORRÊA, 2018) encaram este fenômeno como uma mudança na estratégia dos setores conservadores que buscavam conter o crescente avanço de políticas de *gender equality* nas reuniões promovidas pela ONU⁹.

Inicialmente, os setores conservadores se organizavam com líderes de países que se opunham a tais políticas – como a aliança entre Vaticano e países conservadores da América Central (El Salvador, Honduras, Nicarágua, etc.) e do Oriente Médio (Argélia, Egito, Irã, Marrocos, Paquistão e Sudão) – para influenciar votações a partir de estratégias como panfletagem e palestras durante as reuniões, mas devido ao fracasso de suas estratégias o

⁹ Dentre estas conferências encontram-se: a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento do Rio de Janeiro, em 1992 (Eco 92); o Fórum Global, também no Rio de Janeiro, em 1992; a Conferência Internacional de Direitos Humanos de Viena, em 1993; a Conferência de População e Desenvolvimento do Cairo, em 1994 (CIPD); a Cúpula de Desenvolvimento Social de Copenhague em 1995; e a IV Conferência Mundial das Mulheres em Pequim, em 1995 (IVCMM). Acrescentam-se aí as revisões +5 e Mais 10 da CIPD (respectivamente 1999 e 2004) e as revisões +5 e Mais 10 da IVCMM (respectivamente 2000 e 2005).

termo ‘gênero’ continuou presente nos documentos oficiais da ONU. Assim, sua estratégia pareceu mudar, e estas organizações conservadoras – entre elas a *Women and Family Coalition*, da qual participava Dale O’Leary – deixaram de lado a preocupação em convencer grandes dirigentes de órgãos intergovernamentais e voltaram os esforços de sua luta “contra a ideologia de gênero” para a sociedade civil.

Para além de *The Gender Agenda* (1997) de O’Leary, são várias as obras voltadas a alertar a sociedade civil dos “perigos da ideologia de gênero” publicadas neste intervalo de tempo. Entre elas podemos encontrar, por exemplo, o texto *La Ideologia de Género: Sus Peligros y Alcances* (1998), publicado pela Conferência Episcopal Peruana; e os artigos *Gênero (“Gender”)* (Burggraf, 2003) e *Homossexualidade e Homofobia* (Anatrella, 2003) na coletânea de textos *Léxico de termos Ambíguos e Discutidos sobre a Família, a Vida, e Questões Éticas* (Pontifício Conselho para a Família, 2003).

3.1.3 Como os Supostos “Ideólogos do Gênero” Respondem

Voltemos agora ao meu percurso de leitura. Após deparar-me com os diversos artigos em sites de divulgação de ideais católicos e conservadores – assim como toda esta gama de textos que data da década de 1990 –, passei a me perguntar: como as pessoas acusadas de “promover a ideologia de gênero” não se defendem disso? Elas não produzem conteúdo para desmentir estas desinformações?

Percebi não só que esse conteúdo existe, mas que ele também faz parte desta “rede discursiva” pela qual a fórmula “ideologia de gênero” circula, afinal, o que caracteriza uma fórmula como referente social é “o fato de que ela constitui, num momento dado, uma passagem obrigatória” (KRIEG-PLANQUE, 2010[2009], p. 56). Estes autores se veem coagidos a utilizar o termo “ideologia de gênero”, e tal coerção é característica da fórmula uma vez que um sintagma, para chegar ao *status* de fórmula, deve se tornar uma espécie de passagem obrigatória.

É claro que os autores de tais textos não utilizavam o termo “ideologia de gênero” com o mesmo significado que os autores dos textos divulgados em sites católicos e conservadores

– fenômeno da interincompreensão¹⁰ (MAINGUENEAU, 2008[1984]). Devemos sempre ter em mente que este status de “referente social” – ou passagem obrigatória – “não implica que a significação de que a fórmula se investe seja homogênea: ao contrário, suas significações são múltiplas, às vezes contraditórias.” (KRIEG-PLANQUE, 2010[2009], p. 90)

Dito isso, ao pesquisar por artigos em oposição a esse crescente discurso neoconservador dos “perigos da ideologia de gênero”, tive uma decepção. A esmagadora maioria dos artigos que encontrei¹¹ empenhavam-se em afirmar que “não existe ideologia de gênero” e esclarecer o que é o campo de “estudos de gênero”. Não observo muita eficácia na referida estratégia quando se trata de comunicação com o público geral. Afinal, como vimos até agora, estamos lidando com um conceito que mobiliza multidões e surte efeitos concretos no funcionamento da sociedade nos mais diversos âmbitos. Observamos aqui a linguagem-intervenção em efeito. Simplesmente negar sua existência não vai atenuar o problema.

Percebi posteriormente que compartilho tal visão com Rogério Junqueira, que escreve:

... há quem decida não dedicar especial atenção ao tema e outros que, ao abordá-lo, concluem pela inexistência da “ideologia de gênero”. Embora razoável, essa negação parece oferecer meios insuficientes ou pouco eficazes para enfrentar as armadilhas de uma estratégia discursiva que, de resto, investe com ímpeto na promoção de pânico moral. (JUNQUEIRA, 2018, p. 486)

Por isso, foi tamanha minha satisfação ao, posteriormente, encontrar artigos acadêmicos que lidam com o termo de uma forma que considero mais adequada. Tais artigos concebem a “ideologia de gênero” como uma realidade. Porém, uma realidade criada pelo discurso daqueles que se apresentam como contrários à mesma, em um curioso processo de produção-rejeição simultâneas que será um dos principais focos durante nossa análise do *cópus* primário. Esta percepção, mais uma vez, provou-se alinhada com a de Junqueira, que afirma:

¹⁰ Maingueneau (1984) compreende que cada discurso possui seu sistema de restrições semânticas. Por isso, para o autor, discursos interagem por meio de um processo de interincompreensão regrada, ou seja, “cada um introduz o Outro em seu fechamento, traduzindo os seus enunciados nas categorias do Mesmo e, assim, sua relação com esse Outro se dá sempre sob a forma do simulacro que dele constrói.” (Mussalim, 2009)

¹¹ Entre estes artigos que encontrei estão: *Afinal, existe a tal “ideologia de gênero”?*, publicado no site Justificando <<http://justificando.cartacapital.com.br/2015/11/20/afinal-existe-a-tal-ideologia-de-genero/>>; *Não é ‘ideologia de gênero’, é educação e deve ser discutido nas escolas, diz pesquisadora*, publicado no site HuffPost Brasil <https://www.huffpostbrasil.com/2016/03/25/nao-e-ideologia-de-genero-e-educacao-e-deve-ser-discutido-nas_a_21689459/>; *Gênero não é ideologia: explicando os Estudos de Gênero*, publicado no site Brasil 247 <<https://www.brasil247.com/pt/colunistas/geral/329339/G%C3%AAnero-n%C3%A3o-%C3%A9ideologia-explicando-os-Estudos-de-G%C3%AAnero.htm>>; *Professores da UFMG desmistificam ‘ideologia de gênero’*, publicado no site Esquerda Diário <<http://www.esquerdadiario.com.br/Professores-da-UFMG-desmistificam-ideologia-de-genero/>>; *Desideologizar a “ideologia de gênero”*, publicado no site Justificando <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/11/21/desideologizar-ideologia-de-genero/>>

Diante disso, uma alternativa seria confirmar e denunciar a existência da “teoria/ideologia de gênero” como fabulação ou arranjo componente de um projeto reacionário de poder. É estratégico e necessário afirmar a sua “existência” escancarando seus pressupostos ideológicos, sua elaboração fraudulenta, seu funcionamento retórico e seus fins políticos. “Teoria/ideologia do gender” existe: é uma invenção vaticana, urdida para acender uma controvérsia antifeminista e, assim, animar e orientar em termos discursivos e político-ideológicos uma reação ultraconservadora e antidemocrática, antagônica aos direitos humanos e, sobretudo, adversa aos direitos sexuais. (JUNQUEIRA, 2018, p.486)

Se os artigos jornalísticos tinham como proposta negar a existência da “ideologia de gênero” ou delimitar o que é – e o que não é – o campo de “estudos de gênero”, os artigos científicos engajam em outro tipo de polêmica em relação à fórmula. Segundo Krieg-Planque, “a polêmica pode recair sobre a realidade ou, ao contrário, sobre a inconsistência do referente que a fórmula supostamente designa” (2010[2009], p.102), e é exatamente isso que estes artigos acadêmicos, mencionados na introdução deste subcapítulo, buscam esclarecer.

Os trabalhos que retomo aqui são textos acadêmicos – de áreas como história, sociologia, psicologia, linguística e biologia – que se dispõem a traçar históricos do termo “ideologia de gênero”, categorizá-lo ou defini-lo de alguma forma, listar os diversos significados que ele é capaz de englobar e até mesmo buscar soluções para a crescente popularização do termo e suas consequências. Os históricos por eles traçados, apesar de referirem-se a regiões diferentes, não diferem tanto entre si e muito se assemelham – alguns mais que outros – aos acontecimentos que pude depreender anteriormente neste capítulo.

Com ênfase no caráter linguístico-discursivo da “ideologia de gênero” – inclusive reconhecendo o termo como fórmula –, mas voltado ao contexto francófono, estão os trabalhos de Anne-Charlotte Husson, como “*Théorie du genre*”: *une formule au cœur du discours antiggenre* (2014).

Já fora da área da Linguística, artigos como *La réception catholique des études de genre: une approche historique, en contexte francophone* (2012), do historiador Anthony Favier; *Le Vatican contre la dénaturalisation de l'ordre sexuel: structure et enjeux d'un discours institutionnel réactionnaire* (2014), da socióloga Sara Garbagnoli; e *L'invention de la “théorie du genre”: le mariage blanc du Vatican et de la science* (2014), da pesquisadora Odile Fillod, *A “teoria do gender” na Itália: um posicionamento circunstanciado sobre um significante flutuante* (2018), do professor de Filosofia Política Lorenzo Bernini; e “*Ideologia de gênero em movimento*” (2018), dos professores de Ciências Sociais David Paternotte e Roman Kuhar propõem remontar às origens do termo “ideologia de gênero” e investigar a difusão do mesmo pela Europa.

O mesmo empreendimento, mas desta vez em um cenário latino-americano, é realizado em artigos como *“Ideologia de gênero”*: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo (2017), trabalho a quatro mãos de Richard Miskolci e Maximiliano Campana, que buscaram retrair a genealogia desse termo e sua circulação na América Latina. Também na América Latina, mas com foco em sua circulação na Colômbia, encontramos artigos como *La tormenta perfecta: Ideología de género y articulación de públicos* (2017), de José Fernando Serrano; *La ideología de género como exceso: Pánico moral y decisión ética en la política colombiana* (2017), de Manuel Rondón; e *Cómo hacer necropolíticas en casa: Ideología de género y acuerdos de paz en Colombia* (2017), de Camila Esguerra.

Já em relação ao contexto brasileiro, destacam-se trabalhos como *A “Ideologia de gênero” na discussão do PNE: a intervenção da hierarquia católica* (2015), de Maria José Rosado-Nunes, e o importantíssimo dossiê *Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero* (2018), organizado por Sonia Corrêa e Marco Aurélio Máximo Prado e publicado no número 43 da Revista Psicologia Política, que conta com importantes artigos como *“Ideologia de gênero”*: estratégia argumentativa que forja cientificidade para o fundamentalismo religioso, de Tatiana Lionço et. al.¹²; *Discursos ultraconservadores e o truque da “ideologia de gênero”*: gênero e sexualidade em disputa na educação, de Amana Mattos; *Gênero e seus/suas detratores/as: “ideologia de gênero” e violações de Direitos Humanos*, de Roger Rios e Alice Resadori; *A Educação e o presente instável: repercussão da categoria “ideologia de gênero” na construção do respeito às diferenças*, de Ana Paula Vencato et. al.¹³; e *A tentativa reacionária de censura nos currículos escolares: compreendendo a subversão mutua entre as lógicas de socialização e subjetivação*, de Fernando Penna.

Talvez o escrito de maior abrangência e mais rico em detalhes desse dossiê seja *A invenção da “ideologia de gênero”*: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero, de Rogério Diniz Junqueira que, ao ser publicado, abriu novos caminhos para esta pesquisa que agora produzo.

Todos estes artigos serviram também para evidenciar um caráter da fórmula apontado por Krieg-Planque: a circulação da fórmula de língua a língua. Se em contexto francófono a variante prototípica da fórmula é “théorie du genre”, em um contexto latino-americano

¹² Ana Clara de Oliveira Alves, Felipe Mattiello e Amanda Machado Freire

¹³ Rafaela Lacerda da Silva e Rodrigo Lessa Alvarenga

privilegia-se o termo “ideologia de gênero/*ideologia de género*”, relegando “teoria de gênero” à categoria de uma variante qualquer.

Assim, tanto os artigos acadêmicos que citei quanto esta própria dissertação participam desta enorme rede discursiva pela qual circula a fórmula “ideologia de gênero”. Estamos alimentando sua circulação tanto quanto os autores que alertam a sociedade para “os perigos da ideologia de gênero”. Porém, se as forças produzidas nesta dissertação e em outras produções acadêmicas – como as de Junqueira, Fillod, Husson, Favier, Mattos, Rosado-Nunes, Amaya, Carnac, Garbagnoli, Miskolci & Campana, Paternotte & Kuhar, etc. – contribuem com a desestabilização da forma instituída “ideologia de gênero”, reformulando-a como um artifício criado pela igreja católica e utilizado por diversos setores conservadores da sociedade como estratégia de criação de consensos políticos em torno de um “inimigo comum”, as forças produzidas pelos autores que se denominam “contra a ideologia de gênero” servem para cristalizar a “ideologia de gênero” na forma como eles a concebem.

Cabe a esta dissertação acompanhar os processos de construção do objeto “ideologia de gênero” em textos nos quais autores que se denominam “contra a ideologia de gênero” buscam apresentar a “ideologia de gênero” a seus leitores. Assim, acredito que seremos mais capazes para produzir forças a fim de desestabilizarmos esta forma por eles instituída.

3.2 “Ideologia de gênero” como estratégia de monopólio sobre a enunciação do termo gênero

Neste subcapítulo, expresso uma inquietação que tenho diante da nomenclatura dada ao movimento “contra a ideologia de gênero” em muitos trabalhos que li, especialmente os que constam no dossiê da revista *Psicologia Política, Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero*, organizado por Sônia Corrêa e Marco Aurélio Máximo Prado. Trata-se aqui do adjetivo “antigênero” para qualificar o discurso autointitulado “contra a ideologia de gênero”, como é o caso em termos como “cruzada antigênero” e “ofensiva antigênero”.

Reconheço a capacidade de síntese da expressão, assim como sua utilidade em diversos contextos, especialmente nos de divulgação e conscientização quanto ao fenômeno. Porém, evitarei sua utilização nesta pesquisa a fim de enfatizar um fenômeno que considero central às análises que seguem.

Sustento a posição de que os que se dizem “contra a ideologia de gênero” estão longe de serem antigênero: eles estão aí para reforçar cada vez mais as estruturas opressoras e limitantes da ordem vigente das relações de gênero. E, para fazer isso, eles precisam monopolizar o discurso que constrói gênero e sexualidade, silenciando perspectivas dissidentes através de táticas como a criminalização e a desqualificação.

Ao tratar da relação de atores da formação discursiva “contra a ideologia de gênero” com o conceito de ‘gênero’, posiciono-me de forma semelhante a Flavia Melo, professora da Universidade Federal do Amazonas. Em entrevista concedida dia 8 de janeiro de 2020 ao podcast de política internacional *Chutando a Escada*, Melo propõe que:

A gente tem acompanhado nos últimos anos uma disputa em torno do conceito de ‘gênero’. Então, se a gente toma radicalmente as proposições da Butler, por exemplo, a gente vai entender que ao enunciar a expressão “ideologia de gênero” se está produzindo gênero também, e se tem aí uma disputa (...). Essas circunstâncias se dão em um campo de disputas pelo ‘gênero’, há uma disputa pela enunciação do que é ‘gênero’. (MELO, 2020, p. 17:50)

Acrescento, com a visão foucaultiana do discurso apresentada anteriormente, que ao querer reivindicar o monopólio da enunciação do termo ‘gênero’, os que se dizem “contra a ideologia de gênero” consequentemente reivindicam o monopólio da construção das realidades produzidas por tal enunciação.

Nesse processo, o discurso “contra a ideologia de gênero” é extremamente bem sucedido em duas empreitadas que serão analisadas mais a fundo no próximo capítulo: 1) o cultivo e expansão de um público fiel que, a partir dos afetos que o movem, adere a este discurso independentemente de sua fatualidade; e 2) a criminalização de tudo e todos por eles classificados como “ideólogos do gênero”, “feministas do gênero”, “promotores da ideologia de gênero”, etc., legitimando e autorizando, assim, o uso da força contra estes sujeitos.

4 ANÁLISE DO CÓRPUS PRIMÁRIO

Temos como objetivo, nesta pesquisa, mapear não o processo de circulação da fórmula “ideologia de gênero”, pois acreditamos que muitos dos trabalhos aqui já citados dão conta deste levantamento de forma excepcional. O que buscamos aqui é mapear um processo um pouco menos explorado, mas que consideramos crucial para a compreensão do fenômeno da “ideologia de gênero”: o processo de consolidação do sintagma em fórmula, com foco nos efeitos de sentido que ela encapsula.

Para isso, construímos nosso corpus principal de análise a partir de dois textos. O primeiro deles é *La Ideologia de Género: Sus Peligros y Alcances*. Publicado pela Conferência Episcopal Peruana em maio de 1998 e confeccionado pelo Bispo Auxiliar de Lima, Monsenhor Oscar Alzamora Revoredo, o texto marca o primeiro registro do sintagma “ideologia de gênero” em um documento eclesiástico. Como consta em sua introdução, o texto é direcionado ao povo, com o intuito de divulgar “os perigos e alcances da ideologia de gênero”, ideias que, até então, estavam restritas às disputas que se deram nas conferências da ONU e a textos de intelectuais católicos – leigos ou sacerdotes – com pouca circulação fora de nichos mais ortodoxos.

O documento da Conferência Episcopal Peruana também passou a fazer parte do já mencionado *Lexicon: termini ambigui e discussi su famiglia, vita e questioni etiche* (2003), que foi traduzido para o português em 2006. Uma outra tradução, disponibilizada online em 9 de junho de 2008 pelo Apostolado Veritatis Splendor com o nome de *A Ideologia do Gênero: Seus Perigos e Alcances*, é indicação de atores que se dizem “contra a ideologia de gênero” como uma leitura introdutória que ajuda a compreender o que é a “ideologia de gênero”.

Como consta ao final do texto, o documento foi elaborado com base em um escrito da já mencionada autora católica Dale O’Leary, escrito após sua participação nas conferências da ONU: “Este relatório foi realizado com base no relatório ‘A Desconstrução da Mulher’, de Dale O’Leary, retirado do Site da Conferência Episcopal do Peru” (Conferência Episcopal Peruana, 2008[1998], p.15).

Além deste documento eclesiástico de 1998, construímos nosso corpus de análise com um texto mais recente, porém muito semelhante ao documento da Conferência Episcopal Peruana, tanto em função quanto em formato. Trata-se do texto que compõe a seção de “Justificação” do Projeto de Lei Nº 1859, apresentado em junho de 2015, em âmbito Federal,

pelo Deputado Federal Izalci Lucas (PSDB-DF) e assinado também pelos deputados federais Givaldo Carimbão (PROS-AL), João Campos (PSDB-GO) e Alan Rick (PRB-AC).

O projeto de lei em questão tem como objetivo propor o acréscimo do seguinte parágrafo ao artigo 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional):

“A educação não desenvolverá políticas de ensino, nem adotará currículo escolar, disciplinas obrigatórias, ou mesmo de forma complementar ou facultativa, que tendam a aplicar a ideologia de gênero, o termo ‘gênero’ ou ‘orientação sexual.’” (LUCAS, 2015)

Em uma proposição legislativa, a seção de justificativa/justificação tem a finalidade de apresentar argumentos para legitimá-la, como podemos observar em definições apresentadas no site oficial da Câmara dos Deputados e no *Dicionário Jurídico Brasileiro* de Washington dos Santos:

5. O que é Justificativa ou Justificação de uma proposição?

É um texto que acompanha os projetos de lei e, em geral, as demais proposições com origem no Poder Legislativo, que visa a explicar a proposta e/ou expor as razões de se editar a norma. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019)

Justificação – *S.f.* (...) no Direito Parlamentar, demonstração que se fundamenta na legitimidade e admissibilidade de emenda oferecida a certo dispositivo legal em discussão numa câmara legislativa ou das razões do voto dado numa assembleia deliberativa ou tribunal. (SANTOS, 2001)

A justificação do PL 1.859/2015, como veremos adiante, vem não apenas para justificar por que o governo deve rejeitar a “ideologia de gênero”, mas também para apresentar aos leitores a “ideologia de gênero”, seus perigos e seus alcances. Proponho-me, agora, a apresentar uma descrição da estrutura básica dos dois textos que serão analisados.

Ambos os textos constroem um objeto comumente denominado “ideologia de gênero” / “ideologia do gênero” e visam defini-lo para o eventual leitor. Eles constroem históricos muito semelhantes da “ideologia de gênero”, alertam o interlocutor a suas características traiçoeiras, totalitárias, colonizadoras, e aos seus efeitos nefastos às crianças, às famílias, às mulheres, à sociedade etc. Em ambos os casos, todo esse processo é conduzido em um texto que entrelaça o fio do discurso do enunciador com citações diretas de autores considerados “promotores da ideologia de gênero” e interpretações do enunciador sobre tais citações.

Assim, apesar de ser a formação discursiva dos próprios autores a responsável por conceber o termo “ideologia de gênero”, estes se denominam “contrários à ideologia de gênero”. E nesta paradoxal criação-rejeição, os textos constroem a “ideologia de gênero” – este objeto fruto de sua formação discursiva – como uma criação da formação discursiva deste

“outro” que consideram o inimigo, rotulando-os de “feministas do gênero”, “promotores da ideologia de gênero”, “feministas radicais”, “partidários do gênero”, entre outras variantes.

Ambos os textos apresentam uma estrutura semelhante para argumentar a favor deste ponto. Tal estrutura faz uso extensivo do discurso relatado em uma estratégia que apresenta o discurso dos supostos “promotores da ideologia de gênero” em instâncias de discurso direto, na forma de citações, encadeado com instâncias de discurso indireto e discurso segundo que funcionam como um filtro, um direcionamento do enunciador para interpretações equivocadas das citações anteriormente retomadas através do discurso direto, com o fim de corroborar sua tese dos perigos da “ideologia de gênero”.

Para adicionar mais uma camada problemática, muitas das supostas citações às quais os autores recorrem como discurso direto apresentam-se de forma deturpada – em maior ou menor grau – quando comparadas às obras originais.

O papel central do discurso relatado na construção do objeto “ideologia de gênero” será discutido mais profundamente em subcapítulos seguintes. Entretanto, antes de lidar com as problemáticas que envolvem o discurso relatado na estruturação dos textos analisados, preciso apresentar com mais detalhes o que considero o fio condutor que segui para chegar neste ponto da pesquisa – a fórmula “ideologia de gênero”.

4.1 A fórmula e suas variantes: ideologia e ideólogos

Já estabelecemos que, para os fins desta pesquisa, consideramos “ideologia de gênero” como uma fórmula. Com isso, não estamos pressupondo que ser uma fórmula é característica imanente do termo “ideologia de gênero”. Na verdade, comungamos da visão de Krieg-Planque, conforme a qual:

A noção de uso é determinante no estudo de uma fórmula, no sentido de que não existe fórmula “em si”, mas, antes, um conjunto de práticas languageiras e de relações de poder e opinião, em um momento dado, em um espaço público dado, que gera o destino “formulaico” de uma sequência verbal (podendo ela estar presente, eventualmente, por meio de diferentes variantes, todas formalmente delimitáveis e relativamente estáveis do ponto de vista da descrição linguística que delas se pode fazer). (KRIEG-PLANQUE, 2010[2009], p. 14)

O conceito de variante já foi evocado no Capítulo 2 desta dissertação. Nele ressaltamos que, se a fórmula é um “objeto descritível nas categorias da língua”, ela não é uma forma perfeitamente estável, uma vez que há “variantes”: sintagmas com equivalente

valor semântico e possibilidades de aplicação que, muitas vezes, são usados no lugar do que Krieg-Planque denomina “variante prototípica” da fórmula, ou seja, a forma material mais comum desta fórmula.

Em nosso caso, a forma prototípica da fórmula com a qual trabalhamos é “ideologia de gênero”. Após várias leituras atentas do cópuz que construímos para fins desta pesquisa, identificamos diversos termos – de ordens diferentes – que consideramos pertinentes de serem enquadrados como variantes da fórmula “ideologia de gênero”.

Gostaríamos de ressaltar, porém, que os dados que apresentaremos a seguir não tratam de uma lista exaustiva das possíveis variantes da fórmula “ideologia de gênero”, uma vez que o discurso é vivo, e há de surgir novas variantes conforme as restrições impostas pelas condições de produção.

4.1.1 A ideologia

Sob esta primeira ordem, agrupamos a variante prototípica “ideologia de gênero”, assim como outras variantes que são utilizadas como sinônimo. Como vimos no capítulo *Ideologia de Gênero: um panorama*, a chegada de um termo ao status de fórmula é um processo. Assim, muitas das variantes que classificamos sob esta ordem são resquícios de “nomes tentativos” já utilizados para rotular o que hoje chamam de “ideologia de gênero”, uma vez que, como ressalta Rogério Junqueira:

De fato, desde a segunda metade dos anos 1990, ao longo de um esforço para encontrar combinações que melhor funcionassem nos espaços midiático e político, têm sido numerosas as suas formas de declinação nos documentos da Cúria Romana, das conferências episcopais e de seus aliados. Eis alguns exemplos: teoria do gender, ideologia (do) gender, ideologia de gênero, ideologia da ausência de sexo, ideologia confusa de gênero, loucura de gênero, teoria do gênero sexual, teoria subjetiva do gênero sexual, teoria artificiosa do gender, teoria do gênero queer, teoria do gênero transexual, teoria do gênero radical, ideologia radical de gênero, teoria feminista do gênero, teoria feminista radical, teoria feminista violenta, ideologia ultrafeminista do gender, ideologia do Women’s empowerment, ideologia pós-feminista do gênero, ideologia do pensamento único homossexualista, ideologia comunista do gênero, teoria americana do gender, ideologia mundialista (ou globalista) do gênero, ideologia LGBT, ideologia do lobby gay, ideologia ocidental homossexual e pró-aborto, ideologia sodomita, ditadura do gender, ditadura ideológica do gender, totalitarismo de gênero, gender-terror, genderismo, ou simplesmente gênero ou gender, em si mesmo, uma ideologia. (JUNQUEIRA, 2018, p.459-460)

Quadro 5 – Variantes da fórmula utilizadas como sinônimo de “ideologia de gênero”

Variante		Ocorrências
Ideologia	Ideologia de gênero	(2015, p.1); (2015, p.5); (2015, p.6); (2015, p.10, citação de Padre José Eduardo de Oliveira); (2015, p.10, citação de Oliveira); (2015, p.10, citação de Oliveira); (2015, p.11, citação de Oliveira); (2015, p.11); (2015, p.12); (2015, p.12); (2015, p.12); (2015, p.13); (2015, p.13)
	Ideologia do gênero	(1998, p.1)
	Toda uma ideologia	(1998, p.1)
	A mencionada ideologia	(1998, p.1); (1998, p.5)
	A ideologia	(2015, p.2)
Feminismo	Feminismo do gênero	(1998, p.4, citação de Christina Hoff-Sommers); (1998, p.4); (1998, p.5); (1998, p.5); (1998, p.13); (1998, p.14); (1998, p.15); (1998, p.15)
	Feminismo radical	(1998, p.7)
Perspectiva	Perspectiva do gênero	(1988, p.2); (1998, p.2); (1998, p.4); (1998, p.5); (1998, p.12); (1998, p.12); (1998, p.15); (1998, p.15)
	Nova perspectiva	(1998, p.2); (1998, p.2); (1998, p.6); (1998, p.7)
Agenda	Agenda de gênero	(2015, p.11, citação de Padre José Eduardo de Oliveira)
	Agenda feminista	(1998, p.7)
Outros	Todo esse absurdo	(2015, p.11, citação de Padre José Eduardo de Oliveira)

4.1.2 Os ideólogos

Podemos observar que o autor do documento aqui analisado se constrói como sujeito contrário à “ideologia de gênero”. Levando em conta o pressuposto do Primado do Interdiscurso, reconhecemos que uma comunidade discursiva não é concebida a partir de si mesma, mas a partir de relações estabelecidas no interdiscurso. Portanto, para se estabelecer uma comunidade discursiva “contra a ideologia de gênero”, esses autores necessitam construir, simultaneamente, uma comunidade discursiva “a favor da ideologia de gênero”.

Assim, essa segunda ordem engloba as variantes da fórmula utilizadas para se referir aos atores que supostamente promovem a “ideologia de gênero”. Ao longo das seções de justificativa, encontramos as seguintes variantes desta ordem:

Quadro 6 - Variantes da fórmula utilizadas para designar atores que supostamente promovem a “ideologia de gênero”

Variante		Ocorrências
Feminista	Feministas do gênero	(1998, p.3); (1998, p.3); (1998, p.4); (1998, p.4); (1998, p.4, citação de Christina Hoff-Sommers); (1998, p.5); (1998, p.6); (1998, p.8); (1998, p.8); (1998, p.10); (1998, p.10); (1998, p.12); (1998, p.12); (1998, p.12); (1998, p.13); (1998, p.13); (1998, p.14); (1998, p.14); (1998, p.14); (1998, p.15); (1998, p.15)
	Feminista radical	(1998, p.2); (1998, p.7); (1998, p.14)
Promotor	Promotores do “gênero”	(1998, p.6); (1998, p.10); (1998, p.13)
	Promotores da nova perspectiva	(1998, p.2)
	Promotores da “perspectiva do gênero”	(1998, p.9)
	Promotores desta “perspectiva”	(1998, p.4)
	Seus principais promotores	(1998, p.2)
	Seus promotores	(2015, p.2)
Defensor	Defensores do “gênero”	(1998, p.12)
	Defensores da “perspectiva do gênero”	(1998, p.9)
	Apaixonados defensores da “nova perspectiva”	(1998, p.6)
Partidário	Partidários da “perspectiva do gênero”	(1998, p.2)
	Partidárias da perspectiva em questão	(1998, p.7)
Outros	Proponentes desta ideologia	(1998, p.1); (1998, p.1)
	Ideólogos do gênero	(2015, p.11, citação de Padre José Eduardo de Oliveira)
	Artífices da nova “perspectiva do gênero”	(1998, p.10)
	Donos da “nova perspectiva”	(1998, p.14)

4.2 Discurso Relatado

Buscamos aqui observar como, por meio das relações de intertextualidade estabelecidas no texto, são instituídas duas formações discursivas (FDs) distintas: uma “contra a ideologia de gênero” e uma “a favor da ideologia de gênero”. Observaremos também como, ao apresentarem os atores que participam da suposta FD “a favor da ideologia de gênero”, simultaneamente constrói-se uma espécie de linha do tempo da história da “ideologia de gênero”. Além disso, analisaremos os efeitos de sentido recorrentes que ajudam a FD “contra a ideologia de gênero” a construir o objeto “ideologia de gênero”.

É importante ressaltar que nenhuma comunidade que produz – ou é produzida por – um discurso é homogênea, embora muitas vezes assim pareça. Portanto, quando lanço mão do conceito de formação discursiva nesta dissertação – para me referir a uma “formação discursiva contra a ideologia de gênero”, por exemplo –, trata-se de um recorte estabelecido pelo analista, com base em critérios que serão explicitados, a fim de facilitar a análise, não existindo relação direta entre uma formação discursiva e um grupo social empírico correspondente diretamente a ela.

No caso desta análise, o critério é simples. Considerarei como “formação discursiva contra a ideologia de gênero” toda enunciação presente neste corpúsculo de análise que assim se reivindicar, ou seja, todo o material que corrobore a tese de que “existe ideologia de gênero” e que “a ideologia de gênero precisa ser combatida”. Já a “formação discursiva a favor da ideologia de gênero” consistirá em toda enunciação cujo autor é caracterizado pela “FD contra a ideologia de gênero” como “ideólogo de gênero”, “promotor da ideologia de gênero”, “feminista do gênero”, etc., ou cujo autor utilize as expressões rotuladas pela “FD contra a ideologia de gênero” como “*leitmotivs* clássicos da ideologia de gênero” (LUCAS, 2015, p.12), entre elas, “identidade de gênero” e “orientação sexual”

Ao final desta seção, esperamos ter percorrido um caminho que evidencie o processo de instituição dessas duas formações discursivas, explicitando as estratégias discursivas empregadas neste peculiar processo de instituição destas FDs, no qual opera uma espécie de construção-rejeição da “ideologia de gênero” pelo discurso “contra a ideologia de gênero”. Entre estas estratégias discursivas estão – sempre conectadas – o uso do discurso relatado em suas mais variadas formas, a construção de uma suposta “linha do tempo da ideologia de gênero”, a rotulação de enunciadores e a associação recorrente de certos efeitos de sentido ao objeto “ideologia de gênero”.

Esse efeito de produção-rejeição é também percebido por Rogério Junqueira, que o descreve de uma forma que corrobora nossa concepção de enunciação explicitada no capítulo dedicado às contribuições teórico-metodológicas:

Pouco lhes aflige se o sintagma se trata de um rótulo sem referente, uma espécie de elaboração fantasiosa ou fantasmagórica. O que parece de fato interessar é que uma eficiente estratégia discursiva, conduzida por enunciatários fortemente referendados e aliada a um cenário e a um caldo de cultura favoráveis, possa obter uma dose de convicção e adesão suficiente para, socialmente, fazer criar e perceber aquilo que enuncia. Aqui, o objeto é construído e se evidencia pelo discurso que o denuncia. Seus detratores são seus inventores. (JUNQUEIRA, 2018, p.461)

Para isso, precisamos lembrar que temos como pressuposto o primado do interdiscurso, proposto por Dominique Maingueneau. Isso significa que reconhecemos que

uma formação discursiva não é criada a partir de uma coerência interna ou identidade própria, para depois estabelecer relações com outras formações. O próprio ato de enunciação que institui uma formação discursiva já delimita, simultaneamente ao que ela é, o que ela não é. Assim, inevitavelmente constrói-se simulacros de outras formações discursivas com as quais se estabeleceria relações de aliança, confronto, aparente neutralidade, etc.

No caso de nosso corpúsculo de análise, simultaneamente à instituição desta formação discursiva “contra a ideologia de gênero”, na qual os autores das proposições legislativas reivindicam seu lugar ao enunciar, institui-se também uma formação discursiva “a favor da ideologia de gênero”. Nesse simulacro de formação discursiva estariam os autores referidos nas proposições analisadas por “feministas do gênero”, “promotores da ideologia de gênero”, etc.

Ao construir a “FD a favor da ideologia de gênero”, os textos analisados utilizam uma estratégia comum da “FD contra a ideologia de gênero”: a homogeneização de uma série de pensadores de épocas e áreas diversas – como história, psicologia, biologia, filosofia, sociologia etc. – e com ideias frequentemente conflitantes entre si, em um pilar monolítico, um inimigo comum facilmente rotulado como “promotores da ideologia de gênero”.

David Paternotte e Roman Kuhar (2018) descrevem a ocorrência de um fenômeno muito semelhante ao que se dá em nosso corpúsculo a partir de uma análise de materiais “contra a ideologia de gênero” produzidos na França, Espanha e Argentina:

Ignorando completamente a história do conceito de gênero, autores/as do campo antigênero tem como ponto de partida os experimentos problemáticos de John Money nos anos 1950 e, de forma equivocada, consideram Judith Butler como a mãe da "ideologia de gênero". Curiosamente, eles/as colocam num mesmo saco os pensamentos de Simone de Beauvoir, Shulamith Firestone, Monique Wittig, Germain Greer, Margaret Sanger, Alfred Kinsey, Wilhelm Reich e, às vezes, até elaborações de Herbert Marcuse, Sigmund Freud e Friedrich Engels. Em poucas palavras, a expressão "ideologia de gênero" busca oferecer um enquadre interpretativo para explicar a adoção dessas reformas e, ao mesmo tempo, conectar atores e atrizes muito díspares numa suposta aliança conspiratória do "gênero". (PATERNOTTE; KUHAR, 2018)

Nos textos aqui analisados, a construção desta “FD a favor da ideologia de gênero” operada pela “FD contra a ideologia de gênero” se dá principalmente por meio do discurso relatado. Tanto o enunciador da justificação do projeto de lei, quanto o enunciador do documento eclesiástico constroem o objeto “ideologia de gênero” em seus textos através da narração de uma espécie de “linha do tempo da ideologia de gênero”, na qual entrelaçam o fio de seu discurso com citações diretas – em sua maioria de forma deturpada – de autores considerados “promotores da ideologia de gênero” e suas próprias interpretações sobre tais citações, na forma do discurso indireto, como mostra o exemplo abaixo:

Mas se a revolução russa e a Escola de Frankfurt apontaram claramente o motivo pelo qual a destruição da família seria tão central para o êxito da revolução socialista, não explicaram, todavia, como esta deveria ser realizada. De fato, como já notamos, apesar de todo o empenho e recursos utilizados, nem a revolução russa conseguiu dissolver a família. Nos anos 70, Kate Millett, a mesma que acabamos de mencionar, assim explicava as causas pelas quais Lênin não havia conseguido abolir a família:

“A causa mais profunda para isto reside no fato de que, além da declaração de que a família compulsória estava extinta, a teoria Marxista falhou ao não oferecer uma base ideológica suficiente para uma revolução sexual e foi notavelmente ingênua em relação à força histórica e psicológica do patriarcado. Engels havia escrito apenas sobre a história e a economia da família patriarcal, mas não investigou os hábitos mentais nela envolvidos, e até mesmo Lenin admitiu que a revolução sexual não era adequadamente compreendida. Com efeito, no contexto de uma política sexual, as transformações verdadeiramente revolucionárias deveriam ser a influência, à escala política, sobre as relações entre os sexos. Justamente porque o período em questão não viu concretizar-se as transformações radicais que parecia prometer, conviria definir aquilo que deveria ser uma revolução sexual bem sucedida. Uma revolução sexual exigiria, antes de tudo o mais, o fim das inibições e dos tabus sexuais, especialmente aqueles que mais ameaçam o casamento monogâmico tradicional: a homossexualidade, a ilegitimidade, as relações pré-matrimoniais e na adolescência. Isto permitiria uma integração de subculturas sexuais, uma assimilação de ambos os lados da experiência humana até aqui excluídos da sociedade. Da mesma forma, seria necessário reexaminar as características definidas como masculinas e femininas. O desaparecimento do papel ligado ao sexo e a total independência econômica da mulher destruiriam ao mesmo tempo a autoridade e a estrutura econômica. Parece improvável que tudo isto possa acontecer sem um efeito dramático sobre a família patriarcal”
[Kate Millett: *Sexual Politics*, 1969, Rupert Hart-Davis, London].

Logo após Kate Millett haver escrito estas linhas, cientistas e filósofos começaram a desenvolver aquilo que é considerado, pelo menos até o momento, como a solução definitiva para o problema da família. Não é nada mais do que aquilo que hoje conhecemos como ideologia de gênero. O conceito de gênero foi desenvolvido pela primeira vez no final dos anos 60 pelo Dr. John Money, psicólogo neozelandês professor na John Hopkins University de Baltimore.

(LUCAS, 2015, p.6)

Esse fenômeno é também descrito por Rogério Junqueira em seu artigo *A invenção da “ideologia de gênero”*: a emergência de um cenário políticodiscursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero (2018). Conforme o autor,

... nas intervenções antigênero é frequente o artifício de se apresentar a produção dos estudos de gênero e afins por meio de citações fragmentadas e descontextualizadas, falseadas, acompanhadas (e direcionadas) por apreciações simplificadoras e desqualificadoras. (JUNQUEIRA, 2018, p.459)

Encontraremos emaranhados nessas linhas do tempo autores como Karl Marx e Friedrich Engels, Judith Butler, Max Horkheimer, Kate Millett e Shulamith Firestone. Entretanto, como já pontuamos anteriormente, estes autores defendem ideias completamente heterogêneas e conflitantes entre si, e alguns sequer usaram o termo ‘gênero’ em suas obras.

Com base nos critérios até aqui apresentados, consideramos que o discurso dos seguintes autores é entrelaçado ao fio do discurso dos dois textos aqui analisados, através do

uso das várias formas de discurso relatado. Todos estes autores são construídos como pertencentes a uma FD supostamente “a favor da ideologia de gênero”:

Quadro 7 – Autores citados como pertencentes a uma formação discursiva “a favor da ideologia de gênero”

<u>Autor</u>	<u>Obra</u>	<u>Citações</u>
Karl Marx & Friedrich Engels	A Ideologia Alemã	(LUCAS, 2015) – [1]
Friedrich Engels	A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado	(LUCAS, 2015) – [Não contém citação] (Peru, 1998) – [1]
Kate Millett	Sexual Politics (1969)	(LUCAS, 2015) – [2]
Karl Korsch	Marxismo e Filosofia	(LUCAS, 2015) – [Não contém citação]
Max Horkheimer	Autoridade e Família	(LUCAS, 2015) – [3]
Dr. John Money	[Nenhuma obra citada]	(LUCAS, 2015) – [Não contém citação]
Judith Butler	Gender Trouble	(LUCAS, 2015) – [1] (Peru, 1998) – [1]
Shulamith Firestone	Sexual Politics	(LUCAS, 2015) – [2] (Peru, 1998) – [2]
Adrienne Rich	Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence	(Peru, 1998) – [2]
Lucy Gilber & Paula Webster	The Dangers of Femininity	(Peru, 1998) – [1]
Kate Bornstein	Gender Outlaw	(Peru, 1998) – [2]
Ann Ferguson & Nancy Folbre	The Unhappy Marriage of Patriarchy and Capitalism	(Peru, 1998) – [2]
Heidi Harmann	The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism	(Peru, 1998) – [2]
Susan Moller Okin	Change the Family, Change the World	(Peru, 1998) – [1]
Conselho da Europa	Equality and Democracy: Utopia or challenge?	(Peru, 1998) – [4]
Alison Jagger	Political Philosophies of Women’s Liberation	(Peru, 1998) – [2]
Christine Riddiough	Socialism, Feminism and Gay/Lesbian Liberation	(Peru, 1998) – [1]
Nancy Chodorow	The Reproduction of Mothering	(Peru, 1998) – [1]
Divisão para o Avanço da Mulher	Gender Perspective in Family Planning Programs	(Peru, 1998) – [1]
International Gay and Lesbian Human Rights Commission	“um panfleto que circulou durante a conferência de Pequim”	(Peru, 1998) – [1]

O primeiro detalhe por nós percebido após uma leitura destes textos foi que nem um deles sequer utiliza o sintagma “ideologia de gênero”. Muitos, porém, utilizam termos rotulados pela FD “contra a ideologia de gênero” como “terminologia própria de ideologia de gênero” – “gênero”, “orientação sexual”, “identidade de gênero” etc. Classificar tais termos

dessa forma é uma estratégia muito eficaz, pois, ao transformar “igualdade de gênero”, “gênero”, “orientação sexual” em “terminologia própria de ideologia de gênero”, faz-se com que qualquer ator que se valha destes termos pareça estar defendendo a “ideologia de gênero” – este objeto quase-apocalíptico criado pelo próprio discurso que propõe combatê-lo.

Tal estratégia se aproveita de uma característica peculiar da fórmula assim descrita por Alice Krieg-Planque:

Por seu caráter cristalizado, a fórmula se torna identificável, reconhecível e, conseqüentemente, pode funcionar como índice de reconhecimento que permite “estigmatizar” – positiva ou negativamente – seus usuários (o que não impede que certos locutores sejam vítimas ou beneficiários de um equívoco sempre possível na identificação da sequência). (KRIEG-PLANQUE, 2010[2009], p. 74)

É esse o caso de textos como *Gender Trouble* de Judith Butler e os Princípios da Conferência de Yogyakarta, que fazem uso de termos como “gênero”, “identidade de gênero”, “sexualidade” e “orientação sexual”.

4.3 Discurso direto e citações alteradas | Discurso indireto e direcionamento da interpretação

A utilização do discurso direto – na forma da citação – como recurso é muito oportuna na construção do objeto “ideologia de gênero” por aqueles que dizem combatê-la. Ao trazer tais citações, supostamente coloca-se em cena as vozes dos próprios “ideólogos do gênero”, buscando esquivar, assim, de acusações de deturpação da fala de segundos. Sant’Anna assim descreve essa lógica da confiança ao falar da utilização de citações na mídia:

Atribuir o citado a alguém – incluindo-se aqui as múltiplas formas de designação ou de apagamento, capazes de identificar mais ou menos precisamente o autor –, e oferecer marcas da representação fiel dessa retomada das palavras do outro, remetem à questão da verdade e da autoridade. A tensão entre o verdadeiro e o falso, isto é, o traço tênue entre a confiança e a desconfiança naquilo que a imprensa escrita divulga, neutraliza-se quando o enunciador utiliza, com sucesso, o discurso relatado como parte de suas estratégias para se fazer respeitar pela sociedade. (SANT’ANNA, 2003, p.197)

Porém, como pontuamos anteriormente, muitas das citações às quais os autores recorrem como discurso direto apresentam-se de forma deturpada quando comparadas às obras originais – muitas vezes na forma de verdadeiras adulterações, que acabam se legitimando como verdadeiras citações. José Luis Derisso (2016) percebeu esse fenômeno no texto de justificção do PL 1.859/2015 proposto pelo Deputado Izalci Lucas, e escreve o

seguinte sobre as citações de *A Ideologia Alemã* de Karl Marx e Friedrich Engels presentes no mesmo:

Pelo fato da citação trazer como referência apenas os autores Marx e Engels e a obra *A Ideologia Alemã*, sem alusão à edição e página, procedemos a uma pesquisa por meio da qual constatamos que a passagem citada não consta de nenhuma das publicações em português desta obra e que a mesma se trata, na realidade, de uma montagem a partir de trechos que aparecem em diferentes partes do livro, sem sequer respeitar a ordem sequencial dos mesmos. Desse modo, o requerimento atribuiu à Marx e Engels um raciocínio que não era deles, mas que seria conveniente que fosse porque assim ficaria mais fácil combater o marxismo. (DERISSO, 2016, p.6-7)

Após algumas leituras e comparações, percebemos que tais deturpações não ocorrem apenas na suposta citação de *A Ideologia Alemã* por Izalci Lucas. Além de constar em outras supostas “citações diretas” presentes na justificativa do PL 1.859/2015 – como as de Kate Millet, Shulamith Firestone, Max Horkheimer e Judith Butler –, as deturpações também são efetuadas sobre citações presentes no documento eclesial *Ideologia do Gênero: seus perigos e alcances* (2008[1998]).

Como já vimos, entre as formas de entrelaçar outras enunciações ao fio do texto principal não está apenas o discurso direto. Há nos textos aqui analisados um encadeamento de discurso direto – na forma de citações que, como já vimos, são alteradas – e discurso indireto no fio do discurso. A utilidade do discurso indireto neste caso é a de complementar as supostas citações, auxiliando o direcionamento da construção do objeto “ideologia de gênero” para produzir os efeitos de sentido desejados pelo enunciador do fio do discurso.

Nesta seção do capítulo, analisaremos também a produção “contra a ideologia de gênero” em busca dos efeitos de sentido que são evocados de forma recorrente no processo de construção do objeto “ideologia de gênero”. Ao introduzir a seção anterior deste capítulo, evidenciamos a importância de ter o primado do interdiscurso como pressuposto teórico.

A problemática aqui apresentada, porém, vai além das comumente levantadas quando se pressupõe o primado do interdiscurso, pois há aqui um processo simultâneo de produção e rejeição de um conceito pela mesma formação discursiva. Expliquemos: a formação discursiva “contra a ideologia de gênero” constrói o conceito de “ideologia de gênero” e atribui sua autoria a uma suposta formação discursiva “a favor da ideologia de gênero”. O termo “ideologia de gênero”, então, mesmo sendo um conceito construído pela formação discursiva “contra a ideologia de gênero”, é apresentado em seu discurso como vinculado a este Outro – os “ideólogos de gênero”, “promotores da ideologia de gênero”.

Assim, cria-se o efeito de que a “ideologia de gênero” é uma corrente teórica que existe na academia e possui seus adeptos, e não apenas um aglomerado de teorias – que, como

já vimos, são muitas vezes incompatíveis entre si – construído pela formação discursiva que diz se opor a ela.

Segundo Alice Krieg-Planque, essa problemática é comum em se tratando de fórmulas. Ao exemplificar tipos recorrentes de polêmicas nas quais fórmulas costumam se envolver no espaço público, a autora menciona que uma dessas formas de polêmica pode decorrer “do fato de que nos é atribuída pelo adversário – com ou sem razão – a paternidade de uma fórmula que rejeitamos.” (KRIEG-PLANQUE, 2012, p. 101)

Vejamos, então, alguns efeitos de sentido que são evocados de forma recorrente no processo de construção do objeto “ideologia de gênero”. A seguinte tipologia de efeitos de sentido baseia-se em minhas observações sobre textos que participam da “FD contra a ideologia de gênero” e de observações feitas por David Paternotte e Roman Kuhar em seu artigo *"Ideologia de gênero" em movimento* (2018).

Quadro 8 - Efeitos de sentido evocados na construção do objeto “ideologia de gênero”

Efeitos de Sentido
Gênero como escolha individual
A Educação como Alvo da Ideologia de Gênero
Ideologia de Gênero como Ameaça às Crianças
Ideologia de Gênero como Ameaça à Família
Ideologia de Gênero como Subliminar e Sorradeira
Ideologia de Gênero como Ideologia de Esquerda / de Origem Marxista
Ideologia de Gênero como Imposição das Elites Globais em um Projeto de Neocolonização
Ideologia de Gênero como Ameaça à Liberdade da Mulher
Ideologia de Gênero como Negação da Ciência
Ideologia de Gênero como Negação da Natureza

A seguir apresentaremos análises que contemplam a construção, no corpus de análise, dos efeitos de sentido aqui listados. Evidenciaremos ainda a maneira pela qual o discurso relatado – tanto na forma de supostas citações, como através do discurso indireto – funciona como estratégia para a construção de tais efeitos e providenciaremos exemplos para ilustrar nossas colocações.

4.4 Os efeitos de sentido em jogo na construção do objeto “ideologia de gênero” Parte 1: Pânico

O que verdadeiramente está acontecendo é que o conceito de ‘gênero’ está sendo utilizado para promover uma revolução cultural sexual de orientação neo-marxista com o objetivo de extinguir da textura social a instituição familiar. Na submissão do feminino ao masculino através da família, Marx e Engels enxergaram o protótipo de todos os subseqüentes sistemas de poder. Se esta submissão é consequência da biologia, não há nada a que se fazer. Mas se ela é uma construção social, ou um gênero, então, a longo prazo, ela poderá ser modificada até chegar-se à uma completa igualdade onde não haverá mais possibilidade de opressão de gênero, mas também onde não haverá mais famílias, tanto as heterossexuais como demais famílias alternativas. Neste contexto a educação caberia como uma tarefa exclusiva do Estado, e não existiria mais traços diferenciais entre o masculino e o feminino. Em um mundo de genuína igualdade, segundo esta concepção, todos teriam que ser educados como bissexuais e a masculinidade e a feminilidade deixariam de ser naturais.

Izalci Lucas (2015) sobre a “ideologia de gênero”

Minha intenção, ao início da análise, era explorar cada efeito de sentido na construção da “ideologia de gênero” separadamente, na ordem que aparecem na tabela apresentada anteriormente. Eu demonstraria exemplos de cada um deles nos textos, explicaria as ações políticas concretas que cada um pode motivar.

Porém, percebi que há uma interação muito mais complexa entre todos os efeitos de sentido aqui listados. Eles constroem o objeto “ideologia de gênero” sempre em conjunto, como vetores de forças que moldam esta forma e constantemente interagem entre si. Nunca um isolado do outro, é o emaranhado de todos estes efeitos que acaba construindo tanto o desdém por esse grupo apresentado como “ideólogos do gênero”, quanto o pânico que age sobre a população.

Buscarei, então, durante a análise, ser o mais claro e transparente possível no percurso que segui e nos afetos que me motivaram, pois reconheço que o caminho que percorri nesta análise foi complexo, não-linear, cheio de idas e vindas.

Sabemos que conceito ‘gênero’ apresenta abundante polissemia, o que não é de se espantar, considerando que se trata de um conceito extensamente debatido no âmbito acadêmico. Dito isto, é perceptível a maneira como os textos produzidos pela FD “contra a ideologia de gênero” se aproveitam de tal polissemia para promover falsas concepções, construindo-a não como resultado inevitável de sua complexidade teórica, mas como uma estratégia deliberada e maldosa.

Uma destas maneiras é a construção do objeto “ideologia de gênero” como “uma ideologia subliminar e sorrateira” que se utilizaria de uma linguagem dúbia e confusa para se alastrar diante de seus olhos de forma aparentemente inocente até você perceber que já está tomado por ela. Podemos observar esta construção em passagens como as seguintes:

É conveniente que o público em geral perceba claramente o que tudo isto significa, pois os proponentes desta ideologia usam sistematicamente uma **linguagem equívoca** para poder **se infiltrar** mais facilmente no ambiente, enquanto habitua as pessoas a pensar como eles. (Conferência Episcopal Peruana, 2008[1998], p.1, grifos nossos)

A comissão organizadora da Conferência de Pequim, **habilmente** substituiu no documento a ser debatido os conceitos de ‘mulher’ e ‘discriminação contra a mulher’ por ‘gênero’ e ‘discriminação de gênero’, mas de tal modo que, no contexto do documento, todas estas expressões **pareceriam significar** sinônimos. As palavras foram **deliberadamente utilizadas para sugerir que** “gênero” seria apenas um sinônimo elegante para “sexo”. Se a introdução das novas expressões pudesse ser aceita em um documento oficial da ONU, isto permitiria que, anos mais tarde, **gradualmente** se passasse a afirmar-se que as expressões aprovadas e não definidas para ‘gênero’ na realidade não eram sinônimas de ‘sexo’. **Sustentar-se-ia, progressivamente**, que masculino e feminino não seriam sexos, mas gêneros, e que, neste sentido, tanto o masculino como o feminino não seriam realidades biológicas, mas construções meramente culturais que poderiam e deveriam ser modificadas pela legislação **até** obter não apenas a completa eliminação de todas as desigualdades entre os gêneros, mas o próprio reconhecimento legal da não existência de gêneros enquanto construções definidas e distintas... (LUCAS, 2015, p.8-9, grifos nossos)

Outra maneira de a FD “contra a ideologia de gênero” se aproveitar da polissemia do conceito de ‘gênero’ é utilizando-a para transformar esta gama de pensadores e teorias distintas e muitas vezes contraditórias entre si, que compõem o campo dos estudos de gênero e estudos feministas, em um grupo de “ideólogos do gênero” ou “defensores da ideologia de gênero” que sustentariam uma crença monolítica. Basta a FD “contra a ideologia de gênero” ressaltar que dois teóricos como, por exemplo, Judith Butler e John Money, utilizam o termo ‘gênero’ para que, mesmo eles o fazendo com significados completamente distintos e para sustentar teorias praticamente opostas, se crie o efeito de que são todos “promotores da ideologia de gênero”. Esta estratégia é usada no texto de Izalci Lucas, como podemos ver:

A idéia de que, para a revolução socialista seria necessário que as mulheres não mais se assumissem como mulheres não era nova nos anos 90. A novidade introduzida por Butler está no modus operandi através do conceito de ‘gênero’. **Segundo Butler, a transição seria politicamente possível através da introdução do conceito de gênero inicialmente desenvolvido por Money**. Mas a idéia de fundo já estava plenamente desenvolvida alguns anos antes de Butler... (LUCAS, 2015, p.7, grifos nossos)

Outra prática comum à FD “contra a ideologia de gênero” é simplesmente inventar sentidos para ‘gênero’ que nunca estiveram presentes nas teorias feministas ou dos estudos de gênero. Um exemplo claro disso, já apontado por outros autores, é a construção do gênero (ou *gender*) como “objeto de uma escolha consciente e deliberada do indivíduo” (MATTOS, 2018), desconsiderando qualquer fator externo. Podemos observar esta construção no seguinte exemplo de nosso *cópus* de análise:

Querem se rebelar contra isto e deixar à liberdade de cada um o tipo de "gênero" a que quer pertencer, todos igualmente válidos. Isto faz com que homens e mulheres heterossexuais, os homossexuais, as lésbicas e os bissexuais sejam apenas modos de comportamento sexual **produto da escolha de cada pessoa**, liberdade que todos os demais devem respeitar. (Conferência Episcopal Peruana, 2008[1998], p.1, grifos nossos)

Sintetizando em poucas palavras, a ideologia de gênero consiste no esvaziamento jurídico do conceito de homem e de mulher, e as conseqüências são as piores possíveis. Conferindo status jurídico à chamada “identidade de gênero” não há mais sentido falar em “homem” e “mulher”; falar-se-ia apenas de “gênero”, ou seja, **a identidade que cada um criaria para si**. (Oliveira, 2014 apud. Lucas, 2015, p. 10, grifos nossos)

Tal construção do objeto ‘gênero’ é, como lembra Junqueira, completamente oposta ao que estudiosas feministas propõem com o conceito de gênero:

Mesmo sem aprofundar, cabe lembrar que, ao contrário do que os polemizadores antigênero afirmam, as compreensões do construcionismo social, nas quais os estudos de gênero se baseiam, longe de defenderem teses voluntaristas sobre a possibilidade de produção individual e idiossincrática de corpos, sujeitos e identidades, enfatizam a dimensão social dos processos em que indivíduos, grupos, culturas, instituições e sociedades se veem social e historicamente implicados e imbricados, ao sabor de dinâmicas e mecanismos complexos, sutis e profundos. (JUNQUEIRA, 2018, p.454)

Amana Mattos sugere ainda que:

Esta simplificação das discussões dos estudos de gênero e sexualidades e das teorias feministas não é feita por acaso, ou por descuido metodológico. Ao ignorarem os debates sobre a complexidade dos processos de produção, reiteração e construção social do gênero, reduzem a questão à ideia de que o gênero seria uma escolha abstrata e deliberada do indivíduo. (MATTOS, 2018, p.557)

A ideia de que o gênero seria uma escolha do indivíduo reforça ainda o pânico moral que o discurso “contra a ideologia de gênero” busca disseminar. Ao construir o gênero dessa forma, a FD “contra a ideologia de gênero” abre a possibilidade da construção dos professores e outras autoridades que não “a família” como ameaças às crianças que, ao ensiná-las a “ideologia de gênero”, farão com que elas aprendam que “podem criar sua própria identidade de gênero”.

Assim, ajuda-se a construir a educação como um “grande alvo da ideologia de gênero”, contribuindo para o crescente movimento de criminalização dos profissionais da educação. Podemos perceber tal movimento nas diversas convergências entre o movimento

“contra a ideologia de gênero” e o Movimento Escola Sem Partido – um exemplo é uma das páginas do Facebook que me familiarizaram com o termo “ideologia de gênero”, a *Mães Pelo Escola Sem Partido*. Eis um exemplo da construção da educação como um “alvo da ideologia de gênero”:

Nossa proposta de projeto de lei à Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) justifica-se diante da **grande pressão para que a ideologia de gênero seja introduzida em nosso sistema educacional**. (LUCAS, 2015, p.12, grifos nossos)

Buscaremos aqui evidenciar como tal concepção tem não só caráter fundamentalista religioso, mas também está no seio de planos neoliberais que buscam privatizar cada vez mais serviços prestados às crianças – principalmente a educação – ao instaurar a desconfiança e o medo em seus pais.

Esse tem sido o projeto encabeçado em conjunto com projetos neoliberais como o Movimento Escola Sem Partido, fundado, em 2004, pelo procurador paulista, posteriormente membro do *think-tank*¹⁴ liberal “Instituto Millenium”, Miguel Nagib. O site oficial do Movimento Escola Sem Partido caracteriza o movimento como “uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior.” (Escola Sem Partido, 2014-2019)

O primeiro projeto de lei autointitulado “Projeto Escola Sem Partido” apresentado no poder legislativo foi o Projeto de Lei nº 2.974 de 2014 (PL 2974-2014), proposto pelo então deputado estadual do Rio de Janeiro, Flávio Bolsonaro (PSC-RJ), e redigido por Miguel Nagib a pedido do parlamentar (PENNA, 2016). Desde então, projetos de lei no modelo “Escola Sem Partido” vêm se multiplicando de maneira exponencial. Segundo um levantamento, ainda em andamento, do site “Pesquisando o Escola Sem Partido” – uma iniciativa do *ProfHistória*, Mestrado Profissional em Ensino de História da UFRJ, em conjunto com o Instituto de História da UFRJ e com o grupo “Professores Contra o Escola Sem Partido” – há pelo menos 94 projetos Escola Sem Partido Brasil afora, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Além da visibilidade que o Movimento Escola Sem Partido ganhou devido à popularidade do deputado Flávio Bolsonaro, houve outro motivo para a multiplicação de

¹⁴ “Os *Think-Tanks* são atores da sociedade civil, sem fins lucrativos, formalmente institucionalizados, que produzem e transmitem informação e conhecimento, com a finalidade de influenciar nos processos de criação de políticas públicas. As diferenças quanto a fins, objetivos, estruturas e formas de intervenção faz com que esse título possa se referir a uma diversa gama de organizações em cada país.” (Uña, Lupica & Strazzana, 2009, tradução nossa)

projetos neste modelo. Desde que o PL 2974-2014 foi apresentado à câmara dos deputados, criou-se uma seção no site do Programa Escola Sem Partido intitulada “Anteprojetos”. Esta seção disponibiliza um modelo de projeto de lei padrão para ser utilizado de forma quase automatizada – com as devidas adaptações ao contexto – por parlamentares tanto do âmbito federal, quanto estadual e municipal, que viessem a apoiar a iniciativa do Movimento Escola Sem Partido.

Esse modelo, segundo a professora de História e pesquisadora Fernanda Moura, sofreu algumas reformulações, “adequando-se a algumas críticas formuladas ao longo do período” (MOURA, 2016). Entre estas reformulações está o acréscimo do seguinte parágrafo único ao artigo primeiro:

O Poder Público não se imiscuirá na orientação sexual dos alunos nem permitirá qualquer prática capaz de comprometer o desenvolvimento de sua personalidade em harmonia com a respectiva identidade biológica de sexo, sendo vedada, especialmente, a aplicação dos postulados da **teoria ou ideologia de gênero**. (Escola Sem Partido, 2016, grifo nosso)

Tal acréscimo pode ser explicado devido à mudança de foco nas bandeiras do Escola Sem Partido. O movimento que começou com o objetivo de “combater a doutrinação político-ideológica nas escolas brasileiras” encontrou, mais tarde, uma oportunidade para se popularizar e obter mais apoiadores ao evocar entre seus interlocutores o pânico mobilizador “contra a ideologia de gênero”. Como demonstra Luiz Felipe Miguel, em seu artigo “*Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola Sem Partido e as leis da mordação no parlamento brasileiro*”:

A fusão da denúncia da doutrinação marxista de inspiração gramsciana com a oposição à “ideologia de gênero” obedeceu, assim, ao senso de oportunidade do MESP [Movimento Escola Sem Partido]. Deu a ele aliados de peso, uma capilaridade com a qual nem poderia sonhar e um discurso com ressonância popular muito mais imediata (...)

No momento em que a “ideologia de gênero” se sobrepõe à “doutrinação marxista”, o discurso do MESP dá outra guinada. A defesa de uma educação “neutra”, que era predominante até então, cede espaço à noção da primazia da família sobre a escola. (MIGUEL, 2016, p. 601)

A partir dessa linha argumentativa, a FD “contra a ideologia de gênero” passa a construir os professores como uma ameaça à primazia da família na educação de seus filhos, estabelecendo uma oposição entre “estado” e “família” em uma luta pelas crianças. Esse pensamento ressoa com movimentos “contra a ideologia de gênero” espalhados pela América Latina, que ecoam gritos de guerra como “*Con Mis Hijos No Te Metas*” e a apropriação privatista do célebre lema feminista “Meu Corpo, Minhas Regras” na forma de “Meus Filhos, Minhas Regras”.

Essa concepção da infância acaba criando um paradigma que retira qualquer possibilidade de pensamento crítico por parte da criança ou adolescente, relegando o jovem a duas opções de submissão à autoridade: os pais, como representantes da família, ou os professores como representantes do estado:

Nesse paradigma, crianças e jovens devem aderir sempre às convicções e valores morais e sexuais de seus pais, impossibilitando a crianças e adolescentes um papel ativo na construção do conhecimento e se suas vidas, como preconizam as principais teorias psicológicas do desenvolvimento infantil, como a de Piaget. Da mesma forma, a concepção de que crianças e adolescentes devem ser assujeitadas ao controle exercido por professoras/es e/ou familiares se contrapõe às perspectivas de desenvolvimento cognitivo e psicológico segundo as quais a constituição do saber infantil não decorre do mero registro de informações, mas está vinculada à descoberta de significados e à construção de sentidos por ela mesma. (LIONÇO et al., 2018, p.613)

Na Colômbia, o mesmo argumento da defesa das crianças e da oposição “estado” vs “família” também é frequentemente evocado no debate “contra a ideologia de gênero”, como destaca Manuel Rodriguez Rondón:

Uno de los argumentos más mencionados por las voces conservadoras versaba sobre la invasión de la esfera privada por parte del estado. El argumento liberal fue esgrimido por el Procurador Alejandro Ordóñez, eterno opositor a los derechos de mujeres y personas LGBTI, quien señaló que el estado no sólo no podía adoctrinar “a nuestros hijos y nuestros nietos en la ideología de género” sino que tampoco debía usurpar el derecho de los padres a formar a sus hijos en materia de sexualidad. Con variaciones, el estribillo fue repetido por la senadora Viviane Morales, quien señaló que Parody [então ministra da educação da Colômbia] había atropellado el derecho de los padres de familia a educar a sus hijos de acuerdo con sus principios y valores... (RONDÓN, 2016)

Esses argumentos normalmente se baseiam no artigo 12 da Convenção Americana de Direitos Humanos (1969), fugindo assim, mais uma vez, do campo argumentativo religioso e dogmático e embasando-se na autoridade de uma legislação internacional e no argumento de “defesa dos direitos humanos”. Segundo o artigo 12 deste documento: “Os pais, e quando for o caso os tutores, têm direito a que seus filhos ou pupilos recebam a educação religiosa e moral que esteja acorde com suas próprias convicções” (Convenção Americana de Direitos Humanos, 1969). Entretanto, Vencato, Silva e Alvarenga (2018) ressaltam que:

Ocorre que este artigo diz respeito às liberdades de consciência e de religião e, assim sendo, diz respeito a questão do respeito às expressões religiosas de indivíduos e/ou famílias, notadamente a proteção ao direito de professar a religião que desejar sem sofrer sanções ou perseguições, e não à proibição de outras questões como, por exemplo, o debate de gênero. (VENCATO; SILVA; ALVARENGA, 2018, p.593)

Porém, a FD “contra a ideologia de gênero” transforma o princípio da liberdade de crença religiosa em uma “imunidade absoluta ao contato com perspectivas diferentes” (MIGUEL, 2016, p.611). Segundo esta FD, os debates considerados “ideologia de gênero” deveriam ser banidos nas escolas sob o argumento de preservar a soberania da família na

formação moral dos jovens. A família é, assim, construída como uma entidade intocável, cujos direitos como unidade são mais importantes que os direitos de cada indivíduo que a compõe. O resultado disso é que:

O professor é visto de antemão com desconfiança: não como parceiro do amadurecimento intelectual dos alunos, mas como possível agente de uma desvirtuação de sua inocência, a serviço de interesses escusos. O ódio ao Estado, que concorre com a família e usurpa suas funções, é um subtexto importante do discurso, o que contribui para entender a convergência entre o fundamentalismo religioso e o fundamentalismo de mercado (MIGUEL, 2016, p.610)

Assim, podemos ver que, ao construir a educação como alvo da “ideologia de gênero”, constrói-se também a “ideologia de gênero” como uma “ameaça às crianças” e, conseqüentemente, uma “ameaça à família”. Acredito que estes sejam dois efeitos de sentido cruciais que perpassam o objeto “ideologia de gênero”, pois são os que mais ajudam a instaurar o pânico moral na sociedade. Como destaca Manuel Rodriguez Rondón, em seu artigo *La infancia como símbolo y moneda de cambio* (2016):

Si alguna verdad parece relucir en el polvo es que el sintagma nominal ‘los niños’, que aparece con frecuencia en los discursos conservadores, más que aludir a sujetos concretos, constituye un símbolo que es usado como moneda de cambio en el marco de la política electoral. (RONDÓN, 2016)

O autor colombiano também ressalta que “a infância” ou “as crianças” operam como um símbolo poderoso, capaz de mobilizar emoções e afetos relacionados à inocência, à fragilidade e à ternura. Dessa forma, o símbolo “as crianças” criou um pretexto para que vozes conservadoras pudessem vociferar ideias que, expressas de outro modo, causariam repúdio.

Pude identificar a concretização de muitas destas estratégias discursivas no texto de justificação do PL 1.859/2015 de Izalci Lucas. Por isso, dedicarei a sessão seguinte a aprofundar na análise da utilização destes efeitos de sentido na construção do objeto “ideologia de gênero” por Lucas.

4.5 Ideologia de Gênero como Ameaça à Família e Ideologia de Gênero como Ameaça à Infância no PL 1.859/2015

O objeto “ideologia de gênero” é cuidadosamente construído como uma ameaça à família e uma ameaça à infância durante toda a justificção do PL 1.859/2015 de Izalci Lucas. Para isso, o deputado conta com o discurso relatado dos supostos “ideólogos de gênero”, garantindo credibilidade aos seus argumentos por, em teoria, “trazer a voz de seu adversário para a cena”. Veremos a seguir a maneira como Izalci Lucas operacionaliza o discurso relatado – direto e indireto – para construir o objeto “ideologia de gênero” como uma ameaça à família e uma ameaça à infância.

A “destruição da família” é evocada pela primeira vez na justificção do PL 1.859/2015 de Izalci Lucas quando o mesmo sugere que o estado atual do sistema educacional teria sido concebido “com o especial propósito de destruir a própria instituição familiar”, como podemos ver no trecho que segue:

Com muito mais razão o constituinte teria estabelecido os meios legais que garantissem à família a possibilidade de se defenderem de um sistema de ensino que não somente desrespeitasse valores éticos e sociais da família, mas que tivesse sido concebido com o especial propósito de destruir a própria instituição familiar, qualquer que fosse o sentido em que ela fosse tomada. (LUCAS, 2015, p,2)

Contribuindo também com a produção do efeito de sentido de que a “ideologia de gênero” seria uma “ideologia de esquerda de origem marxista”, Lucas traça suas origens a Karl Marx e Friedrich Engels, valendo-se do discurso indireto – na forma do discurso segundo¹⁵ – para afirmar que tais autores tinham como objetivo a destruição da família, como podemos ver no seguinte trecho:

Conforme atesta uma amplíssima literatura que poucas vezes é levada ao grande público, a doutrina marxista sustenta ser impossível implantar a revolução socialista sem que antes se destrua a família. (LUCAS, 2015, p.3)

Tal trecho, que sugere uma intenção de Marx e Engels em destruir a família, é diretamente seguido de discurso direto: uma suposta citação de *A Ideologia Alemã* que, como vimos anteriormente com o trabalho de Derisso (2016), trata-se de “uma montagem a partir de trechos que aparecem em diferentes partes do livro, sem sequer respeitar a ordem sequencial

¹⁵ Refere-se à forma de introduzir discurso do outro a partir de certos marcadores – por exemplo: segundo fulano; a partir de fontes bem informadas; ... parece que; ... diz-se que; ...para fulano (MAINGUENEAU, 1998, p. 117).

dos mesmos”. Podemos observar como se deu tal operação com auxílio dos quadros comparativos que seguem:

Quadro 9 - Montagem efetuada na justificção do PL 1.859 de Izalci Lucas, atribuída à obra *A Ideologia Alemã*, de Karl Marx e Friedrich Engels

Antes mesmo que iniciasse a redação do *Capital*, Marx escreveu na sua obra “**A Ideologia alemã**”:

“A propriedade privada somente poderá ser suprimida quando a divisão do trabalho puder ser suprimida.

A divisão do trabalho, porém, na sua origem, não é nada mais do que a divisão do trabalho no ato sexual, que mais tarde se torna a divisão do trabalho que se desenvolve por si mesma. A divisão do trabalho, por conseguinte, repousa na divisão natural do trabalho na família e na divisão da sociedade em diversas famílias que se opõem entre si, e que envolve, ao mesmo tempo, a divisão desigual tanto do trabalho como de seus produtos, isto é, da propriedade privada, que já possui seu germe na sua forma original, que é a família, em que a mulher e os filhos são escravos do marido” [Karl Marx e Friedrich Engels: *A Ideologia Alemã*] (LUCAS, 2015, p.3-4)

Quadro 10 - Fragmentos de *A Ideologia Alemã* (2007[1846]), de Karl Marx e Friedrich Engels

Na Idade Média, os burgueses eram forçados, em cada cidade, a se unir contra a nobreza rural a fim de salvar sua pele; a expansão do comércio e o desenvolvimento das comunicações levaram as diversas cidades a conhecer outras cidades que haviam defendido os mesmos interesses na luta contra a mesma oposição. Das muitas burguesias locais das diversas cidades nasceu pouco a pouco a classe burguesa. As condições de vida dos burgueses singulares, pela oposição às relações existentes e pelo tipo de trabalho que daí resultava, transformaram-se em condições que eram comuns a todos eles e, ao mesmo tempo, independentes de cada um individualmente. Os burgueses criaram essas condições na medida em que se separavam da associação feudal, e foram criados por elas na medida em que eram determinados por sua oposição contra a feudalidade então em vigor. Com o estabelecimento do vínculo entre as diferentes cidades, essas condições comuns desenvolveram-se em condições de classe. Condições idênticas, oposição idêntica e interesses idênticos também tinham de provocar, necessariamente e em todas as partes, costumes idênticos. A própria burguesia desenvolve-se apenas progressivamente dentro de suas condições; divide-se novamente em frações distintas, com base na divisão do trabalho, e termina por absorver em si todas as preexistentes classes de possuidores (enquanto desenvolve a maioria das classes possuidoras preexistentes e uma parte da classe até então possuidora em uma nova classe, o proletariado), na medida em que toda a propriedade anterior é transformada em capital industrial ou comercial. Os indivíduos singulares formam uma classe somente na medida em que têm de promover uma luta contra uma outra classe; de resto, eles mesmos se posicionam uns contra os outros, como inimigos, na concorrência. Por outro lado, a classe se autonomiza, por sua vez, em face dos indivíduos, de modo que estes encontram suas condições de vida predestinadas e recebem já pronta da classe a sua posição na vida e, com isso, seu desenvolvimento pessoal; são subsumidos a ela. **É o mesmo fenômeno que o da subsunção dos indivíduos singulares à divisão do trabalho e ele só pode ser suprimido pela superação da propriedade privada e do próprio trabalho.** De que modo essa subsunção

dos indivíduos à classe transforma-se, ao mesmo tempo, numa subsunção a toda forma de representações etc., já o indicamos várias vezes. (MARX; ENGELS, 2007[1846], p. 63-64)

Somente agora, depois de já termos examinado quatro momentos, quatro aspectos das relações históricas originárias, descobrimos que o homem tem também “consciência”. Mas esta também não é, desde o início, consciência “pura”. O “espírito” sofre, desde o início, a maldição de estar “contaminado” pela matéria, que, aqui, se manifesta sob a forma de camadas de ar em movimento, de sons, em suma, sob a forma de linguagem. A linguagem é tão antiga quanto a consciência – a linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e que, portanto, também existe para mim mesmo; e a linguagem nasce, tal como a consciência, do carecimento, da necessidade de intercâmbio com outros homens. Desde o início, portanto, a consciência já é um produto social e continuará sendo enquanto existirem homens. A consciência é, naturalmente, antes de tudo a mera consciência do meio sensível mais imediato e consciência do vínculo limitado com outras pessoas e coisas exteriores ao indivíduo que se torna consciente; ela é, ao mesmo tempo, consciência da natureza que, inicialmente, se apresenta aos homens como um poder totalmente estranho, onipotente e inabalável, com o qual os homens se relacionam de um modo puramente animal e diante do qual se deixam impressionar como o gado; é, desse modo, uma consciência puramente animal da natureza (religião natural) – e, por outro lado, a consciência da necessidade de firmar relações com os indivíduos que o cercam constitui o começo da consciência de que o homem definitivamente vive numa sociedade. Esse começo é algo tão animal quanto a própria vida social nessa fase; é uma mera consciência gregária, e o homem se diferencia do carneiro, aqui, somente pelo fato de que, no homem, sua consciência toma o lugar do instinto ou de que seu instinto é um instinto consciente. Essa consciência de carneiro ou consciência tribal obtém seu desenvolvimento e seu aperfeiçoamento posteriores por meio da produtividade aumentada, do incremento das necessidades e do aumento da população, que é a base dos dois primeiros. **Com isso, desenvolve-se a divisão do trabalho, que originalmente nada mais era do que a divisão do trabalho no ato sexual e, em seguida, divisão do trabalho que, em consequência de disposições naturais (por exemplo, a força corporal), necessidades, casualidades etc. etc., desenvolve-se por si própria ou “naturalmente”.** A divisão do trabalho só se torna realmente divisão a partir do momento em que surge uma divisão entre trabalho material e [trabalho] espiritual a partir desse momento, a consciência pode realmente imaginar ser outra coisa diferente da consciência da práxis existente, representar algo realmente sem representar algo real – a partir de então, a consciência está em condições de emancipar-se do mundo e lançar-se à construção da teoria, da teologia, da filosofia, da moral etc. “puras”. Mas mesmo que essa teoria, essa teologia, essa filosofia, essa moral etc. entrem em contradição com as relações existentes, isto só pode se dar porque as relações sociais existentes estão em contradição com as forças de produção existentes – o que, aliás, pode se dar também num determinado círculo nacional de relações, a uma vez que a contradição se instala não nesse âmbito nacional, mas entre essa consciência nacional e a práxis de outras nações, quer dizer, entre a consciência nacional e a consciência universal de uma nação (tal como, agora, na Alemanha) – e é então que essa nação, porque tal contradição aparece apenas como uma contradição no interior da consciência nacional, parece se restringir à luta contra essa excrescência nacional precisamente pelo fato de que ela, a nação, é a excrescência em si e para si. Além do mais, é completamente indiferente o que a consciência sozinha empreenda, pois de toda essa imundície obtemos apenas um único resultado: que esses três

momentos, a saber, a força de produção, o estado social e a consciência, podem e devem entrar em contradição entre si, porque com a divisão do trabalho está dada a possibilidade, e até a realidade, de que as atividades espiritual e material – de que a fruição e o trabalho, a produção e o consumo – caibam a indivíduos diferentes, e a possibilidade de que esses momentos não entrem em contradição reside somente em que a divisão do trabalho seja novamente suprassumida [aufgehoben]. É evidente, além disso, que “espectros”, “nexos”, “ser superior”, “conceito”, “escrúpulo” são a mera expressão espiritual, idealista, a representação aparente do indivíduo isolado, a representação de cadeias e limites muito empíricos dentro dos quais se movem o modo de produção da vida e a forma de intercâmbio a ele ligada. (MARX; ENGELS, 2007[1846], p.34-36)

Com a divisão do trabalho, na qual todas essas contradições estão dadas e que, por sua vez, se baseia na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em diversas famílias opostas umas às outras, estão dadas ao mesmo tempo a distribuição e, mais precisamente, a distribuição desigual, tanto quantitativa quanto qualitativamente, do trabalho e de seus produtos; portanto, está dada a propriedade, que já tem seu embrião, sua primeira forma, na família, onde a mulher e os filhos são escravos do homem. A escravidão na família, ainda latente e rústica, é a primeira propriedade, que aqui, diga-se de passagem, corresponde já à definição dos economistas modernos, segundo a qual a propriedade é o poder de dispor da força de trabalho alheia. Além do mais, divisão do trabalho e propriedade privada são expressões idênticas – numa é dito com relação à própria atividade aquilo que, noutra, é dito com relação ao produto da atividade. (MARX; ENGELS, 2007[1846], p.36-37)

Ao analisar como foi construída a montagem apresentada por Izalci Lucas como um excerto de *A Ideologia Alemã* de Karl Marx e Friedrich Engels, podemos perceber que se trata do encadeamento de três trechos – que se encontram grifados com negrito e sublinhados –, retirados de três parágrafos diferentes da seção *Feuerbach e História: rascunhos e anotações* de *A Ideologia Alemã* e encadeados como se fossem dois parágrafos coesos.

Nessa operação ignora-se ainda a sucessão cronológica dos trechos no texto original, pois o trecho que compõe o primeiro parágrafo da citação alterada de Izalci Lucas, “A propriedade privada somente poderá ser suprimida quando a divisão do trabalho puder ser suprimida” (LUCAS, 2015, p.3) consta na página 63 de *A Ideologia Alemã*¹⁶, enquanto os trechos que compõem o segundo parágrafo da citação alterada de Izalci Lucas são partes de dois parágrafos diferentes de *A Ideologia Alemã*, localizados nas páginas 35 e 36.

Essa suposta instância de discurso direto, flagrantemente alterada a fim de contribuir para a produção dos efeitos de sentido da “ideologia de gênero como ameaça à família” e da “ideologia de gênero como ideologia de esquerda de origem marxista” são imediatamente

¹⁶ Foi utilizada para fins desta pesquisa a edição de *A Ideologia Alemã* publicada em 2007 pela Editora Boitempo.

seguidas de mais uma instância do discurso relatado. Trata-se, desta vez, de uma instância de discurso indireto da obra *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (1898) de Friedrich Engels, que se dá na forma de discurso indireto clássico a partir de *verbo dicendi* + *que* (“sustentava que”):

Nos últimos anos de sua vida, Marx pôde aprofundar, graças aos trabalhos do antropólogo americano Morgan, sua concepção sobre a família, recolhida finalmente no livro assinado por Engels “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”. **Nesta obra Engels, seguindo Marx, sustentava que** nos primórdios da história não teria existido a instituição que hoje denominamos de família. A vida sexual era totalmente livre e os homens relacionavam-se sexualmente com todas as mulheres. Deste modo, as crianças somente conheciam quem eram as suas mães, mas não sabiam quem fossem os seus pais. Mais tarde, à medida em que a sociedade passou de caçadora a agricultora, a humanidade começou a acumular riqueza e os homens, desejando deixar as novas fortunas como herança à sua descendência, para terem certeza de quem seria o eu herdeiro, fora obrigados a forçar as mulheres a não mais se relacionarem com outros parceiros. Com isto transformaram as mulheres em propriedade sexual e assim teriam surgido as primeiras famílias, fruto da opressão do homem sobre a mulher, e com a qual se teria iniciado a luta de classes. A conclusão óbvia desta tese, afirmada como absoluta certeza, visto que confirmava as teorias já levantadas pelo jovem Marx, é que não poderia haver revolução comunista duradoura sem que a concomitante destruição da família. (LUCAS, 2015, p.4, grifos nossos)

Esta instância de discurso indireto deturpa completamente as teses de Engels em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, contribuindo para a sustentação do objeto “ideologia de gênero” que Lucas busca construir. Buscaremos aqui apontar algumas destas deturpações realizadas por Izalci Lucas, sem, porém, subscrever totalmente às teses de Friedrich Engels, uma vez que estas foram escritas com base em pesquisas bastantes problemáticas do antropólogo Lewis Henry Morgan (LEACOCK, 1971).

Em sua obra, Friedrich Engels afirma, de fato, que “... a libertação da mulher exige, como primeira condição, a reincorporação de todo o sexo feminino à indústria social, o que, por sua vez, requer a supressão da família individual enquanto unidade econômica da sociedade.” (ENGELS, 2012[1884], p.97-98)

Porém, é importante pontuar: ao afirmar que Friedrich Engels sustentava que “não poderia haver revolução comunista duradoura sem que a concomitante destruição da família” (LUCAS, 2015, p.4), Izalci Lucas omite detalhes cruciais. Em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, Engels traça, com base nos estudos de Morgan, um panorama de diversas formas de família ao longo da história, focando em quatro sucessivas formas: a “família consanguínea” – à qual se refere a descrição extremamente simplificada

que Lucas faz da vida familiar e sexual nos “primórdios da história” –, a “família punaluana”, a “família sindiásmica” e a “família monogâmica”.

Importante ressaltar que esta última, apesar do nome, requer apenas que a mulher seja monogâmica, uma vez que “a existência da escravidão junto à monogamia, a presença de jovens e belas cativas que pertencem, de corpo e alma, *ao homem*, é o que imprime desde a origem um caráter específico à monogamia que é monogamia *só para a mulher*, e não para o homem.” (ENGELS, 2012[1884], p.84). Esta característica da monogamia, que na idade clássica se dava abertamente, hoje se dá de forma encobertada, reprimida apenas por um julgamento moral que recai mais sobre a mulher que sobre o homem.

Também referida por Engels como “família moderna” ou “família individual”, é a esta forma de família, a “família monogâmica”, que Izalci Lucas se refere sempre que evoca “a família”. Entre algumas características desta forma de família, Engels pontua:

Foi a primeira forma de família que não se baseava em condições naturais, mas econômicas, e concretamente no triunfo da propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva, originada espontaneamente. Os gregos proclamavam abertamente que os únicos objetivos da monogamia eram a preponderância do homem na família e a procriação de filhos que só pudessem ser seus para herdar dele. (ENGELS, 2012[1884], p.86-87)

Assim, evocando a forma “família” no senso comum, o efeito produzido pela FD “contra a ideologia de gênero” é o de que Marx e Engels – e conseqüentemente a “ideologia de gênero” – almejam não o fim da “família individual”, mas o fim da “família” como interpretada pelo senso comum, conjurando um cenário quase apocalíptico em que, sem família, não existiria mais este senso de comunidade, afetuosidade, bem-estar respeitoso, segurança nas relações interpessoais.

Curiosamente, Engels argumenta em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* que é justamente a ascensão da família monogâmica que suprime os sentimentos de comunidade uma vez existentes em formas anteriores de família. Como ressalta a antropóloga marxista Eleanor Burke Leacock ao falar sobre a coletividade nas formas de família primitivas:

Por trás da enorme variedade de adaptações ambientais e vernizes culturais que podem ser observados entre esses povos, existe, aparentemente, um senso de autorrespeito subjacente e uma habilidade para extrair grande satisfação do trabalho e das relações pessoais. Talvez o mais amargo, para o homem industrial, seja a dissensão que premeia as relações com os mais queridos, e a inimizade entre maridos e mulheres, pais e filhos.” (LEACOCK, 1971)

O discurso que busca construir o objeto “ideologia de gênero” como “uma ameaça à família” ignora também as colocações de Engels que questionam se as famílias dos proletários e, conseqüentemente, da maioria da população, podem ser enquadradas na classificação

histórica de “família monogâmica” – e não apenas na classificação etimológica – uma vez que lhes faltam características cruciais. Entre elas estão os bens de fortuna a serem passados por herança, que, segundo Engels, consistem no motivo principal da necessidade da monogamia e do domínio do homem, domínio esse que também falta a famílias do proletariado, considerando que, em vários casos, a esposa é a provedora da casa.

Outro ponto importante deturpado por Izalci Lucas é o de que, segundo Friedrich Engels, o “fim da família monogâmica como conhecemos” se daria como consequência do comunismo, não como um pré-requisito para alcançá-lo. Isto se opõe completamente ao cenário construído por muitos autores da FD “contra a ideologia de gênero”, como Izalci Lucas e a própria Dale O’Leary.

Além disto, o “fim da família monogâmica como conhecemos” não significa o fim da família monogâmica, muito menos o fim da monogamia. Na verdade, Engels prevê que, sob o comunismo, a família monogâmica:

... longe de desaparecer, antes há de ser realizar plenamente a partir desse momento. Porque, com a transformação dos meios de produção em propriedade social, desaparecem o trabalho assalariado, o proletariado e, conseqüentemente, a necessidade de se prostituírem algumas mulheres, em número estatisticamente calculável. Desaparece a prostituição e, em lugar de decair, a monogamia chega enfim a ser uma realidade – também para os homens. (ENGELS, 2012[1884], p.99)

A recorrência a Marx e Engels no discurso da FD “contra a ideologia de gênero” também se dá em *La Ideologia de Género: Sus Peligros y Alcances* (2008[1998]), que se vale de argumentos semelhantes aos de Izalci Lucas para construir o objeto “ideologia de gênero” como “ideologia de esquerda de origem marxista”, especialmente na seção “Neo-Marxismo” (p.5). Semelhante à justificação do projeto de Lucas, o documento da Conferência Episcopal Peruana entrelaça instâncias de discurso relatado – direto e indireto – para construir o objeto “ideologia de gênero”, como podemos ver abaixo:

Nas palavras de Dale O’Leary, a teoria do “feminismo do gênero” se baseia em uma interpretação neo-marxista da História. Começa com **a afirmação de Marx de que** toda a história é uma luta de classes, do opressor contra o oprimido, em uma batalha que se resolverá somente quando os oprimidos perceberem sua situação, levantarem-se em revolução e imporem uma ditadura dos oprimidos. A sociedade será totalmente reconstruída e surgirá a sociedade sem classes, livre de conflitos, que assegurará a paz e a prosperidade utópicas para todos.

O’Leary acrescenta que Frederick Engels foi quem assentou as bases da união entre o Marxismo e o Feminismo. Para isto, cita o livro “A Origem da Família, da Propriedade e do Estado”, escrito pelo pensador alemão em 1884, **que assinala:**

"O primeiro antagonismo de classes da História coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher unidos em matrimônio monogâmico; e a primeira opressão de uma classe por outra, com a do sexo feminino pelo masculino" [Frederick Engels, "The Origin of the Family, Property and the State", International Publishers, Nova Iorque, 1972, pp. 65-66.]

Segundo O'Leary, **os marxistas clássicos acreditavam que** o sistema de classes desapareceria uma vez que se eliminasse a propriedade privada, se facilitasse o divórcio, se aceitasse a ilegitimidade, se forçasse a entrada da mulher no mercado de trabalho, se colocasse as crianças em creches e se eliminasse a religião. Porém, **para as "feministas do gênero"**, os marxistas fracassaram por se concentrar em soluções econômicas, sem atacar diretamente a família, que era a verdadeira causa das classes. (Conferência Episcopal Peruana, 2008[1998], p.5, grifos nossos)

Diferentemente de Izalci Lucas, porém, a citação de *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* que consta no documento *La Ideologia de Género: Sus Peligros y Alcances* não se dá de forma adulterada.

Voltemos à justificação do PL 1.859/2015 de Izalci Lucas. Após evocar discurso relatado atribuído a Karl Marx e Friedrich Engels para construir o objeto “ideologia de gênero” como “uma ameaça à família”, “uma ameaça às crianças” e uma “ideologia de esquerda de origem marxista”, Lucas continua a produção destes efeitos de sentido ao trazer para a cena tanto discurso relatado atribuído à autora feminista Kate Millet, quanto discurso relatado atribuído a autores denominados por ele como “Escola de Frankfurt”: Karl Korsch e Max Horkheimer. Observemos:

As teorias de Marx sobre a família foram levadas à prática pela Revolução Leninista e aprofundadas pela Escola de Frankfurt. Fazendo um balanço sobre a revolução russa de 1917, **Kate Millett escreve, em sua obra “Sexual Politics”:**

“A União Soviética realizou um esforço consciente para eliminar o patriarcado e reestruturar a sua instituição mais básica, a família. Depois da revolução foram instituídas todas as leis possíveis para libertar os indivíduos das exigências da família: matrimônio livre e divórcio, contracepção e aborto a pedido. Mais do que tudo, as mulheres e as crianças foram libertadas do poder econômico do marido. Debaixo do sistema coletivista, a família começou a desintegrar-se segundo as próprias linhas sob as quais havia sido construída. Todas as providências legais foram tomadas para promover a igualdade política e econômica. Mas, mesmo com tudo isso, a experiência soviética falhou e foi abandonada. Nos anos trinta e quarenta a sociedade soviética voltou a assemelhar-se às sociedades patriarcais reformadas dos países ocidentais” [Kate Millett: Sexual Politics, 1969, Rupert Hart-Davis, London].

Nos anos 30 a Escola de Frankfurt aprofundou a ligação entre a revolução marxista e a destruição da família. A revolução, **segundo escreve Karl Korsch** no livro “Marxismo e Filosofia”, obra que deu início à Escola de

Frankfurt, deve dar-se no nível econômico, mas as superestruturas política e cultural impedem a reestruturação econômica que se inauguraria com a implantação da ditadura do proletariado. Conseqüentemente, para possibilitar a revolução socialista, é necessário desenvolver concomitantemente um amplo trabalho de destruição da política e da cultura. (LUCAS, 2015, p.3-4, grifos nossos)

Izalci Lucas se utiliza aqui de uma suposta instância de discurso direto da obra *Sexual Politics* (1969) da autora feminista Kate Millett para estabelecer uma ligação entre o fracasso do regime soviético e o surgimento de uma nova teoria marxista que visaria a “destruição da política e da cultura” como pré-requisito para a implantação do comunismo. Esta teoria marxista seria desenvolvida por um grupo de pesquisadores denominados “Escola de Frankfurt”. Tal formulação segue o formato de famosas teorias conspiratórias – comumente de caráter antissemita – que são amplamente divulgadas por grupos de extrema direita, como as teorias do “marxismo cultural” (Silveira, 2015) e dos “Protocolos dos Sábios de Sião” (JUNQUEIRA, 2018).

Em uma inspeção mais rigorosa, podemos observar como a recorrência ao discurso direto de Kate Millett – que também serve ao propósito de construir o objeto “ideologia de gênero” como “uma ameaça à família” – se trata, mais uma vez, de uma operação de montagem a partir de trechos que aparecem em diferentes partes do livro. Observemos:

Quadro 11 – Primeira montagem efetuada na justificação do PL 1.859 de Izalci Lucas e atribuída à obra *Sexual Politics*, de Kate Millett

Fazendo um balanço sobre a revolução russa de 1917, Kate Millett escreve, em sua obra “Sexual Politics”:

“A União Soviética realizou um esforço consciente para eliminar o patriarcado e reestruturar a sua instituição mais básica, a família. Depois da revolução foram instituídas todas as leis possíveis para libertar os indivíduos das exigências da família: matrimônio livre e divórcio, contracepção e aborto a pedido. Mais do que tudo, as mulheres e as crianças foram libertadas do poder econômico do marido. Debaixo do sistema coletivista, a família começou a desintegrar-se segundo as próprias linhas sob as quais havia sido construída. Todas as providências legais foram tomadas para promover a igualdade política e econômica. Mas, mesmo com tudo isso, a experiência soviética falhou e foi abandonada. Nos anos trinta e quarenta a sociedade soviética voltou a assemelhar-se às sociedades patriarcais reformadas dos países ocidentais” [Kate Millett: *Sexual Politics*, 1969, Rupert Hart-Davis, London]. (LUCAS, 2015, p.3-4)

Quadro 12 - Fragmentos de *Política Sexual* (1974), de Kate Millett (p. 161 e 162)

A União Soviética fez de facto um esforço consciente para pôr fim ao sistema patriarcal e reestruturar a sua instituição mais fundamental — a família. Depois da revolução, foram votadas todas as leis possíveis para libertar o indivíduo das amarras familiares: liberalização do casamento e do

divórcio, contracepção e aborto autorizado. Sobretudo, mulheres e crianças escaparam ao controle económico do marido. Sob o regime colectivo, a família começou a desintegrar-se, e as fissuras produziram-se seguindo exactamente o traçado que tinha presidido à sua construção. O sistema

patriarcal começou, por assim dizer, a fazer marcha atrás, enquanto a sociedade voltava à comunidade de trabalho democrática que as autoridades socialistas descrevem sob o nome de matriarcado.

A 19 de Dezembro de 1917 e a 17 de Outubro de 1918, Lenine promulgou dois decretos que retiravam aos homens todas as prerrogativas sobre os membros da sua família e reconheciam às mulheres o direito à autodeterminação económica, social e sexual total, podendo estas, naturalmente, escolher livremente o seu domicílio, o seu nome e a sua cidadania. **No plano legal, tudo estava previsto para tornar possível esta igualdade política e económica.** Contudo, uma revolução sexual não se efectua à força de decretos, como bem sabia Lenine, e fizeram-se todos os esforços no sentido de tornar a independência financeira das mulheres e das crianças uma realidade: criação de creches, instituição de um sistema colectivo de trabalhos domésticos para aliviar as mulheres dessas penosas e ingratas tarefas, concessão de subsídios de maternidade, acolhimento às mulheres, num pé de igualdade, no mundo do trabalho, que, tal como a educação e o alojamento, se tornaria também colectivo.

Apesar de tudo isto, a experiência soviética fracassou e foi abandonada. Ao longo dos anos 30 e 40, a sociedade russa começou a parecer-se cada vez mais com o sistema patriarcal evoluído dos outros países ocidentais; em certas épocas, enalteceu mesmo a família tradicional com tanto zelo como estes últimos, incluindo a Alemanha nazi. Os motivos da contra-revolução são numerosos e complexos; contudo, muitos observadores de tendências conservadoras alegraram-se de tal forma com este acontecimento que o atribuem de boa vontade à natureza, à «tragédia biológica das mulheres», à vida eterna e ao valor da família patriarcal, e por aí fora. (MILLETTT, 1974, p.161-162)

O texto apresentado como “citação” por Izalci Lucas é, na verdade, uma mescla de trechos que constam no capítulo “A Contra-revolução”, subcapítulo “Política reaccionária”, subdivisão “Os modelos da Alemanha nazi e da União Soviética”. No capítulo “A Contra-revolução”, após um balanço sobre a Alemanha Nazista, que conclui que “Todos os aspectos das regras sexuais nazis, incluindo o seu matiz de neopaganismo viril, apresentavam, pode-se dizer, o carácter de uma contra-revolução sexual, apadrinhada pelo Estado e imposta pela lei.” (MILLETT, 1974, p.159). Millett, de fato, parte para um balanço de, em suas palavras, “outra forma de totalitarismo”: a União Soviética.

A classificação do regime da União Soviética como “totalitarismo” e sua equiparação à Alemanha Nazista é um elemento que destoa da imagem de “marxista” que Izalci Lucas busca atribuir à massa de autores “ideólogos do gênero” cujas vozes pretende trazer para o debate. Trata-se de um termo amplamente popularizado por Hannah Arendt, cujo carácter anticomunista já foi criticado por autores como Jean-Pierre Faye e Domenico Losurdo.

É a partir do subcapítulo “A Contra-revolução” que Izalci Lucas se vale de excertos para construir sua primeira montagem com a obra de Kate Millett. Mais especificamente, dos três primeiros parágrafos dessa parte do capítulo, que comporta somente uma porção da introdução à análise da autora sobre a “contrarrevolução sexual” sob regime soviético. Izalci Lucas, assim, desconsidera não apenas a análise de Millett sobre o nazismo, mas o subsequente desenvolvimento de sua análise sobre o comunismo.

Das omissões que foram efetuadas ao longo dos três parágrafos recortados por Izalci Lucas para compor sua primeira montagem, a mais significativa é a do segundo destes parágrafos. De sua integralidade, sobra apenas a sentença “No plano legal, tudo estava previsto para tornar possível esta igualdade política e econômica”, como podemos ver nos quadros 11 e 12.

Nas omissões que se deram no referido parágrafo, uma característica que nos chama a atenção diz respeito às sentenças silenciadas. Estas correspondem a uma exaustiva lista de avanços em relação aos direitos das mulheres que se deram durante o regime soviético: a retirada de todas as prerrogativas do homem sobre os demais membros de sua família; o reconhecimento do direito à total liberdade econômica, social e sexual da mulher; a igualdade da mulher no ambiente de trabalho; a criação de creches; entre outros.

Apesar da omissão desses avanços, alguns dos direitos conquistados pelas mulheres na União Soviética foram explicitados na montagem de Izalci Lucas, mais especificamente, no trecho retirado do primeiro dos três parágrafos (referir aos quadros 11 e 12). Entre os direitos conquistados pelas mulheres que efetivamente constam na montagem feita pelo deputado, figuram apenas aqueles que constroem a “ideologia de gênero” como “uma ameaça à família”: legalização do aborto, do divórcio e autorização de métodos contraceptivos – que também são aqueles direitos que se encontram em conflito direto com doutrinas religiosas contemporâneas, principalmente a católica. Os avanços mencionados por Kate Millett no parágrafo que analisamos anteriormente, mais palatáveis e até desejáveis inclusive por religiosos dos mais ortodoxos, são convenientemente omitidos na montagem de Izalci Lucas.

Observemos, agora, o terceiro dos parágrafos cujos recortes compõem a primeira adulteração da obra de Kate Millett que consta na justificativa do PL 1.859/2015. Este introduz a informação de que os avanços nos direitos das mulheres na União Soviética não vingaram, e o projeto fracassou.

Como podemos observar ao referir-nos aos quadros comparativos 11 e 12, algumas informações importantes foram silenciadas nesta alteração. A primeira diz respeito à

associação entre o enaltecimento da família tradicional e a Alemanha Nazista, associação essa que não seria conveniente constar em um texto pertencente à FD “contra a ideologia de gênero”, que tem entre suas características principais justamente enaltecer a família tradicional.

Uma segunda informação importante é a observação que Millett faz sobre as análises de “observadores de tendências conservadoras”, que atribuiriam o fracasso da experiência soviética a fatores como a natureza, a biologia e o valor da família patriarcal. Elementos esses exaltados frequentemente pela FD “contra a ideologia de gênero” e, conseqüentemente, por Izalci Lucas ao longo da justificativa do projeto de lei. O mesmo chega, em certo ponto, a afirmar que a masculinidade e a feminilidade são, ou já foram em algum momento, naturais: “Em um mundo de genuína igualdade, segundo esta concepção, todos teriam que ser educados como bissexuais e a masculinidade e a feminilidade deixariam de ser naturais.” (LUCAS, 2015, p.10)

Após recorrer a essa montagem a partir da obra de Kate Millett, Izalci Lucas retoma o fio de seu texto, buscando estabelecer a ligação das supostas “teorias de Marx e Engels” com as “teorias feministas” através de uma nova teoria marxista que visaria a “destruição da política e da cultura” como pré-requisito para a implantação do comunismo. Nesse encadeamento de discurso relatado direto e indireto, Lucas recorre a obras de membros da “Escola de Frankfurt” como Max Horkheimer e Kark Korch:

Nos anos 30 a Escola de Frankfurt aprofundou a ligação entre a revolução marxista e a destruição da família. A revolução, segundo escreve Karl Korch no livro “Marxismo e Filosofia”, obra que deu início à Escola de Frankfurt, deve dar-se no nível econômico, mas as superestruturas política e cultural impedem a reestruturação econômica que se inauguraria com a implantação da ditadura do proletariado. Conseqüentemente, para possibilitar a revolução socialista, é necessário desenvolver concomitantemente um amplo trabalho de destruição da política e da cultura.

O modo pelo qual seria possível destruir a cultura para possibilitar a revolução socialista foi detalhadamente exposto por Max Horkeimer, o principal dirigente da Escola de Frankfurt, no seu ensaio “Autoridade e Família”, publicado 1936. Segundo ele, o que impede a destruição da cultura é a autoridade, e o que condiciona nos homens a autoridade é precisamente a família:

“entre as relações que influem decididamente no modelamento psíquico dos indivíduos, a família possui uma significação de primeira magnitude. A família é o que dá à vida social a indispensável capacidade para a conduta autoritária de que depende a existência da ordem burguesa” [Max Horkheimer: Autoridade e Família, 1936, republicado posteriormente in Teoria Crítica, 1968].

Segundo Horkheimer, a capacidade da família em impor autoridade é tão notável que chega ao ponto de tornar impensáveis as relações sexuais entre mãe e filhos e entre irmãos e irmãs, apesar destes indivíduos de sexos diferentes passarem anos seguidos vivendo debaixo do mesmo teto, algo simplesmente inconcebível se não ocorresse dentro da estrutura ambiente familiar:

“não somente a vida sexual dos esposos se cerca de segredo diante dos filhos, como também da ternura que o filho experimenta para com a mãe deve ser proscrito todo impulso sexual; ela e a irmã têm direito apenas a sentimentos puros, a uma veneração e uma estima imaculadas” [Max Horkheimer: *Autoridade e Família*, 1936, in *Teoria Crítica*, 1968].

Assim, afirma Horkheimer,

“a subordinação ao imperativo categórico do dever foi, desde o início, o fim consciente da família burguesa. Os países que passaram a dirigir a economia, principalmente a Holanda e a Inglaterra, dispensaram às crianças uma educação cada vez mais severa e opressora. A família destacou-se sempre com maior importância na educação da submissão à autoridade. A força que o pai exerce sobre o filho é apresentada como relação moral, e quando a criança aprende a amar o seu pai de todo o coração, está na realidade recebendo sua primeira iniciação na relação burguesa de autoridade. Obviamente estas relações não são conhecidas em suas verdadeiras causas sociais, mas encobertas por ideologias religiosas e metafísicas que as tornam incompreensíveis e fazendo parecer a família como algo ideal até mesmo em uma modernidade em que, comparada com as possibilidades pedagógicas da sociedade, a família somente oferece condições miseráveis para a educação humana. Na família, o mundo espiritual em que a criança cresce está dominada pela idéia do poder exercido de alguns homens sobre os outros, pela idéia do mandar e do obedecer” [Max Horkheimer: *Autoridade e Família*, 1936, in *Teoria Crítica*, 1968]. (LUCAS, 2015, p.3-5)

Infelizmente não tive acesso a uma cópia do livro *Teoria Crítica* de Max Horkheimer, portanto, não posso atestar se as citações que fazem referência a ele também consistem em operações de montagem com trechos dispersos no livro. O que podemos observar, porém, é que os trechos de *Autoridade e Família* escolhidos por Izalci Lucas reforçam a construção do objeto “ideologia de gênero” como “uma ameaça à família” a partir da recorrência a trechos nos quais Horkheimer critica veementemente a instituição familiar vigente na ordem burguesa:

A família é o que dá à vida social a indispensável capacidade para a **conduta autoritária** de que depende a existência da ordem burguesa. (LUCAS, 2015, p.4, grifos nossos)

A família destacou-se sempre com maior importância na educação da **submissão à autoridade**. (LUCAS, 2015, p.4, grifos nossos)

A força que o pai exerce sobre o filho é apresentada como relação moral, e quando a criança aprende a amar

o seu pai de todo o coração, está na realidade recebendo sua primeira iniciação na **relação burguesa de autoridade**. (LUCAS, 2015, p.4, grifos nossos)

Obviamente estas relações não são conhecidas em suas verdadeiras causas sociais, mas encobertas por ideologias religiosas e metafísicas que as tornam incompreensíveis e fazendo parecer a família como algo ideal até mesmo em uma modernidade em que, comparada com as possibilidades pedagógicas da sociedade, **a família somente oferece condições miseráveis para a educação humana**. (LUCAS, 2015, p.4, grifos nossos)

Na família, o mundo espiritual em que a criança cresce está dominada pela **idéia do poder exercido de alguns homens sobre os outros**, pela **idéia do mandar e do obedecer**. (LUCAS, 2015, p.4, grifos nossos)

A escolha por esses trechos é somada ao recurso a um discurso indireto – na forma de discurso segundo –, reforçando ainda mais o efeito de sentido de “ameaça à família” na construção do objeto “ideologia de gênero”, mas também levantando efeitos de sentido da “ideologia de gênero” como “ameaça à infância”, a partir de alusões ao incesto e à pedofilia:

Segundo ele, o que impede a destruição da cultura é a autoridade, e o que condiciona nos homens a autoridade é precisamente a família (LUCAS, 2015, p.4, grifos nossos)

Segundo Horkheimer, a capacidade da família em impor autoridade é tão notável que chega ao ponto de tornar impensáveis as relações sexuais entre mãe e filhos e entre irmãos e irmãs, apesar destes indivíduos de sexos diferentes passarem anos seguidos vivendo debaixo do mesmo teto, algo simplesmente inconcebível se não ocorresse dentro da estrutura ambiente familiar (LUCAS, 2015, p.4, grifos nossos)

Construído um elo entre o objeto “ideologia de gênero” e o comunismo, e reforçadas as suas características de “ameaça à família” e “ameaça à infância”, Izalci Lucas segue a narrativa da justificação de seu projeto de lei recorrendo mais uma vez a um suposto discurso relatado da autora feminista estadunidense Kate Millett:

Mas se a revolução russa e a Escola de Frankfurt apontaram claramente o motivo pelo qual a destruição da família seria tão central para o êxito da revolução socialista, não explicaram, todavia, como esta deveria ser realizada. De fato, como já notamos, apesar de todo o empenho e recursos utilizados, nem a revolução russa conseguiu dissolver a família. Nos anos 70, Kate Millett, a mesma que acabamos de mencionar, assim explicava as causas pelas quais Lênin não havia conseguido abolir a família:

“A causa mais profunda para isto reside no fato de que, além da declaração de que a família compulsória estava extinta, a teoria Marxista falhou ao não oferecer uma base ideológica suficiente para uma revolução sexual e foi notavelmente ingênua em relação à força histórica e psicológica do patriarcado. Engels havia escrito apenas sobre a história e a economia da família patriarcal, mas não investigou os hábitos mentais nela envolvidos, e até mesmo Lenin admitiu que a revolução sexual não era adequadamente compreendida. Com efeito, no contexto de uma política sexual, as transformações verdadeiramente revolucionárias deveriam ser a influência, à escala política, sobre as relações entre os

sexos. Justamente porque o período em questão não viu concretizar-se as transformações radicais que parecia prometer, conviria definir aquilo que deveria ser uma revolução sexual bem sucedida. Uma revolução sexual exigiria, antes de tudo o mais, o fim das inibições e dos tabus sexuais, especialmente aqueles que mais ameaçam o casamento monogâmico tradicional: a homossexualidade, a ilegitimidade, as relações pré-matrimoniais e na adolescência. Isto permitiria uma integração de subculturas sexuais, uma assimilação de ambos os lados da experiência humana até aqui excluídos da sociedade. Da mesma forma, seria necessário reexaminar as características definidas como masculinas e femininas. O desaparecimento do papel ligado ao sexo e a total independência econômica da mulher destruiriam ao mesmo tempo a autoridade e a estrutura econômica. Parece improvável que tudo isto possa acontecer sem um efeito dramático sobre a família patriarcal” [Kate Millett: *Sexual Politics*, 1969, Rupert HartDavis, London]. (LUCAS, 2015, p.4-5)

A partir de um longo trecho – que, como veremos, passa por um processo de adulteração ainda mais drástico que o primeiro –, o deputado busca construir o argumento de que o fracasso da emancipação das mulheres na União Soviética levou à efetiva invenção da “ideologia de gênero”. As adulterações efetuadas por Izalci Lucas para construir o trecho atribuído a *Sexual Politics*, de Kate Millett, podem ser analisadas em mais detalhes com o auxílio dos quadros comparativos que seguem:

Quadro 13 - Segunda montagem efetuada na justificação do PL 1.859 de Izalci Lucas e atribuída à obra *Sexual Politics*, de Kate Millett

Nos anos 70, Kate Millett, a mesma que acabamos de mencionar, assim explicava as causas pelas quais Lênin não havia conseguido abolir a família:

“A causa mais profunda para isto reside no fato de que, além da declaração de que a família compulsória estava extinta, a teoria Marxista falhou ao não oferecer uma base ideológica suficiente para uma revolução sexual e foi notavelmente ingênua em relação à força histórica e psicológica do patriarcado. Engels havia escrito apenas sobre a história e a economia da família patriarcal, mas não investigou os hábitos mentais nela envolvidos, e até mesmo Lenin admitiu que a revolução sexual não era adequadamente compreendida. Com efeito, no contexto de uma política sexual, as transformações verdadeiramente revolucionárias deveriam ser a influência, à escala política, sobre as relações entre os sexos. Justamente porque o período em questão não viu concretizar-se as transformações radicais que parecia prometer, conviria definir aquilo que deveria ser uma revolução sexual bem sucedida. Uma revolução sexual exigiria, antes de tudo o mais, o fim das inibições e dos tabus sexuais, especialmente aqueles que mais ameaçam o casamento monogâmico tradicional: a homossexualidade, a ilegitimidade, as relações pré-matrimoniais e na adolescência. Isto permitiria uma integração de subculturas sexuais, uma assimilação de ambos os lados da experiência humana até aqui excluídos da sociedade. Da mesma forma, seria necessário reexaminar as características definidas como masculinas e femininas. O desaparecimento do papel ligado ao sexo e a total independência econômica da mulher destruiriam ao

mesmo tempo a autoridade e a estrutura econômica. Parece improvável que tudo isto possa acontecer sem um efeito dramático sobre a família patriarcal” [Kate Millet: *Sexual Politics*, 1969, Rupert HartDavis, London]. (LUCAS, 2015, p.4-5)

Quadro 14 – Fragmentos de *Política Sexual* (1974) de Kate Millet (p. 162-163 e p. 9-11)

A principal razão parece ser a dificuldade que existe em efectuar uma revolução social completa quando as pessoas se encontram dominadas, como estavam os Russos, por problemas quer políticos (as guerras dos brancos contra os vermelhos) quer económicos (tinha sido reconhecido às mulheres o direito à independência económica, mas isso não bastava para de facto lha conceder, sobretudo durante os anos de desemprego da Nova Política Económica). **Há uma outra causa, ainda mais profunda: é que à parte o facto de declarar que a família como instituição obrigatória devia desaparecer, a teoria marxista não tinha conseguido fornecer uma base ideológica suficiente para uma revolução sexual e subestimava com uma ingenuidade notável a força histórica e psicológica do sistema patriarcal. Engels tinha-se limitado a descrever a história e a economia da família patriarcal, descurando o exame crítico dos hábitos mentais que ela inculca. Lenine admitiu que a revolução sexual, tal como os processos social e sexual em geral, não foi correctamente entendida;** declarou também, várias vezes, que essas coisas não lhe pareciam suficientemente importantes para que delas se falasse. Trotsky, que não se tinha dignado tratar da sexualidade em *Everyday Questions*, obra pretensamente consagrada aos problemas práticos, eleva-se com veemência contra o vazio ideológico, o fracasso soviético e a regressão estalinista em *The Revolution Betrayed*, mas fá-lo um pouco tarde, em 1936. Reich parece ter razão quando diz que os grandes pensadores sociais consideraram quase sempre a sexualidade como indigna da sua atenção. Por consequência, quando a velha ordem patriarcal desabou, não existia uma teoria positiva e coerente para remediar a confusão que devia inevitavelmente seguir-se. (MILLETTT, 1974, p.162-163, grifos nossos)

O termo «revolução sexual» está actualmente tão na moda que é empregue a torto e a direito para explicar os mais insignificantes comportamentos homossexuais. Tal emprego é quando muito ingénuo. **Com efeito, no contexto de uma política sexual, transformações verdadeiramente revolucionárias deveriam ter influência, à escala política, sobre as relações entre os sexos.** Mas uma vez que o statu quo do patriarcado se tem mantido durante tanto tempo e com sucesso universal, nada indicava que ele pudesse evoluir. E, contudo, a situação modificou-se. Ou pelo menos começou a modificar-se — e durante cerca de um século parecia que a organização da sociedade estava prestes a sofrer uma revisão possivelmente mais drástica do que qualquer outra que tivesse já sofrido dentro do período histórico. Durante este tempo, o patriarcado, que constitui a principal forma de governo, foi tão discutido e atacado que parecia condenado a desaparecer. É evidente que nada disso aconteceu: a primeira fase terminou com uma Reforma imediatamente seguida de uma 94bjeti. No entanto, alterações consideráveis surgiram do seu fermento revolucionário.

Justamente porque o período em questão não viu concretizarem-se as transformações radicais que parecia prometer, conviria talvez tentar definir aquilo que deveria ser uma revolução sexual bem sucedida. Tal definição, por hipotética que fosse, ajudaria incontestavelmente a avaliar as falhas da primeira fase. E seria também útil no futuro, na medida em que se pode supor que a 94bjeti que surgiu após as primeiras décadas do século XX está prestes a ceder perante novas manifestações do espírito revolucionário.

Uma revolução sexual exigiria antes de mais, talvez, o fim das inibições e tabus sexuais, especialmente aqueles que mais ameaçam o casamento monógamo tradicional: a homossexualidade, a «ilegitimidade», as relações sexuais pré-matrimoniais e na adolescência. Deste modo, o aspecto negativo no qual a 95bjetivo95 sexual tem sido geralmente envolvida seria necessariamente eliminado, juntamente com o código moral ambivalente e a prostituição. Esta revolução teria por 95bjetivo estabelecer um princípio único de tolerância, completamente alheio aos sórdidos e alienantes fundamentos económicos das tradicionais alianças sexuais.

Em primeiro lugar, uma revolução sexual acabaria com a instituição patriarcal, abolindo tanto a ideologia da supremacia do macho como a tradição que a perpetua através do papel, condição e temperamento atribuídos a cada um dos dois sexos.

Isto permitiria uma integração de subculturas sexuais, uma assimilação de ambos os lados da experiência humana até aqui excluídos da sociedade. Da mesma forma, seria conveniente reexaminar as características definidas como «masculinas» ou «femininas» e reconsiderar o seu valor no aspecto humano: a violência encorajada como manifestação de virilidade e a excessiva passividade definida como característica feminina, inúteis em ambos os sexos; a eficiência e o intelectualismo do temperamento «masculino» e a ternura e a consideração ligadas ao temperamento feminino, recomendáveis a ambos os sexos sem distinção.

Parece improvável que tudo isto possa acontecer sem um efeito drástico sobre a família patriarcal. O desaparecimento do papel ligado ao sexo e a total independência económica da mulher destruiriam ao mesmo tempo a autoridade e a estrutura económica. Consequentemente, para os menores, seria o fim da situação actual, que os reduz à condição de incapazes e os priva de todos os direitos. Se as crianças fossem entregues a profissionais (com todas as vantagens que isso lhes traria), as mães estariam mais livres, e isso acabaria por destruir a estrutura familiar. O casamento poderia até ser substituído por uma união voluntária, se tal fosse desejado. Se uma revolução sexual fosse efectivada, o problema do aumento demográfico deixaria de constituir um dilema, tal como hoje se apresenta, porque estaria vitalmente ligado à emancipação da mulher. (MILLETTT, 1974, p.9-11, grifos nossos)

Esta segunda instância de recorrência a um suposto discurso direto de Kate Millett em *Sexual Politics* é, mais uma vez, uma montagem a partir de trechos que aparecem em partes diferentes do livro. Diferentemente da primeira adulteração da obra de Millett, desta vez Izalci Lucas vai além, sem sequer respeitar a ordem sequencial dos trechos encadeados nesta montagem. Como podemos observar nos quadros 13 e 14, encontramos sentenças que constam no capítulo “A Contra-revolução” (p.162-163), imediatamente sucedida por sentenças de um capítulo anterior, “A Revolução Sexual” (p.9-11)¹⁷. Também há um caso de

¹⁷ Utilizamos uma edição de 1974 traduzida para o português pela editora “Publicações Dom Quixote” e uma edição original em inglês publicada pela University of Illinois Press, em 2000. Certificamo-nos que a única alteração na publicação da University of Illinois Press foi o acréscimo de introduções de edições anteriores. Quanto à edição da Publicações Dom Quixote, ela “não inclui, por acordo com a Autora, os capítulos «Instances of sexual politics», «Theory of sexual politics» (já publicado no volume Mulheres contra Homens? (Cadernos Dom Quixote n.º 37) e «The literary reflection»” (MILLETTT, 1974, p. 7), o que não apresenta prejuízo à nossa

inversão da ordem de duas sentenças, encontradas imediatamente uma após a outra no original, e encadeadas na ordem oposta na montagem efetuada por Izalci Lucas.

A primeira parte da montagem do deputado corresponde, de fato, a um parágrafo do capítulo “A Contra-revolução” no qual a autora cita motivos de a revolução relativa aos direitos das mulheres ter fracassado na União Soviética. Porém, como já é de costume, apenas parte deste parágrafo consta na montagem. Segue o parágrafo completo, com a parte que consta no projeto de lei em negrito:

A principal razão parece ser a dificuldade que existe em efectuar uma revolução social completa quando as pessoas se encontram dominadas, como estavam os Russos, por problemas quer políticos (as guerras dos brancos contra os vermelhos) quer económicos (tinha sido reconhecido às mulheres o direito à independência económica, mas isso não bastava para de facto lha conceder, sobretudo durante os anos de desemprego da Nova Política Económica). **Há uma outra causa, ainda mais profunda: é que à parte o facto de declarar que a família como instituição obrigatória devia desaparecer, a teoria marxista não tinha conseguido fornecer uma base ideológica suficiente para uma revolução sexual e subestimava com uma ingenuidade notável a força histórica e psicológica do sistema patriarcal. Engels tinha-se limitado a descrever a história e a economia da família patriarcal, descurando o exame crítico dos hábitos mentais que ela inculca. Lenine admitiu que a revolução sexual, tal como os processos social e sexual em geral, não foi correctamente entendida;** declarou também, várias vezes, que essas coisas não lhe pareciam suficientemente importantes para que delas se falasse (1). Trotsky, que não se tinha dignado tratar da sexualidade em *Everyday Questions* (2), obra pretensamente consagrada aos problemas práticos, eleva-se com veemência contra o vazio ideológico, o fracasso soviético e a regressão estalinista em *The Revolution Betrayed* (3), mas fá-lo um pouco tarde, em 1936. Reich parece ter razão quando diz que os grandes pensadores sociais consideraram quase sempre a sexualidade como indigna da sua atenção (4). Por consequência, quando a velha ordem patriarcal desabou, não existia uma teoria positiva e coerente para remediar a confusão que devia inevitavelmente seguir-se. (MILLETTT, 1974, p.162-163, grifos nossos.)

Chama atenção o fato de a sentença original, deliberadamente apropriada pelo Deputado Federal na montagem de sua suposta citação de Millett, começar com “Há uma outra causa, ainda mais profunda...” (“A still deeper cause is that...” no original em inglês). A suposta montagem efetuada pelo deputado começa com “A causa mais profunda para isto...” eliminando assim o elemento linguístico responsável por indicar a presença de outras causas, que foram explicitadas anteriormente no corpo do texto original de Kate Millett.

Como podemos ver em Millett, entre estas causas, silenciadas no processo de montagem de uma suposta citação da autora por parte de Izalci Lucas, podemos encontrar as

análise, já que as adulterações do deputado Izalci Lucas não dizem respeito a nenhum destes capítulos. As páginas de *Sexual Politics* assinaladas ao longo desta dissertação se referem à edição das Publicações Dom Quixote.

precárias situações política (devido à guerra civil) e econômica (devido às medidas malsucedidas da Nova Política Econômica) nas quais a União Soviética se encontrava na época. Estas razões são completamente apagadas na montagem do deputado, transferindo a maior responsabilidade do fracasso da União Soviética em implantar o comunismo à ausência deste plano que, segundo Izalci, desenvolve-se hoje como “Ideologia de Gênero”.

As sentenças seguintes presentes na adulteração de *Políticas Sexuais* efetuada por Izalci Lucas representam da forma mais clara a operação de montagem aplicada pelo deputado, que não respeita sequer a ordem sequencial do texto. Imediatamente após a sentença que vimos anteriormente, retirada do capítulo “A Contra-revolução”, Lucas encadeia em sequência um trecho do capítulo “A Revolução Sexual (Primeira Fase 1830-1930)”, capítulo que se encontra, na obra original, mais de 90 páginas antes de “A Contra-revolução”¹⁸.

O capítulo “A Revolução Sexual (Primeira Fase 1830-1930)”, subcapítulo “Na Política” trata de fazer um balanço da situação da mulher nesse período de 100 anos. Nele, é descrita a situação da mulher desde o século XIX, possíveis precursores de certo proto-feminismo da época, as conquistas realizadas pelo movimento atualmente conhecido como “a primeira onda do feminismo”, assim como suas limitações.

Na justificção do PL 1.859/2015, os trechos do capítulo “A Revolução Sexual (Primeira Fase 1830-1930)” foram recortados por Izalci Lucas e encadeados em sucessão direta a um trecho do capítulo posterior “A Contra-revolução”. Estes trechos, que foram apresentados como um único parágrafo – como ilustrado nos quadros 13 e 14 – encontram-se, na verdade, distribuídos ao longo dos cinco primeiros parágrafos do capítulo “A Revolução Sexual (Primeira Fase 1830-1930)” na obra original de Kate Millett.

Os parágrafos em questão correspondem à introdução desse capítulo. Neles, a autora relembra os resultados e limitações da primeira onda do feminismo. Frente às reações a este primeiro momento do movimento feminista, a autora compreende algumas de suas limitações e busca estabelecer o que seria, hipoteticamente, uma verdadeira revolução sexual. Essa concepção de uma verdadeira revolução sexual servirá então, ao longo do capítulo, para avaliar as limitações da primeira onda e traçar planos para o futuro do movimento.

Do primeiro destes cinco parágrafos, a única sentença que consta na montagem de Izalci Lucas se encontra a seguir em negrito:

¹⁸ Na edição americana, o capítulo “*The Sexual Revolution, First Phase: 1830 – 1930*” inicia-se na página 61 e o capítulo “*The Counterrevolution: 1930-60*” tem início na página 157. Na edição portuguesa, o capítulo “A Revolução Sexual” começa na página 9 e “A Contra-revolução” na página 145.

O termo «revolução sexual» está actualmente tão na moda que é empregue a torto e a direito para explicar os mais insignificantes comportamentos homossexuais. Tal emprego é quando muito ingénio. **Com efeito, no contexto de uma política sexual, transformações verdadeiramente revolucionárias deveriam ter influência, à escala política, sobre as relações entre os sexos.** Mas uma vez que o status quo do patriarcado se tem mantido durante tanto tempo e com sucesso universal, nada indicava que ele pudesse evoluir. E, contudo, a situação modificou-se. Ou pelo menos começou a modificar-se — e durante cerca de um século parecia que a organização da sociedade estava prestes a sofrer uma revisão possivelmente mais drástica do que qualquer outra que tivesse já sofrido dentro do período histórico. Durante este tempo, o patriarcado, que constitui a principal forma de governo, foi tão discutido e atacado que parecia condenado a desaparecer. É evidente que nada disso aconteceu: a primeira fase terminou com uma Reforma imediatamente seguida de uma reacção. No entanto, alterações consideráveis surgiram do seu fermento revolucionário. (MILLETTT, 1974, p.9, grifos nossos)

É omitida, então, na montagem de Izalci Lucas, a passagem sobre a banalização do termo “revolução sexual”, criticada por Millett. Tal crítica é importante para a construção do sentido da passagem que foi utilizada na montagem de Lucas, uma vez que o trecho em negrito aparece como um contraponto à ideia de que simples “comportamentos homossexuais”, sem uma mudança estrutural e política das relações entre os sexos, pudessem ser considerados uma “revolução sexual”. Também é silenciada a parte na qual a autora faz um breve histórico do patriarcado: seu status dominante pela maior parte da história registrada, seu breve recuo perante as reformas da primeira onda do feminismo, e sua reacção, voltando assim à sua posição dominante.

No segundo parágrafo, o autor da justificação do PL 1.859/2015 mantém a proposta da definição de o que seria uma revolução sexual bem sucedida, como podemos observar representado pela sentença em negrito:

Justamente porque o período em questão não viu concretizarem-se as transformações radicais que parecia prometer, conviria talvez tentar definir aquilo que deveria ser uma revolução sexual bem sucedida. Tal definição, por hipotética que fosse, ajudaria incontestavelmente a avaliar as falhas da primeira fase. E seria também útil no futuro, na medida em que se pode supor que a reacção que surgiu após as primeiras décadas do século XX está prestes a ceder perante novas manifestações do espírito revolucionário. (MILLETTT, 1974, p.9-10, grifos nossos)

Lucas apaga, porém, a utilidade desta definição segundo Kate Millett: a definição de uma “revolução sexual” ajudaria a avaliar as limitações da primeira fase e planejar estratégias para uma nova onda revolucionária.

O parágrafo seguinte aponta algumas características desta hipotética “verdadeira revolução sexual”. Os trechos utilizados por Izalci Lucas em sua montagem encontram-se em negrito:

Uma revolução sexual exigiria antes de mais, talvez, o fim das inibições e tabus sexuais, especialmente aqueles que mais ameaçam o casamento monógamo tradicional: a homossexualidade, a «ilegitimidade», as relações sexuais pré-matrimoniais e na adolescência. Deste modo, o aspecto negativo no qual a actividade sexual tem sido geralmente envolvida seria necessariamente eliminado, juntamente com o código moral ambivalente e a prostituição. Esta revolução teria por objectivo estabelecer um princípio único de tolerância, completamente alheio aos sórdidos e alienantes fundamentos económicos das tradicionais alianças sexuais. (MILLETTT, 1974, p. 10, grifos nossos)

O autor omite, porém, que, antes de listar tais características, Kate Millett começa com um “talvez”. Expressão esta que diminuiria consideravelmente a assertividade das afirmações da autora caso constasse no recorte do deputado, criando assim um efeito de certeza onde, no texto original, era evidenciada a dúvida.

Certamente, a invocação do fim da inibição da homossexualidade já é suficiente para incitar o pânico moral em uma fração de eventuais leitores. Porém, a menção da inibição das “relações sexuais pré-matrimoniais e na adolescência” reforçam outra teoria frequentemente levantada pela FD “contra a ideologia de gênero”. Seria esta a equiparação frequentemente feita entre “ideologia de gênero” e educação sexual nas escolas com “erotização infantil”, ou até mesmo “pedofilia”. Como a autora não especifica se tais “relações sexuais na adolescência” se dariam entre adolescentes ou entre adolescentes e adultos, a oportunidade para instalar este pânico moral se abre.

A evocação da pedofilia como algo defendido pelos “ideólogos do gênero” é uma estratégia comum entre autores da FD “contra a ideologia de gênero”, como observam Tatiana Lionço, Ana Clara Alves, Felipe Mattiello e Amanda Freire:

A partir do IX Seminário LGBT da Câmara das/os Deputadas/os intitulado Respeito à diversidade se aprende na infância, ocorrido em 2012, o bloco religioso conservador no Congresso estabeleceria a associação esquemática e artificial entre pedofilia e militância por direitos sexuais no Brasil. (LIONÇO et al., 2018, p.603)

A perseguição política contra ativistas de direitos sexuais com atuação na docência pode ser conhecida por meio do vídeo documentário No Brasil de Cris e Tati – a luta pela liberdade, recuperado de: <https://youtu.be/DTGaLIPGmrk>. Ainda, em 2017, essa associação entre gênero, sexualidade e pedofilia se desdobraria a censura a exposições e performances artísticas, desencadeando amplo debate na mídia e decorrendo em episódios de agressão física e moral. (LIONÇO et al., 2018, p.603)

Ainda neste terceiro parágrafo, apesar de o autor citar as características que Millett considera importantes para uma revolução sexual, ele omite a outra parte do parágrafo. Esta

parte silenciada diz respeito a metas que Kate Millett almeja com o fim destas inibições: o fim do “código moral ambivalente” (isto é, o que vale para o homem não vale para a mulher ou vice versa) e o fim da prostituição. Certamente, construir o objeto “ideólogos do gênero” como um grupo que busca o fim da prostituição entraria em contradição com a construção dos mesmos como “promíscuos”.

O próximo parágrafo, o quarto, é completamente omitido na citação confeccionada pelo deputado. Nele, a autora se aprofunda, definindo objetivos finais gerais desta revolução sexual, como podemos observar:

Em primeiro lugar, uma revolução sexual acabaria com a instituição patriarcal, abolindo tanto a ideologia da supremacia do macho como a tradição que a perpetua através do papel, condição e temperamento atribuídos a cada um dos dois sexos. (MILLETTT, 1974, p. 10)

É a esta abolição da “ideologia da supremacia do macho” e da “tradição que a perpetua através do papel, condição e temperamento atribuídos a cada um dos dois sexos” que se refere o trecho que inicia o quinto parágrafo, utilizado por Izalci Lucas em sua montagem:

Isto permitiria uma integração de subculturas sexuais, uma assimilação de ambos os lados da experiência humana até aqui excluídos da sociedade. Da mesma forma, seria conveniente reexaminar as características definidas como «masculinas» ou «femininas» e reconsiderar o seu valor no aspecto humano: a violência encorajada como manifestação de virilidade e a excessiva passividade definida como característica feminina, inúteis em ambos os sexos; a eficiência e o intelectualismo do temperamento «masculino» e a ternura e a consideração ligadas ao temperamento feminino, recomendáveis a ambos os sexos sem distinção. (MILLETTT, 1974, p. 10, grifos nossos)

Porém, como o parágrafo que o precede é omitido por completo na montagem efetuada por Izalci Lucas, o significado do texto é alterado no próprio nível dos referentes textuais. O “isto” que inicia o parágrafo passa a se referir, na colcha de retalhos confeccionada pelo deputado, a “o fim das inibições e tabus sexuais, especialmente aqueles que mais ameaçam o casamento monógamo tradicional: a homossexualidade, a «ilegitimidade», as relações sexuais pré-matrimoniais e na adolescência” e não aos verdadeiros referentes mencionados anteriormente. A partir deste encadeamento, constrói-se uma ideia que nunca foi elaborada pela autora do texto, uma ideia que constrói o objeto “ideologia de gênero” como uma ameaça à família e à infância.

Também é importante apontar quais partes deste quinto parágrafo são omitidas por Izalci Lucas. O deputado cita a segunda sentença pela metade, “Da mesma forma, seria conveniente reexaminar as características definidas como «masculinas» ou «femininas»”, assim, permanece uma indefinição do que seria reexaminar tais características. Tal omissão

abre espaço para a construção do objeto “ideologia de gênero” como esta ideologia sorrateira e subliminar, de caráter incerto.

No parágrafo original, porém, a autora especifica exatamente quais características definidas como “masculinas” ou “femininas” deveriam ser reexaminadas:

... a violência encorajada como manifestação de virilidade e a excessiva passividade definida como característica feminina, inúteis em ambos os sexos; a eficiência e o intelectualismo do temperamento «masculino» e a ternura e a consideração ligadas ao temperamento feminino, recomendáveis a ambos os sexos sem distinção. (MILLETTT, 1974, p. 10)

Estas características, porém, nada reforçam a narrativa de uma ameaça que busca destruir a família e erotizar a infância. Mais vale a omissão desses detalhes para a construção do objeto “ideologia de gênero” como uma ameaça à infância e à família, uma vez que a ambiguidade da ideia de “reexaminar as características definidas como ‘masculinas’ ou ‘femininas’” contribui para a construção da narrativa da “ideologia de gênero” como uma ameaça que viria para “transformar meninos em meninas e meninas em meninos.”.

No sexto e último parágrafo do qual Izalci Lucas se utilizou para confeccionar sua montagem, o deputado recortou apenas as duas primeiras sentenças, que podemos observar em negrito:

Parece improvável que tudo isto possa acontecer sem um efeito drástico sobre a família patriarcal. O desaparecimento do papel ligado ao sexo e a total independência económica da mulher destruiriam ao mesmo tempo a autoridade e a estrutura económica. Consequentemente, para os menores, seria o fim da situação actual, que os reduz à condição de incapazes e os priva de todos os direitos. Se as crianças fossem entregues a profissionais (com todas as vantagens que isso lhes traria), as mães estariam mais livres, e isso acabaria por destruir a estrutura familiar. O casamento poderia até ser substituído por uma união voluntária, se tal fosse desejado. Se uma revolução sexual fosse efectivada, o problema do aumento demográfico deixaria de constituir um dilema, tal como hoje se apresenta, porque estaria vitalmente ligado à emancipação da mulher. (MILLETTT, 1974, p.10-11, grifos nossos)

Mas há outra operação efetuada em sua adulteração que vai além da omissão de partes do texto. O autor do projeto de lei inverte a ordem destas duas sentenças, produzindo assim um novo sentido que não poderia ser produzido no original. Comparemos a versão da edição portuguesa de *Sexual Politics* com a versão que consta no documento do deputado:

Parece improvável que tudo isto possa acontecer sem um efeito drástico sobre a família patriarcal. O desaparecimento do papel ligado ao sexo e a total independência económica da mulher destruiriam ao mesmo tempo a autoridade e a estrutura económica.” (MILLETTT, 1974, p.10-11)

O desaparecimento do papel ligado ao sexo e a total independência económica da mulher destruiriam ao mesmo tempo a autoridade e a estrutura económica. Parece improvável que tudo isso possa acontecer sem um efeito dramático sobre a família patriarcal.” (LUCAS, 2015 p.5)

No nível dos referentes textuais já há uma alteração de sentido: inverte-se os agentes de uma relação causa-efeito. No texto da autora feminista, “tudo isso” (ou seja, o que foi enumerado ao longo dos parágrafos anteriores em relação a características de uma verdadeira revolução sexual) causaria “um efeito drástico sobre a família patriarcal” e destruiria ao mesmo tempo a autoridade e a estrutura econômica.

Com a ordem das frases alterada por Izalci Lucas, “tudo isso” passa a se referir ao que foi enumerado ao longo de sua montagem de trechos dispersos do livro de Millett. Isto inclui partes do capítulo “A Contra-revolução”, que aparece mais de 90 páginas adiante em *Sexual Politics*, e a sentença que, no texto original, sucede imediatamente o trecho “Parece improvável que tudo isto possa acontecer sem um efeito drástico sobre a família patriarcal”. A partir das alterações efetuadas por Lucas, “o desaparecimento do papel ligado ao sexo e a total independência econômica da mulher destruiriam ao mesmo tempo a autoridade e a estrutura econômica”, originalmente um efeito de “tudo isso” no texto de Kate Millett, é apresentado na montagem constante na justificção do PL 1.859/2015 como uma causa. Reforça-se assim, mais uma vez, a construção do objeto “ideologia de gênero” como uma ameaça à família.

Como afirmamos anteriormente, a recorrência a esta adulteração da obra *Sexual Politics* de Kate Millett tem como propósito construir o argumento de que o fracasso da emancipação das mulheres na União Soviética levou à efetiva invenção da “ideologia de gênero”. Como fazem muitos autores da FD “contra a ideologia de gênero” (Bernini, 2018), Izalci Lucas atribui a paternidade da “ideologia de gênero” ao psicólogo neozelandês Dr. John Money. Observemos no trecho que segue:

Logo após Kate Millett haver escrito estas linhas, cientistas e filósofos começaram a desenvolver aquilo que é considerado, pelo menos até o momento, como a solução definitiva para o problema da família. Não é nada mais do que aquilo que hoje conhecemos como ideologia de gênero. O conceito de gênero foi desenvolvido pela primeira vez no final dos anos 60 pelo Dr. John Money, psicólogo neozelandês professor na John Hopkins University de Baltimore.

Dr. Money sustentou que a percepção que as pessoas tem de sua própria sexualidade, à qual denominou de identidade de gênero, dependeria da educação recebida e poderia ser diferente de seu sexo biológico. Ao deparar se com um recém nascido que havia sofrido uma amputação do pênis, e que possuía um irmão gêmeo univitelino, Money recomendou aos pais que castrassem o bebê e educassem o primeiro como mulher e o segundo como homem, sem que ambos soubessem de suas diferenças de nascença. A experiência fracassou completamente, uma vez que o gêmeo que havia sido educado para ser mulher, desde tenra idade, rasgava seus vestidos femininos, mais tarde passou a acusar os pais de lavagem cerebral e, por volta dos quinze anos, ameaçou suicidar-se se não lhe permitissem comportar-se como homem. John Money, entretanto, publicava diversos trabalhos na literatura especializada considerando a experiência como um sucesso e a comprovação definitiva da teoria de gênero.

Até poucos anos atrás a palavra gênero significava a atribuição de um caráter masculino ou feminino a classes de palavras tais como os substantivos e adjetivos. Dizia-se que uma palavra seria masculina, feminina ou neutra, ainda que o objeto correspondente, como um caderno ou uma mesa, não fosse um ente sexuado. Na língua inglesa, o termo correspondente ‘gender’, poderia ainda, secundariamente, ser entendido como sinônimo genérico de sexo; neste outro sentido, gênero poderia ser tanto o sexo masculino ou feminino, sem especificação. Mas, graças ao trabalho do Dr. John Money, o termo passou a perder este sentido secundário de sexo em geral, desvinculou-se da biologia e passou a referir-se a um papel socialmente construído. Assimilado, logo em seguida, durante a década dos anos 80, pelas teóricas do feminismo, passou a ser utilizado pelo movimento feminista para promover a revolução marxista. (LUCAS, 2015, p.5-6)

Apesar de John Money ter, de fato, se utilizado do termo ‘gênero’ como conceito para sua pesquisa, este ‘gênero’ de John Money tem significados e implicações completamente diferentes do conceito de ‘gênero’ utilizado por pesquisadoras dos estudos feministas e de gênero.

Como explica Lorenzo Bernini:

O conceito de gênero foi introduzido em meados dos anos 50 pelo psicólogo e sexólogo John Money, em 1957, posteriormente retomado pelo psiquiatra e psicanalista Robert Stoller em seu célebre *Sex and Gender* (1968) e, depois disso, disseminou-se do âmbito médico-psicológico aos da história, sociologia, direito, literatura e filosofia, até dar origem ao campo interdisciplinar que atualmente chamamos de “Estudos de Gênero”. Em Money e Stoller, o gênero já era entendido não apenas como um componente psicológico da identidade sexual, mas também como algo socialmente modulado, um seu componente sóciopsicológico. Ele diz respeito ao senso de si do sujeito em sociedade, isto é, ao sentir-se homem ou sentir-se mulher conforme as concepções de masculinidade e feminilidade da cultura a que se pertence. No entanto, nem Money nem Stoller são considerados pais fundadores de Estudos de Gênero e das teorias queer. Quem pratica essas disciplinas – por exemplo, Butler (2004) – tem criticado fortemente o argumento simplista de Money de que todos os seres humanos nasceriam com uma identidade de gênero neutra, que, em seguida, seria plasmada como masculina ou feminina exclusivamente pelos condicionamentos da educação e, por conseguinte, as crianças intersexuais poderiam ser transformadas em meninos e meninas sem seu consentimento por meio de cirurgia genital, terapias hormonais e educação. (BERNINI, 2018, p.550-551)

Este ato de abuso, tortura e exploração infantil perpetrado pelo Dr. John Money e intitulado “ciência” pouco contribui de fato para o campo dos estudos de gênero. Ao contrário de se configurarem em uma prática transgressora, os experimentos de Money nada mais são do que um violento processo de adequação de corpos divergentes (no caso, crianças intersexo) à rígida ordem preexistente que determina o que é um “corpo masculino” e um “corpo feminino”.

Os próprios pressupostos de Money contradizem postulados básicos de autores referência na área dos estudos de gênero, como Judith Butler e Paul B. Preciado. Este último repudia abertamente o médico neozelandês em seus escritos, referindo-se à sua prática como

uma adulteração do corpo de bebês para encaixá-los à força em categorias de “gênero masculino” ou “gênero feminino” (PRECIADO, 2018[2008], p.111).

Ao longo da narrativa que Izalci Lucas tece sobre o Dr. John Money, encontramos exemplos da construção do objeto “ideologia de gênero” como uma “ameaça à família” (1), uma “ameaça à infância” (2 e 3) e uma “ideologia marxista” (4):

Quadro 15 – Fragmentos da narrativa de Izalci Lucas sobre o Dr. John Money

1	Logo após Kate Millett haver escrito estas linhas, cientistas e filósofos começaram a desenvolver aquilo que é considerado, pelo menos até o momento, como a solução definitiva para o problema da família . Não é nada mais do que aquilo que hoje conhecemos como ideologia de gênero.
2	Ao deparar se com um recém nascido que havia sofrido uma amputação do pênis, e que possuía um irmão gêmeo univitelino, Money recomendou aos pais que castrassem o bebê e educassem o primeiro como mulher e o segundo como homem, sem que ambos soubessem de suas diferenças de nascença .
3	A experiência fracassou completamente, uma vez que o gêmeo que havia sido educado para ser mulher, desde tenra idade, rasgava seus vestidos femininos, mais tarde passou a acusar os pais de lavagem cerebral e, por volta dos quinze anos, ameaçou suicidar-se se não lhe permitissem comportar-se como homem .
4	Mas, graças ao trabalho do Dr. John Money, o termo passou a perder este sentido secundário de sexo em geral, desvinculou-se da biologia e passou a referir-se a um papel socialmente construído. Assimilado, logo em seguida, durante a década dos anos 80, pelas teóricas do feminismo, passou a ser utilizado pelo movimento feminista para promover a revolução marxista .

A última alusão direta à “destruição da família” na justificativa do PL 1.859/2015 vem logo em sequência, e é associada a Judith Butler, como podemos observar:

Foi, porém, Judith Butler quem apresentou, no início dos anos 90, o conceito filosófico moderno de gênero, sob a forma que poderia ser aplicado, através do movimento feminista, para conduzir à destruição da família, necessária para promover a revolução socialista. Segundo Butler, quando as feministas se pensam a si mesmas como mulheres, já estão com isto, construindo um discurso que as impedem de emancipar-se dos homens. As feministas não deveriam mais falar da mulher como sujeito do seu movimento, mas deveriam, em vez disso, substituir tanto a feminilidade como a masculinidade pelo conceito amorfo e variável de gênero. Conforme explicado em sua obra “O Problema do Gênero”,

“Durante a maior parte do tempo a teoria feminista supôs que haveria uma identidade existente, entendida através da categoria da mulher, que constituía o sujeito para o qual se construía a representação política. Mas recentemente esta concepção da relação entre a teoria feminista e a política foi questionada a partir de dentro do próprio discurso feminista. O próprio sujeito “mulher” não pode ser mais entendido em termos estáveis ou permanentes. Há uma farta literatura que mostra que há muito pouco acordo sobre o que constitui, ou deveria constituir, a categoria “mulher”. O filósofo

Michel Foucault mostra que os sistemas jurídicos de poder produzem os sujeitos que eles em seguida passam a representar. Nestes casos, recorrer não criticamente a um sistema como este para emancipar as mulheres é obviamente auto sabotador. A denúncia de um patriarcado universal não goza mais da mesma credibilidade de outrora, mas é muito mais difícil desconstruir a noção de uma concepção comum de mulher, que é consequência do quadro do patriarcado. A construção da categoria “mulher” como um sujeito coerente é, no fundo, uma reificação de uma relação de gênero. E esta reificação é exatamente o contrário do que pretende o feminismo. A categoria “mulher” alcança estabilidade e coerência somente no contexto da matriz heterossexual. É necessário, portanto, um novo tipo de política feminista para contestar as próprias reificações de gênero e de identidade, uma nova política que fará da construção variável da identidade não apenas um pré-requisito metodológico e normativo, mas também um objetivo político. Paradoxalmente o feminismo somente poderá fazer sentido se o sujeito “mulher” não for assumido de nenhum modo” [Judith Butler: Gender Trouble, feminism and the subversion of identity, 1990, Routledge, New York].

A idéia de que, para a revolução socialista seria necessário que as mulheres não mais se assumissem como mulheres não era nova nos anos 90. A novidade introduzida por Butler está no modus operandi através do conceito de ‘gênero’. Segundo Butler, a transição seria politicamente possível através da introdução do conceito de gênero inicialmente desenvolvido por Money. (LUCAS, 2015, p.6-7)

Além de estabelecer uma equiparação inexistente entre as teorias do Dr. John Money e as de Judith Butler, Izalci Lucas não apresenta evidências de que Butler tenha em algum momento almejado a “destruição da família” – talvez porque ela nunca o tenha feito. A única associação de Butler à “destruição da família” se encontra nas passagens nas quais o autor se vale do discurso indireto:

Foi, porém, Judith Butler quem apresentou, no início dos anos 90, o conceito filosófico moderno de gênero, sob a forma que poderia ser aplicado, através do movimento feminista, **para conduzir à destruição da família**, necessária para promover a revolução socialista (LUCAS, 2015, p.6, grifos nossos)

O deputado também ressalta as considerações de Butler sobre o sujeito do feminismo para assim começar a produzir o efeito de sentido de que a “ideologia de gênero” é “uma ideologia subliminar e sorrateira”, que analisamos anteriormente.

Apesar de a construção do objeto “ideologia de gênero” como ameaça à família e à infância não ser mais o foco a partir desse ponto na narrativa da justificção do PL 1.859/2015, ainda são reforçados tais efeitos em determinadas passagens. Um exemplo claro é a recorrência ao (suposto) discurso direto da autora feminista radical estadunidense Shulamith Firestone.

Em mais uma de suas adulterações de trechos de obras, dessa vez *A Dialética do Sexo* de Shulamith Firestone¹⁹, Lucas reforça a construção do objeto “ideologia de gênero” como uma ameaça à família e à infância, como podemos ver a partir de trechos selecionados que seguem:

<p>Libertar as mulheres de sua biologia significa ameaçar a unidade social, que está organizada em torno da sua reprodução biológica e da sujeição das mulheres ao seu destino biológico, a família. (LUCAS, 2015, p.7)</p>
<p>Com isso atacamos a família em uma frente dupla, contestando aquilo em torno de que ela está organizada: a reprodução das espécies pelas mulheres, e sua consequência, a dependência física das mulheres e das crianças. (LUCAS, 2015, p.7)</p>
<p>Eliminar estas condições já seria suficiente para destruir a família, que produz a psicologia do poder. Contudo, nós a destruiremos ainda mais. (LUCAS, 2015, p.7)</p>
<p>E, se as distinções culturais entre homens e mulheres e entre adultos e crianças forem destruídas, nós não precisaremos mais da repressão sexual que mantém estas classes diferenciadas, sendo pela primeira vez possível a liberdade sexual “natural”. (LUCAS, 2015, p.7)</p>
<p>Assim, chegaremos, em quarto lugar, à liberdade sexual para que todas as mulheres e crianças possam usar a sua sexualidade como quiserem. (LUCAS, 2015, p.7)</p>

Podemos encontrar, inclusive, referências a uma possível defesa da pedofilia nos dois últimos trechos destacados. Como já vimos, a evocação da pedofilia como algo defendido pelos “ideólogos do gênero” é uma estratégia comum entre autores da FD “contra a ideologia de gênero”.

¹⁹ Devido à sua maior extensão e menor relevância à nossa análise, não incluiremos no corpo da dissertação um quadro comparativo entre a montagem efetuada por Izalci Lucas a partir de trechos dispersos de *A Dialética do Sexo* e as citações originais retirada do livro de Shulamith Firestone. Optamos, porém, por disponibilizar tal quadro no Apêndice para consulta de leitores interessados.

4.6 Os efeitos de sentido em jogo na construção do objeto “ideologia de gênero” Parte 2: Desqualificação

Nas palavras de Dale O'Leary, o "feminismo do gênero" é um sistema fechado contra o qual não há nenhuma forma de se argumentar. Não se pode apelar para a natureza, nem para a razão, para a experiência ou para as opiniões e desejos de mulheres verdadeiras porque - segundo as "feministas do gênero" - tudo isto é "socialmente construído". Não importa quanta evidência seja acumulada contra suas idéias; [isto seria] outra prova da conspiração patriarcal em massa contra a mulher.

Conferência Episcopal Peruana, 2008[1998], p.15

Para além dos efeitos de sentido que constroem o objeto “ideologia de gênero” como “ameaça à família”, “ameaça à infância”, “ideologia de origem marxista”, “ideologia sorrateira e subliminar”, entre outros que também causam repulsa e pânico em seus interlocutores, há também os efeitos de sentido que funcionam para construir a “ideologia de gênero” como uma pseudociência, uma mera teoria sem base, uma conjectura antinatural. Tal construção permite à FD “contra a ideologia de gênero” afirmar que “a ciência está do nosso lado” e “a natureza está do nosso lado” ao mesmo tempo que constrói seus adversários, os supostos “promotores da ideologia de gênero”, como loucos delirantes.

Nas palavras de pesquisadores como Junqueira, Paternotte e Kuhar:

... sublinha-se que a “teoria de gênero” seria “um erro da mente humana”, sem validade científica (...) e, por isso, completamente confutada por especialistas: suas formulações seriam meramente ideológicas; e suas premissas, falsas, desmentidas pela biologia. (JUNQUEIRA, 2018, p.459)

Essas vertentes teóricas são descritas como sendo ideológicas e desconectadas dos achados inquestionáveis das ciências naturais, particularmente os estudos biológicos, médicos e psicológicos alinhados com concepções essencialistas sobre as diferenças sexuais entre homens e mulheres (incluindo as diferenças entre os cérebros dos homens e das mulheres) e a complementaridade dos sexos masculinos e femininos. (PATERNOTTE; KUHAR, 2018, p.508-509)

Nas páginas seguintes, buscaremos examinar algumas instâncias da justificação do PL 1.859/2015 e do documento *La Ideologia de Género: Sus Peligros y Alcances* que constroem o objeto “ideologia de gênero” como “contrário à natureza” e “contrário à ciência”.

Como já foi apontado por vários autores, apesar de as críticas à “ideologia de gênero” virem de setores em sua maioria religiosos, é comum que os atores da FD “contra a ideologia de gênero” traduzam argumentos originalmente eclesiásticos em elaborações pretensamente

científicas “como estratégia para conferir legitimidade argumentativa a preceitos de fé religiosa num contexto secular e para influenciar instituições que deveriam primar pela laicidade como princípio ético e político.” (LIONÇO et al. 2018, p.601)

O texto de justificação do PL 1.859/2015 evidencia essas utilidades do apelo a um étos pretensamente laico pelos atores da FD “contra a ideologia de gênero”. Apesar de buscar inspiração de todos aqueles textos de origem católica na formulação de seus argumentos – textos que vimos no capítulo 3, Ideologia de Gênero: um panorama –, a única instância que se aproxima a um argumento religioso ao longo do texto de justificativa é a utilização de uma citação do Padre José Eduardo de Oliveira como argumento de autoridade – mesmo assim, tal citação não contém argumentos religiosos. Essa estratégia é difundida internacionalmente e já foi descrita por estudiosos como Romain Carnac e Rogério Junqueira:

... em diferentes cenários, ao longo do processo de sua configuração, conforme observa Romain Carnac, houve uma “desconfessionalização” do discurso antigênero, o que foi crucial para conferir-lhe uma feição universalista e a possibilidade de apresentar-se não como uma resposta religiosa tradicionalista, mas como uma via “civilizacional” à altura dos desafios éticos contemporâneos. Desse modo, sem que os atores envolvidos tivessem que renunciar da capacidade performativa da linguagem da autoridade (uma importante alavanca da eficácia do discurso religioso), a desconfessionalização permitiu que ficassem menos evidentes as matrizes católicas do discurso antigênero, favorecendo que seus conteúdos pudessem revestir-se de certa laicidade ou até de aparente cientificidade, e passassem a figurar, com essa roupagem, em documentos de Estado, diretrizes de políticas públicas, pronunciamentos de dirigentes públicos e até mesmo de lideranças religiosas. (JUNQUEIRA, 2018, p.460)

A partir da utilização de argumentos pretensamente seculares e científicos, uma destas estratégias da FD “contra a ideologia de gênero” é justamente construir o objeto “ideologia de gênero” como “especulativo, incerto e não científico, opondo-a à certeza daquilo que considera ‘ciência’.” (JUNQUEIRA, 2018, p.459)

Exemplos desse tipo de prática são abundantes em textos produzidos pela FD “contra a ideologia de gênero”. Alguns podem ser encontrados no documento *La Ideologia de Género: Sus Peligros y Alcances* e na justificação do PL 1.859/2015:

Não é necessária muita reflexão para se dar conta de quão revolucionária é esta posição e das conseqüências que implicam a negação de que há uma natureza dada a cada um dos seres humanos por **seu capital genético**. (Conferência Episcopal Peruana, 2008[1998], p.1)

A "liberdade" dos promotores do "gênero" para afirmar a existência de cinco sexos **contrasta com todas as provas científicas existentes**, segundo as quais somente existem duas opções a partir do ponto de vista genético: ou se é homem ou se é mulher; não há absolutamente nada, **cientificamente falando**, que esteja no meio. (Conferência Episcopal Peruana, 2008[1998], p.13)

Mas, graças ao trabalho do Dr. John Money, o termo passou a perder este sentido secundário de sexo em

geral, **desvinculou-se da biologia** e passou a referir-se a um papel socialmente construído. (LUCAS, 2015, p.7)

A recorrência a argumentos pretensamente científicos para qualificar seus opositores como “ideólogos do gênero” e “contrários à ciência” é explorada em detalhes pela pesquisadora francesa Odile Fillod em seu artigo *L’invention de la “théorie du genre”: le mariage blanc du Vatican et de la Science* (2014). Fillod conclui que os “argumentos científicos” utilizados pela FD “contra a ideologia de gênero” contradizem as próprias fontes nas quais dizem se embasar e classifica – bem adequadamente – sua tentativa de se inserir no campo científico como *pour le moins maladroite* – no mínimo desajeitada.

Sua falta de compromisso com a ciência, porém, pouco importa para a efetividade do discurso da FD “contra a ideologia de gênero”. Como já vimos, o importante é o efeito causado em seus leitores, sua capacidade de mobilização de público e de criminalização de um alvo específico. O efeito construído é de que “a ciência está do nosso lado” e não “do lado deles”.

Sobre a recorrência da FD “contra a ideologia de gênero” à voz de autoridade da ciência, Junqueira também observa que:

A biologia e a ciência a que ativistas antigênero se referem limitam-se às formulações que, de algum modo, lhes parece permitir naturalizar suas posições morais ou religiosas, como: reiterar a diferença entre homens e mulheres (em base hormonal e neuronal); definir orientação e identidade sexual em termos radicalmente essencialistas (em base cromossômica); esconjurar a homoconjugalidade; patologizar a homo, a trans e a intersexualidade; fomentar terapias de conversão sexual etc. (JUNQUEIRA, 2018, p.459)

Outro efeito de sentido recorrentemente evocado na construção do objeto “ideologia de gênero” é o de que ela seria “contrária à natureza” ou de que ela “nega a natureza”. Tal efeito de sentido é muitas vezes construído em conjunto com o da “ideologia de gênero” como “anticientífica” e, apesar de aparentar ser um argumento secular, podemos traçar paralelos entre esse apelo à natureza e os argumentos desenvolvidos na *Teologia do Corpo*, concebida e promovida por Karol Wojtyła (JOÃO PAULO II) e Joseph Ratzinger (BENTO XVI) desde o final da década de 1970.

Buscando apresentar dogmas da Igreja Católica sobre a mulher de forma menos descaradamente misógina, a Teologia do Corpo foca em apontar as diferenças entre o homem e a mulher sem, no entanto, colocá-la explicitamente em posição de subordinação. Para isso, recorre-se amplamente aos conceitos de “complementariedade” e “vocaçã”, como podemos ver em excertos das cartas do Papa João Paulo II às famílias (1994) e às mulheres (1995):

O ser humano é criado, desde «o princípio», como homem e mulher: a vida da colectividade humana — tanto das pequenas comunidades como da sociedade inteira — está marcada por esta dualidade primordial. Dela derivam a «masculinidade» e a «feminilidade» dos simples indivíduos, tal como daí recebe cada comunidade a própria riqueza característica, no recíproco complemento das pessoas. (JOÃO PAULO II, 1994, grifos nossos)
O obrigado ao Senhor pelo seu desígnio sobre a vocação e a missão da mulher no mundo , torna-se também um concreto e directo obrigado às mulheres, a cada mulher, por aquilo que ela representa na vida da humanidade. (JOÃO PAULO II, 1995, grifos nossos)
Obrigado a ti, mulher-esposa, que unes irrevogavelmente o teu destino ao de um homem, numa relação de recíproco dom , ao serviço da comunhão e da vida. (JOÃO PAULO II, 1995, grifos nossos)
Deus intervém para fazê-lo sair desta situação de solidão: « Não é conveniente que o homem esteja só; vou dar-lhe uma auxiliar semelhante a ele » (Gn 2, 18). Portanto, na criação da mulher está inscrito, desde o início, o princípio do auxílio: auxílio — note-se — não unilateral, mas recíproco. A mulher é o complemento do homem, como o homem é o complemento da mulher: mulher e homem são entre si complementares . A feminilidade realiza o « humano » tanto como a masculinidade, mas com uma modulação distinta e complementar . (JOÃO PAULO II, 1995, grifos nossos)
De facto, é no doar-se aos outros na vida de cada dia, que a mulher encontra a profunda vocação da própria vida, ela que talvez mais que o próprio homem vê o homem, porque o vê com o coração. (JOÃO PAULO II, 1995, grifos nossos)

Observando esses exemplos, percebe-se que a utilização dos conceitos de “complementariedade” entre homem e mulher, e “vocação” da mulher nada mais é do que uma maneira eufêmica de asseverar a dominação do homem sobre a mulher e a naturalização de convenções sociais como características próprias e inerentes ao ser mulher – e, conseqüentemente, ao ser homem.

Também a evocar o argumento da “natureza” na Igreja Católica estão os discursos do Papa Bento XVI por ocasião dos votos natalícios, tanto em 2008 quanto em 2012. Durante ambos os discursos, Bento XVI evoca o discurso da “ecologia do homem”, insinuando que “a reflexão sobre a identidade sexual e as construções sociais relativas a gênero poderiam desintegrar o ser humano tal como a ação humana insensata destrói a natureza” (JUNQUEIRA, 2018, p.480). Segundo Bento XVI:

É necessário que haja algo como uma ecologia do homem, entendida no sentido justo. Não é uma metafísica superada, se a Igreja falar da natureza do ser humano como homem e mulher e pedir que esta ordem da criação seja respeitada. Trata-se aqui do facto da fé no Criador e da escuta da linguagem da criação, cujo desprezo seria uma autodestruição do homem e portanto uma destruição da própria obra de Deus. O que com frequência é expresso e entendido com a palavra “gender”, resolve-se em definitiva na auto-emancipação do homem da criação e do Criador. O homem pretende fazer-se sozinho e dispor sempre e exclusivamente sozinho o que lhe diz respeito. Mas desta forma vive contra a verdade, vive contra o Espírito criador. As florestas tropicais merecem, sim, a nossa protecção, mas não a merece

menos o homem como criatura, na qual está inscrita uma mensagem que não significa contradição da nossa liberdade, mas a sua condição. (BENTO XVI, 2008)

O excerto abaixo é um exemplo de como textos produzidos pela FD “contra a ideologia de gênero”, mesmo evitando os argumentos explicitamente religiosos, evocam as teorias Vaticanas quando constroem o objeto “ideologia de gênero” como uma “negação da natureza”.

No entanto, é evidente que nem toda diferença é má, nem muito menos irreal. Tanto o homem quanto a mulher - criados à imagem e semelhança de Deus - têm suas próprias particularidades naturais que devem ser colocadas à serviço do outro, para alcançar um enriquecimento mútuo. Isto - claro está - não significa que os recursos pessoais da feminilidade sejam menores que os recursos da masculinidade; apenas significa que são diferentes. (Conferência Episcopal Peruana, 2008[1998])

Observemos também como, ao falar de natureza, o que os autores do PL 1.859/2015 e de *La Ideologia de Género: Sus Peligros y Alcances* fazem é na verdade a associação imediata de papéis sociais a dados da natureza. Fazemos questão de demonstrar este processo da naturalização de construções sociais nos mínimos detalhes pois é sabida a acusação de que nós, os supostos “ideólogos do gênero”, ao sermos confrontados, “negamos a natureza”, “distorcemos tudo”, “transformamos tudo em uma conspiração patriarcal”.

Os proponentes desta ideologia querem afirmar que as diferenças entre o homem e a mulher, fora as óbvias diferenças anatômicas, não correspondem a uma natureza fixa que torne alguns seres humanos homens e, a outros, mulheres. (Conferência Episcopal Peruana, 2008[1998])
Não é necessária muita reflexão para se dar conta de quão revolucionária é esta posição e das conseqüências que implicam a negação de que há uma natureza dada a cada um dos seres humanos por seu capital genético. (Conferência Episcopal Peruana, 2008[1998])
É claro, portanto, que para esta nova "perspectiva do gênero", a realidade da natureza incomoda, atrapalha e, assim, deve desaparecer. (Conferência Episcopal Peruana, 2008[1998])
Para os apaixonados defensores da "nova perspectiva", não se devem fazer distinções porque qualquer diferença é suspeita, má, ofensiva. Dizem ainda que toda diferença entre o homem e a mulher é construção social e, por conseguinte, precisa ser alterada. Buscam estabelecer uma igualdade total entre homem e mulher sem considerar as naturais diferenças entre ambos, especialmente as diferenças sexuais; mais ainda, relativizam a noção de sexo de tal maneira que, segundo eles, não existiriam dois sexos, mas sim muitas "orientações sexuais". (Conferência Episcopal Peruana, 2008[1998])
Com efeito, os mencionados promotores do "gênero" não encontraram melhor opção do que declarar guerra à natureza e às opções da mulher. (Conferência Episcopal Peruana, 2008[1998])
Nesse sentido, se aceitamos o fato de que o homem e a mulher são diferentes, uma diferença estatística entre homens e mulheres que participam de uma certa atividade poderia ser mais do que uma amostra de discriminação: o simples reflexo destas diferenças naturais entre homem e mulher. (Conferência Episcopal Peruana, 2008[1998])
Não obstante, diante da evidência de que estas diferenças são naturais , os promotores da "nova

perspectiva" não questionam suas teorias, preferindo mais atacar o conceito de natureza . (Conferência Episcopal Peruana, 2008[1998])
Sustentar-se-ia, progressivamente, que masculino e feminino não seriam sexos, mas gêneros, e que, neste sentido, tanto o masculino como o feminino não seriam realidades biológicas , mas construções meramente culturais que poderiam e deveriam ser modificadas pela legislação até obter não apenas a completa eliminação de todas as desigualdades entre os gêneros, mas o próprio reconhecimento legal da não existência de gêneros enquanto construções definidas e distintas. (LUCAS, 2015)
Se esta submissão é consequência da biologia , não há nada a que se fazer. Mas se ela é uma construção social, ou um gênero, então, a longo prazo, ela poderá ser modificada até chegar-se à uma completa igualdade onde não haverá mais possibilidade de opressão de gênero, mas também onde não haverá mais famílias, tanto as heterossexuais como demais famílias alternativas. (LUCAS, 2015)

A ambiguidade é a tônica destas declarações, uma vez que evoca as “diferenças naturais” entre homens e mulheres sem, em momento algum, exemplificar tais diferenças. Estariam elas limitadas a características visíveis do corpo, como órgãos genitais, sistema reprodutivo, quantidade de pelos, distribuição de gordura corporal, massa muscular etc.? Estariam incluídas aí características não visíveis como hormônios e cromossomos?

Poder-se-ia argumentar que as “diferenças naturais” acabam aí. Porém, a partir do momento em que a FD “contra a ideologia de gênero” considera “ser mãe”, “ser esposa”, “ter feminilidade”, “cuidar das pessoas” como “vocação” ou “gênio” da mulher, há de se questionar o limite do que se constrói como “diferenças naturais” em seu discurso. Ademais, o silêncio na hora de listar – ou até mesmo exemplificar – quais seriam estas características naturais é terreno fértil para a produção desses sentidos que naturalizam papéis sociais arbitrários impostos a mulheres ao longo da história moderna.

Trazendo Dale O’Leary como referência, o documento *La Ideologia de Género: Sus Peligros y Alcances* questiona o conceito de “papéis” a partir de uma argumentação que, mais uma vez, reforça a doutrina da Teologia do Corpo. O documento sugere que:

O emprego do termo "papéis" ou da expressão "papéis desempenhados" transmite necessariamente a sensação de algo artificial que é imposto a uma pessoa. Quando se substitui "papéis" por outro vocábulo - tal como "vocação" - põe-se de manifesto como o termo "papéis" afeta nossa percepção de identidade. Vocação envolve algo autêntico, não artificial, um chamado para ser o que somos. Respondemos à nossa vocação para realizar nossa natureza ou desenvolver nossos talentos e capacidades inatos. Nesse sentido, por exemplo, O’Leary destaca a vocação feminina para a maternidade, pois a maternidade não é um "papéis". Quando a mãe concebe um filho, empreende uma relação duradoura com outro ser humano. Esta relação define a mulher, lhe coloca certas responsabilidades e afeta quase todos os aspectos da sua vida. Não está representando o papéis de mãe; é uma mãe. A cultura e a tradição certamente influem sobre o modo de como a mulher cumpre as responsabilidades advindas da maternidade, mas não criam mães - esclarece O’Leary. (Conferência Episcopal Peruana, 2008[1998])

Um exemplo claro desta ambiguidade do significado de “características naturais” empregados pela FD “contra a ideologia de gênero” é o caso da “vocação feminina para a maternidade” ao qual o texto faz menção. Baseado no texto, tal vocação parece englobar tanto a capacidade de dar à luz uma criança – que, vale lembrar, não é “da natureza” de todas as mulheres –, quanto a presença de características e comportamentos que a sociedade patriarcal espera que uma mãe tenha.

O texto tenta amenizar tal ambiguidade argumentando que “A cultura e a tradição certamente influem sobre o modo de como a mulher cumpre as responsabilidades advindas da maternidade, mas não criam mães”. Porém, essa afirmação entra em conflito com a declaração de que, como mulheres “Respondemos à nossa vocação para realizar nossa natureza ou desenvolver nossos talentos e capacidades inatos”. Quais seriam estes “talentos inatos” da natureza da mulher? Nesse ponto, mais uma vez, o silêncio prevalece.

4.7 Mas o que fazer com estas informações?

Desde que os campos dos estudos feministas e de gênero tomaram ciência das proporções que a expressão “ideologia de gênero” alcançou no debate público, muitos tiveram a reação imediata de afirmar que tal coisa não existe. Já vimos como esta estratégia, apesar de correta a princípio, não deu certo. Muito também se tentou, em trabalhos mais elaborados, definir “ideologia de gênero”:

El término ideología de género es un ensamblaje de ideas e interpretaciones de textos, elaborado, inicialmente, durante y después de los debates surgidos en la Conferencia sobre Población y Desarrollo (El Cairo, 1994) y la Cuarta Conferencia Mundial sobre la Mujer (Beijing, 1995). (...) Se trata de un contra-discurso creado para interpelar movilizaciones internacionales en políticas del género y la sexualidad, y promovido por una variedad de sectores que incluyen a iglesias, partidos conservadores y de derecha, grupos nacionalistas, entre otros. (AMAYA, 2017, p.152)

... “teoria/ideologia de gênero” é **um sintagma inventado, definido e abrigado em uma retórica elaborada pelo Vaticano e por setores ultraconservadores religiosos sob sua influência** (CASE, 2011). Nesses termos, existe enquanto **objeto discursivo polêmico** (CARNAC, 2014), configurado de modo a operar como **dispositivo retórico** (GARBAGNOLI, 2016a) e **persuasivo**. Um artefato discursivo que, enquanto **significante vazio** (Laclau, 2011), pode atuar como um **ponto nodal** (LACLAU; MOUFFE, 2010) capaz de atrair e aglutinar diversos interesses e demandas, articular atores dispersos e, entre inúmeros significados ou cadeias de significados, incorporar e ajustar diferentes sentidos, estabelecendo, mesmo que provisoriamente, uma significação que proporciona uma identidade comum aos envolvidos e uma aparente coerência ao vozerio cacofônico. Trata-se, ainda, de um

dispositivo político-discursivo cujo acionamento, em diversos cenários, está implicado na reorganização do campo discursivo reacionário e no redesenho de estratégias de mobilização e intervenção na arena pública. Desse modo, a invenção desse sintagma insere-se no âmago de um projeto ultraconservador que comportou engendrar uma retórica dotada de gramática, semântica e elementos lexicais próprios, ideologicamente bem estruturada, e que compõe a base de um discurso antigênero (HUSSON, 2013b, 2014). (JUNQUEIRA, 2018, p.486-487, grifos nossos)

Reconheço o mérito de tais tentativas de definição, entretanto, também considero urgente a construção de estratégias de diálogo com a população que adere ao discurso da FD “contra a ideologia de gênero”. Estas estratégias, para serem desenvolvidas, precisam compreender como a própria FD “contra a ideologia de gênero” constrói o objeto “ideologia de gênero”.

Precisamos também reconhecer a população que adere ao discurso da FD “contra a ideologia de gênero” não como formas cristalizadas, fechadas e imutáveis, mas como formas em constante processo de construção. Precisamos reconhecer também que, se muitas pessoas tendem a acreditar em uma “ideologia de gênero que destruirá a família para implantar o comunismo”, isto não é decorrência de uma falha em seu caráter ou em sua inteligência, mas sim a forma como seus afetos estão mobilizados no momento sob o regime colonial-capitalístico.

Por mais que expressemos nosso desprezo por membros dos altos escalões de igrejas, pelos seus dogmas patriarcais e muitas vezes racistas e pelas suas alianças com facções criminosas e políticos reacionários, não podemos ignorar que, nas favelas, a Igreja Evangélica é responsável por produzir afetos positivos na vida de muitas famílias, oferecendo acolhimento, apoio psicológico, lazer, cultura e um senso de comunidade para uma população abandonada e muitas vezes vilificada pelo próprio estado. Não podemos ignorar o afeto mobilizado pelo trabalho de assistência que organizações religiosas, tanto católicas quanto evangélicas, realizam com a população carcerária.

Acredito também não podermos, ao combater as desinformações sobre o termo “ideologia de gênero”, reconhecer “a Igreja Católica” ou “a Igreja” como um grupo monolítico de pensamento único, patriarcal e reacionário. Fazê-lo seria reproduzir a mesma falácia tão difundida pela FD “contra a ideologia de gênero” de que há um pensamento monolítico de um suposto grupo de “promotores da ideologia de gênero”, que englobaria autoras feministas, marxistas, etc.

Como já foi evidenciado ao longo desta pesquisa, e de diversas outras aqui citadas, há um núcleo reacionário no topo de instituições religiosas como a Católica e a Evangélica.

Porém, é importante lembrarmos que há dissenso também interior a estes grupos, dissenso esse apontado pela psicóloga e pesquisadora católica Cristiana Serra em sua dissertação de mestrado *“Viemos pra comungar”*: Estratégias de permanência na Igreja desenvolvidas por grupos de *“católicos LGBT”* brasileiros e suas implicações (2017) e que será mais profundamente explorada em sua tese de doutorado *“Não em nosso nome”*: disputas de narrativas cristãs sobre gênero e sexualidade no Brasil dos anos 2010 (2020). Este dissenso também é representado, por exemplo, por figuras como Camila Mantovani e Pastor Henrique Vieira na comunidade evangélica, e pela própria Cristiana Serra, o movimento Católicas pelo Direito de Decidir, e o Padre Júlio Lancellotti na comunidade católica.

Enxergar estas potências pode evitar a armadilha de conceber aqueles que tendem a acreditar nos “perigos e alcances da ideologia de gênero” como formas cristalizadas: ignorantes, alienados, casos perdidos. Partindo dos princípios norteadores desta pesquisa, lembremos que diante do encontro com outras forças em um processo de intervenção, estes podem vir a atualizar-se de outras maneiras – o mesmo é válido para nós. Não produzamos morte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Minha pesquisa termina aqui por motivos completamente arbitrários impostos pela instituição acadêmica. O tempo limitado no Mestrado forçou-me a fazer, para fins desta dissertação, um recorte coerente que pudesse ser concluído em dois anos, e isso acredito que eu tenha conseguido.

Entretanto, neste período imposto pela instituição acadêmica, esta pesquisa consegue contribuir – acredito – com alguns pontos que facilitarão os próximos caminhos possíveis de serem traçados nesta rede de discursos sobre “ideologia de gênero”.

Apresento, a partir de uma releitura foucaultiana, a proposta de que a formação discursiva “contra a ideologia de gênero” funcionaria como uma maneira de monopolizar a enunciação do termo “gênero”, questionando assim a utilização da categoria “antigênero” para se referir ao discurso da FD “contra a ideologia de gênero” (p.57). Ressalto, além disso, os conflitos internos aos discursos católicos e evangélicos quanto ao objeto “ideologia de gênero”, apontando a importância de movimentações dentro destas próprias religiões que combatem a FD “contra a ideologia de gênero”. Assim, listei alguns exemplos de vozes necessárias a esse debate, que não podem ser ignoradas (p.114).

Além disso, esta dissertação apresenta partes que virão a facilitar eventuais novas pesquisas sobre o assunto, uma vez que sumariza alguns pontos importantes sobre a gênese do termo “ideologia de gênero” e sua transformação em fórmula, que se encontram muitas vezes espalhadas em diversos artigos.

Talvez, o ponto no qual esta pesquisa mais pode contribuir, não apenas com produções acadêmicas, mas principalmente com a maneira como nos posicionamos no debate público, é em preparar eventuais leitores ao sistematizar algumas estratégias discursivas recorrentes empregadas pela formação discursiva “contra a ideologia de gênero”.

Entre elas, podemos observar o funcionamento da linguagem-intervenção na construção do objeto “ideologia de gênero”, por meio da enunciação que parte da própria FD que se denomina “contra a ideologia de gênero”. Observamos também, simultaneamente, a rejeição do objeto “ideologia de gênero” por parte da mesma formação discursiva, e associação a uma suposta FD “a favor da ideologia de gênero” também criada a partir destas enunciações.

Constatamos também que, para a construção desta suposta formação discursiva “a favor da ideologia de gênero”, uma estratégia de homogeneização de pensadores de épocas e áreas diversas e com ideias frequentemente conflitantes entre si – como Karl Marx, Judith Butler, John Money, Friedrich Engels, Kate Millett, etc. –, em um pilar monolítico, um inimigo comum facilmente rotulado como “promotores da ideologia de gênero”, “ideólogos do gênero”, etc.

Tal prática é facilitada pela maneira como atores da FD “contra a ideologia de gênero” empregam habilmente o discurso relatado. Isto se dá desde as formas mais sutis, como o direcionamento da interpretação através do encadeamento de discursos relatados diretos e indiretos em seus textos, até as deturpações mais explícitas, como as adulterações na materialidade linguística de textos que são apresentados como citações autênticas de autores que pertenceriam à FD “a favor da ideologia do gênero”.

Para que tal estratégia funcione, há uma regularidade nos efeitos de sentido evocados nos processos construção do objeto “ideologia de gênero”. Tais efeitos contribuem tanto para a criação de pânico moral, quanto para a desqualificação e criminalização de atores denominados “promotores da ideologia de gênero”. Com isso, se constrói e se reforça uma maior e mais coesa comunidade discursiva “contra a ideologia de gênero”, assim como também é construído e reforçado esse inimigo monolítico, a suposta comunidade discursiva “a favor da ideologia de gênero”.

Entre tais efeitos de sentido, podemos encontrar, por exemplo, a evocação do pânico moral por meio da construção da “ideologia de gênero” como uma “ameaça vinda de fora”. De “influência marxista”, tal ameaça, através de seu “caráter subliminar e sorrateiro”, estaria “invadindo espaços”, como as escolas e até o seio da própria família. A partir dos textos que analisamos, esta ideologia teria como principais alvos “a infância”, “a família”, e a “liberdade da mulher”. Nesta linha de pensamento, além de perigosa, a “ideologia de gênero” seria também um engodo “antinatural” e “anticientífico”.

Reconhecendo o caráter rizomático da pesquisa cartográfica, é necessário ressaltar que este trabalho não termina aqui. Além de um necessário aprofundamento nos pontos abordados ao longo desta dissertação, há uma infinidade de percursos a serem explorados. Entre eles, posso citar uma lista bem limitada:

- O aprofundamento nas diferenças entre cada vertente teórica e militante que é condensada em um pilar homogêneo rotulado “ideologia de gênero” pelo discurso da

FD “contra a ideologia de gênero” (Marxismo, Feminismo Radical, Teoria *Queer*, Feminismo Materialista, Feminismo Marxista, Teoria Crítica, Feminismo Liberal...);

- A apropriação do vocabulário da luta anticapitalista pelo discurso da FD “contra a ideologia de gênero” (ex: “colonização”, “imperialismo”, críticas às Organizações das Nações Unidas etc.);
- A circulação da fórmula “ideologia de gênero” no Brasil diante dos desdobramentos das eleições presidenciais de 2018. Após este evento, a fórmula foi utilizada durante o discurso de posse presidencial e faz parte das políticas da Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves.

Seja aprofundando-se nos tópicos abordados nesta dissertação, ou se aventurando pelos elementos ainda não explorados nesta rede discursiva, ainda há uma infinidade de caminhos a serem traçados e percorridos não apenas por pesquisadores, mas por qualquer um que deseje enveredar nesta rede discursiva que envolve um termo tão pervasivo em nosso dia-a-dia.

REFERÊNCIAS

- ARRUZZA, Cinzia. Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos. *Cadernos Cemarx*, n. 10, p. 38-60, 2017.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) Enunciativa(s). *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 19, p. 25-42, 1999.
- BENTO XVI. *Discurso à Cúria Romana por ocasião dos votos de feliz-Natal*. Roma, 22 dez. 2008.
- BENTO XVI. *Discurso à Cúria Romana na apresentação de votos natalícios*. Roma, 21 dez. 2012.
- BERNINI, Lorenzo. A “teoria do gender” na Itália: um posicionamento circunstanciado sobre um significante flutuante. *Psicologia Política*, v. 18, n. 43, p.543-556, 2018.
- BRASIL. *Projeto de Lei nº8.035-B de 2010. Estabelece o Plano Nacional de Educação - PNE para o decênio 2011-2020, e dá outras providências*. de Educação. 2010a. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7116-pl-pne-2011-2020&Itemid=30192. Acesso em: 09 maio 2019.
- BRASIL. *SUBSTITUTIVO DO SENADO FEDERAL AO PROJETO DE LEI Nº 8.035-B, DE 2010, que "Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências"*. de Educação. 2010b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/pl-8035-10-plano-nacional-de-educacao/documentos/outros-documentos/avulso-pl-8035-10-c>. Acesso em: 09 maio 2019.
- BRASIL. *Lei n. 13.005/2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências*. Brasília, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 09 maio 2019.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Projeto de Lei 1.859/2015*. Acrescenta Parágrafo único ao artigo 3º da Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Brasília: 2015b. Disponível em: <https://pesquisandoesp.wordpress.com/projetos-de-lei-no-congresso-federal>. Acesso em: 09 maio 2019.
- BRASIL. *Acesso à Informação*. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/transparencia/acesso-a-informacao/copy_of_perguntas-frequentes/processo-legislativo Acesso em: 15 de agosto de 2019.
- CARNAC, Romain. L'Église catholique contre « la théorie du genre » : construction d'un objet polémique dans le débat public français contemporain. *Synergies*, n.10, p. 125-143, 2014.
- CISNE, Mirla. *Feminismo e Consciência de Classe no Brasil*. São Paulo, SP: Cortez, 2014.

BRASIL. *Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social*. 2ed. São Paulo, SP: Outras Expressões, 2015[2012].

COIMBRA, Cecília; NASCIMENTO, Maria Lívia. Análise de implicações: desafiando nossas práticas de saber/poder. In: GEISLER, A.R.R., ABRAHÃO, A.L.; COIMBRA, Maria Cecília (org.). *Subjetividades, violência e direitos humanos: produzindo novos dispositivos em saúde*. Niterói, RJ: EdUFF. 2008.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA. *A ideologia do gênero: seus perigos e alcances (La Ideología de Género: Sus Peligros y Alcances)*. Trad. de Apostolado Veritatis Splendor. Lima, Peru, 2008[1998].

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA. *A propósito da ideologia de gênero*. Portugal. 14 nov. 2013.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *Documento – Final*. Brasília: 2014. Disponível em: http://confinteabrasilmais6.mec.gov.br/images/documentos/documento_final_CONAE_2014.pdf. Acesso em: 09 maio 2019.

CONGREGAÇÃO PELA DOCTRINA DA FÉ. *Carta aos Bispos Sobre o Atendimento Pastoral das Pessoas Homossexuais*. Roma, 1 out. 1996.

CONGREGAÇÃO PELA DOCTRINA DA FÉ. *Considerações sobre os Projetos de Reconhecimento Legal das Uniões entre Pessoas Homossexuais*. 3 jun. 2003.

CONGREGAÇÃO PELA DOCTRINA DA FÉ. *Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre a Colaboração do Homem e da Mulher na Igreja e no Mundo*. 31 maio 2004.

CONSEJO EPISCOPAL LATINOAMERICANO. *Documento Conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe*. 3. ed. Bogotá: Centro de Publicaciones del Celam. 2007.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Convenção Americana de Direitos Humanos*. 1969.

CORRÊA, Sonia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. *Cadernos Pagu*, v. 53, 2018.

DERISSO, José Luis. Marxismo e História da Família: resposta aos opositores da chamada “ideologia de gênero” na educação. In: SEMINÁRIO NACIONAL DO HISTEDBR, 10., 2016, Campinas. *Anais... 30 anos do HISTEDBR Contribuições para a história e a historiografia da educação brasileira*. Campinas, SP: Unicamp, 2016.

DEUSDARÁ, Bruno; ROCHA, Décio; ARANTES, Poliana Coeli Costa. Do Ethos ao Etos: um conceito sem h e sem determinantes. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, v.61, p. 1-17. 2019.

DEUSDARÁ, Bruno; ROCHA, Décio. *O que entendemos por “trabalhar em Análise do discurso”?*. In: DEUSDARÁ, Bruno; ROCHA, Décio; RODRIGUES, Isabel; PESSÔA,

Morgana; ARANTES, Poliana Costa Coeli (org.). *Em discurso: cenas possíveis*. Rio de Janeiro: Cartolina, 2018.

EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. 2. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2019.

ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. 3. ed. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2012[1884].

ESCOLA SEM PARTIDO. *Quem Somos*. Disponível em <http://www.escolasempartido.org/quem-somos>. Acesso em: 6 jul. 2018.

ESGUERRA, Camila. Cómo hacer necropolíticas en casa: Ideología de género y acuerdos de paz en Colombia. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, v.27, p.172-198, 2017.

ESTADO DE SÃO PAULO. *Colégio Pedro II, no Rio, libera saia para meninos*. 19 set. 2016. Disponível em <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,colegio-pedro-ii-no-rio-libera-saia-para-meninos,10000077010>. Acesso em: 22 out. 2019.

FAVIER, Anthony. La réception catholique des études de genre: une approche historique, en contexte francophone. *Le genre, approches dépassionnées d'un débat*, Lille, sep. 2012.

FILLOD, Odile. L'invention de la "théorie du genre": le mariage blanc du Vatican et de la science. *Contemporary French Civilization*, Liverpool, v.39, n.3, p. 321-333, 2014.

FIRESTONE, Shulamith. *A dialética do sexo*. Rio de Janeiro, RJ: Editorial Labor do Brasil, 1976.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995[1969].

GARBAGNOLI, Sara. Le Vatican contre la dénaturalisation de l'ordre sexuel: structure et enjeux d'un discours institutionnel réactionnaire. *Synergies Italie*, Sylvains les Moulins/Turin, v.10, 145-167, 2014.

GIRARD, Françoise. Negotiating Sexual Rights and Sexual Orientation at the UN. In: PARKER, Richard, PETCHESKY, Rosalind, SEMBER, Robert (ed.). *Sex Politics: reports from the frontlines*. 2007.

HENRY, Paul. Os Fundamentos Teóricos da "Análise Automática do Discurso" de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014[1990].

HUSSON, Anne-Charlotte. "Théorie du genre": une formule au cœur du discours antigênero. *Que faire de La "Théorie du genre"?*, Lyon, 2014.

JOÃO PAULO II. *Familiaris Consortio – ao episcopado, ao clero e aos fiéis de toda a Igreja Católica sobre a função da família cristã nos dias de hoje*. Roma, 22 nov. 1981.

JOÃO PAULO II. *Mulieris Dignitatem - Sobre a Dignidade e a Vocação da Mulher por Ocasão do Ano Mariano*. Roma, 15 ago. 1988.

JOÃO PAULO II. *Carta do Papa João Paulo II às Famílias – Gratissimam Sane*. Roma, 2 fev. 1994.

JOÃO PAULO II. *Evangelium Vitae*: carta encíclica. 25 mar. 1995.

JOÃO PAULO II. *Carta do Papa João Paulo II às Mulheres*. 29 jun. 1995.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Psicologia Política*, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018.

KRIEG-PLANQUE, Alice. *A Noção de “Fórmula” em Análise do Discurso*: quadro teórico e metodológico. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2010[2009].

KRIEG-PLANQUE, Alice. “Fórmulas” e “lugares discursivos”: propostas para a análise do discurso político. In: MOTTA, Ana Raquel, SALGADO, Luciana (org.). *Fórmulas discursivas*. São Paulo, SP: Contexto, 2011[2006].

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro, RJ: Bazar do Tempo, 2019. p.121-155 [1987].

LEACOCK, Eleanor Burke. *Introdução à edição estadunidense*. In: ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. 3. ed. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2012. p.227-302 [1971].

LIONÇO, Tatiana; ALVES, Ana Clara de Oliveira; MATTIELLO, Felipe; FREIRE, Amanda Machado. “Ideologia de gênero”: estratégia argumentativa que forja cientificidade para o fundamentalismo religioso. *Psicologia Política*, v. 18, n. 43, p.599-621, 2018.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. 2. ed. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2008[1984].

MAINGUENEAU, Dominique. *Cenas da enunciação*. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2012[2006].

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e análise do discurso*. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2015[2014].

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. 3 ed. Campinas, SP: Pontes, 1997[1987].

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo, SP: Boitempo, 2007[1846].

MATTOS, Amana Rocha. Discursos ultraconservadores e o truque da “ideologia de gênero”: gênero e sexualidades em disputa na educação. *Psicologia Política*, v. 18, n. 43, p. 573-586, 2018.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo, SP: n-1 Edições, 2018.

MELO, Flávia. In: *Chutando a Escada: Quem tem medo de estudos de gênero?* Entrevistadores: Débora Prado, Geraldo Zahran. Entrevistadas: Flávia Melo, Lara Selis. 8 jan. 2020. Disponível em: <https://chutandoaescada.com.br/2020/01/08/chute-142-genero/>.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordança no parlamento brasileiro. *Direito & Práxis*, v.25, n.7, p.590-621, 2016.

MILLETT, Kate. *Política sexual*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1974.

MILLETT, Kate. *Sexual politics*. 4. ed. Chicago, Illinois: University of Illinois Press, 2000.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Colégio Pedro II. *Portaria Nº 2449 de 22 de julho de 2016. Aprova normas e procedimentos discentes*. Rio de Janeiro: 2016. Disponível em: https://www.cp2.g12.br/atos_administrativos/5309-portaria-n%C2%BA-2449-reitoria.html. Acesso em: 15 out. 2019.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Revista Sociedade e Estado*, v.32, n.3, 2017.

MOURA, Fernanda. “Escola Sem Partido”: relações entre estado, educação e religião e os impactos no ensino de história Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

MUSSALIM, Fernanda. Aspectos da semântica discursiva do modernismo brasileiro: polêmica e interincompreensão em torno da noção de “cópia”. *Alfa*, São Paulo, v.53, n.1, p.61-75, 2009.

O GLOBO. *Ministério dos Direitos Humanos conclui que quase 90% da violência sexual contra crianças acontece no ambiente familiar*. 14 maio 2019. Disponível em <https://oglobo.globo.com/sociedade/ministerio-dos-direitos-humanos-conclui-que-quase-90-da-violencia-sexual-contras-criancas-acontece-no-ambiente-familiar-23665391>. Acesso em: 24 fev. 2020.

O’LEARY, Dale. *Gender – the deconstruction of women*. 1995. Disponível em: digitalcollections.library.gsu.edu/cdm/ref/collection/booth/id/1384. Acesso em: 13 mar. 2019.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (org.). *Pistas do Método da Cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre, RS: Sulina, 2015.

PATERNOTTE, David; KUHAR, Roman. “Ideologia de gênero” em movimento. *Psicologia Política*, v. 18, n. 43, p.503-523, 2018.

PAULA, Bianca Assis Oliveira de; ALMEIDA, Fabio Sampaio de; GIORGI, Maria Cristina. “Eu e meus alunos-cotistas na escola pública”: racismo, ethos discursivo, discurso midiático e produção de subjetividade. *Letras de Hoje*, v. 53, n. 3, p. 393-402, 2018.

PENNA, Fernando de Araujo. Programa “Escola Sem Partido”: uma ameaça à educação emancipadora. In: GABRIEL, C. T.; MONTEIRO, A. M. e MARTINS, M. L. B. (org.) *Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

PENNA, Fernando de Araujo. A tentativa reacionária de censura nos currículos escolares: compreendendo a subversão mutua entre as lógicas de socialização e subjetivação. *Psicologia Política*, v. 18, n. 43, p.557-.572 2018.

PENROSE, O.; LEBOWITZ, J. L. Rigorous Treatment of Metastable States in the van der Waals-Maxwell Theory. *Journal of Statistical Physics*, v. 3, n. 2, p. 211-236. 1971.

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A FAMÍLIA. *Família, Matrimônio e “União da Fato”*. Roma: 9 nov. 2000.

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A FAMÍLIA. *Lexicon: termos ambíguos e discutidos sobre família, vida e questões éticas*. 2 ed. [S.l.]: CNBB, 2007.

PRECIADO, Paul B. *Testo Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. São Paulo, SP: n-1 Edições, 2018[2008].

RIO DE JANEIRO. Alerj. *Projeto de Lei nº 2.974/2014. Cria, no âmbito do sistema de ensino do Estado do Rio de Janeiro, o “Programa Escola Sem Partido”*. 13 maio 2014. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1115.nsf/e4bb858a5b3d42e383256cee006ab66a/45741a7e2ccdc50a83257c980062a2c2?OpenDocument>. Acesso em: 09 maio 2019.

RIOS, Roger Raupp; RESADORI, Alice Hertzog. Gênero e seus/suas detratores/as: “ideologia de gênero” e violações de Direitos Humanos. *Psicologia Política*, v. 18, n. 43, p. 622-636. 2018.

ROCHA, Décio. Cartografias em Análise do Discurso: rearticulando as noções de gênero e cenografia. *D.E.L.T.A.*, v.29, n.1, p. 135-159, 2013.

ROCHA, Décio. Perspectiva Foucaultiana. In: BRAIT, Beth; SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília (org.). *Texto ou discurso?*. São Paulo: Contexto, 2012.

ROCHA, Décio. Produção de Subjetividade: a lição de O Homem Que Copiava. *D.E.L.T.A.*, v.23, n.1, p. 97-126, 2007.

ROCHA, Marisa Lopes da; AGUIAR, Katia. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. *Psicologia, Ciência e Profissão*, v. 23, n.4, p. 64-73, 2003

ROLNIK, Suely. *Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. 2. ed. São Paulo: n-1 Edições, 2019[2018].

RONDÓN, Manuel Alejandro Rodriguez. *La infancia como símbolo y moneda de cambio*. 21 set. 2016. Disponível em: <http://www.clam.org.br/ES/destaque/conteudo.asp?cod=12437>. Acesso em: 19 jun. 2018.

RONDÓN, Manuel Alejandro Rodriguez. La ideología de género como exceso: Pánico moral y decisión ética en la política colombiana. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, v.27, p.128-148, 2017.

ROSADO-NUNES, Maria José Fontelas. A “Ideologia de gênero” na discussão do PNE: a intervenção da hierarquia católica. *Horizonte*, v.13, n.39, p. 1237-1260, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero Patriarcado Violência*. 2. ed. São Paulo, SP: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANT’ANNA, Vera Lúcia de Albuquerque. Discurso Relatado como Estratégia Organizadora da Notícia. *The ESpecialist*, v. 24, n. especial, p. 167-184, 2003.

SANTOS, Washington dos. *Dicionário Jurídico Brasileiro*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

SERRA, Cristiana de Assis. “*Vimos pra comungar*”: Estratégias de permanência na Igreja desenvolvidas por grupos de “católicos LGBT” brasileiros e suas implicações. Rio de Janeiro: UERJ, 2017.

SERRANO, José Fernando. La tormenta perfecta: Ideología de género y articulación de públicos. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, v.27, p.149-171, 2017.

SILVEIRA, Emerson José Sena da. “Guerra Cultural” Católica: política, espaços públicos e lideranças eclesiais. In: SILVEIRA, Emerson José Sena da; MORAES JÚNIOR, Manoel Ribeiro de. *Religião, política e espaço público no Brasil: discussões teóricas e investigações empíricas*. São Paulo: Fonte Editorial, 2015. p. 11-46

SOUSA-E-SILVA, Maria Cecília Pérez; ROCHA, Décio. A inter-relação entre cenografia e et(h)os*: Carmen – les racines d’un mythe, de Maingueneau. *Letras de Hoje*, v.53, n.3, p. 331-339, 2018.

SOUSA-E-SILVA, Maria Cecília Pérez; ROCHA, Décio. Enunciação em processo: dispositivos para a produção de uma memória discursiva. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, v.8, n.1, p. 30-48, 2012.

TECNOLOGÍSTICA. *Dicionário de Engenharia*. Disponível em <https://www.tecnologica.com.br/portal/dicionario/engenharia/M/> Acesso em: 11 out. 2019.

TEMPESTA, Orani João. *Reflexões sobre a “ideologia de gênero”*. Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, 25, mar. 2014. Disponível em: arqrio.org/formacao/detalhes/386/reflexoes-sobre-ideologia-de-genero. Acesso em: 16 out. 2019

TONDELLO, Dom Neri José. *IDEOLOGIA DE GÊNERO*. 2015. Disponível em: <http://www.diocesederondonopolis.org.br/2018/2015/06/06/nota-da-cnbb-ideologia-de-genero/>. Acesso em: 22 maio 2019.

UÑA, Gerardo; LUPICA, Carina; STRAZZA, Luciano. 2010. Think tanks, decisores gubernamentales y actores políticos: Factores críticos para fortalecer el vínculo entre el

conocimiento y las políticas públicas en Argentina. *Documentos de Trabajo*, Buenos Aires , n. 2, dez. 2010. Fundación Siena y Fundación Konrad Adenauer.

VENCATO, Anna Paula; SILVA, Rafaela Lacerda da; ALVARENGA, Rodrigo Lessa. *A Educação e o presente instável: repercussão da categoria “ideologia de gênero” na construção do respeito às diferenças. Psicologia Política*, v. 18, n. 43, p. 587-598, 2018.

APÊNDICE - Quadros comparativos entre a montagem efetuada por Izalci Lucas a partir de trechos dispersos de *A Dialética do Sexo*, e citações originais retirada do livro de Shulamith Firestone

Quadro 16 - Montagem efetuada na justificação do PL 1.859 de Izalci Lucas, atribuída à obra *A Dialética do Sexo*, de Shulamith Firestone

“Para falar sobre as alternativas revolucionárias, é necessário começar por dizer que as mulheres, no plano biológico, são diferenciadas dos homens. A natureza produziu a desigualdade fundamental, que foi, mais tarde, consolidada e institucionalizada, em benefício dos homens. As mulheres eram a classe escrava que mantinha a espécie, a fim de que a outra metade fosse liberada para o trabalho, admitindo-se os aspectos escravizantes disso, mas salientando todos os aspectos criativos.

Esta divisão natural do trabalho continuou somente à custa de um grande sacrifício cultural: os homens e as mulheres desenvolveram apenas uma metade de si mesmos, em prejuízo da outra metade. A divisão da psique em masculina e feminina, estabelecida com o fim de reforçar a divisão em função da reprodução, resultou trágica. A hipertrofia do racionalismo do impulso agressivo e a atrofia da sensibilidade emocional nos homens resultaram em guerras e em desastres culturais. O emocionalismo e a passividade das mulheres aumentou o seu sofrimento. Sexualmente os homens e as mulheres foram canalizados para uma heterossexualidade altamente organizada, nos tempos, nos lugares, nos procedimentos e até nos diálogos.

Deve-se, portanto, propor, em primeiro lugar, a distribuição do papel da nutrição e da educação das crianças entre a sociedade como um todo, tanto entre os homens, quanto entre as mulheres. Estamos falando de uma mudança radical. Libertar as mulheres de sua biologia significa ameaçar a unidade social, que está organizada em torno da sua reprodução biológica e da sujeição das mulheres ao seu destino biológico, a família.

Em segundo lugar, a segunda exigência será a total autodeterminação, incluindo a independência econômica, tanto das mulheres quanto das crianças. É por isso que precisamos falar de um socialismo feminista. Com isso atacamos a família em uma frente dupla, contestando aquilo em torno de que ela está organizada: a reprodução das espécies pelas mulheres, e sua consequência, a dependência física das mulheres e das crianças. Eliminar estas condições já seria suficiente para destruir a família, que produz a psicologia do poder. Contudo, nós a destruiremos ainda mais.

É necessário, em terceiro lugar, a total integração das mulheres e das crianças em todos os níveis da sociedade. E, se as distinções culturais entre homens e mulheres e entre adultos e crianças forem destruídas, nós não precisaremos mais da repressão sexual que mantém estas classes diferenciadas, sendo pela primeira vez possível a liberdade sexual “natural”. Assim, chegaremos, em quarto lugar, à liberdade sexual para que todas as mulheres e crianças possam usar a sua sexualidade como quiserem. Não haverá mais nenhuma razão para não ser assim. Em nossa nova sociedade a humanidade poderá finalmente voltar à sua sexualidade natural “polimorficamente diversa”. Serão permitidas e satisfeitas todas as formas de sexualidade. A mente

plenamente sexuada tornar-se-ia universal” [Shulamith Firestone: *The Dialectic of Sex*, 1970, Bantam Books, New York]

Quadro 17 - Fragmentos de *A Dialética do Sexo* (1976), de Shulamith Firestone

Ante de falar sobre as alternativas revolucionárias, façamos um resumo de tudo o que foi visto – para determinar as coisas específicas que precisam ser cuidadosamente excluídas de todas as nossas estruturas. Em seguida podemos avançar até “especulações utópicas” orientadas, ao menos, por pautas negativas.

Vimos como as mulheres, no plano biológico, são diferenciadas dos homens, e no plano cultural são diferenciadas do “humano”. **A natureza produziu a desigualdade fundamental** – metade da raça humana deve nutrir e educar as crianças de toda a raça – **que foi, mais tarde, consolidada e institucionalizada, em benefício dos homens**. A reprodução da espécie custa muito às mulheres, não só emocional, psicológica e culturalmente, como também em termos estritamente materiais (físicos). Antes do aparecimento recente dos métodos anticoncepcionais, os partos sucessivos levaram as mulheres a experimentarem constantes “males femininos”, ao envelhecimento precoce e à morte. **As mulheres eram a classe escrava que mantinha a espécie, a fim de que a outra metade fosse liberada para o trabalho – geralmente admitindo-se os aspectos escravizantes disso, mas certamente também de todos os aspectos criativos.**

Essa divisão natural do trabalho continuou somente à custa de um grande sacrifício cultural: os homens e as mulheres desenvolveram apenas uma metade de si mesmos, em prejuízo da outra metade. A divisão da psique em psique masculina e feminina, estabelecida com o fim de reforçar a divisão em função da reprodução, resultou trágica. A hipertrofia nos homens do racionalismo, do impulso agressivo e a atrofia de sua sensibilidade emocional representaram um desastre tanto físico (**guerra**), quanto **cultural. O emocionalismo e a passividade das mulheres aumentou seu sofrimento** (não podemos nos referir a elas de um modo simétrico, já que elas foram vitimadas pela divisão como uma classe). **Sexualmente, os homens e as mulheres foram canalizados para uma heterossexualidade altamente organizada – no tempo, no lugar, no procedimento, e até no diálogo** – e restrita aos genitais, em vez de espelhada pelo corpo inteiro.

Proponho, então, que a primeira exigência para qualquer sistema alternativo deva ser:

1) *A libertação Das mulheres da tirania de sua biologia reprodutora, através de todos os meios disponíveis, e **a distribuição do papel de nutrição e educação das crianças entre a sociedade como um todo, tanto entre os homens, quanto entre as mulheres.*** Há muitas etapas nisto. Já existe uma aceitação conseguida com dificuldade) do “planejamento familiar”, ainda que não da contracepção em si mesma. São iminentes as propostas de creches que atendam durante o dia, talvez até durante vinte e quatro horas, com equipes mistas. Mas, na minha opinião, tudo isso é tímido como uma transição, se não for totalmente inútil. **Estamos falando de uma mudança radical.** E apesar de, na verdade, ela não poder surgir de repente, os objetivos radicais devem ser o tempo todo mantidos em vista. As creches liberam as mulheres. Aliviam uma opressão imediata, mas não se pergunta porque essa opressão é feita sobre as mulheres.

No outro extremo se situam as soluções mais distantes, baseadas nas potencialidades da embriologia moderna, i.e., a reprodução artificial, possibilidades ainda tão aterrorizantes que raramente são discutidas com seriedade. Vimos que o medo é, até certo ponto, justificável: nas Mãos da sociedade atual e sob o

controle dos cientistas de hoje (poucos dos quais são mulheres ou mesmo feministas), qualquer tentativa de usar a tecnologia para “libertar” alguém é suspeita. Mas estamos preparando-nos para falar sobre sistemas especulativos, e, para os fins de nossa discussão, devemos supor que haja flexibilidade e boas intenções nos que estão elaborando a mudança.

Assim, **libertar as mulheres de sua biologia significaria ameaçar a unidade social, que está organizada em torno da reprodução biológica e da sujeição das mulheres ao seu destino biológico, a família.** Nossa segunda exigência surgirá também como uma contestação básica à família, desta vez vista como uma unidade econômica.

2) **A total autodeterminação, incluindo a independência econômica, tanto das mulheres, quanto das crianças.** Para atingir esta meta serão necessárias mudanças fundamentais em nossa estrutura social e econômica. **É por isso que precisamos falar de um socialismo feminista.** No futuro imediato, sob a orientação do capitalismo, na melhor das hipóteses poderá ocorrer uma integração derivativa das mulheres na força de trabalho. Isto porque se descobriu nas mulheres um suprimento de mão-de-obra altamente especializado e transitório, extremamente útil e barato, sem mencionar o valor econômico de sua função tradicional, a reprodução e a educação das crianças, um trabalho para o qual elas recebem regalias de seus patrões, mas não são pagas. Mas estas são funções econômicas essenciais, sejam elas reconhecidas ou não oficialmente. As mulheres, nessa condição atual, são os verdadeiros alicerces da superestrutura econômica, vitais para a existência desta. As odes à abnegação da maternidade encontram um fundamento na realidade: a Mãe é vital para a *american way of life*, bem mais do que a torta de maçãs. Ela é uma instituição sem a qual o sistema *realmente* se desintegraria. Nos termos capitalistas oficiais, a fatura por seus serviços econômicos pode custar tão alto quanto um quinto do produto nacional bruto. Mas o pagamento não é a solução. Pagá-la como é frequentemente discutido na Suécia, é uma reforma que não contesta a divisão fundamental do trabalho, e, conseqüentemente, nunca poderia erradicar as desastrosas conseqüências psicológicas e culturais desta divisão do trabalho.

Quanto à independência econômica das crianças, trata-se realmente de um sonho, até agora não realizado em nenhum lugar do mundo. E, no caso das crianças, também estamos falando de mais do que uma justa integração na força de trabalho; falamos da abolição da própria força de trabalho sob um socialismo cibernético, da reestruturação radical da economia de modo que o “trabalho”, i.e., o trabalho assalariado não seja mais relevante. Em nossa sociedade pós-revolucionária, tanto os adultos quanto as crianças seriam atendidos nas suas necessidades de subsistência, independentemente de suas contribuições sociais, no primeiro caso na História de uma distribuição justa de riqueza.

Com isso atacamos a família numa frente dupla, contestando aquilo em torno de que ela está organizada: a reprodução das espécies pelas mulheres, e sua conseqüência, a dependência física das mulheres e das crianças. Eliminar estas condições já seria suficiente para destruir a família, que produz a psicologia de poder. Contudo, nós a destruiremos ainda mais.

3) **A total integração das mulheres e das crianças em todos os níveis da sociedade.** Todas as instituições que segregam os sexos, ou que excluem as crianças da sociedade adulta, p.ex., a escola moderna, devem ser destruídas.

Estas três exigências afirmam uma revolução feminista baseada na tecnologia avançada, **E, se as distinções culturais entre homem/mulher e adulto/criança forem destruídas, nós não precisaremos mais**

da repressão sexual que mantém estas classes díspares, sendo pela primeira vez possível uma liberdade sexual “natural”. Assim, chegaremos à:

4) **Liberdade para todas as mulheres e crianças usarem a sua sexualidade como quiserem. Não haverá mais nenhuma razão para não ser assim.** (Razões passadas: a sexualidade plena ameaçava a continuidade da reprodução necessária para a sobrevivência humana, e, assim, a sexualidade tinha que ser restringida, através da religião e de outras instituições culturais, a fins reprodutores, sendo todo o prazer sexual não-reprodutor considerado um desvio, ou coisa pior; a liberdade sexual das mulheres poderia colocar em dúvida a paternidade da criança, ameaçando assim o patrimônio; a sexualidade infantil tinha que ser reprimida porque constituía uma ameaça ao precário equilíbrio interno da família. Estas repressões sexuais cresceram em proporção ao grau de exageração cultural da família biológica.) **Em nossa nova sociedade, a humanidade poderá finalmente voltar a sua sexualidade natural “polimorfamente perversa” – serão permitidas e satisfeitas todas as formas de sexualidade. A mente plenamente sexuada,** realizada no passado apenas em alguns indivíduos (sobreviventes), **tornar-se-ia universal.** A realização cultural, feita artificialmente, não seria mais a única via para a auto-realização sexual. Nós poderíamos nos realizar plenamente então, simplesmente no processo de ser e agir. (Firestone, 1976, p. 233-238, grifos nossos)

ANEXO A – Projeto de Lei 1.859 e Justificação

Projeto de lei _____ de 2015
(do Senhor **IZALCI** e outros)

Acrescenta Parágrafo único ao artigo 3º
da Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases
da Educação).

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA

Art. 1º Esta Lei acrescenta Parágrafo Único ao art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) para prever a proibição de adoção de formas tendentes à aplicação de ideologia de gênero ou orientação sexual na educação.

Art. 2º O art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), passa a vigorar acrescido do seguinte Parágrafo Único:

“Art. 3º.....

Parágrafo único: A educação não desenvolverá políticas de ensino, nem adotará currículo escolar, disciplinas obrigatórias, ou mesmo de forma complementar ou facultativa, que tendam a aplicar a ideologia de gênero, o termo ‘gênero’ ou ‘orientação sexual.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O artigo 3º da Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), à qual propomos acrescentar um novo parágrafo, estabelece que o ensino nacional será ministrado com base nos seguintes princípios:

“[...]”

III – Pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV – Respeito à liberdade e apreço à tolerância;”

Estas determinações devem ser lidas no amplo contexto da Constituição de 1988, na qual se encontram outros princípios fundamentais que limitam, com razão, o âmbito das normas mencionadas na LDB. E dizemos com razão, porque qualquer valor e norma social deve ser coerente com os demais valores e normas sociais. Excelente é o princípio da liberdade, mas ele não pode ser estendido até o ponto de constituir-se na violação da liberdade de todos os demais.

Assim, vemos que o artigo 226 da Constituição a Carta Magna estabelece o princípio segundo o qual

“a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”.

Vemos também que os artigos 220 e 221 da Constituição vedam qualquer forma de censura, ao mesmo tempo em que estabelecem que

“compete à lei federal estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programações de rádio e televisão que contrariem ... o respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família”.

Com muito mais razão o constituinte teria estabelecido os meios legais que garantissem à família a possibilidade de se defenderem de um sistema de ensino que não somente desrespeitasse valores éticos e sociais da família, mas que tivesse sido concebido com o especial propósito de destruir a própria instituição familiar, qualquer que fosse o sentido em que ela fosse tomada. E dizemos o mesmo, com muito mais razão, no que se refere ao sistema educacional, porque a Constituição também estabelece, no seu artigo 205, que a educação não é somente dever do Estado, mas

“direito de todos e dever do Estado e da família”.

Se o constituinte, em 1988, não mencionou explicitamente a possibilidade de ameaças mais graves à família do que os apresentados pelos meios de comunicação social, isto se deveu a que, naquele ano, a ideologia de gênero era algo impensável para o público em geral. Estava começando a sair da

mente de seus criadores para a mesa de seus promotores, adquirindo sua configuração atual no início dos anos 90, na Universidade de Berkeley, com a obra da professora Judith Butler intitulada **“O Problema do Gênero”** [Judith Butler: *Gender Trouble, Feminism and the Subversion of Identity*, 1990, Routledge, New York]. Logo em seguida o conceito foi ardidamente introduzido por meio do trabalho das Fundações Internacionais na Conferência sobre a Mulher promovida pela ONU em Pequim. A Conferência supostamente trataria da discriminação contra as mulheres, mas em vez de falar-se de discriminação sexual, repetiu-se mais de 200 vezes, sem definição de termos, a nova expressão **“discriminação de gênero”**. Tanto na conferência como nas pré-conferências os delegados de numerosos países exigiram que o conceito de gênero fosse claramente definido antes do documento ser apresentado ou aprovado, mas as comissões responsáveis insistiram repetidas vezes que o termo era auto-evidente e não necessitaria ser definido. O conceito, porém, foi finalmente definido em 2006, quando duas ONGs européias, a **International Commission of Jurists** e a **International Service for Human Rights**, convocaram 29 especialistas de 25 países, incluindo a brasileira Sônia Correa, para uma Conferência a ser realizada em Yogyakarta, na Indonésia, para

“trazerem maior clareza e coerência às obrigações sobre direitos humanos dos Estados”.

<http://www.icj.org/yogyakarta-principles/>

A partir de Yogyakarta foram definidos os termos **“identidade de gênero”** e **“orientação sexual”**. Apesar da conferência ter sido convocada por duas ONGs e não contar com delegados oficiais de nenhum país, esta tem sido mencionada, na prática, como se contivesse princípios indeclináveis de uma convenção internacional aprovado pela comunidade das nações.

A ideologia, entretanto, já havia iniciado suas construções nos anos 80, antes de Butler, quando o conceito de gênero passou a ser adotado pelo movimento marxista e feminista, que via nesta teoria uma justificação científica para as teses desenvolvidas inicialmente por Karl Marx e Friedrich Engels.

Conforme atesta uma amplíssima literatura que poucas vezes é levada ao grande público, a doutrina marxista sustenta ser impossível implantar a revolução socialista sem que antes se destrua a família. Antes mesmo que iniciasse a redação do *Capital*, Marx escreveu na sua obra **“A Ideologia alemã”**:

“A propriedade privada somente poderá ser suprimida quando a divisão do trabalho puder ser suprimida.

A divisão do trabalho, porém, na sua origem, não é nada mais do que a divisão do trabalho no ato sexual, que mais tarde se torna a divisão do trabalho que se desenvolve por si mesma. A divisão do trabalho, por conseguinte, repousa na divisão natural do trabalho na família e na divisão da sociedade em diversas famílias que se opõem entre si, e que envolve, ao mesmo tempo, a divisão desigual tanto do trabalho como de

seus produtos, isto é, da propriedade privada, que já possui seu germe na sua forma original, que é a família, em que a mulher e os filhos são escravos do marido [Karl Marx e Friedrich Engels: *A Ideologia Alemã*].

Nos últimos anos de sua vida, Marx pôde aprofundar, graças aos trabalhos do antropólogo americano Morgan, sua concepção sobre a família, recolhida finalmente no livro assinado por Engels ***“A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”***. Nesta obra Engels, seguindo Marx, sustentava que nos primórdios da história não teria existido a instituição que hoje denominamos de família. A vida sexual era totalmente livre e os homens relacionavam-se sexualmente com todas as mulheres. Deste modo, as crianças somente conheciam quem eram as suas mães, mas não sabiam quem fossem os seus pais. Mais tarde, à medida em que a sociedade passou de caçadora a agricultora, a humanidade começou a acumular riqueza e os homens, desejando deixar as novas fortunas como herança à sua descendência, para terem certeza de quem seria o eu herdeiro, fora obrigados a forçar as mulheres a não mais se relacionarem com outros parceiros. Com isto transformaram as mulheres em propriedade sexual e assim teriam surgido as primeiras famílias, fruto da opressão do homem sobre a mulher, e com a qual se teria iniciado a luta de classes. A conclusão óbvia desta tese, afirmada como absoluta certeza, visto que confirmava as teorias já levantadas pelo jovem Marx, é que não poderia haver revolução comunista duradoura sem que a concomitante destruição da família.

As teorias de Marx sobre a família foram levadas à prática pela Revolução Leninista e aprofundadas pela Escola de Frankfurt. Fazendo um balanço sobre a revolução russa de 1917, Kate Millett escreve, em sua obra ***“Sexual Politics”***:

“A União Soviética realizou um esforço consciente para eliminar o patriarcado e reestruturar a sua instituição mais básica, a família. Depois da revolução foram instituídas todas as leis possíveis para libertar os indivíduos das exigências da família: matrimônio livre e divórcio, contracepção e aborto a pedido. Mais do que tudo, as mulheres e as crianças foram libertadas do poder econômico do marido. Debaixo do sistema coletivista, a família começou a desintegrar-se segundo as próprias linhas sob as quais havia sido construída. Todas as providências legais foram tomadas para promover a igualdade política e econômica. Mas, mesmo com tudo isso, a experiência soviética falhou e foi abandonada. Nos anos trinta e quarenta a sociedade soviética voltou a assemelhar-se às sociedades patriarcais reformadas dos países ocidentais” [Kate Millett: *Sexual Politics*, 1969, Rupert Hart-Davis, London].

Nos anos 30 a Escola de Frankfurt aprofundou a ligação entre a revolução marxista e a destruição da família. A revolução, segundo escreve Karl Korsch no livro ***“Marxismo e Filosofia”***, obra que deu início à Escola de Frankfurt, deve dar-se no nível econômico, mas as superestruturas política e cultural impedem a reestruturação econômica que se inauguraria com a implantação da ditadura do proletariado. Conseqüentemente, para possibilitar a revolução socialista, é

necessário desenvolver concomitantemente um amplo trabalho de destruição da política e da cultura.

O modo pelo qual seria possível destruir a cultura para possibilitar a revolução socialista foi detalhadamente exposto por Max Horkheimer, o principal dirigente da Escola de Frankfurt, no seu ensaio **“Autoridade e Família”**, publicado 1936. Segundo ele, o que impede a destruição da cultura é a autoridade, e o que condiciona nos homens a autoridade é precisamente a família:

“entre as relações que influem decididamente no modelamento psíquico dos indivíduos, a família possui uma significação de primeira magnitude. A família é o que dá à vida social a indispensável capacidade para a conduta autoritária de que depende a existência da ordem burguesa” [Max Horkheimer: *Autoridade e Família*, 1936, republicado posteriormente in *Teoria Crítica*, 1968].

Segundo Horkheimer, a capacidade da família em impor autoridade é tão notável que chega ao ponto de tornar impensáveis as relações sexuais entre mãe e filhos e entre irmãos e irmãs, apesar destes indivíduos de sexos diferentes passarem anos seguidos vivendo debaixo do mesmo teto, algo simplesmente inconcebível se não ocorresse dentro da estrutura ambiente familiar:

“não somente a vida sexual dos esposos se cerca de segredo diante dos filhos, como também da ternura que o filho experimenta para com a mãe deve ser proscrito todo impulso sexual; ela e a irmã têm direito apenas a sentimentos puros, a uma veneração e uma estima imaculadas” [Max Horkheimer: *Autoridade e Família*, 1936, in *Teoria Crítica*, 1968].

Assim, afirma Horkheimer,

“a subordinação ao imperativo categórico do dever foi, desde o início, o fim consciente da família burguesa. Os países que passaram a dirigir a economia, principalmente a Holanda e a Inglaterra, dispensaram às crianças uma educação cada vez mais severa e opressora. A família destacou-se sempre com maior importância na educação da submissão à autoridade. A força que o pai exerce sobre o filho é apresentada como relação moral, e quando a criança aprende a amar o seu pai de todo o coração, está na realidade recebendo sua primeira iniciação na relação burguesa de autoridade. Obviamente estas relações não são conhecidas em suas verdadeiras causas sociais, mas encobertas por ideologias religiosas e metafísicas que as tornam incompreensíveis e fazendo parecer a família como algo ideal até mesmo em uma modernidade em que, comparada com as possibilidades pedagógicas da sociedade, a família somente oferece condições miseráveis para a educação humana. Na família, o mundo espiritual em que a criança cresce está dominada pela idéia do poder exercido de alguns homens sobre

os outros, pela idéia do mandar e do obedecer” [Max Horkheimer: *Autoridade e Família*, 1936, in *Teoria Crítica*, 1968].

Mas se a revolução russa e a Escola de Frankfurt apontaram claramente o motivo pelo qual a destruição da família seria tão central para o êxito da revolução socialista, não explicaram, todavia, como esta deveria ser realizada. De fato, como já notamos, apesar de todo o empenho e recursos utilizados, nem a revolução russa conseguiu dissolver a família. Nos anos 70, Kate Millett, a mesma que acabamos de mencionar, assim explicava as causas pelas quais Lênin não havia conseguido abolir a família:

“A causa mais profunda para isto reside no fato de que, além da declaração de que a família compulsória estava extinta, a teoria Marxista falhou ao não oferecer uma base ideológica suficiente para uma revolução sexual e foi notavelmente ingênua em relação à força histórica e psicológica do patriarcado. Engels havia escrito apenas sobre a história e a economia da família patriarcal, mas não investigou os hábitos mentais nela envolvidos, e até mesmo Lenin admitiu que a revolução sexual não era adequadamente compreendida. Com efeito, no contexto de uma política sexual, as transformações verdadeiramente revolucionárias deveriam ser a influência, à escala política, sobre as relações entre os sexos. Justamente porque o período em questão não viu concretizar-se as transformações radicais que parecia prometer, conviria definir aquilo que deveria ser uma revolução sexual bem sucedida. Uma revolução sexual exigiria, antes de tudo o mais, o fim das inibições e dos tabus sexuais, especialmente aqueles que mais ameaçam o casamento monogâmico tradicional: a homossexualidade, a ilegitimidade, as relações pré-matrimoniais e na adolescência. Isto permitiria uma integração de subculturas sexuais, uma assimilação de ambos os lados da experiência humana até aqui excluídos da sociedade. Da mesma forma, seria necessário reexaminar as características definidas como masculinas e femininas. O desaparecimento do papel ligado ao sexo e a total independência econômica da mulher destruiriam ao mesmo tempo a autoridade e a estrutura econômica. Parece improvável que tudo isto possa acontecer sem um efeito dramático sobre a família patriarcal” [Kate Millett: *Sexual Politics*, 1969, Rupert Hart-Davis, London].

Logo após Kate Millett haver escrito estas linhas, cientistas e filósofos começaram a desenvolver aquilo que é considerado, pelo menos até o momento, como a solução definitiva para o problema da família. Não é nada mais do que aquilo que hoje conhecemos como ideologia de gênero. O conceito de gênero foi desenvolvido pela primeira vez no final dos anos 60 pelo Dr. John Money, psicólogo neozelandês professor na John Hopkins University de Baltimore.

Dr. Money sustentou que a percepção que as pessoas tem de sua própria sexualidade, à qual denominou de identidade de gênero, dependeria da educação recebida e poderia ser diferente de seu sexo biológico. Ao deparar-

se com um recém nascido que havia sofrido uma amputação do pênis, e que possuía um irmão gêmeo univitelino, Money recomendou aos pais que castrassem o bebê e educassem o primeiro como mulher e o segundo como homem, sem que ambos soubessem de suas diferenças de nascença. A experiência fracassou completamente, uma vez que o gêmeo que havia sido educado para ser mulher, desde tenra idade, rasgava seus vestidos femininos, mais tarde passou a acusar os pais de lavagem cerebral e, por volta dos quinze anos, ameaçou suicidar-se se não lhe permitissem comportar-se como homem. John Money, entretanto, publicava diversos trabalhos na literatura especializada considerando a experiência como um sucesso e a comprovação definitiva da teoria de gênero.

Até poucos anos atrás a palavra gênero significava a atribuição de um caráter masculino ou feminino a classes de palavras tais como os substantivos e adjetivos. Dizia-se que uma palavra seria masculina, feminina ou neutra, ainda que o objeto correspondente, como um caderno ou uma mesa, não fosse um ente sexuado. Na língua inglesa, o termo correspondente **'gender'**, poderia ainda, secundariamente, ser entendido como sinônimo genérico de sexo; neste outro sentido, gênero poderia ser tanto o sexo masculino ou feminino, sem especificação. Mas, graças ao trabalho do Dr. John Money, o termo passou a perder este sentido secundário de sexo em geral, desvinculou-se da biologia e passou a referir-se a um papel socialmente construído. Assimilado, logo em seguida, durante a década dos anos 80, pelas teóricas do feminismo, passou a ser utilizado pelo movimento feminista para promover a revolução marxista.

Foi, porém, Judith Butler quem apresentou, no início dos anos 90, o conceito filosófico moderno de gênero, sob a forma que poderia ser aplicado, através do movimento feminista, para conduzir à destruição da família, necessária para promover a revolução socialista. Segundo Butler, quando as feministas se pensam a si mesmas como mulheres, já estão com isto, construindo um discurso que as impedem de emancipar-se dos homens. As feministas não deveriam mais falar da mulher como sujeito do seu movimento, mas deveriam, em vez disso, substituir tanto a feminilidade como a masculinidade pelo conceito amorfo e variável de gênero. Conforme explicado em sua obra **"O Problema do Gênero"**,

"Durante a maior parte do tempo a teoria feminista supôs que haveria uma identidade existente, entendida através da categoria da mulher, que constituía o sujeito para o qual se construía a representação política. Mas recentemente esta concepção da relação entre a teoria feminista e a política foi questionada a partir de dentro do próprio discurso feminista. O próprio sujeito "mulher" não pode ser mais entendido em termos estáveis ou permanentes. Há uma farta literatura que mostra que há muito pouco acordo sobre o que constitui, ou deveria constituir, a categoria "mulher". O filósofo Michel Foucault mostra que os sistemas jurídicos de poder produzem os sujeitos que eles em seguida passam a representar. Nestes casos, recorrer não criticamente a um sistema como este para emancipar as mulheres é obviamente auto sabotador. A denúncia de um patriarcado universal não goza mais da mesma credibilidade de outrora, mas é muito mais difícil desconstruir a

noção de uma concepção comum de mulher, que é consequência do quadro do patriarcado. A construção da categoria "mulher" como um sujeito coerente é, no fundo, uma reificação de uma relação de gênero. E esta reificação é exatamente o contrário do que pretende o feminismo. A categoria "mulher" alcança estabilidade e coerência somente no contexto da matriz heterossexual. É necessário, portanto, um novo tipo de política feminista para contestar as próprias reificações de gênero e de identidade, uma nova política que fará da construção variável da identidade não apenas um pré-requisito metodológico e normativo, mas também um objetivo político. Paradoxalmente o feminismo somente poderá fazer sentido se o sujeito "mulher" não for assumido de nenhum modo" [Judith Butler: Gender Trouble, feminism and tje subversion of identity, 1990, Routledge, New York].

A idéia de que, para a revolução socialista seria necessário que as mulheres não mais se assumissem como mulheres não era nova nos anos 90. A novidade introduzida por Butler está no *modus operandi* através do conceito de '**gênero**'. Segundo Butler, a transição seria politicamente possível através da introdução do conceito de gênero inicialmente desenvolvido por Money. Mas a idéia de fundo já estava plenamente desenvolvida alguns anos antes de Butler, embora sem a intermediação do conceito de gênero, na obra "**A Dialética do Sexo**", da feminista marxista Shulamith Firestone:

"Para falar sobre as alternativas revolucionárias, é necessário começar por dizer que as mulheres, no plano biológico, são diferenciadas dos homens. A natureza produziu a desigualdade fundamental, que foi, mais tarde, consolidada e institucionalizada, em benefício dos homens. As mulheres eram a classe escrava que mantinha a espécie, a fim de que a outra metade fosse liberada para o trabalho, admitindo-se os aspectos escravizantes disso, mas salientando todos os aspectos criativos.

Esta divisão natural do trabalho continuou somente à custa de um grande sacrifício cultural: os homens e as mulheres desenvolveram apenas uma metade de si mesmos, em prejuízo da outra metade. A divisão da psique em masculina e feminina, estabelecida com o fim de reforçar a divisão em função da reprodução, resultou trágica. A hipertrofia do racionalismo do impulso agressivo e a atrofia da sensibilidade emocional nos homens resultaram em guerras e em desastres culturais. O emocionalismo e a passividade das mulheres aumentou o seu sofrimento. Sexualmente os homens e as mulheres foram canalizados para uma heterossexualidade altamente organizada, nos tempos, nos lugares, nos procedimentos e até nos diálogos.

Deve-se, portanto, propor, em primeiro lugar, a distribuição do papel da nutrição e da educação das crianças entre a sociedade como um todo, tanto entre os homens, quanto entre as

mulheres. Estamos falando de uma mudança radical. Libertar as mulheres de sua biologia significa ameaçar a unidade social, que está organizada em torno da sua reprodução biológica e da sujeição das mulheres ao seu destino biológico, a família.

Em segundo lugar, a segunda exigência será a total autodeterminação, incluindo a independência econômica, tanto das mulheres quanto das crianças. É por isso que precisamos falar de um socialismo feminista. Com isso atacamos a família em uma frente dupla, contestando aquilo em torno de que ela está organizada: a reprodução das espécies pelas mulheres, e sua consequência, a dependência física das mulheres e das crianças. Eliminar estas condições já seria suficiente para destruir a família, que produz a psicologia do poder. Contudo, nós a destruiremos ainda mais.

É necessário, em terceiro lugar, a total integração das mulheres e das crianças em todos os níveis da sociedade. E, se as distinções culturais entre homens e mulheres e entre adultos e crianças forem destruídas, nós não precisaremos mais da repressão sexual que mantém estas classes diferenciadas, sendo pela primeira vez possível a liberdade sexual “natural”. Assim, chegaremos, em quarto lugar, à liberdade sexual para que todas as mulheres e crianças possam usar a sua sexualidade como quiserem. Não haverá mais nenhuma razão para não ser assim. Em nossa nova sociedade a humanidade poderá finalmente voltar à sua sexualidade natural “polimorficamente diversa”. Serão permitidas e satisfeitas todas as formas de sexualidade. A mente plenamente sexuada tornar-se-ia universal” [Shulamith Firestone: *The Dialectic of Sex*, 1970, Bantam Books, New York].

Faltava ainda, entretanto, o mais importante para que a idéia se tornasse realidade política. Havia o problema prático de como introduzir estas idéias, e especialmente a idéia de gênero, já identificada como capaz de conduzir a humanidade à **“mente polimorficamente sexuada que destruiria a família”**, para arena política. Tal como formuladas por Shulamith Firestone e Judith Butler, estas idéias não eram politicamente viáveis e somente um pequeno punhado de revolucionárias radicais seriam capazes de aceitá-las. O dilema foi finalmente resolvido na Conferência da ONU, realizada em Pequim no ano de 1995, para tratar sobre a discriminação contra as mulheres.

A Conferência de Pequim estava programada para discutir e aprofundar a **“Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher”**, já aprovada em 1979 pela Assembléia Geral da ONU. A comissão organizadora da Conferência de Pequim, habilmente substituiu no documento a ser debatido os conceitos de **‘mulher’** e **‘discriminação contra a mulher’** por **‘gênero’** e **‘discriminação de gênero’**, mas de tal modo que, no contexto do documento, todas estas expressões pareceriam significar sinônimos. As palavras foram deliberadamente utilizadas para sugerir que **“gênero”** seria apenas um sinônimo elegante para **“sexo”**. Se a introdução das novas expressões pudesse ser aceita em um documento oficial da ONU,

isto permitiria que, anos mais tarde, gradualmente se passasse a afirmar-se que as expressões aprovadas e não definidas para **'gênero'** na realidade não eram sinônimas de **'sexo'**. Sustentar-se-ia, progressivamente, que masculino e feminino não seriam sexos, mas gêneros, e que, neste sentido, tanto o masculino como o feminino não seriam realidades biológicas, mas construções meramente culturais que poderiam e deveriam ser modificadas pela legislação até obter não apenas a completa eliminação de todas as desigualdades entre os gêneros, mas o próprio reconhecimento legal da não existência de gêneros enquanto construções definidas e distintas. Neste sentido, não existiria uma forma natural de sexualidade humana e fazer da heterossexualidade uma norma não seria mais do que reforçar os papéis sociais de gênero que Marx e Engels apontaram como tendo sido a origem opressão de uma classe por outra e que estariam na raiz de todo o sofrimento humano.

A Conferência de Pequim foi a segunda, na história da ONU, logo após a Conferência Populacional do Cairo realizada um ano antes, em que um grande quantidade de ONGs foram convidadas a participar oficialmente com um número de representantes muito superior aos dos delegados das nações, que continuavam sendo os únicos com direito a voto. A diferença numérica e a preparação superior dos representantes das ONGs a respeito dos temas tratados, paradigma que continua até hoje e que a própria ONU recomenda que seja adotada pelos governos das nações membros, fez com que, já nas conferências preparatórias para a Conferência principal a ser realizada em Pequim, em vez deter-se na questão da discriminação contra a mulher, objetivo inicial do evento, passou-se a deslocar o foco para a questão, inicialmente aparentemente indiferenciada, da discriminação de gênero. No início os delegados das nações, não acostumados com a expressão, julgavam que gênero fosse um sinônimo mais elegante para a palavra sexo. Mas na última Conferência Preparatória realizada em Nova York, quando os delegados finalmente chegaram à clareza suficiente para poder expressar verbalmente as suas dúvidas e exigir que a palavra 'gênero' fosse oficialmente definida, a coordenação da conferência divulgou a seguinte declaração:

“Gênero refere-se às relações entre homens e mulheres com base em papéis socialmente definidos que são atribuídos a um ou outro sexo” [Dale O’Leary: *The Gender Agenda, Redefining Equality*, 1997, Vital Issues Press, Lafayette, Louisiana].

Em vez de resolver o problema, tal declaração somente serviu para criar mais confusão. Ficava claro que gênero não era sinônimo de sexo, mas não era claro quais as implicações que o conceito poderia conter. Ao passarem a exigir uma definição formal de gênero que pudesse ser incorporada oficialmente ao texto da Conferência e votado sem ambigüidades, os proponentes se defrontaram com uma inesperada e bem organizada oposição. As ONGs feministas, representadas pela Sra. Bella Abzug, contestaram que a Conferência jamais daria uma definição formal de gênero, porque o que realmente estava sendo pretendido ao exigir-se tal definição seria

“o confinamento e a redução das mulheres às suas características físicas. A palavra gênero significa que o status e os papéis das mulheres e dos homens são socialmente construídos e passíveis de modificação. As mulheres não

voltarão a se subordinar a seus papéis inferiores” [Dale O’Leary: *The Gender Agenda, Redefining Equality*, 1997, Vital Issues Press, Lafayette, Louisiana].

A delegação dos Estados Unidos, além disso, da qual participava Hillary Clinton, na época esposa do presidente do país, afirmou que não seria favorável a uma definição formal de gênero, o que somente traria **“complicações positivas”**. A própria coordenação da Conferência acabou afirmando que

“gênero não tem definição, e não necessita de tê-la” [Dale O’Leary: *The Gender Agenda, Redefining Equality*, 1997, Vital Issues Press, Lafayette, Louisiana].

O que verdadeiramente está acontecendo é que o conceito de **‘gênero’** está sendo utilizado para promover uma revolução cultural sexual de orientação neo-marxista com o objetivo de extinguir da textura social a instituição familiar. Na submissão do feminino ao masculino através da família, Marx e Engels enxergaram o protótipo de todos os subseqüentes sistemas de poder. Se esta submissão é conseqüência da biologia, não há nada a que se fazer. Mas se ela é uma construção social, ou um gênero, então, a longo prazo, ela poderá ser modificada até chegar-se à uma completa igualdade onde não haverá mais possibilidade de opressão de gênero, mas também onde não haverá mais famílias, tanto as heterossexuais como demais famílias alternativas. Neste contexto a educação caberia como uma tarefa exclusiva do Estado, e não existiria mais traços diferenciais entre o masculino e o feminino. Em um mundo de genuína igualdade, segundo esta concepção, todos teriam que ser educados como bissexuais e a masculinidade e a feminilidade deixariam de ser naturais.

A essência da questão foi muito bem exposta pelo Padre José Eduardo de Oliveira, professor de Teologia Moral, em uma entrevista concedida à agência Zenit e recentemente publicado em livro intitulado **“Caindo no Conto de Gênero”**:

“Sintetizando em poucas palavras, a ideologia de gênero consiste no esvaziamento jurídico do conceito de homem e de mulher, e as conseqüências são as piores possíveis. Conferindo status jurídico à chamada “identidade de gênero” não há mais sentido falar em “homem” e “mulher”; falar-se-ia apenas de “gênero”, ou seja, a identidade que cada um criaria para si.

Portanto, não haveria sentido em falar de casamento entre um “homem” e uma “mulher”, já que são variáveis totalmente indefinidas. Mas, do mesmo modo, não haveria mais sentido falar em “homossexual”, pois a homossexualidade consiste, por exemplo, num “homem” relacionar-se sexualmente com outro “homem”. Todavia, para a ideologia de gênero o “homem 1” não é “homem”, nem tampouco o “homem 2” o seria. Em poucas palavras, a ideologia de gênero está para além da heterossexualidade, da homossexualidade, da bissexualidade, da transexualidade, da intersexualidade, da pansexualidade ou

de qualquer outra forma de sexualidade que existir. É a pura afirmação de que a pessoa humana é sexualmente indefinida e indefinível. Os ideólogos de gênero, às escondidas, devem rir às pencas das feministas. Como defender as mulheres, se elas não são mulheres? Qual seria o objetivo, portanto, da “agenda de gênero”? O grande objetivo por trás de todo este absurdo - que, de tão absurdo, é absurdamente difícil de ser explicado - é a pulverização da família com a finalidade do estabelecimento de um caos no qual a pessoa se torne um indivíduo solto, facilmente manipulável. A ideologia de gênero é uma teoria que supõe uma visão totalitarista do mundo” [Padre José Eduardo Oliveira: Caindo o Conto do Gênero, entrevista à Zenit, in <http://www.zenit.org/pt/articles/caindo-no-conto-do-genero>].

Portanto, a curto prazo, a substituição da luta contra a discriminação da mulher pela luta contra a discriminação de gênero desvirtua o foco pela luta a favor da mulher. A literatura especializada aponta vários problemas imediatos em confundir a discriminação contra a mulher com a discriminação de gênero:

“Apesar de ter suas raízes no feminismo socialista, a análise de gênero têm se tornado um discurso tecnocrático, dominado por pesquisadores, políticos e assessores, que não mais representam os problemas específicos da subordinação das mulheres. O foco no gênero, em vez de nas mulheres, está se tornando contra-produtivo, uma vez que permite a discussão deslocar seu foco das mulheres para as mulheres e os homens e, finalmente, de volta para os homens. O novo vocabulário de gênero está sendo usado em algumas organizações para negar que existam desvantagens específicas das mulheres e, portanto, a necessidade de medidas específicas que poderiam solucionar estas desvantagens” [Baden and Goetz: “Who needs sex when you can have gender?”, *Feminist Review*, 56, 1997].

Foi com base nestes motivos que o Senado Nacional, ao votar o Projeto de Lei 8035/2010, de autoria do Poder Executivo, que **“aprovava o Plano Nacional de Educação [PNE] para o decênio 2011-2020 e dá outras providências”, verificou que o projeto havia sido enviado à casa contendo duas passagens que empregavam a terminologia própria da ideologia de gênero. A primeira era o inciso III do artigo 2º:**

Art. 2º São diretrizes do PNE:

[...]

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual.

A segunda era a Estratégia 3.12 da Meta 3:

3.12) implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação racial, por orientação sexual ou identidade de gênero, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão.

O Senado Federal, em dezembro de 2013, aprovou um substitutivo (PLC 103/2012) que eliminou toda essa linguagem ideológica. O inciso III do artigo 2º ficou assim:

Art. 2º São diretrizes do PNE:

[...]

III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação.

A Estratégia 3.12 da Meta 3 foi renumerada para 3.13 e recebeu a seguinte redação:

3.13) implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão.

Retornando à Câmara, as modificações foram confirmadas em votação ocorrida no dia 22 de abril de 2014 e sancionadas pela presidência em 25 de junho de 2014.

Deste modo, a Lei 13.005/2014, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE), determina, em seu art. 2, inc. III, que são diretrizes do PNE

"a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação",

redação que foi aprovada, tanto pela Câmara como pelo Senado, com o objetivo de derrubar a redação inicialmente proposta pelo MEC, que propunha a ideologia de gênero como diretriz do PNE.

Nossa proposta de projeto de lei à Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) justifica-se diante da grande pressão para que a ideologia de gênero seja introduzida em nosso sistema educacional.

O que pode ser visto, como um exemplo de que não foi o primeiro nem será o último, no fato de que, apesar desta casa, seguindo as orientações deixadas pela Carta Magna, durante a votação do Plano Nacional de Educação **ter suprimido** a redação da terceira diretriz proposta para a Educação Brasileira, cujo artigo 2, inciso III, na redação original proposta pelo Ministério da Educação, continha os *leitmotivs* clássicos da ideologia de gênero: **"identidade de gênero"** e **"orientação sexual"** e, no restante do projeto, ter suprimido todas as demais alusões a estes termos, o Fórum Nacional de Educação, publicou, em novembro de 2014, o Documento Final da

Conae 2014, no qual é apresentado como terceira diretriz obrigatória para o PNE, para o planejamento e para as políticas educacionais no Brasil, o texto que havia sido explicitamente rejeitado pelas duas casas do Congresso Nacional:

“superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual, e na garantia de acessibilidade”.

O documento faz estas afirmações apresentando-a como resultado de ***“profícua parceria com o Congresso e a Sociedade Civil”***. Não se trata de um simples engano redacional. O documento, mais adiante, menciona e especifica, e não pode sê-lo por um acaso, trinta e cinco vezes, nas suas mais de uma centena de páginas, estratégias relacionadas aos termos ***“identidade de gênero”*** e ***“orientação sexual”***, a serem executadas como sendo de ***“responsabilidade da União, do Distrito Federal, dos estados e dos municípios”***. O documento mencionado está sendo utilizado, em conformidade com o mandato da lei, como subsídio para a elaboração dos Planos Estaduais, Distrital e Municipais de Educação nos 27 Estados, no Distrito Federal e nos quase seis mil municípios brasileiros nos quais estão sendo introduzidos novamente a ideologia de gênero.

É no mínimo surpreendente que o Fórum Nacional de Educação (FNE), órgão do Poder Executivo Federal, criado pela Conferência Nacional de Educação de 2010 e instituído no âmbito do Ministério da Educação pela Portaria n. 1.407/2010 e pela Lei Federal n. 13.005/2014, cujo art. 6, parágrafo 1, inc. I, estabelece ser atribuição do FNE ***“acompanhar a execução do PNE e o cumprimento de suas metas”***, publique em novembro de 2014, assinado pelo Sr. Francisco das Chagas Fernandes e mais dezenas de organizações, como ***“passo conquistado na articulação da Educação Nacional como política de Estado resultado de profícua parceria com o Congresso Nacional e a sociedade civil”*** [página 8], o Documento Final da Conferência Nacional de Educação de 2014 que re-introduz a ideologia de gênero como diretriz da educação brasileira exatamente nos termos em que foi rejeitado pelo Congresso Nacional.

O Fórum Nacional de Educação (FNE) se apresenta no documento como ***“órgão de Estado criado pela Conferência Nacional de Educação de 2010 (Conae 2010) e instituído no âmbito do Ministério da Educação pela Portaria nº 1.407/2010 e pela Lei nº 13.005/2014 (PNE 2014-2024) que tem como atribuição planejar, organizar e coordenar as edições da Conferência Nacional de Educação”***, para em seguida ***“convocar toda a sociedade para acompanhar a implementação das deliberações da Conae 2014 registradas neste documento para a implementação do Plano Nacional de Educação e elaboração e execução dos planos municipais, estaduais e do Distrito Federal de educação correspondentes”*** [ibidem, pág. 8].

Em seguida o documento publicado pelo FNE apresenta a norma do Plano Nacional de Educação, não com a redação constante da Lei n. 13.005/2014, aprovada pelo Congresso e sancionada pela presidente da

República, mas com a redação expressamente rejeitada pelo Poder Legislativo. De fato, lemos nas páginas 18 e 19 do seguinte documento:

"Em consonância com estes princípios, o PNE, o planejamento e as políticas no Brasil, devem orientar-se pelas seguintes diretrizes:

[...]

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na igualdade racial, regional, de gênero e orientação sexual, e na garantia de acessibilidade".

Como desdobramento deste princípio, apresentado como norma legal, embora explicitamente rejeitado pelo Congresso, o restante do documento desenvolve nas suas mais de uma centena de páginas como o sistema escolar deverá

- ***"promover a diversidade de gênero"*** (pg. 25) ,
- ***"disseminar materiais pedagógicos que promovam a igualdade de gênero, orientação sexual e identidade de gênero"*** (pg. 36),
- ***"desenvolver, garantir e executar anualmente nos sistemas de ensino Fóruns de Gênero"*** (pg. 41),
- ***"inserir na avaliação de livros critérios eliminatórios para obras que veiculem preconceitos ao gênero, orientação sexual e identidade de gênero"*** (pg. 42),
- ***"garantir condições institucionais para a promoção da diversidade de gênero e diversidade sexual"*** (pg. 43),
- ***"elaborar diretrizes nacionais sobre gênero e diversidade sexual na educação básica e superior"*** (pg. 45),
- ***"ampliar os programas de formação continuada dos profissionais de educação sobre gênero, diversidade e orientação sexual"*** (pg. 92),

tudo isto apresentado como metas obrigatórias em virtude de uma norma legal do PNE que foi, na realidade, explicitamente rejeitada pelo Congresso.

A presente proposição baseia-se no princípio constitucional da especial proteção do Estado à família (Artigo 226), esta última reconhecida pela Carta Magna como ***"base da sociedade"*** (Artigo 226), no princípio constitucional da obrigação da lei estabelecer os meios jurídicos que garantam à família a possibilidade de se defender contra os que desrespeitam seus valores éticos e sociais (Artigo 221) e, com muito mais razão, contra os que atentam contra a sua integridade e existência no tecido social, e no princípio constitucional do papel privilegiado da família na educação, atribuído à mesma como dever (Artigo 205), de modo que se torna uma contradição constitucional um sistema

educacional concebido com o objetivo específico de destruir a própria família como instituição.

Sala das sessões, em de junho de 2015

Deputado Federal **IZALCI** – PSDB/DF

Deputado Federal **GIVALDO CARIMBÃO** – PROS /AL

Deputado Federal **JOÃO CAMPOS** – PSDB/GO

Deputado Federal **ALAN RICK** – PRB/AC

NOME	ASSINATURA	GABINETE
1.		
2.		
3.		
4.		
5.		
6.		
7.		
8.		

ANEXO B – A Ideologia do Gênero: seus perigos e alcances

A IDEOLOGIA DO GÊNERO: SEUS PERIGOS E ALCANCES

Por Conferência Episcopal Peruana

Fonte: <http://www.vidahumana.org/>

Tradução: Apostolado Veritatis Splendor - C.D.T.

Publicado em 09/06/2008

A IDEOLOGIA DO GÊNERO: SEUS PERIGOS E ALCANCES

Comissão Ad-Hoc da Mulher

Comissão Episcopal do Apostolado Leigo

Conferência Episcopal Peruana

APRESENTAÇÃO

Tem-se ouvido durante estes últimos anos a expressão "gênero" e muitos imaginam que é apenas uma outra maneira de se referir à divisão da humanidade em dois sexos. Porém, por detrás desta palavra se esconde toda uma ideologia que pretende, precisamente, modificar o pensamento dos seres humanos acerca desta estrutura bipolar.

Os proponentes desta ideologia querem afirmar que as diferenças entre o homem e a mulher, fora as óbvias diferenças anatômicas, não correspondem a uma natureza fixa que torne alguns seres humanos homens e, a outros, mulheres. Pensam, além disso, que as diferenças de pensar, agir e valorizar a si mesmos são produto da cultura de um país e de uma época determinadas, que atribui a cada grupo de pessoas uma série de características que se explicam pelas conveniências das estruturas sociais de certa sociedade.

Querem se rebelar contra isto e deixar à liberdade de cada um o tipo de "gênero" a que quer pertencer, todos igualmente válidos. Isto faz com que homens e mulheres heterossexuais, os homossexuais, as lésbicas e os bissexuais sejam apenas modos de comportamento sexual produto da escolha de cada pessoa, liberdade que todos os demais devem respeitar.

Não é necessária muita reflexão para se dar conta de quão revolucionária é esta posição e das conseqüências que implicam a negação de que há uma natureza dada a cada um dos seres humanos por seu capital genético. Dilui-se a diferença entre os sexos como algo convencionalmente atribuído pela sociedade e cada um pode "inventar" a si mesmo.

Toda a moral fica à livre decisão do indivíduo e desaparece a diferença entre o permitido e o proibido nesta matéria. As conseqüências religiosas são também óbvias. É conveniente que o público em geral perceba claramente o que tudo isto significa, pois os proponentes desta ideologia usam sistematicamente uma linguagem equívoca para poder se infiltrar mais facilmente no ambiente, enquanto habitua as pessoas a pensar como eles. Este livreto pode auxiliar muito na precisão dos conceitos e chamar a uma tomada de posição em relação à mencionada ideologia.

Mons. Oscar Alzamora Revoredo, S.M.

Bispo Auxiliar de Lima - Membro da CEAL

Lima, Abril 1998.

A IDEOLOGIA DO GÊNERO: SEUS PERIGOS E ALCANCES

"O gênero é uma construção cultural; conseqüentemente, não é nem resultado causal do sexo nem tão aparentemente fixo como o sexo... Ao teorizar que o gênero é uma construção radicalmente independente do sexo, o próprio gênero vem a ser um artifício livre de ataduras; em conseqüência, 'homem' e 'masculino' poderiam significar tanto um corpo feminino quanto um masculino; 'mulher' e 'feminino', tanto um corpo masculino quanto feminino"[1].

Estas palavras - que podem parecer extraídas de um conto de ficção científica vaticinando uma séria perda do senso comum no ser humano - não são outra coisa senão um extrato do livro "Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity" ("O Problema do Gênero: o Feminismo e a Subversão da Identidade"), da feminista radical Judith Butler, que vem sendo usado há vários anos como texto-base em diversos programas de estudos feministas de prestigiadas universidades norte-americanas, onde a perspectiva do gênero vem sendo amplamente promovida.

Enquanto muitos poderiam continuar considerando o termo "gênero" apenas como uma forma cortês de se dizer "sexo", para evitar o sentido secundário que "sexo" possui em inglês, e que, portanto, "gênero" se refere a seres humanos masculinos e femininos, existem outros que, já há alguns anos, decidiram difundir toda uma "nova perspectiva" do termo. Esta perspectiva - para a surpresa de muitos - refere-se ao termo "gênero" como "papéis socialmente contruídos".

A IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em setembro de 1995 em Pequim [China], foi o cenário escolhido pelos promotores da nova perspectiva para lançar uma forte campanha de convencimento e difusão. É por isso que desde a mencionada Conferência, a "perspectiva do gênero" tem se infiltrado em diferentes âmbitos, não apenas dos países industrializados como também dos países em desenvolvimento.

DEFINIÇÃO DO TERMO "GÊNERO"

Precisamente na Conferência de Pequim, muitos dos delegados participantes que ignoravam esta "nova perspectiva" do termo em questão, solicitaram aos seus principais promotores uma definição clara que pudesse trazer luz ao debate. Assim, a direção da Conferência da ONU publicou a seguinte definição:

"O gênero refere-se às relações entre mulheres e homens baseadas em papéis definidos socialmente que são atribuídos a um ou outro sexo".

Esta definição causou confusão entre os delegados da Conferência, principalmente entre aqueles provenientes de países católicos e da Santa Sé, que pediram uma maior explicitação do termo, já que se pressentia que este [vocábulo] poderia encobrir uma agenda inaceitável que incluiria a tolerância das orientações e identidades homossexuais, entre outras coisas. Foi então que Bella Abzug, ex-deputada do Congresso dos Estados Unidos, interveio para complementar a nova interpretação do termo "gênero":

"O sentido do termo 'gênero' evoluiu, diferenciando-se da palavra 'sexo' para expressar a realidade de que a situação e os papéis da mulher e do homem são construções sociais sujeitas a mudança".

Restava claro, assim, que os partidários da "perspectiva do gênero" propunham algo muito mais temerário como, por exemplo, que "não existe um homem natural ou uma mulher natural; que não há conjunção de características ou de uma conduta exclusiva de um só sexo

apenas, nem sequer na vida psíquica"[2]. Logo, "a inexistência de uma essência feminina ou masculina nos permite rejeitar a suposta 'superioridade' de um ou outro sexo e questionar no possível se existe uma forma 'natural' de sexualidade humana"[3].

Diante de tal situação, muitos delegados questionaram o termo assim como a sua inclusão no documento. No entanto, a ex-deputada Abzug advogou duramente a seu favor:

"O conceito de 'gênero' está encravado no discurso social, político e legal contemporâneo. Tem integrado a planificação conceitual, a linguagem, os documentos e programas dos sistemas das Nações Unidas... As tentativas atuais de diversos Estados Membros de apagar o termo 'gênero' na Plataforma de Ação e substituí-lo por 'sexo' é uma tentativa insultante e degradante de revogar as conquistas das mulheres, de nos intimidar e de bloquear o progresso futuro".

A paixão de Bella Abzug no sentido de incluir o termo em Pequim chamou a atenção de muitos delegados. No entanto, o assombro e desconcerto foi ainda maior quando um dos participantes difundiu alguns textos empregados pelas feministas do gênero, professoras de reconhecidos colégios e universidades dos Estados Unidos. De acordo com a lista de leituras obtida pelo delegado, as "feministas do gênero" defendem e propagam as seguintes definições:

- **Hegemonia ou hegemônico:** *idéias ou conceitos aceitos universalmente como naturais, porém que, na realidade, são construções sociais.*

- **Desconstrução:** *a tarefa de denunciar as idéias e a linguagem hegemônica (isto é, aceitas universalmente como naturais), com o objetivo de convencer as pessoas a crerem que suas percepções da realidade são construções sociais.*

- **Patriarcado, patriarcal:** *institucionalização do controle masculino sobre a mulher, os filhos e a sociedade, que perpetua a posição subordinada da mulher.*

- **Perversidade polimorfa, sexualmente polimorfo:** *os homens e as mulheres não sentem atração por pessoas do sexo oposto por natureza, mas sim por um condicionamento da sociedade. Com efeito, o desejo sexual pode ser dirigido a qualquer um.*

- **Heterossexualidade obrigatória:** *força-se as pessoas a pensar que o mundo está dividido em dois sexos que se atraem sexualmente um ao outro.*

- **Preferência ou orientação sexual:** *existem diversas formas de sexualidade - inclusive homossexuais, lesbianas, bissexuais, transexuais e travestis - que são equivalentes à heterossexualidade.*

- **Homofobia:** *medo de relações com pessoas do mesmo sexo; pessoas que são contrárias aos homossexuais (o termo se baseia na noção de que a idéia contra os homossexuais tem suas raízes na exaltação das tendências homossexuais).*

Essas definições foram extraídas do material obrigatório do curso "Reimagem do Gênero", produzido por um prestigioso colégio norte-americano. Além disto, as seguintes afirmações constam da bibliografia obrigatória do mesmo:

- *"A teoria feminista já não se pode dar ao luxo de apenas pregar uma tolerância ao 'lesbianismo' como 'estilo alternativo de vida' ou fazer alusão à amostragem das lésbicas.*

Retardou-se demasiadamente uma crítica feminista da orientação heterossexual obrigatória da mulher"[4].

- "Uma estratégia apropriada e viável do direito ao aborto é a de informar a toda mulher que a penetração heterossexual é uma violação, seja qual for sua experiência subjetiva contrária"[5].

As afirmações citadas poderiam parecer suficientemente reveladoras sobre a perigosa agenda dos promotores desta "perspectiva". Contudo, existem ainda outros postulados que as "feministas do gênero" propagam cada vez com maior força:

"Cada criança é enquadrada em uma ou outra categoria com base na forma e tamanho dos seus órgãos genitais. Uma vez feito este enquadramento, nos convertemos no que a cultura pensa que cada um é: feminino ou masculino. Ainda que muitos creiam que o homem e a mulher são expressão natural de um plano genético, o gênero é produto da cultura; e o pensamento humano, uma construção social que cria a 'verdadeira natureza' de todo indivíduo"[6].

É assim que para as "feministas do gênero" isto "implica classe e a classe pressupõe desigualdade. Lutar mais para desconstruir o gênero conduzirá muito mais rapidamente à meta"[7].

O FEMINISMO DO GÊNERO

Porém, em que consiste o "feminismo do gênero" e qual é a diferença com o comumente chamado "feminismo"? Para compreender mais profundamente o debate em torno do "termo gênero" vale a pena responder a esta questão.

O termo "feministas do gênero" foi cunhado primeiramente por Christina Hoff Sommers, em seu livro "Who Stole Feminism?" ("Quem Roubou o Feminismo?"), a fim de distinguir o feminismo de ideologia radical, surgido em finais da década de 1960, do movimento feminista anterior, que visava a igualdade. Eis as palavras de Hoff Sommers:

"O feminismo de igualdade é simplesmente a crença na igualdade legal e moral dos sexos. Uma feminista de igualdade quer para a mulher o que quer para todos: tratamento justo, ausência de discriminação. Pelo contrário, o feminismo do 'gênero' é uma ideologia que pretende abranger tudo, segundo a qual a mulher norte-americana está presa em um sistema patriarcal opressivo. A feminista de igualdade opina que as coisas melhoraram muito para a mulher; a feminista do 'gênero' pensa que pioraram; enxergam sinais de patriarcado onde quer que estejam e pensam que a situação ficará ainda pior. Entretanto, isto carece de fundamento na realidade norte-americana. As coisas nunca estiveram melhores para a mulher; hoje 55% dos estudantes universitários são mulheres, enquanto que a diferença salarial continua caindo"[8].

Ao que parece, este "feminismo do gênero" teve uma forte presença na Conferência de Pequim. É o que afirma Dale O'Leary, autora de numerosos ensaios sobre a mulher e participante da Conferência de Pequim; ela assegura que durante todas as reuniões de trabalho aquelas mulheres que se identificaram como feministas advogaram persistentemente pela inclusão da "perspectiva do gênero" no texto, definindo "gênero" como "papéis socialmente construídos" e usando a palavra "gênero" para substituir a palavra "mulher" ou a expressão "masculino e feminino".

De fato, todas as pessoas familiarizadas com os objetivos do "feminismo do gênero" reconheceram imediatamente a conexão entre a mencionada ideologia e o rascunho do "Programa de Ação" de 27 de fevereiro, que incluía propostas aparentemente inocentes e termos particularmente ambíguos.

NEO-MARXISMO

Nas palavras de Dale O'Leary, a teoria do "feminismo do gênero" se baseia em uma interpretação neo-marxista da História. Começa com a afirmação de Marx de que toda a história é uma luta de classes, do opressor contra o oprimido, em uma batalha que se resolverá somente quando os oprimidos perceberem sua situação, levantarem-se em revolução e imporem uma ditadura dos oprimidos. A sociedade será totalmente reconstruída e surgirá a sociedade sem classes, livre de conflitos, que assegurará a paz e a prosperidade utópicas para todos.

O'Leary acrescenta que Frederick Engels foi quem assentou as bases da união entre o Marxismo e o Feminismo. Para isto, cita o livro "A Origem da Família, da Propriedade e do Estado", escrito pelo pensador alemão em 1884, que assinala:

"O primeiro antagonismo de classes da História coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher unidos em matrimônio monogâmico; e a primeira opressão de uma classe por outra, com a do sexo feminino pelo masculino"[9].

Segundo O'Leary, os marxistas clássicos acreditavam que o sistema de classes desapareceria uma vez que se eliminasse a propriedade privada, se facilitasse o divórcio, se aceitasse a ilegitimidade, se forçasse a entrada da mulher no mercado de trabalho, se colocasse as crianças em creches e se eliminasse a religião. Porém, para as "feministas do gênero", os marxistas fracassaram por se concentrar em soluções econômicas, sem atacar diretamente a família, que era a verdadeira causa das classes.

Nesse sentido, a feminista Shulamith Firestone afirma a necessidade de se destruir a diferença de classes, mais ainda a diferença dos sexos:

"...para assegurar a eliminação das classes sexuais requer que a classe subjugada (as mulheres) se levante em revolução e apodere do controle da reprodução; se restaure à mulher a propriedade sobre seus próprios corpos, como também o controle feminino da fertilidade humana, incluindo tanto as novas tecnologias quanto todas as instituições sociais de nascimento e cuidado das crianças. E assim como a meta final da revolução socialista era não apenas acabar com o privilégio da classe econômica como também a própria distinção das classes econômicas, a meta definitiva da revolução feminista deve ser igualmente - e diversamente do primeiro movimento feminista - não só acabar com o privilégio masculino como também com a própria distinção dos sexos: as diferenças genitais entre os seres humanos já não importam culturalmente"[10].

QUANDO A NATUREZA INCOMODA

É claro, portanto, que para esta nova "perspectiva do gênero", a realidade da natureza

incomoda, atrapalha e, assim, deve desaparecer. A esse respeito, a própria Shulamit Firestone dizia:

"O 'natural' não é necessariamente um valor 'humano'. A humanidade começou a ultrapassar a natureza; já não podemos justificar a continuidade de um sistema discriminatório de classes por sexos tendo por base suas origens na Natureza. De fato, apenas por razão de pragmatismo começa a parecer que devemos desfazer-nos dela"[11].

Para os apaixonados defensores da "nova perspectiva", não se devem fazer distinções porque qualquer diferença é suspeita, má, ofensiva. Dizem ainda que toda diferença entre o homem e a mulher é construção social e, por conseguinte, precisa ser alterada. Buscam estabelecer uma igualdade total entre homem e mulher sem considerar as naturais diferenças entre ambos, especialmente as diferenças sexuais; mais ainda, relativizam a noção de sexo de tal maneira que, segundo eles, não existiriam dois sexos, mas sim muitas "orientações sexuais".

Com efeito, os mencionados promotores do "gênero" não encontraram melhor opção do que declarar guerra à natureza e às opções da mulher. Segundo O'Leary, as "feministas do gênero" denigrem o respeito pela mulher com a mesma veemência com que atacam a falta de respeito, já que para elas o "inimigo" é a diferença.

No entanto, é evidente que nem toda diferença é má, nem muito menos irreal. Tanto o homem quanto a mulher - criados à imagem e semelhança de Deus - têm suas próprias particularidades naturais que devem ser colocadas à serviço do outro, para alcançar um enriquecimento mútuo. Isto - claro está - não significa que os recursos pessoais da feminilidade sejam menores que os recursos da masculinidade; apenas significa que são diferentes.

Nesse sentido, se aceitamos o fato de que o homem e a mulher são diferentes, uma diferença estatística entre homens e mulheres que participam de uma certa atividade poderia ser mais do que uma amostra de discriminação: o simples reflexo destas diferenças naturais entre homem e mulher.

Não obstante, diante da evidência de que estas diferenças são naturais, os promotores da "nova perspectiva" não questionam suas teorias, preferindo mais atacar o conceito de natureza.

Além disso, consideram que as diferenças de "gênero" - que, segundo eles, existem em razão de uma construção social - forcem a mulher a ser dependente do homem e, por isso, a liberdade para a mulher não consistirá em agir sem restrições indevidas, mas em libertar-se dos "papéis de gênero socialmente construídos". Nesse sentido, Ann Ferguson e Nancy Folbre afirmam:

"As feministas devem encontrar modos de apoio para que a mulher identifique seus interesses com a mulher, antes do que com seus deveres pessoais para com o homem no contexto da família. Isto requer estabelecer uma cultura feminista revolucionária autodefinida da mulher, que possa sustentar a mulher ideológica e materialmente 'fora do patriarcado'. As redes de apoio contra-hegemônico material e cultural podem prover substitutos mulher - identificados da produção sexo-afetiva patriarcal, que proporcionem às mulheres maior controle sobre seus corpos, seu tempo de trabalho e seu sentido de si mesmas"[12].

Com esse fim, Ferguson e Folbre propõem quatro áreas principais de "ataque":

1. Pleitear apoio econômico oficial para o cuidado das crianças e os direitos reprodutivos.

2. Pleitear liberdade sexual, que inclui o direito à preferência sexual (direitos homossexuais-lésbicos).
3. O controle feminista da produção ideológica e cultural (é importante porque a produção cultural afeta os fins, o sentido de si mesmo, as redes sociais e a produção de redes de criação e afeto, amizade e parentesco social).
4. Estabelecer ajuda mútua: sistemas de apoio econômico à mulher, desde redes de identidade exclusiva com a mulher até grupos de mulheres nos sindicatos que lutem pelos interesses femininos no trabalho assalariado.[13]

UMA BOA DESCULPA: A MULHER

Após revisar a peculiar "agenda feminista", Dale O'Leary evidencia que o propósito de cada ponto da mesma não é melhorar a situação da mulher, mas separar a mulher do homem e destruir a identificação de seus interesses com os de suas famílias. Mesmo assim - acrescenta a especialista - o interesse primordial do feminismo radical nunca foi o de melhorar diretamente a situação da mulher, nem aumentar sua liberdade; ao contrário, para as feministas radicais ativas, as melhorias menores podem obstar a revolução da classe sexo/gênero.

Esta afirmação é confirmada pela feminista Heidi Hartmann, que radicalmente afirma:

"A questão da mulher nunca foi a 'questão feminista'. Esta se dirige às causas da desigualdade sexual entre homens e mulheres, do domínio masculino sobre a mulher"[14].

Não foi em vão que durante a Conferência de Pequim a delegada canadense Valerie Raymond manifestou seu interesse no sentido de que a Conferência abordasse, paradoxalmente, "não como uma 'Conferência da Mulher'", mas com "os temas que deveriam ser enfocados através de uma 'ótica do gênero'".

Assim, diz O'Leary, a "nova perspectiva" tem como objetivo impulsionar a agenda homossexual-lésbica-bissexual-transexual e não os interesses das mulheres comuns e correntes.

PAPÉIS SOCIALMENTE CONSTRUÍDOS

Para tratar deste ponto, tomemos a definição de "gênero" fornecida por um panfleto que circulou na Reunião do Comitê Preparatório de Pequim (ComPrep) preparado pelas partidárias da perspectiva em questão:

"Gênero se refere aos papéis e responsabilidades da mulher e do homem que são determinadas socialmente. O gênero se relaciona com a forma com que nos faz perceber e se espera que pensemos e atuemos como mulheres e homens, pela forma como a sociedade encontra-se organizada e não por nossas diferenças biológicas".

Vale assinalar que o termo "papéis" distorce a discussão. Seguindo o estudo de O'Leary, "papel" se define primariamente como parte de uma produção teatral na qual uma pessoa, especialmente vestida e maquiada, representa um personagem conforme um roteiro escrito.

O emprego do termo "papel" ou da expressão "papéis desempenhados" transmite necessariamente a sensação de algo artificial que é imposto a uma pessoa.

Quando se substitui "papel" por outro vocábulo - tal como "vocação" - põe-se de manifesto como o termo "papel" afeta nossa percepção de identidade. Vocação envolve algo autêntico, não artificial, um chamado para ser o que somos. Respondemos à nossa vocação para realizar nossa natureza ou desenvolver nossos talentos e capacidades inatos. Nesse sentido, por exemplo, O'Leary destaca a vocação feminina para a maternidade, pois a maternidade não é um "papel".

Quando a mãe concebe um filho, empreende uma relação duradoura com outro ser humano. Esta relação define a mulher, lhe coloca certas responsabilidades e afeta quase todos os aspectos da sua vida. Não está representando o papel de mãe; é uma mãe. A cultura e a tradição certamente influem sobre o modo de como a mulher cumpre as responsabilidades advindas da maternidade, mas não criam mães - esclarece O'Leary.

Entretanto, os promotores da "perspectiva do gênero" insistem em dizer que toda relação ou atividade dos seres humanos é resultante de uma "construção social", que outorga ao homem uma posição superior na sociedade e, à mulher, uma [posição] inferior. Segundo esta perspectiva, o progresso da mulher requer que se liberte toda a sociedade desta "construção social", de modo que o homem e a mulher sejam iguais.

Para isso, as "feministas do gênero" assinalam a urgência de "desconstruir estes papéis socialmente construídos"; segundo elas, podem ser divididos em três categorias principais:

1. Masculinidade e Feminilidade: consideram que o homem e a mulher adultos são construções sociais; que, na realidade, o ser humano nasce sexualmente neutro e que logo é socializado em homem ou mulher. Esta socialização - afirmam - afeta a mulher negativa e injustamente. Por isso, as feministas propõem depurar a educação e os meios de comunicação de todo estereótipo e de toda imagem específica de gênero, para que as crianças possam crescer sem que sejam expostas a trabalhos "sexo-específicos".

2. Relações Familiares: pai, mãe, marido e mulher... As feministas não apenas pretendem que se substituam estes termos "gênero-específicos" por palavras "gênero-neutras", como também aspiram a que não haja diferenças de conduta nem responsabilidade entre o homem e a mulher na família. Segundo Dale O'Leary, esta é a categoria dos "papéis socialmente construídos" a que as feministas atribuem maior importância porque consideram que a experiência das relações "sexo-específicas" na família são a principal causa do sistema de classes "sexo/gêneros".

3. Ocupações ou Profissões: o terceiro tipo de "papéis socialmente construídos" abrange as profissões que uma sociedade atribui a um ou outro sexo.

Embora as três categorias de "construção social" já pudessem ser suficientes, o repertório das "feministas do gênero" inclui ainda outra: a reprodução humana que - segundo afirmam - também é socialmente determinada. A esse respeito, Heidi Hartmann afirma:

"A forma com que se propaga a espécie [humana] é determinada socialmente. Se biologicamente a pessoa é sexualmente polimorfa e a sociedade estivesse organizada de modo que se permitisse por igual toda forma de expressão sexual, a reprodução seria resultado apenas de alguns encontros sexuais: os heterossexuais. A divisão estrita do trabalho por sexos, uma invenção social comum a toda sociedade conhecida, cria dois gêneros bem separados e a necessidade de que o homem e a mulher se juntem por razões econômicas. Contribui assim

para orientar suas exigências sexuais para a realização heterossexual e para assegurar a reprodução biológica. Nas sociedades mais criativas, a reprodução biológica poderia ser assegurada mediante outras técnicas"[15].

O OBJETIVO: DESCONSTRUIR A SOCIEDADE

Resta claro, portanto, que a meta dos promotores da "perspectiva do gênero", fortemente presente em Pequim, é o de atingir uma sociedade sem classes de sexo. Para isso, propõem desconstruir a linguagem, as relações familiares, a reprodução, a sexualidade, a educação, a religião, a cultura, entre outras coisas. A esse respeito, o material de trabalho do curso "Reimagem do Gênero" diz o seguinte:

"O gênero implica classe e a classe pressupõe desigualdade. Lutar para desconstruir o gênero levará muito mais rapidamente à meta. Ora, é uma cultura patriarcal e o gênero parece ser básico ao patriarcado. Depois de tudo, os homens não gozariam do privilégio masculino se não houvesse homens. E as mulheres não seriam oprimidas se não existisse tal coisa como 'a mulher'. Acabar com o gênero é acabar com o patriarcado, bem como com as muitas injustiças perpetradas em nome da desigualdade entre os gêneros"[16].

Nesse sentido, Susan Moller Okin escreveu um artigo em que passa a prognosticar o que - para ela - seria o "sonho futuro sem gêneros":

"Não haveria presunções sobre papéis masculinos ou femininos. Dar à luz estaria conceitualmente tão distante do conceito infantil que seria motivo de assombro que homens e mulheres não fossem igualmente responsáveis pelas áreas domésticas, ou que os filhos passassem muito mais tempo com um dos pais do que com o outro. Seria um futuro em que homens e mulheres participariam em número aproximadamente igual em todas as esferas da vida, desde o cuidado das crianças até o desempenho político de mais alto nível, incluindo os mais diversos tipos de trabalho assalariado. Se temos que guardar a mais mínima lealdade aos nossos ideais democráticos, é essencial distanciarmo-nos do gênero... Parece inegável que a dissolução dos papéis de gênero contribuiria para promover a justiça em toda nossa sociedade, fazendo assim da família um lugar muito mais apto para que os filhos desenvolvam um sentido de justiça"[17].

Para isso, propõem também a "desconstrução da educação" tal como se lê no discurso da Presidente da Islândia, Vigdis Finnbogadottir, proferido em uma conferência preparatória para a Conferência de Pequim, organizada pelo Conselho Europeu em fevereiro de 1995.

Para ela - assim como para todos os demais defensores da "perspectiva do gênero" - urge desconstruir não apenas a família mas ainda a educação. As meninas devem ser orientadas para áreas não tradicionais e não devem ser expostas à imagem da mulher como esposa ou mãe, nem devem ser envolvidas em atividades femininas tradicionais.

"A educação é uma estratégia importante para mudar os preconceitos em relação aos papéis do homem e da mulher na sociedade. A perspectiva do 'gênero' deve ser integrada nos programas. Devem ser eliminados os estereótipos nos textos escolares e conscientizados neste sentido os professores, para assegurar assim que meninas e meninos efetuem uma seleção profissional consciente e não com base em tradições preconceituosas sobre o 'gênero'"[18].

PRIMEIRO ALVO: A FAMÍLIA

"O fim da família biológica eliminará também a necessidade da repressão sexual. A homossexualidade masculina, o lesbianismo e as relações sexuais extraconjugais já não serão vistas de forma liberal, como opções alternativas, fora do alcance da regulamentação estatal... Ao invés disto, até as categorias de homossexualidade e heterossexualidade serão abandonadas: a própria 'instituição das relações sexuais', em que o homem e a mulher desempenham um papel bem definido, desaparecerá. A humanidade poderá reverter, finalmente, a sua sexualidade polimorfamente perversa natural"[19].

Estas palavras de Alison Jagger, autora de diversos textos-base empregados em programas de estudos feministas de universidades norte-americanas, revelam claramente a hostilidade das "feministas do gênero" diante da família.

"A igualdade feminista radical significa não simplesmente igualdade sob a lei e nem sequer igual satisfação das necessidades básicas, mas sim que as mulheres - da mesma forma que os homens - não precisem dar à luz... A destruição da família biológica que Freud jamais vislumbrou permitirá a emergência de mulheres e homens novos, diferentes daqueles que existiram anteriormente"[20].

Ao que parece, a principal razão da rejeição feminista à família é que, para elas, esta instituição básica da sociedade "cria e apóia o sistema de classes sexo/gênero". Assim explica Christine Riddiough, colaboradora da revista publicada pela instituição internacional antivida "Catholics for a Free Choice" ("Católicas pelo Direito de Decidir"):

"A família nos oferece as primeiras lições da ideologia de classe dominante e também aponta legitimidade a outras instituições da sociedade civil. Nossas famílias são as que nos ensinam primeiramente a religião, a sermos bons cidadãos... Tão completa é a hegemonia da classe dominante na família, que nos ensina que esta encarna a ordem natural das coisas. Se baseia em particular numa relação entre o homem e a mulher que reprime a sexualidade, especialmente a sexualidade da mulher"[21].

Para aqueles que têm uma visão marxista das diferenças de classes como causa dos problemas - indica O'Leary - 'diferente' é sempre 'desigual' e 'desigual' é sempre 'opressor'.

Neste sentido, as "feministas do gênero" consideram que quando a mulher cuida de seus filhos no lar e o marido trabalha fora de casa, as responsabilidades são diferentes e, portanto, não igualitárias. Então vêem esta "desigualdade" no lar como causa de "desigualdade" na vida pública, já que a mulher - cujo interesse primário é o lar - nem sempre tem tempo e energia para se dedicar à vida pública. Por isso, afirmam:

"Pensamos que nenhuma mulher deveria possuir esta opção. Não se deveria autorizar nenhuma mulher a ficar em casa para cuidar de seus filhos. A sociedade deve ser totalmente diferente. As mulheres não devem ter esta opção porque, se esta opção existir, muitas mulheres decidir-se-ão por ela"[22].

Ademais, as "feministas do gênero" insistem na desconstrução da família não só porque - segundo elas - escraviza a mulher, mas ainda porque condiciona socialmente os filhos para que aceitem a família, o matrimônio e a maternidade como algo natural. A esse respeito, Nancy Chodorow afirma:

"Se a nossa meta é acabar com a divisão sexual do trabalho na qual a mulher maternaliza, temos que entender em primeiro lugar os mecanismos que a reproduzem. Minha constatação indica exatamente o ponto em que se deve intervir. Qualquer estratégia para a mudança cuja meta abranja a libertação das restrições impostas por uma desigual organização social por gêneros deve considerar a necessidade de uma reorganização fundamental do cuidado com os filhos, para que seja compartilhado igualmente por homens e mulheres"[23].

Fica claro que para os promotores do "gênero" as responsabilidades da mulher na família são supostamente inimigas da realização da mulher. O ambiente particular é considerado como secundário e de menor importância; a família e o trabalho no lar, como "ônus" que afetam negativamente os "projetos profissionais" da mulher.

Este ataque declarado contra a família, contudo, contrasta notavelmente com a Declaração Universal dos Direitos Humanos promulgada, como se sabe, pela ONU em 1948. No artigo 16 da mesma, as Nações Unidas defendem enfaticamente a família e o matrimônio:

1. Os homens e as mulheres, a partir da idade núbil, têm direito, sem restrição alguma em razão de raça, nacionalidade ou religião, a casar e constituir uma família; e desfrutarão de iguais direitos quanto ao matrimônio, durante o matrimônio e em caso de dissolução do matrimônio.

2. Apenas mediante livre e pleno consentimento dos futuros esposos poder-se-á contrair o matrimônio.

3. A família é o elemento natural e fundamental da sociedade; e tem direito à proteção da sociedade e do Estado.

Entretanto, os artífices da nova "perspectiva do gênero" presentes na Conferência da Mulher colocaram à margem todas estas premissas e, pelo contrário, apontaram, a partir de então, a necessidade de "desconstruir" a família, o matrimônio, a maternidade e a própria feminilidade para que o mundo possa ser livre.

Por outro lado, os representantes das principais nações comprometidas com a defesa da vida e dos valores familiares que participaram de Pequim, levantaram suas vozes contra esta espécie de proposta, sobretudo ao descobrir que o documento da Conferência eliminava arbitrariamente do vocabulário do programa as palavras "esposa", "marido", "mãe", "pai". Liderando tal fato, Barbara Ledeen, diretora do Independent Women Forum, uma organização de defesa da mulher amplamente reconhecida nos Estados Unidos.

O Papa João Paulo II, de sua parte, algum tempo antes da Conferência de Pequim, já havia insistido em assinalar a estreita relação entre a mulher e a família. Durante o encontro que manteve com Gertrude Mongella, secretária-geral da Conferência da Mulher, anterior à reunião mundial, disse:

"Não há resposta para os temas sobre a mulher que possa desconsiderar a função da mulher na família... Para respeitar esta ordem natural, é necessário fazer frente à concepção equivocada de que a função da maternidade é opressiva para a mulher"[24].

Lamentavelmente, a proposta do Conselho Europeu para a Plataforma de Ação de Pequim foi completamente alheia às orientações do Santo Padre. Diante desta postura, O'Leary escreve em seu relatório que ainda que seja certo que as mulheres não devam se apresentar unicamente como esposas e mães, muitas são esposas e mães, e por isso uma imagem positiva

da mulher que se dedica apenas ao trabalho do lar não possui nada de mau. Porém, a meta da perspectiva do "gênero" não representa autenticamente a vida da mulher, mas é uma estereotipificação inversa segundo a qual as mulheres que "apenas" são esposas e mães nunca aparecerão sob um prisma favorável.

SAÚDE E DIREITOS SEXUAIS REPRODUTIVOS

Na mesma linha, as "feministas do gênero" incluem como parte essencial de sua agenda a promoção da "livre decisão" em assuntos de reprodução e estilo de vida. Segundo O'Leary, "livre decisão de reprodução" é a expressão chave para se referir ao pedido de aborto, enquanto que "estilo de vida" aponta para a promoção da homossexualidade, do lesbianismo e qualquer outra forma de sexualidade fora do matrimônio. Assim, por exemplo, os representantes do Conselho Europeu em Pequim lançaram a seguinte proposta:

"As vozes das mulheres jovens devem ser ouvidas já que a vida sexual não gira apenas ao redor do matrimônio. Isto conduz ao aspecto do direito de ser diferente, seja em termos de estilo de vida (a decisão de viver em família ou sozinha, com ou sem filhos), seja em termos de preferências sexuais. Devem ser reconhecidos os direitos reprodutivos da mulher lésbica"[25].

Estes "direitos" das lésbicas incluiriam também o "direito" dos casais de lésbicas a conceber filhos mediante a inseminação artificial e de adotar legalmente os filhos de suas companheiras.

Porém, os defensores do "gênero" não apenas propõem estes tipos de aberrações como também defendem o "direito à saúde" que, para o bem da verdade, se afasta por completo da verdadeira saúde do ser humano. Com efeito, ignorando o direito de todo ser humano à vida, estes propõem o direito à saúde que inclui o direito à saúde sexual e reprodutiva. Paradoxalmente, esta "saúde reprodutiva" inclui o aborto e, portanto, a "morte" dos seres humanos não-nascidos.

Não é em vão que as "feministas do gênero" são fortes aliadas dos ambientalistas e populacionistas. Segundo O'Leary, mesmo que as três ideologias não concordem em todos os seus aspectos, possuem em comum o projeto do aborto. Por um lado, os ambientalistas e populacionistas consideram essencial para o êxito de suas agendas o estrito controle da fertilidade e, para isso, estão dispostos a usar a "perspectiva do gênero". A seguinte citação da Division for the Advance of Women (Divisão para o Avanço das Mulheres), proposta em uma reunião organizada em consulta com o Fundo de População da ONU, revela a maneira de pensar sobre o "gênero" daqueles que estão interessados primariamente na redução do número de pessoas:

"Para serem efetivos a longo prazo, os programas de planejamento familiar devem buscar não apenas reduzir a fertilidade dentro dos papéis de gênero existentes, como também mudar os papéis de gênero a fim de reduzir a fertilidade"[26].

Assim, os "novos direitos" propostos pelas "feministas do gênero" não se reduzem simplesmente aos direitos da "saúde reprodutiva" que - como já mencionamos - promove o aborto de um ser humano não-nascido, mas ainda exigem o "direito" a determinar a própria identidade sexual. Em um panfleto que circulou durante a Conferência de Pequim, a ONG Internacional Gay and Lesbian Human Rights Commission (Comissão Internacional dos Direitos Humanos dos Homossexuais e Lésbicas) exigiu este direito nos seguintes termos:

"Nós, abaixo assinado, fazemos um chamado aos Estados Membros para que reconheçam o direito a determinar a própria identidade sexual; o direito a controlar o próprio corpo, particularmente ao estabelecer relações íntimas; e o direito a decidir, conforme o caso, quando e com quem gerar e criar filhos, como elementos fundamentais de todos os direitos humanos de toda mulher, sem distinção de orientação sexual".

Isto é mais preocupante ainda quando se leva em conta que para as "feministas do gênero" existem cinco sexos. Rebecca J. Cook, professora de Direito na Universidade de Toronto e redatora do documento oficial da ONU em Pequim, assinala na mesma linha de seus companheiros de batalha, que os gêneros masculino e feminino seriam uma "construção da realidade social" que deveriam ser abolidos.

Incrivelmente, o documento elaborado pela feminista canadense afirma que *"os sexos já não são dois, mas cinco"* e, portanto, não se deveria falar de homem e mulher, mas de *"mulheres heterossexuais, mulheres homossexuais, homens heterossexuais, homens homossexuais e bissexuais"*.

A "liberdade" dos promotores do "gênero" para afirmar a existência de cinco sexos contrasta com todas as provas científicas existentes, segundo as quais somente existem duas opções a partir do ponto de vista genético: ou se é homem ou se é mulher; não há absolutamente nada, cientificamente falando, que esteja no meio.

ATAQUE À RELIGIÃO

Ainda que as "feministas do gênero" promovam a "desconstrução" da família, da educação e da cultura como panacéia para todos os problemas, dão uma ênfase especial para a "desconstrução" da religião que - segundo dizem - é a causa principal da opressão da mulher.

Numerosas ONG's creditadas perante a ONU têm se empenhado a criticar aqueles a quem denominam "fundamentalistas" (cristãos católicos, evangélicos e ortodoxos; judeus, muçulmanos ou qualquer outra pessoa que recuse ajustar as doutrinas de sua religião à agenda do "feminismo do gênero"). Um vídeo que promovia o Fórum das ONG's na Conferência de Pequim, produzido por Judith Lasch, assinala:

"Nada mais constrangeu a mulher do que os credos e os ensinamentos religiosos".

Do mesmo modo, o relatório da Reunião de Estratégias Globais para a Mulher contém numerosas referências ao fundamentalismo e à necessidade de responder seus supostos ataques aos direitos da mulher:

"Toda forma de fundamentalismo, seja político, religioso ou cultural, exclui a mulher das normas de direitos humanos de aceitação internacional e a convertem em alvo de extrema violência. A eliminação destas práticas é preocupação da comunidade internacional".

De outro lado, o relatório da reunião preparatória para a Conferência de Pequim, organizada pelo Conselho Europeu em fevereiro de 1995, inclui numerosos ataques à religião:

- "O surgimento de toda forma de fundamentalismo religioso é considerado como uma ameaça especial ao gozo, por parte da mulher, de seus direitos humanos e à sua plena participação na tomada de decisões em todo nível na sociedade"[27].

- "...as próprias mulheres devem ser capacitadas e dar-lhes a oportunidade de determinar o que suas culturas, religiões e costumes significam para elas"[28].

Vale assinalar que para o "feminismo do gênero", a religião é uma invenção humana e as religiões principais foram inventadas por homens para oprimir as mulheres. Por isso, as feministas radicais postulam a reimaginação de Deus como "Sophia": a Sabedoria Feminina. Nesse sentido, as "teólogas do feminismo do gênero" propõem descobrir e adorar não a Deus, mas a Deusa. Por exemplo, Carol Christ, autodenominada "teóloga feminista do gênero", afirma o seguinte:

"Uma mulher que faça eco da afirmação dramática de Ntosake Shange: 'Encontrei Deus em mim mesma e a amei ferozmente', está dizendo: 'O poder feminino é forte e criativo'. Está dizendo que o princípio divino, o poder salvador e sustentador está nela mesma e que já não verá o homem ou a figura masculina como salvador"[29].

Igualmente estranhas são as palavras de Elisabeth Schussler Fiorenza, outra "teóloga feminista do gênero", que nega radicalmente a possibilidade da Revelação, como se lê na seguinte citação:

"Os textos bíblicos não são revelação de inspiração verbal, nem princípios doutrinários, mas sim formulações históricas... Semelhantemente, a teoria feminista insiste que todos os textos são produto de uma cultura e história patriarcal androcêntrica"[30].

Ainda Joanne Carlson Brown e Carole R. Bohn, também autodenominadas teólogas da "escola feminista do gênero", atacam diretamente o Cristianismo como propulsor de um abuso de nível infantil:

"O Cristianismo é uma teologia abusiva que glorifica o sofrimento. É de se assombrar que haja muito abuso na sociedade moderna quando a imagem teológica dominante da cultura é o 'abuso divino do filho' (Deus Pai que exige e realiza o sofrimento e a morte de seu próprio Filho)? Se o Cristianismo for o libertador do oprimido, deve primeiro libertar-se desta teologia"[31].

Por tudo isto, os donos da "nova perspectiva" promovem o ataque frontal ao Cristianismo e a toda figura que o representa. Em 1994, Rhonde Copelon e Berta Esperanza Hernández elaboraram um folheto para uma série de sessões de trabalho da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, realizada no Cairo [Egito]. O folheto atacava diretamente o Vaticano por opor-se à sua agenda que, entre outras coisas, inclui os "direitos à saúde reprodutiva" e, conseqüentemente, o aborto.

"...esta exigência de direitos humanos elementares confronta com a oposição de todo tipo de fundamentalistas religiosos, com o Vaticano como líder na organização da oposição religiosa à saúde e aos direitos reprodutivos, inclusive até contra os serviços de planejamento familiar"[32].

Contrastantes com todas estas posturas de ataque e agressão à religião e à Igreja (concretamente o Vaticano) são as posturas da maioria das mulheres do mundo que, segundo o relatório de O'Leary, defendem suas tradições religiosas como a melhor das proteções dos direitos e à dignidade da mulher. Mulheres católicas, evangélicas, ortodoxas e judias agradecem em particular os ensinamentos de seus [respectivos] credos sobre o matrimônio, a família, a sexualidade e o respeito à vida humana.

A Santa Sé, de sua parte, apontou nos meses anteriores à [Conferência de] Pequim, o perigo da tendência, no texto apresentado pela ONU, de deixar de lado o direito das mulheres à liberdade de consciência e de religião nas instituições educacionais.

CONCLUSÃO

Nas palavras de Dale O'Leary, o "feminismo do gênero" é um sistema fechado contra o qual não há nenhuma forma de se argumentar. Não se pode apelar para a natureza, nem para a razão, para a experiência ou para as opiniões e desejos de mulheres verdadeiras porque - segundo as "feministas do gênero" - tudo isto é "socialmente construído". Não importa quanta evidência seja acumulada contra suas idéias; [isto seria] outra prova da conspiração patriarcal em massa contra a mulher.

Contudo, existem muitas pessoas que talvez por falta de informação ainda não compreenderam a nova proposta e os perigosos alcances da mesma. Vale a pena, pois, conhecer esta "perspectiva do gênero" que - segundo informações fidedignas - atualmente não apenas está ganhando força nos países desenvolvidos como também, ao que parece, começa a se infiltrar no nosso meio. Basta rever alguns materiais educativos difundidos não só nos colégios do país como ainda em prestigiosas universidades.

Pois bem. Nos Estados Unidos, o "feminismo do gênero" conseguiu se inserir no centro da corrente cultural norte-americana. Reconhecidas universidades e colégios dos Estados Unidos difundem abertamente esta perspectiva. Ademais, numerosas séries televisivas norte-americanas fazem sua parte difundindo a seguinte mensagem: a identidade sexual pode ser "desconstruída" e a masculinidade e a feminilidade não são nada mais que "papéis de gêneros construídos socialmente".

Se considerarmos que o avanço das tecnologias tem conseguido com que tais programas, com toda uma nova "perspectiva de gênero", alcancem diariamente os países em desenvolvimento, principalmente através da TV a cabo, sem excluir muitos outros meios que existem em nosso tempo, isto nos coloca diante de um novo desafio que deve ser enfrentado o quanto antes para evitar as graves conseqüências que já está trazendo ao Primeiro Mundo. Principalmente porque - segundo palavras de O'Leary - a "desconstrução" da família e o ataque à religião, à tradição e aos valores culturais que as "feministas do gênero" promovem nos países em desenvolvimento afeta o mundo inteiro.

- Este relatório foi realizado com base no relatório "A Desconstrução da Mulher", de Dale O'Leary, retirado do Site da Conferência Episcopal do Peru (http://ekeko.rcp.net.pe/IAL/cep/docum/gene_alz.htm).

Referências bibliográficas:

- [1] Judith Butler, *"Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity"*, Routledge, Nova Iorque, 1990, p. 6.
- [2] Veja-se o trabalho de Cristina Delgado, *Reporte sobre la Conferencia Regional de Mar de Plata, Argentina, em que recolhe diversas citações das "feministas do gênero"*.
- [3] Idem.
- [4] Adrienne Rich, *"Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence: Blood, Bread and Poetry"*, p. 27.
- [5] Idem, p. 70.
- [6] Lucy Gilber e Paula Webster, *"The Dangers of Femininity: Gender Differences: Sociology of Biology?"*, p. 41.
- [7] *Gender Outlaw*, p. 115.
- [8] Entrevista com Christina Hoff Sommers em *"Faith and Freedom"*, 1994, p. 2.
- [9] Frederick Engels, *"The Origin of the Family, Property and the State"*, International Publishers, Nova Iorque, 1972, pp. 65-66.
- [10] Shulamith Firestone, *"The Dialectic of Sex"*, Bantam Books, Nova Iorque, 1970, p. 12.
- [11] Idem, p. 10.
- [12] Ann Ferguson & Nancy Folbre, *"The Unhappy Marriage of Patriarch and Capitalism: Women and Revolution"*, p. 80.
- [13] Idem.
- [14] Heidi Harman, *"The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism: Women and Revolution"*, South End Press, Boston, 1981, p. 5.
- [15] Idem, p. 16.
- [16] *Gender Outlaw*, p. 115.
- [17] Susan Moller Okin, *"Change the Family, Change the World"*, Utne Reader, Março/Abril, 1990, p. 75.
- [18] Conselho da Europa, *"Equality and Democracy: Utopia or Challenge?"*, Palais del'Europe, Strausbourg, Fevereiro 9-11, 1995, p. 38.
- [19] Alison Jagger, *"Political Philosophies of Women's Liberation: Feminism and Philosophy"*, Littlefield, Adams & Co., Totowa, Nova Jérsei, 1977, p. 13.
- [20] Idem, p. 14.
- [21] Christine Riddiough, *"Socialism, Feminism and Gay/Lesbian Liberation: Women and Revolution"*, p. 80.
- [22]. Christina Hoff Sommers, *"Who Stole Feminism?"*, Simon & Shuster, Nova Iorque, 1994, p. 257.
- [23] Nancy Chodorow, *"The Reproduction of Mothering"*, U. of CA Press, Berkeley, 1978, p. 215
- [24] Conselho da Europa, *"Equality and Democracy: Utopia of Challenge?"*, Palais del'Europe, Strausbourg, Fevereiro 9-11, 1995.
- [25] Idem, p. 25.
- [26] *"Gender Perspective in Family Planning Programs"*, Divisão para o Avanço da Mulher.
- [27] Conselho da Europa, *"Equality and Democracy: Utopia of Challenge?"*, Palais del'Europe, Strausbourg, Fevereiro 9-11, 1995, p. 13.
- [28] Idem, p. 16.
- [29] Carol Christ, *"Womanspirit Rising"*, p. 277.
- [30] Elisabeth Schussler Fiorenza, *"In Memory of Her"*, Crossroad, Nova Iorque, 1987, p. 15.
- [31] Joanne Carlson Brown e Carole R. Bohn, *"Christianity, Patriarchy, and Abuse: A Feminist Critique"*, p. 26.
- [32] Rondhe Copelon e Berta Esperanza Hernández, *"Sexual and Reproductive Rights and Health as Human Rights: Concepts and Strategies; An Introduction for Activists"*, Human Rights Series, Cairo, 1994, p. 3.